



**COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**II Jornada de Doutorandos em  
Ciências da Comunicação e Estudos Culturais**



**Zara Pinto-Coelho & Joaquim Fidalgo  
(editores)**

---

© CECS 2013 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

[www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt)

**Título** *Comunicação e Cultura: II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*

**Editores** Zara Pinto-Coelho & Joaquim Fidalgo

**ISBN** 978-989-8600-19-6

**Capa** *Imagem cedida por: [www.freeimages.co.uk](http://www.freeimages.co.uk)*

**Formato** eBook, 248 páginas

**Data de Publicação** 2013, dezembro

**Editora** CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Universidade do Minho  
Braga · Portugal

**Director** Moisés de Lemos Martins

**Director-Adjunto** Manuel Pinto

**Director Gráfico e  
Edição Digital** Alberto Sá



Universidade do Minho  
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



LASICS  
[www.lasics.uminho.pt](http://www.lasics.uminho.pt)

# ÍNDICE

---

<b>Prefácio</b>	<b>5</b>
-----------------	----------

MOISÉS DE LEMOS MARTINS & MARIA MANUEL BAPTISTA

---

<b>Comunicação e Cultura: Nota Introdutória</b>	<b>7</b>
---	----------

ZARA PINTO-COELHO & JOAQUIM FIDALGO

---

## I. Tecnologia, Sociedade e Cultura

---

<b>Informação 4G: os desafios que as tecnologias móveis colocam no campo da informação</b> <i>Information 4G: the challenges that mobile technologies put in the information field</i>	<b>9</b>
---	----------

IVO CAMPOS NETO, FELISBELA LOPES & JOSEPH DEAN STRAUBHAAR

---

<b>Cyberbullying e crowdsourcing: o caso da Maratona de Boston</b> <i>Cyberbullying and crowdsourcing: the case of the Boston Marathon</i>	<b>26</b>
---	-----------

LUZIA PINHEIRO & MOISÉS DE LEMOS MARTINS

---

<b>Dificuldades e estratégias investigativas: o estudo da utilização da Internet pelos idosos</b> <i>Difficulties and investigative strategies: the study of Internet use by seniors</i>	<b>36</b>
---	-----------

MAFALDA OLIVEIRA & JEAN-MARTIN RABOT

---

## II. Literatura, Artes e Imaginários

---

<b>Os olhos atrás do caleidoscópio: estudo comparado de dois ensaios críticos sobre fragmentos da literatura brasileira</b> <i>The eyes behind the kaleidoscope: a comparative study of two critical essays about fragments of the brazilian literature</i>	<b>51</b>
--	-----------

ANNE VENTURA E MARIA MANUEL BAPTISTA

---

<b>Renovação do passado para uma definição do presente – A abertura do Teatro de Marionetas à cena contemporânea</b>	<b>60</b>
--	-----------

*Renewal of the past for a definition of the present – the opening of puppet theatre to the contemporary scene*

CARLA MAGALHÃES & MARIA MANUEL BAPTISTA

---

<b>O estilo andrógino contemporâneo: um desvio do imaginário em busca de um novo arquétipo do género?</b> <i>The contemporary androgynous style: an imaginary deviation looking for a new archetype gender?</i>	<b>73</b>
--	-----------

MANUELA RUAS & JEAN-MARTIN RABOT

---

<b>A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012)</b> <i>“Portugalidade” in the Portuguese parliamentary speech: Assembleia Nacional (1935-1974) and Assembleia da República (1976-2012)</i>	<b>87</b>
---	-----------

VÍTOR DE SOUSA & MOISÉS DE LEMOS MARTINS

---

## III. Média, Representações e Políticas

---

<b>Turismo e morte: representação, mediação e tecnologias de linguagem</b> <i>Tourism and death: representation, mediation and language technologies</i>	<b>105</b>
---	------------

BELMIRA COUTINHO, MARIA MANUEL BAPTISTA & JOSÉ EDUARDO REBELO

---

<b>A saúde nos ecrãs informativos da televisão portuguesa: linhas de um projeto em desenvolvimento</b> <i>Health in the Portuguese informational television screens: lines of a development project</i>	<b>122</b>
<small>LUCIANA FERNANDES &amp; FELISBELA LOPES</small>	
<hr/>	
<b>Os processos produtivos das notícias de saúde: o triângulo fonte-jornalista-público</b> <i>The newsmaking of health news: information sources, journalists and the public</i>	<b>138</b>
<small>RITA ARAÚJO, FELISBELA LOPES &amp; TERESA RUÃO</small>	
<hr/>	
<b>Poder, género e imprensa – a abordagem qualitativa como metodologia</b> <i>Power, gender and the press – a methodological approach through qualitative analysis</i>	<b>152</b>
<small>SARA VIDAL MAIA, MARIA MANUEL BAPTISTA &amp; MOISÉS DE LEMOS MARTINS</small>	
<hr/>	
<b>(In)visibilidade mediática, (in)existência social e o contributo da teoria das Representações Sociais</b> <i>Media (in)visibility, social (in)existence and social Representations</i>	<b>167</b>
<small>SIMÃO FONSECA &amp; MARIA MANUEL BAPTISTA</small>	
<hr/>	

#### **IV. Ciência, Comunicação e Sociedade**

---

<b>A imagem epistémica entre o saber e o fazer crer</b> <i>The epistemic image between knowledge and belief</i>	<b>184</b>
<small>LUÍS PINTO &amp; NELSON ZAGALO</small>	
<hr/>	
<b>Universidades e empresas em processo de transferência de conhecimento: uma visão geral sobre a comunicação interorganizacional</b> <i>Universities and companies in process of knowledge transfer: an overview on interorganizational communication</i>	<b>200</b>
<small>PAULA RIBEIRO &amp; TERESA RUÃO</small>	
<hr/>	

#### **V. Uso dos Média, Literacia e Cidadania**

---

<b>A tessitura do processo de mediatização: a interação entre juventude, mídia e escola</b> <i>The weaving of the mediatization process: the interaction between youth, media and school</i>	<b>221</b>
<small>CIRLENE SOUSA, GERALDO LEÃO &amp; MANUEL PINTO</small>	
<hr/>	
<b>A investigação ação em um estudo sobre estereótipos sociais: desenhos, contextos e aplicações</b> <i>The action research on a study about social stereotypes: designs, contexts and applications</i>	<b>238</b>
<small>GISELE FONSECA &amp; ROSA CABECINHAS</small>	
<hr/>	

## Prefácio

MOISÉS DE LEMOS MARTINS<sup>1</sup> & MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup>

Iniciar-se na actividade de investigação científica através da realização de um doutoramento é, por regra, uma actividade solitária, que o doutorando desenvolve durante um largo período de tempo, em quase exclusivo diálogo científico e académico com o(s) seu(s) orientador(es).

Procurando contrariar esta situação de baixa interacção com outros estudantes e com outros investigadores seniores, os encontros científicos de doutorandos que hoje as universidades promovem, em estreita ligação com os seus Programas Doutorais, constituem excelentes oportunidades para os investigadores juniores darem a conhecer o seu trabalho e obterem um primeiro conjunto de observações e reacções à investigação que estão a desenvolver.

Procurando cumprir estes objectivos, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, através dos Professores Doutores Zara Pinto-Coelho e Joaquim Fidalgo, organizou a II Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais, que contou com a participação de alunos e professores das Universidades do Minho e de Aveiro.

Trata-se de um evento que se pretende anual e visa juntar alunos e docentes, encorajando ambos a produzirem um trabalho integrado, através da publicação em co-autoria.

Como se pode constatar pelos 16 textos que integram este volume, trata-se de trabalhos que apresentam um carácter de *work in progress*, não surpreendendo por isso que as discussões tenham ganho em vivacidade, resultando muito produtivas para quem participou no evento.

Estamos certos de que os alunos ganharam, através das críticas e sugestões que receberam de outros investigadores, as quais também contribuíram para formar uma sensibilidade mais apurada para aquilo que é exigido em termos de investigação num grau como um doutoramento.

Para além disso, este tipo de iniciativas permite desenvolver nos doutorandos competências de apresentação e discussão públicas de trabalhos científicos, bem como criar redes em torno de interesses de investigação comuns, que podem vir a alimentar investigações em curso ou mesmo futuras.

Para quem assistiu aos debates que se realizaram nestas Jornadas, não passou despercebida a qualidade das apresentações e das discussões, pelo que estamos confiantes que o futuro da investigação nestas áreas será promissor e estimulante.

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / moisesmartins@ics.uminho.pt

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro / mbaptista@ua.pt

Ao leitor que apenas chega agora a este trabalho final, que sintetiza tão só os resultados, não podendo expor aqui, naturalmente, os processos científicos e académicos de que ele resulta, queremos sublinhar o quanto a participação de alunos e professores das Universidades de Aveiro e do Minho nestas Jornadas foi entusiástica e enriquecedora.

Para este livro não imaginamos melhor destino que não seja o de se tornar, na senda das Jornadas que lhe deram origem, um objecto inspirador na promoção e desenvolvimento de investigação de excelência nas áreas da Comunicação e Cultura.

Moisés de Lemos Martins, Universidade do Minho  
Maria Manuel Baptista, Universidade de Aveiro

# Comunicação e Cultura: Nota Introdutória

ZARA PINTO-COELHO<sup>1</sup> & JOAQUIM FIDALGO<sup>2</sup>

Apresentamos neste livro o resultado do trabalho e das discussões que tiveram lugar nas segundas Jornadas de Doutoramento em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais dedicadas ao tema “Comunicação e Cultura”. Para além de um registo, o livro pretende ser também uma via de divulgação dos projectos de investigação em curso no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS). Integra uma série de contributos de autoria conjunta de estudantes de doutoramento com docentes da Universidade do Minho e da Universidade de Aveiro.

No volume dedicado às primeiras jornadas, os estudantes revelaram interesse por variados temas, a saber, literacia mediática, informação televisiva, redes sociais, identidades, memória, imagem, drama, organizações, ciência, média, novas tecnologias e políticas da comunicação. Em 2013, a lista dos temas discutidos diversificou-se. A organização temática deste livro reflecte essa realidade. A primeira parte é dedicada ao tema Tecnologia, Sociedade e Cultura, a segunda a temas relacionados com Literatura, Artes e Imaginários, a terceira versa sobre Média, Representações e Políticas, a quarta sobre Ciência, Comunicação e Sociedade e na última parte apresentamos trabalhos dedicados à temática Uso dos Média, Literacia e Cidadania.

A publicação deste segundo volume constitui-se como prova do dinamismo dos cursos de doutoramento em Ciências da Comunicação e em Estudos Culturais, e em especial dos seus estudantes. Fazemos votos para que este dinamismo continue e se mantenha acesa a centelha que reúne em torno de um projecto comum e em crescimento a comunidade de estudantes e académicos dos campos das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais.

---

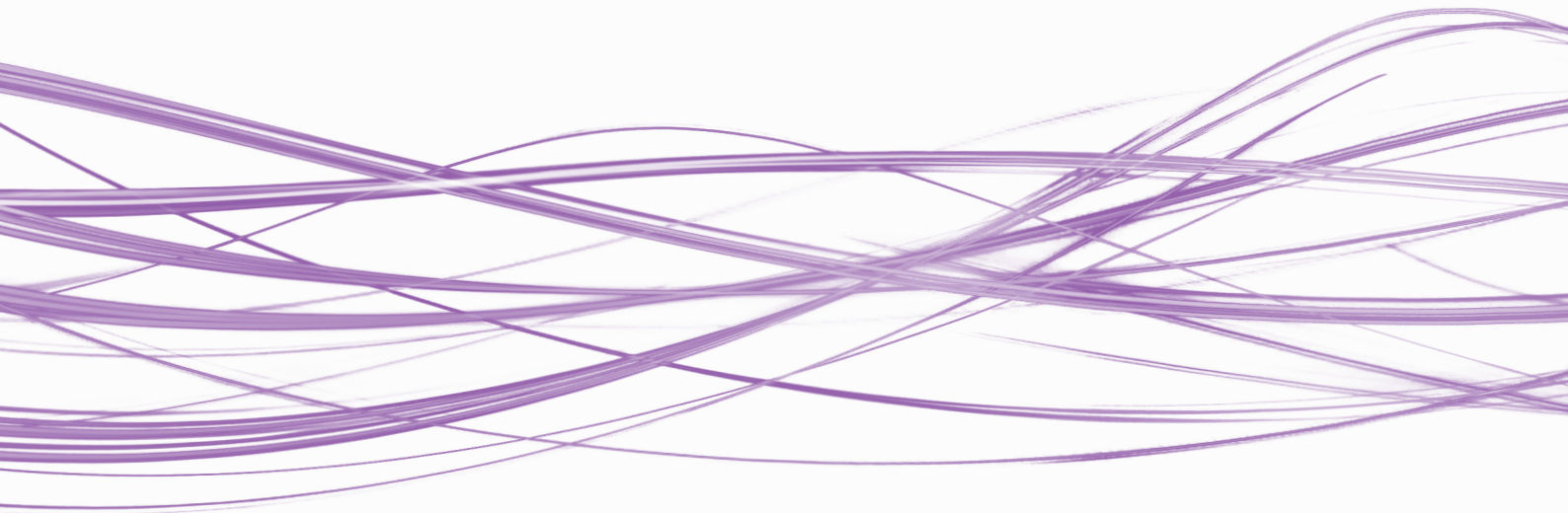
<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / zara@ics.uminho.pt

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / jfidalgo@ics.uminho.pt

I.



## Tecnologia, Sociedade e Cultura





## **Informação 4G: os desafios que as tecnologias móveis colocam no campo da informação**

### ***Information 4G: the challenges that mobile technologies put in the information field***

IVO CAMPOS NETO<sup>1</sup>, FELISBELA LOPES<sup>2</sup> & JOSEPH DEAN STRAUBHAAR<sup>3</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo pretendemos destacar a emergência de um novo paradigma informativo marcado pelo desenvolvimento de um conjunto de periféricos móveis, dos quais se torna possível salientar os smartphones e os tablets. Estes dispositivos, aliados ao desenvolvimento da internet de banda larga 4G, prometem transformar o consumo informativo e o modo de produzir informação.

Se no início os telemóveis eram utilizados para a realização de chamadas telefónicas e para o envio de SMS, hoje, com o desenvolvimento de softwares específicos, possuem capacidades que vão além do mero contacto pessoal. Adicionalmente, há ainda o surgimento dos tablets que aproximam os aparelhos móveis ao mais evoluído dos computadores.

O trabalho apresentado visa expor os caminhos subjacentes ao projeto de doutoramento “Informação 4G: Os desafios que as tecnologias móveis colocam no campo da informação”, que intentará acompanhar a adaptação dos diferentes media às novas tecnologias de informação móveis.

**Palavras-chave:** Jornalismo móvel; smartphones; tablets; Internet 4G

---

#### **Abstract**

In this article we intend to highlight the emergence of a new informative paradigm marked by the development of a set of mobile handsets of which it becomes possible to emphasize smartphones and tablets. These devices, along with the development of broadband Internet 4G, promise to transform the informative consumption and how to produce information.

If early mobile phones were used for making telephone calls and sending SMS, today, with the development of specific software, have capabilities that go beyond mere personal contact. Additionally, there is the emergence of tablets that put these devices in a similar stage as the most developed computers.

The presented work aims to display the pathways underlying the doctoral project “Information 4G: The challenges that mobile technologies put in the information field”, which shall follow the adaptation of the different media to mobile information technologies.

**Keywords:** Mobile journalism; smartphones; tablets; 4G Internet

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / id4335@alunos.uminho.pt

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / felisbela@ics.uminho.pt

<sup>3</sup> Universidade do Texas, Austin, Estados Unidos da América / jdstraubhaar@mail.utexas.edu

## 1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Doutoramento “Informação 4G: Os desafios que as tecnologias móveis colocam no campo da informação” (FCT: SFRH/BD/87763/2012) está a ser trabalhado no âmbito do Doutoramento em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho. Tratando-se de um P{Orgad, 2009 #100}rojetos que resulta de uma proposta individual, vai contar com a orientação da Professora Doutora Felisbela Lopes, da Universidade do Minho, e do Professor Doutor Joseph Dean Straubhaar, da Universidade de Austin, nos Estados Unidos da América. Este Projeto surge depois do trabalho desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), como bolsheiro de investigação, no Projeto “Jornalismo Televisivo e Cidadania: Os Desafios da Esfera Pública Digital” (PTDC/CCI-JOR/099994/2008), coordenado por Felisbela Lopes. Outro dos factores que motivaram o desenvolvimento deste Projeto está relacionado com o relatório de mestrado “Os Desafios dos *Media* Sociais na Comunicação Organizacional: A Emergência do *Facebook* como Ferramenta da Comunicação”, que tornou possível estudar o desenvolvimento das novas tecnologias de informação no campo da comunicação.

O principal objetivo deste Projeto de Doutoramento é compreender de que modo é que as tecnologias de informação móveis, relacionadas com o desenvolvimento das aplicações para *smartphones* e *tablets* e com a implementação da internet móvel 4G, podem alterar as rotinas jornalísticas. Importa compreender os desafios destas tecnologias na atividade jornalística e no processo produtivo no interior das redações, ao mesmo tempo que se perspetiva um novo papel para o consumidor de informação, até ao momento bastante passivo, contribuindo assim para uma esfera pública mais diversificada e verdadeiramente democrática.

## 2. AS POTENCIALIDADES QUE EMERGEM COM OS NOVOS DISPOSITIVOS DE INFORMAÇÃO MÓVEIS

Os telemóveis e os *tablets* possuem hoje novas capacidades que os tornam indispensáveis nas diferentes tarefas do nosso dia-a-dia. Os telefones móveis, que eram ferramentas desenvolvidas principalmente para realizar e receber chamadas, têm, atualmente, capacidades que são utilizadas para o consumo de informação. A difusão alargada destas ferramentas está intimamente relacionada com a melhoria da sua arquitetura tecnológica (Westlund, 2010: 92). Se no início eram volumosos, pesados e a única coisa que acrescentavam aos telefones fixos era a mobilidade, a sua evolução trouxe um novo conjunto de possibilidades.

De facto, tanto os telemóveis como os recentes *tablets* evoluíram de tal modo que já possuem *softwares* próprios, como o IOS ou o Androide. Para além disso, permitem experiências de navegação similares às experimentadas nos computadores e possibilitam a recepção de conteúdos áudio, vídeo e texto. São, deste modo, periféricos a ter em conta na tão proclamada era da convergência mediática (Doyle, 2010; Erdal, 2011; Orgad, 2009).

Canavilhas (2012: 3) explica que o facto de os *smartphones* e os *tablets* estarem cada vez mais sofisticados, graças às capacidades multimédia e ao acesso à internet, abre um novo mundo de oportunidades para a disseminação de conteúdos informativos. A capacidade de receber internet torna possível hospedar informação através de vários canais. Os tradicionais motores de busca, as redes sociais e os *emails* podem ser consultados em qualquer lugar, através dos diferentes dispositivos (Westlund, 2010: 93).

Para além disso, o desenvolvimento da internet móvel faz com que a informação nos periféricos com acesso a banda larga seja transmitida de uma forma muito mais rápida. Em alguns casos, essa velocidade é superior à da internet fixa (Escobar, 2010; Frattasi *et al.*, 2006; Hui & Yeung, 2003).

Estes aparelhos comportam uma série de características que os tornam muito semelhantes ao mais sofisticado dos computadores. Deste modo, assumem cada vez mais uma postura híbrida. Não só são utilizados para o contato entre pessoas como também permitem a recepção e a partilha dos mais diversos conteúdos informativos. Estas potencialidades sustentam os dados que apontam que os telemóveis substituíram completamente os telefones fixos em praticamente um quarto das casas nos Estados Unidos da América (Wei, 2008: 37). Este avanço é compreendido através da possibilidade que estas ferramentas têm para tirar fotografias, ouvir música e fazer *downloads* de vídeos da internet.

A evolução destes dispositivos atingiu o apogeu com o lançamento do iPhone em 2007 e com o iPad em 2010 (Straubhaar *et al.*, 2012: 351). As capacidades que emergiram com o *hardware* e o *software* dos produtos da Apple representaram uma mudança significativa no ecossistema mediático móvel (Westlund, 2013: 10). Grande parte dos conteúdos que nos habituamos a ver na televisão, no computador, nas consolas de videojogos, na rádio e nos jornais passaram a ser distribuídos e consumidos nos pequenos ecrãs dos *smartphones* e dos *tablets*.

Sobre as potencialidades que emergem com o desenvolvimento dos novos dispositivos de informação, em particular o iPad, Batsell (2012: 112) diz que a portabilidade do iPad, a sua facilidade de utilização e o interface do *touch-screen*, quando combinados, possibilitam uma experiência informativa imersiva na Web. Esta experiência, que pode ser extensível aos *smartphones*, ultrapassa a relação íntima que os cidadãos possuíram ao longo dos tempos com os jornais, as revistas, a rádio e a televisão. Picard (2005: 19) vai ao encontro desta ideia quando refere: “A digitalização do telefone e do broadcast faz com que seja tecnologicamente possível oferecer serviços broadcast, ao nível terrestre e por satélite, através de telefones móveis, assistentes digitais pessoais, e equipamentos similares”.

### 3. COMUNICAÇÃO MÓVEL: UM FENÓMENO SOCIAL

Como foi anteriormente mencionado, o telemóvel deixou de ser um mero veículo para o contato, através de telefonemas e envio de SMS, para ser um verdadeiro complemento de um sem número de atividades do nosso dia-a-dia.

Novamente, podemos destacar o papel que a Apple teve neste processo. Tendo como referência um *White Paper*<sup>1</sup> publicado pelo UMTS Fórum, compreendemos que a App Store, introduzida pela companhia de Steve Jobs, veio modificar a forma de utilização e as expectativas em relação aos telemóveis. No início de 2010 existiam mais de 115.000 aplicações exclusivas para o iPhone, com mais de três biliões de *downloads*. Mais do que um mero telemóvel, o pergaminho lançado pela empresa sediada em Cupertino, na Califórnia, foi acompanhado por outras, como a Google e a Samsung, que abriram lojas próprias para o mercado dos dispositivos móveis.

Analogamente, e voltando a mencionar a Apple, o lançamento do iPad em 2010 aumentou todo o afã existente em torno das novas tecnologias de informação móveis (Batsell, 2012). A chegada do *tablet* da Apple ao mercado foi descrita por David Carr (2010) da seguinte forma: “Não havia um êxtase tão grande em relação a uma tábua desde que Moisés desceu da montanha, mas para um produto ter um valor significativo, tem que ser útil ou resolver problemas, ou ambos.”

Para além disso, e de acordo com um relatório da Tomi Ahonen Almanac, em 2011, a taxa de penetração mundial de rádio era de 56,3%, a de televisão seguia na ordem dos 23,1%, e a da imprensa diária era de 6,5%, valores muito abaixo dos 86,7% do telemóvel (Canavilhas, 2012: 3). Nesse mesmo ano, foram vendidos, tendo em conta os números da Gartner, 60 milhões de iPads. Recentemente, e de acordo como resultado do Balanço Huawei de Banda Larga, o acesso à internet através de dispositivos móveis cresceu 59% no Brasil em 2012<sup>2</sup>.

O facto de estes dispositivos estarem um pouco por todo o lado – em 2006 a taxa de penetração destes aparelhos em Portugal era de 111%<sup>3</sup>, mais do que um por pessoa - reforçam o seu carácter ubíquo, quase divino, podendo ser utilizado em qualquer local com acesso à Internet e a qualquer momento (Oksman, 2010). Acontece aquilo a que Pacheco Pereira chama de “biologização dos devices”: a sua colagem ao nosso corpo, à nossa casa, a diminuição da distância física entre nós e as vozes que nos chegam de fora (Pereira, 2006).

As oportunidades levantadas pelos novos dispositivos de informação móveis não foram esquecidas pelos responsáveis das empresas de comunicação. A adaptação a uma nova realidade marcada pela convergência e pela produção de conteúdos para multiplataformas é um dos principais desafios da atualidade (Jenkins, 2006). A digitalização dos conteúdos informativos promove a circulação da informação através de diferentes plataformas.

Os atuais consumidores de informação não estão restringidos a apenas um aparelho, recebem a informação nas mais variadas plataformas (Chyi & Chadha, 2012: 432). De facto, temos a possibilidade de ver um programa num primeiro ecrã que é o da televisão, num segundo que é o computador, e no terceiro: os periféricos

<sup>1</sup> <http://lteworld.org/whitepaper/recognising-promise-mobile-broadband>

<sup>2</sup> [http://www.fndc.org.br/interinas.php?p=noticias&cont\\_key=889862](http://www.fndc.org.br/interinas.php?p=noticias&cont_key=889862)

<sup>3</sup> <http://www.obercom.pt/client/?newsId=318&fileName=rr4.pdf>. No relatório “Portugal móvel: Utilização do Telemóvel e transformação da vida social” são utilizados dados da ANACOM que demonstram a elevada taxa de penetração do telemóvel no dia a dia dos portugueses.

de informação móveis (Lam, 2011; Meadows, 2010; Orgad, 2009;). Esta posição é corroborada por Chyi e Chadha (2012: 432) quando explicam: “As atuais audiências (...) não estão restritas aos jornais, aos canais televisivos ou à rádio. Elas conseguem ter o mesmo conteúdo através dos *tablets*, dos telemóveis, *podcasts*, *e-readers* e outras plataformas móveis”.

O que importa aqui compreender é que a emergência destes dispositivos como veículos de informação resulta também de um fenómeno social. As mudanças não se verificam apenas ao nível da evolução tecnológica. A forma como o telemóvel passou a ser utilizado ao longo do tempo tem implicações no estilo de vida de cada pessoa (Picard, 2005: 21). “O que hoje sabemos do mundo é o que sabemos através dos media. Amanhã teremos conhecimento dos media através dos telemóveis” (Fidalgo, 2009: 122).

Peters (2012: 704) exemplifica a relação que a sociedade e a tecnologia têm na evolução do processo de consumo informativo da seguinte forma: durante a II Guerra Mundial a propagação da rádio permitiu que as pessoas se juntassem para receber os *updates* informativos, experimentando conjuntamente as sensações de triunfo e tragédia. A televisão transformou-se no objeto central do processo informativo nas décadas de 60 e de 70. Os noticiários da noite foram a alavanca para intensos debates nas mesas de jantar. Os jornais em papel sempre foram reconhecidos como elementos importantes graças ao seu perfil ubíquo, podendo ser consultados ao mesmo tempo que se realizavam as mais diversas atividades diárias. Nos anos 80 a televisão aproximou-se do perfil dos jornais ao incorporar emissões informativas matinais, à hora do pequeno-almoço. O desenvolvimento da internet testemunhou a passagem do consumo informativo de casa para o trabalho. Com o desenvolvimento dos periféricos móveis, a dieta informativa pode ser feita em qualquer lugar, a qualquer momento do dia, com vários tipos de conteúdos, nas mais distintas plataformas.

Uma outra forma de compreender a evolução no acesso à informação das audiências devido aos avanços tecnológicos é explicada por Press e Williams (2010). Os investigadores fazem uma comparação entre a cobertura informativa do Furacão Katrina que fustigou Nova Orleães em agosto de 2005 e o “Forgotten Hurricane” que assolou a Flórida em 1928.

No caso da tempestade dos anos 20 a maior parte da informação chegava aos cidadãos através de telégrafo. Era esporádica, imprecisa e na maior parte das vezes atrasada. A falta de informação contínua contribuiu para o aumento do número de mortes, que chegou aos 2500. Por seu lado, o furacão Katrina foi acompanhado por satélites e aviões que estavam em constante contato com os serviços atmosféricos. As informações foram transmitidas através da rádio, da internet e da televisão. O público teve acesso a informação contínua e em tempo real. Para além disso, e contrastando novamente com a tempestade de 1928, a informação foi disseminada em larga escala, para todo o mundo. O desenvolvimento da sociedade é acompanhado pelo desenvolvimento tecnológico. Os cidadãos afetados pelo Katrina possuíam um conjunto de ferramentas que não existiam nos anos 20.

Quando falamos de novos média não podemos destacar apenas as inovações tecnológicas. Os avanços tecnológicos fazem com que as audiências exijam um diferente tipo de oferta ajustada a esses avanços e às suas necessidades (Doyle, 2010: 440). As mudanças são, desta forma, de ordem tecnológica, textuais, convencionais e culturais. Ora, importa compreender as mutações na relação que os públicos estabelecem entre si e com os média.

“Ao mesmo tempo que o número de canais pelos quais nós chegamos às notícias aumenta, e o espaço para o consumo de informação se torna mais fragmentado, móvel e diverso, devemos prestar atenção ao modo como estas mudanças são experimentadas pelas várias audiências informativas” (Peters, 2012: 704).

Esta problemática pode ser enunciada à luz do trabalho desenvolvido por Hamilton e Heflin (2011). Os dois autores invocam a noção de determinismo tecnológico que sofre a oposição do construtivismo social. Na primeira ordem de ideias a tecnologia emerge de forma isolada e tem o poder, quase sobre-humano, de alterar a configuração social ou o setor onde emergiu. Neste sentido, fica clara a ausência de uma contingência histórica ou até de qualquer agência humana. Contrariamente, e na ordem do construtivismo social, é enaltecido o papel da sociedade e o fenómeno da tecnologia é analisado como um prodígio completamente subordinado às expressões passivas de uma determinada ordem social.

Uma outra proposta que pode enriquecer a discussão em torno desta questão está relacionada com o conceito de *mediamorphosis* (Fidler, 1997). Nesta perspectiva, a transformação dos média é provocada pela complexa interação de necessidades relacionadas com pressões de ordem competitiva e política e inovações sociais e tecnológicas. O investigador destaca ainda o que considera serem os dois princípios básicos da *mediamorphosis*: o princípio de sobrevivência e o princípio da adoção tardia.

O primeiro princípio sugere que todos os tipos de média vão adaptar-se e envolver-se em resposta às diversas condicionantes que enfrentam. O segundo assenta no pressuposto de que a adoção de uma nova tecnologia não acontece imediatamente, mas sim ao longo do tempo, num processo contínuo.

A primeira premissa vai ao encontro das ideias defendidas por outros investigadores, como Gosciola (2011: 3), que explicam que o desenvolvimento de uma nova tecnologia não implica o final e a morte das mais antigas:

“Para tanto, vale lembrar que a comunicação mediática tem um movimento de transformação contínuo e ininterrupto, mas uma ocorrência frequente nesse fluxo é que sempre que há uma obsolescência em termos tecnológicos entre os meios de comunicação, as narrativas começam a buscar novidades em novas tecnologias e vice-versa. Esse sincronismo ocorre graças a uma propriedade muito característica: cada novo meio de comunicação tem a possibilidade de integrar outros meios de comunicação que lhe antecederam.”

Holmes (2005: 83) corrobora a ideia afirmando que não existe nenhuma evidência empírica que garanta que os novos média irão levar ao fim do *broadcast*. Em contrapartida, propõe uma teoria de integração, em que as tecnologias de *broadcast* e de *network* são mutuamente constitutivas: “Network communication becomes



meaningful because of broadcast, and broadcast becomes meaningful in the context of network<sup>4</sup>” (2005: 83).

Assim, os periféricos móveis mais do que substituir o consumo de informação através de meios já consagrados como a televisão, a rádio ou os jornais, devem ser um complemento. As plataformas móveis são usadas cada vez mais como uma extensão dos média tradicionais. Os conteúdos que tiram vantagem das tecnologias audiovisuais desenvolvidas para os grandes ecrãs são muitas vezes transferidos diretamente para os pequenos ecrãs dos média móveis (Lam, 2011).

No entanto, mais do que replicar a informação de meios de comunicação mais consagradas, os média móveis devem ir ao encontro das necessidades não satisfeitas por parte desses mesmos meios. Este alerta é deixado por Doyle (2010: 446) quando refere que a disseminação de conteúdos através de multiplataformas, como os *smartphones* e os *tablets*, pode resultar numa distribuição *less from more* em vez de *more from less*. Ou seja, para que estes periféricos assumam uma verdadeira importância nos aspetos diários dos seus utilizadores, em vez do *repurposing* – em que os conteúdos são exatamente iguais aos publicados noutras plataformas – deve existir a *customisation* – os conteúdos são únicos e adequados aos periféricos móveis (Westlund, 2013: 20).

A segunda premissa diz-nos que a adoção das novidades tecnológicas é feita ao longo do tempo e não de um modo imediato. Ou seja, podemos concluir que o facto de uma determinada tecnologia estar disponível não significa que seja automaticamente aceite e utilizada. Picard (2005: 21) vai ao encontro de Holmes (2005) e identifica dois erros em relação às sempre altas expectativas sobre a chegada de novas tecnologias. Primeiro, é assumido que existe um interesse universal em todos os novos produtos e serviços. Segundo, é amplamente aceite que todas as tecnologias serão utilizadas de um modo universal: “As duas ideias são altamente suspeitas porque nenhum media ou plataforma de comunicação atingiu 100% de utilização e nenhuma teoria ou investigação sobre o comportamento dos consumidores suporta ambas as ideias (Picard, 2005: 21).”

Fidler (1997) exemplifica esta questão através da evolução da televisão, um conceito que fazia parte do imaginário da população no final do século XIX, mas que apenas se tornou realidade depois de algumas décadas marcadas por desenvolvimentos tecnológicos.

#### **4. O DESENVOLVIMENTO DA INTERNET DE BANDA LARGA MÓVEL E AS SUAS POTENCIALIDADES PARA O CONSUMO INFORMATIVO**

O futuro das empresas dedicadas à produção de conteúdos para periféricos móveis está intimamente relacionado com o desenvolvimento da internet móvel. O utilizador da internet deseja ter os mesmos serviços e a mesma qualidade desses serviços independentemente do meio que esteja a utilizar e do local em que se

<sup>4</sup> Neste caso, optamos por não traduzir esta expressão de forma a garantir a sua genuinidade.

encontra. Estas exigências tornam necessário o desenvolvimento dos serviços para a conexão da internet através das ferramentas móveis. O principal objetivo passa por oferecer uma experiência similar àquela que é possível obter nas plataformas fixas (Escobar, 2010).

No entanto, o desenvolvimento e a implementação plena da banda larga móvel têm sido interrompidos pelas condições económicas adversas e pelo facto de as componentes tecnológicas nem sempre acompanharem as necessidades levantadas pelos utilizadores. Porém, o ponto de viragem neste processo poderá estar a acontecer devido à grande disponibilidade existente no que toca às redes de comunicação e aos dispositivos capazes de partilhar e armazenar o resultado das atividades desenvolvidas pelos utilizadores. A implementação de uma rede 4G promete aumentar a velocidade dos serviços, transformando completamente a experiência dos consumidores no contexto da internet móvel.

De facto, o desenvolvimento das tecnologias de informação móveis, como os *smartphones* e os *tablets*, tem sido acompanhado pelo aumento da velocidade e da capacidade de tráfego da internet de banda larga móvel. De acordo com a Cisco<sup>5</sup>, o tráfego de conteúdos móveis aumentou 70 por cento em 2012. Este aumento de tráfego é acompanhado pelo aumento, para mais do dobro, da velocidade da internet também em 2012. Para isso contribuiu o desenvolvimento de conteúdos e de aplicações específicas para *smartphones*. Em 2012, o típico *smartphone* gerou 50 vezes mais tráfego de dados móveis do que o telemóvel tradicional. Estes números prometem continuar a aumentar e, em 2013, prevê-se que o número de dispositivos móveis com ligação à rede ultrapasse a totalidade da população mundial.

É também importante compreender o impacto que o desenvolvimento dos *tablets* tem para estes números. A Cisco identifica um aumento de 2,5 vezes, para um total de 36 milhões, de *tablets* com ligação à internet. Para além disso, o tráfego de dados móveis no *tablet* foi em média de 820 MB por mês, contra 342 MB dos *smartphones*.

É neste contexto que Bhalla e Bhalla (2010) identificam a evolução da internet de banda larga móvel, que passou da geração 1G até ao atual 4G. O conceito de celular foi introduzido com a tecnologia 1G, que tornou a tecnologia *wireless* móvel possível. A tecnologia digital ultrapassou a analógica com a introdução do sistema 2G, que melhorou ainda a qualidade da comunicação *wireless*. A transferência de conteúdos foi o factor mais importante da tecnologia 3G. O sistema 4G, que começa agora a ser utilizado em grande parte dos países europeus, é uma janela aberta à exploração de novas oportunidades para a comunicação móvel.

Tendo em conta que a mudança de uma tecnologia para a outra é um processo que demora algum tempo e necessita de um esforço redobrado por parte dos operadores, Frattasi e a sua equipa (2006: 37) referem que o *'user friendliness'* e o *'user personalization'* são os predicados mais importantes do 4G. O primeiro conceito

<sup>5</sup> [http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white\\_paper\\_c11-520862.html](http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white_paper_c11-520862.html)



exemplifica a interação entre as aplicações e os utilizadores graças a uma transparência bem concebida que permite que os utilizadores e os terminais interajam naturalmente. Por seu lado, o *'user personalization'* refere-se à forma como os utilizadores podem configurar o modo operacional dos seus aparelhos e pré-selecionar os conteúdos que querem receber de acordo com as suas preferências. Esta mesma possibilidade era já explorada, de uma outra perspectiva, em 2003, quando Hui e Yeung (2003: 59) enfatizaram o conceito de mobilidade pessoal: “A mobilidade pessoal está concentrada no movimento dos utilizadores em vez da mobilidade dos terminais dos utilizadores e envolve o fornecimento de comunicações pessoais e ambientes operativos personalizados”.

O consumidor assume-se, assim, como elemento central no processo comunicativo. São os cidadãos, através das suas escolhas, que vão definir o caminho que as tecnologias vão trilhar:

“Todas as novas tecnologias são desenvolvidas tendo como principal objetivo penetrar no mercado de massas e ter um forte impacto na vida das pessoas. Os novos desígnios introduzidos pelo 4G são baseados na assunção de que cada utilizador quer ser tratado como um cliente distinto e valorizado, que exige um tratamento especial para os seus desejos exclusivos” (Frattasi, *et al.*, 2006: 37).

Outra das potencialidades que é levantada com a implementação da rede 4G está relacionada com o fenómeno da convergência das plataformas. Os utilizadores ganham a possibilidade de estarem conectados praticamente em qualquer lado graças à exploração das várias redes disponíveis. Deste modo, compreendemos que a equipa liderada por Frattasi encara a tecnologia 4G como um fenómeno que coloca o ser humano no centro das decisões, sendo que a tecnologia deve estar sempre ao serviço das necessidades levantadas pelo ser humano. Também Hui e Yeung (2003: 54) defendem o carácter pessoal desta tecnologia, acrescentando ainda possibilidades como a receção de conteúdos com o perfil multimédia. Os investigadores destacam ainda a alta usabilidade desta tecnologia, já que permite que o consumo informativo aconteça em qualquer altura, em qualquer lado e com a mais distinta das tecnologias.

O desenvolvimento dos dispositivos móveis como os *smartphones* e os *tablets* é assim acompanhado pela evolução de uma nova rede de banda larga móvel, que tem a possibilidade de completar os desígnios levantados por estes aparelhos. O 4G permitirá maiores velocidades e uma ampla cobertura de rede de banda larga móvel, potencializando a experiência dos prestadores e consumidores de informação de plataformas de informação móveis.

## 5. METODOLOGIA

Neste capítulo vamos refletir principalmente sobre os métodos de investigação utilizados no nosso Projeto de Doutoramento, de forma atingir os objetivos que temos. Deste modo, vamos aqui sugerir e fundamentar os vários métodos de investigação que pretendemos seguir com o objetivo de analisar o impacto das novas tecnologias de informação móveis no contexto da Sociedade da Informação.

Na nossa reflexão vamos ter sempre em consideração a análise dos dois eixos que nortearão todo o nosso processo de investigação: o da produção de conteúdos informativos para os novos dispositivos de informação móveis e as oportunidades que se abrem para quem recebe a informação.

Deste modo, consideramos serem mais apropriados os métodos de investigação qualitativos. Tal como é referido por Jorge Vala (1989: 103), o rigor não é um predicado exclusivo da quantificação, nem a quantificação tem a possibilidade de só por si garantir a validade e a fidedignidade daquilo que procuramos. Para além disso, mais do que uma descrição, o nosso objetivo passa por uma interpretação da realidade. Trata-se de um processo que comporta uma certa dose de complexidade no que diz respeito às questões teóricas. Numa perspetiva mais prática, vai obrigar-nos a analisar as experiências que são potencializadas no contexto deste novo paradigma. É a este nível que vamos procurar desenvolver um conjunto de entrevistas semi-estruturadas a editores de informação responsáveis pela coordenação dos conteúdos informativos para os novos periféricos de informação móveis.

Vamos ainda fazer um acompanhamento das rotinas de trabalho das redações nesta nova realidade, procurando compreender quais as alterações que os novos desígnios tecnológicos impõem aos jornalistas. A observação participante estender-se-á a um conjunto de empresas que, em Portugal e nos Estados Unidos da América, estão a desenvolver aplicações especificamente desenhadas para estes aparelhos. Os estudos de caso serão as técnicas metodológicas utilizadas para analisar as inovações que resultam da produção de conteúdos especificamente desenvolvidos para estas novas plataformas.

Deste modo, o presente capítulo foi dividido num conjunto de diferentes pontos que, embora distintos, se poderão relacionar ao longo do nosso Projeto de Doutoramento: análise documental, entrevistas semi-estruturadas, observação participante, estudo de caso e recursos necessários.

### 5.1. RECOLHA BIBLIOGRÁFICA

A primeira fase do nosso trabalho, que já se iniciou, está relacionada com a recolha de bibliografia para sustentar a base teórica de todo o Projeto de Doutoramento. Tendo em conta que o campo das novas tecnologias de informação é amplamente largo, identificamos um conjunto de palavras-chave que orientarão a busca documental para nossa base teórica: internet móvel; 4G; convergência mediática; jornalismo móvel; mobilidade; portabilidade; usos e gratificações.

Grande parte deste trabalho será realizada com o apoio de bibliotecas e de bases bibliográficas *online*. É importante ter em conta o potencial que um doutoramento misto, com a possibilidade de estadia nos Estados Unidos da América, tem para o enriquecimento e diversidade da nossa base bibliográfica.

O estado da arte das várias questões que nos propomos estudar é uma forma de aclarar a nossa investigação, facilitando também a delimitação do problema que pautará o trabalho desenvolvido. É possível encontrar uma opinião partilhada por diferentes investigadores que destacam a necessidade de a investigação em

Ciências Sociais englobar a demarcação de um problema, ou pergunta de partida, que poderá evoluir ao longo do tempo, fruto das pesquisas desenvolvidas (Quivy & Campenhoudt, 1992: 119-121; Yin, 2001: 26)

Para além da consulta de livros, *papers* e *ebooks*, vamos também prestar atenção às várias agências que produzem relatórios pormenorizados e constantemente atualizados sobre a indústria dos dispositivos de informação móveis. Até ao momento identificamos a CISCO, o UMST Fórum e a Tomi Ahonen como bases úteis neste processo. Estaremos, no entanto, completamente abertos à exploração de novas referências que possam ser úteis.

Consideramos que a análise bibliográfica, que tem tomado grande parte do nosso tempo, será uma tarefa transversal ao nosso Doutoramento. Só com o apoio do pensamento crítico de investigadores com experiência nesta área é que conseguiremos adquirir conhecimento para desenvolver o nosso pensamento e orientar o nosso esforço para as questões mais importantes e pertinentes sobre o jornalismo para periféricos móveis.

## 5.2. ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

As entrevistas são um recurso bastante utilizado e valorizado nas investigações realizadas no campo das Ciências Sociais. Vamos recorrer a este tipo de metodologia durante a fase exploratória, ao longo da condução da maior parte da investigação, ou até na fase mais adiantada do trabalho, de forma a clarificar alguns pontos necessários. Consideramos, com base em Bouchard (1976: 368), que as entrevistas têm a possibilidade de capitalizar em linguagem, a forma de comunicação mais poderosa do ser humano, as diferentes experiências vivenciadas. Realizaremos um conjunto de entrevistas semi-estruturadas, que, como diz Chizzotti (1991: 92), são elementos muito importantes para a recolha de informações baseadas no discurso livre do entrevistado.

As entrevistas serão realizadas a responsáveis editoriais de diferentes grupos mediáticos portugueses e norte-americanos. Vamos procurar compreender de que forma os jornalistas se estão a adaptar ao novo contexto tecnológico marcado pela emergência das novas tecnologias de informação móveis, que prometem revolucionar novamente as questões relacionadas com a convergência mediática. As entrevistas aos editores de informação serão indispensáveis, na medida em que nos permitirão ter um contato próximo com os decisores e com as decisões que estão a ser tomadas para responder aos novos desígnios tecnológicos no campo do jornalismo. As entrevistas apresentam-se, deste modo, como uma ferramenta bastante útil, na medida em que promovem um ponto de contato entre os jornalistas e os investigadores. Por outras palavras, “elas são úteis para os investigadores e constituem um ambiente muito familiar para os atores envolvidos- os jornalistas” (Santos, 2012: 147).

Para além disso, as entrevistas funcionam como um bom complemento ao método de observação participante que será destacado no ponto seguinte. As duas técnicas enquadram-se perfeitamente no âmbito da investigação qualitativa. Esta

mesma relação é explicada por Lessard-Hébert e a sua equipa (2008: 168) quando referem que as entrevistas possuem “laços evidentes com outras formas de recolha de dados, nomeadamente com a observação.”

### 5.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

O processo de observação participante surge em complementaridade com as diferentes metodologias de investigação acima mencionadas e tem como principal objetivo entrar em contato com os atores principais, os jornalistas e as empresas de desenvolvimento de aplicações para periféricos móveis, que até ao momento se situam apenas no nosso universo teórico.

Trata-se de uma técnica de investigação que tem o poder de aproximar os académicos dos principais atores da realidade estudada, uma vez que permite aos investigadores observar o que as pessoas fazem, ao contrário de outros métodos empíricos que se limitam a reportar aquilo que as pessoas dizem sobre o que fazem (Gans, 1999: 540). Almeida e Pinto (1995: 105) vão ao encontro desta ideia ao explicar que o método de observação participante é a “inserção do observador no grupo observado”. Ou seja, e tendo em conta as duas propostas aqui elencadas, o nosso principal objetivo aquando a realização desta tarefa é estar no local onde a ação se desenrola, seja ele uma redação jornalística ou um laboratório de desenvolvimento de aplicações especificamente desenhadas para periféricos móveis. Ainda neste contexto, desenvolveremos uma comparação entre a realidade portuguesa e a norte-americana. Escolhemos os Estados Unidos da América como ponto de comparação com a realidade portuguesa por possuírem empresas de ponta no desenvolvimento de aplicações para periféricos móveis e projetos editoriais mais avançados a este nível.

O *corpus* da análise comporta quatro grandes grupos mediáticos da sociedade portuguesa: a RTP, a Controlinveste, a Impresa e a Media Capital e as empresas portuguesas Wit Software e Open Idea. Nos Estados Unidos da América, o nosso objetivo passa por desenvolver esta metodologia de investigação próximo da Time Warner Company.

Com o intuito de estruturar o trabalho que desenvolveremos será criada uma grelha de observação participante. Através da relação entre esta metodologia de trabalho e as entrevistas, julgamos ser possível compreender de que modo as redações se estão a adaptar às necessidades de operar num ambiente mediático marcado pela mobilidade e instantaneidade, dois dos predicados que caracterizam o novo ambiente mediático. Para além disso, teremos também uma visão complementar dos desenvolvimentos tecnológicos que empresas que trabalham neste contexto estão a promover e que poderão, ou não, ser transportados para o jornalismo.

### 5.4. ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso serão desenvolvidos com o objetivo de compreender as novas potencialidades levantadas pelos periféricos de comunicação móvel. Num

ambiente tecnológico cunhado pela ubiquidade, mobilidade, portabilidade e instantaneidade, intentaremos analisar as várias possibilidades em que os conteúdos criados pelos jornalistas se podem concretizar. Esta análise, quando se justifique, será feita em comparação com os outros média já consagrados, como a televisão, a rádio e a imprensa, e com a realidade dos portais eletrónicos dos grupos mediáticos já mencionados. Assim, vamos comparar qualitativamente a diferença entre as peças que são construídas para os periféricos móveis e para os outros meios.

Neste sentido, procuraremos compreender até que ponto é que este tipo de aparelhos contribuem para um papel mais ativo para quem recebe a informação. O desenvolvimento tecnológico dos *smartphones* e dos *tablets*, aliado às redes sociais como o Twitter, o Facebook e o YouTube, permite que seja possível pensar numa esfera pública digital verdadeiramente diversificada e com a participação ativa dos cidadãos.

No campo das Ciências Sociais, os estudos de caso são uma das opções possíveis para a realização de uma análise empírica de um fenómeno contemporâneo, num contexto real, quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são explicitamente manifestas, exigindo assim a possibilidade de várias conclusões (Yin, 1984). O resultado final espera-se que seja a interpretação do mundo real, com a máxima proximidade possível, de modo a expor experiências ou a criação de teorias com acontecimentos típicos e únicos, e que sejam exemplo de estudo para a atuação em situações semelhantes.

Consideramos os estudos de caso como uma técnica a ser utilizada na medida em que se trata de um processo de pesquisa bastante abrangente, que aborda questões relacionadas com a lógica do *design*, as técnicas da recolha de dados e abordagens para a análise de dados específicos. É neste sentido que encaramos os estudos de caso como um método de estudo que permite aos investigadores manter as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, sejam eles ciclos de vida, processos organizacionais e gerenciais ou a mutuação de indústrias (Yin, 2003: 2). Pretendemos, portanto, “garantir um acesso, um caminho do pensamento que dê lugar ao inesperado dentro do esperado, ao invisível dentro do visível, o indizível dentro do dizível” (Miranda, 2007: 53).

Neste sentido, reforçamos a necessidade de elaborar um trabalho qualitativo. Mais do que uma descrição, o nosso objetivo passa por desenvolver uma interpretação. Neste sentido, os dados meramente quantitativos seriam insuficientes. Temos como pretensão salientar as razões da arquitetura de uma parte importante dos conteúdos informativos especialmente desenvolvidos para os periféricos de informação móveis, ou seja, será inevitavelmente para dados qualitativos que orientaremos a nossa análise.

### 5.5. RECURSOS

O último ponto a ser analisado no presente capítulo está relacionado com os recursos que utilizaremos ao longo do nosso Projeto de Doutoramento. Tratando-se de um trabalho que visa compreender a influência dos periféricos de informação móveis

no contexto do jornalismo, utilizaremos o iPhone e o iPad como exemplos. Escolhemos os dois periféricos da Apple, principalmente, por questões relacionadas com a sua usabilidade e pela elevada taxa de adopção que, como foi atrás referido, possuem.

Sempre que se justifique, utilizaremos também peças informativas televisivas, de rádio ou da imprensa para obter uma comparação entre o que é desenvolvido para os aparelhos móveis e o que é criado para estes meios já consagrados. Prestaremos uma atenção ainda mais particular aos *sites* dos órgãos de comunicação social que vamos examinar.

De forma a analisar os dados recolhidos, selecionamos a ferramenta *SPSS Statistics* para nos acompanhar ao longo dos trabalhos desenvolvidos no nosso Projeto de Doutoramento.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Doutoramento “Informação 4G: Os desafios que as tecnologias de informação móveis colocam no campo da informação” (FCT:SFRH/BD/87763/2012) surge principalmente por uma grande motivação alicerçada no interesse pessoal pelas novas tecnologias de informação e pelos estudos aplicados ao jornalismo. Para além disso, é importante não esquecer a experiência obtida na área da investigação, aquando da participação no projeto “Jornalismo Televisivo e Cidadania: Os Desafios da Esfera Pública Digital” (PTDC/CCI-JOR/099994/2008), a decorrer no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, na Universidade do Minho. Há ainda que referir a breve experiência obtida no campo das novas tecnologias de informação, durante a realização do relatório de estágio subordinado à temática das redes sociais. Podemos dizer que é com base nestes dois pontos e, de certa forma, com o objetivo de dar continuidade a estes mesmos trabalhos que decidimos iniciar esta nova aventura.

Ao longo destes capítulos é possível compreender os pontos centrais que vão orientar a nossa investigação durante os 42 meses a que este Projeto de Doutoramento teve direito a financiamento, após concurso público a nível nacional.

## FINANCIAMENTO

Este artigo foi elaborado no contexto do projeto de Doutoramento intitulado “Informação 4G: Os desafios que as tecnologias móveis colocam no campo da informação” (FCT:SFRH/BD/87763/2012), cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) – Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal.





## REFERÊNCIAS

- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1995) *A investigação nas Ciências Sociais – Estudo elaborado no Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa: Editorial Presença.
- Batsell, J. (2012). 'Intrigued, But Not Immersed: Millennial Students Analyze News Apps During the iPad's First Year', *Electronic News*, 6(3), 111-130.
- Bhalla, M. R., & Bhalla, A. V. (2010). 'Generations of Mobile Wireless Technology: A Survey', *International Journal of Computer Applications*, 5(4), 7.
- Bouchard, T. J. (1976), 'Field research methods: interviewing, questionnaires, participant observation, systematic observation, unobtrusive measures' in Dunnette, M.D. (ed.) *Handbook of industrial and organizational psychology*, Cap. 9, Chicago: Rand-McNally.
- Canavilhas, J. (2012). 'Jornalismo para dispositivos móveis: informação hipermultimidiática e personalizada', *IV Congreso Internacional Latina de Comunicación Social*, 4 a 6 de dezembro de 2012, Universidad de La Laguna.
- Carr, D. (2010) 'A Savior in the Form of a Tablet', *New York Times*. [disponível em [http://www.nytimes.com/2010/01/04/business/media/04carr.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/01/04/business/media/04carr.html?_r=0) acessado em 3/01/2013].
- Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Editora Cortez.
- Chyi, H. I., & Chadha, M. (2012). 'News on New Devices', *Journalism Practice*, 6(4), 431-449.
- Cisco (2013) 'Cisco Virtual Networking Index: Global Mobile Data Traffic Forecast Update, 2012-2017', *Cisco*. [disponível em [http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white\\_paper\\_c11-520862.html](http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white_paper_c11-520862.html) acessado em 1/06/2013]
- Cortez, Bruno. (2013). 'Internet Móvel cresceu 59% em 2012', *Valor Econômico*. [disponível em [http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=889862](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=889862) acessado em 20/5/ 2013]
- Doyle, G. (2010). 'From Television to Multi-Platform: Less from More or More for Less?', *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 16(4), 431-449.
- Erdal, I. J. (2011). 'Coming to Terms with Convergence Journalism: Cross-Media as a Theoretical and Analytical Concept', *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 17(2), 213-223.
- Escobar, M. C. (2010). 'La próxima generación de telefonía móvil 4G: LTE y Wimax, estado del arte', *BIT*(183), 6.
- Fidalgo, A. (2009). 'Pushed News: When the news comes to the cellphone', *Brazilian Journalism Research*, 5(3), 12.
- Fidler, R. F. (1997). *Mediamorphosis: Understanding new media. Journalism and communication for a new century*, Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Frattasi, S., Fathi, H., Fitzek, F. H. P., Prasad, R., & Katz, M. D. (2006). 'Defining 4G Technology from the User's Perspective', *IEEE Network* (January/February 2006), 7.
- Gans, H. J. (1999). 'Participant observation in the era of 'ethnography'', *Journal of Contemporary Ethnography*, 28(5), 540-548.
- Gosciola, V. (2011, 26 e 27 de Setembro de 2011). *Narrativa Transmídia: a presença de sistemas de narrativas integradas e complementares na comunicação e na educação*.

- Hamilton, J. F., & Heflin, K. (2011). 'User production reconsidered: From convergence, to autonomia and cultural materialism', *New Media & Society*, 13(7), 1050-1066.
- Hui, S. Y., & Yeung, K. H. (2003). 'Challenges in the Migration to 4G Mobile Systems', *IEEE Network* (December 2003), 5.
- Holmes, D. (2005). *Communication Theory. Media, Technology and Society*. London: Sage.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture: Where old and new media collide*, New York: University Press.
- Lam, C. (2011). 'Portable media affected spectatorship', *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 17(4), 431-443.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008). *Investigação Qualitativa. Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Meadows, J. (2010). 'Broadcast and Cable on the Third Screen: Moving Television Content to Mobile Devices'. In J. A. Hendricks (Ed.), *The Twenty First Century Media Industry Economic And Managerial Implications In The Age Of New Media* (pp. 173-189). Plymouth: Lexington Books.
- Miranda, J. (2007). *Teoria da Cultura*, 2ª edição, Lisboa: Edições Sécuro XXI
- Obercom (2007) 'Potugal Móvel: Utilização do Telemóvel e Transformação da Vida Social', Obercom. [disponível em <http://www.obercom.pt/client/?newsId=318&fileName=rr4.pdf> acedido em 3/04/ 2013]
- Orgad, S. (2009). 'Mobile TV: Old and New in the Construction of an Emergent Technology', *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 15(2), 197-214.
- Oksman, V. (2010). *The mobile phone: A medium in itself*. (Ph.D), University of Tampere.
- Pereira, J. P. (2006). Os blogues antes dos blogues, Público.
- Peters, C. (2012). 'Journalism to Go', *Journalism Studies*, 13(5-6), 695-705.
- Picard, R. G. (2005). 'Mobile telephony and broadcasting: are they compatible for consumers', *International Journal of Mobile Communications*, 3(1), 10.
- Press, A.L., & Williams, B.A. (2010). *The New Media Environment :An Introduction*, Malden: Wiley-Blackwell.
- Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva
- Santos, L. (2012). *Journalism in transition - a study of change at Jornal de Notícias' online newsroom*. (Ph.D), Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Straubhaar, J., LaRose, R., & Davenport, L. (2012). *Media Now: Understanding Media, Culture, and Technology* (Seventh Edition ed.), Boston: Wadsworth.
- UMST Forum (2010). 'Recognising the Promise of Mobile Broadband'. *UMST Forum*, Londres. [disponível em <http://www.3gpp.org/The-Promise-of-Mobile-Broadband> acedido em 05/05/ 2013]
- Vala, J. (1989). 'A análise de conteúdo', in Santos Silva, Augusto (org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Ed. Afrontamento, 3ª Ed.
- Wei, R. (2008). 'Motivations for using the mobile phone for mass communications and entertainment', *Telematics and Informatics*, 25(1), 36-46.



Westlund, O. (2010). 'New(s) functions for the mobile: a cross-cultural study', *New Media & Society*, 12(1), 91-108.

Westlund, O. (2013). 'Mobile News', *Digital Journalism*, 1(1), 6-26.

Yin, Robert (1984). *Case Study Research, design and methods*, Beverly Hills: Sage Publications.

Yin, Robert. (2001). *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos, 2a edição*, Porto Alegre: Bookman

Yin, Robert. (2003). *Case study research, design and methods*, London: Sage.

## ***Cyberbullying e crowdsourcing: o caso da Maratona de Boston***

### ***Cyberbullying and crowdsourcing: the case of the Boston Marathon***

LUZIA PINHEIRO<sup>1</sup> & MOISÉS DE LEMOS MARTINS<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Emergindo como promessa da inteligência colectiva colocada em prática, o crowdsourcing revela o poder das massas trabalhando em direcção a um objectivo comum. No caso da Maratona de Boston a investigação amadora crowdsourcing demonstrou que na demanda de resultados o caminho percorrido pode ser sinuoso e levar a efeitos imprevisíveis como a prática de cyberbullying. Supondo terem encontrado os autores dos atentados, os investigadores crowdsourcing divulgaram rapidamente todas as informações de que dispunham acerca dos alegados bombistas, sem confirmarem a sua veracidade, difamando e denegrindo a imagem dessas pessoas. Está-se então a falar sobre a possibilidade da utilização de toda a potência do crowdsourcing direccionado para o cyberbullying. Propõe-se assim reflectir sobre o poder da Internet e dos movimentos crowdsourcing, suas potencialidades e riscos associados com base neste caso em particular.

**Palavras-chave:** crowdsourcing, Maratona de Boston, Internet, cyberbullying.

---

#### **Abstract**

Emerging as the promise of the power of collective intelligence put into practice, crowdsourcing reveals the power of the masses working towards a common goal. In the case of the Boston Marathon unprofessional crowdsourcing research demonstrated that in the demand for results the path can be winding and lead to unpredictable effects as cyberbullying. Assuming they have found the perpetrators of the attacks crowdsourcing researchers reported promptly all information they had about the alleged bombers, without confirming its veracity, vilifying and denigrating the image of these people. It is then up talking about the possibility use of the full power of crowdsourcing targeted at cyberbullying. It is thus proposed reflect upon the power of the Internet and crowdsourcing movement, and its potentialities associated risks based on this particular case.

**Keywords:** *crowdsourcing, Boston Marathon, Internet, cyberbullying*

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / luzia.o.pinheiro@gmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / moiseslmartins@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Existem, na sociedade actual, diversas formas de *cyberbullying*, uma das quais é trazida à luz neste artigo que tem por base a aplicação de uma metodologia de carácter qualitativo, os estudos de caso, que permitem estudar os fenómenos consoante eles se manifestam, sem comprometer o desenrolar dos acontecimentos (Fidel, 1992; Yin, 1994). O caso em estudo ficou conhecido pelo *slogan* “*Encontrem os bombistas de Boston*”, o qual se passa a descrever.

No ano civil de 2013 decorria em Boston, Estados Unidos da América, a maratona da cidade quando dois engenhos explosivos detonaram. Foi no dia 15 de Abril, aproximadamente às 14h50 locais que três pessoas perderam a vida – entre as quais uma criança – e quase duas centenas ficaram feridas.

Identificado o incidente como atentado terrorista e tendo como objectivo acelerar o processo de identificação dos suspeitos, as autoridades emitiram um apelo aos cidadãos para que ajudassem na investigação, cedendo filmagens e fotografias tiradas no local. Este simples requerimento levou a que as pessoas descorrinhassem justificativo no pedido das autoridades para ir mais além e empreender uma investigação paralela. Nesse sentido, os cidadãos não só cederam as fotografias e vídeos a quem as solicitou como as publicaram na Internet, lançando um apelo global para que todos juntos, através do *crowdsourcing*, encontrassem evidências que permitissem identificar os autores do atentado. O facto de os cidadãos terem empreendido uma investigação amadora paralela à oficial fez com que este caso ficasse conhecido por “*Encontrem os bombistas de Boston*”, por terem sido criados nos sites *Reddit* e *4chan* fóruns de discussão do caso com este nome (e fechados após a divulgação, pelas autoridades, dos culpados). No entanto, o *Twitter* e o *Facebook* também foram palco de acesas discussões e trocas de informação que os investigadores amadores iam partilhando. Paralelamente, as autoridades iam procedendo à investigação oficial e, quando o jornal *New York Post* publicou a suposta imagem dos suspeitos (retirada dos fóruns da investigação amadora e sem confirmar a veracidade da mesma), para silenciar as massas que tomaram essa informação como verdadeira, as autoridades divulgaram a imagem dos bombistas ainda sem ter descoberto a identidade dos mesmos. Nessa altura os amadores mudaram de rumo e começaram a tentar desvendar a identidade dos dois homens da imagem divulgada pelas autoridades, socorrendo-se de aplicativos de identificação facial básicos, obtendo resultados artesanais. Rapidamente divulgados esses resultados, que terminaram na identificação de mais dois inocentes, um deles chegando a ser encontrado morto passados uns dias, as autoridades conseguiram identificar com sucesso os verdadeiros culpados, dando por terminada esta epopeia que durou menos de uma semana.

## 2. O APELO CROWDSOURCING: “ENCONTREM OS BOMBISTAS DE BOSTON”

Resumindo, o apelo teve a seguinte ordem de desenvolvimentos:

- Os *crowdmembers* dedicaram-se a tentar encontrar indícios no material disponível;

- Foram acusados inocentes;
- Difundiram-se pistas falsas;
- Registrou-se o incentivo às teorias da conspiração;
- A emoção sobrepôs-se à razão;
- O jornal *New York Post* publicou fotografias de dois suspeitos apontados como culpados pelos detectives amadores e que resultaram inocentes;
- Após a divulgação da imagem dos acusados pelas autoridades, os “Sherlock Holmes” do *crowdsourcing* utilizaram todos os meios ao seu dispor para identificar os suspeitos antes das autoridades;
- Registrou-se uma tentativa por parte dos aspirantes a detectives *crowdsourcing* provarem ser melhores e mais rápidos que as autoridades especialistas em investigação criminal;
- Um jovem universitário de Brown, desaparecido há um mês, foi equivocadamente identificado como um dos suspeitos pelos detectives *crowdsourcing*;
- As autoridades divulgaram a verdadeira identidade dos bombistas e ela não correspondeu com os suspeitos apontados pelos investigadores amadores;
- O jovem universitário incorrectamente apontado como culpado pelos *crowd-members* é encontrado morto.

Perante estes factos, o que se pode induzir? Primeiro, que se está defronte a um enquadramento específico, resultante de uma combinação de factores únicos, que permite perceber a existência de uma variante de *cyberbullying* que tem passado despercebida aos olhos da comunidade científica internacional: o *bullying* de massas ou *crowdbullying*, que consiste na utilização das tecnologias de comunicação e informação para incomodar, perseguir e difamar um alvo de forma insistente e intencional (Pinheiro, 2009). E que foi possível de visionar devido a um apelo *crowdsourcing*. Mas antes de mais urge compreender o que é o *crowdsourcing*.

O termo *crowdsourcing*, palavra composta pela combinação de *crowd* = massas e *sourcing* = fonte, pode, segundo Silvestre (2011: 1), ser definido da seguinte forma:

“*Crowdsourcing* são então pessoas que se unem para resolver problemas em conjunto, criar novos produtos, testarem sites, criarem conteúdo, encontrarem soluções e muito mais. E é uma tarefa feita por nós há muito tempo, não é uma novidade da internet, as cooperativas são exemplos de *crowdsourcing*, determinados movimentos também” (Silvestre, 2011: 1).

Na mesma linha, Stevens (2011: 1) argumenta que o fenómeno é uma maneira de conciliar o conjunto de pessoas ligadas em rede que se manifestam disponíveis para trabalhar em conjunto num objectivo, sendo que a base da eficácia do *crowdsourcing* é tanto o número de pessoas quanto a redução do custo tempo/orçamento (Stevens, 2011: 3).

Tal como foi referido anteriormente neste ponto, o *crowdsourcing* aparenta não ser uma novidade criada pelas potencialidades da Internet, mas incrementada

por esta. Segundo o *site Crowdsourcing.org* (2012), o fenómeno apresenta origens remotas, podendo fazer-se um chamamento a episódios em que a nobreza apelou à população a fim de obter ajuda na resolução de alguma necessidade da época. Segundo o infográfico do *site (Crowdsourcing.org, 2012)*, em 1714 é possível encontrar na história um exemplo: o pedido – do Parlamento Britânico à população – de ideias que assegurassem uma navegação marítima mais segura, sendo a criação do cronómetro marítimo em 1735 por John Harrison (Infopédia, 2013) o desenlace. Outro exemplo remonta a 1858 quando os criadores do *Oxford English Dictionary* solicitaram voluntários para a sua redacção.

Logo, e nesse sentido, o *crowdsourcing* não aparece como algo novo, mas sim como um recurso actualizado ao enquadramento das possibilidades presentes. O que é novo é o seu alargamento de utilização à escala mundial em tempo real.

Podendo ser utilizado por qualquer pessoa, o *crowdsourcing*, por reduzir tempo e disponibilizar os recursos físicos, económicos, materiais e tecnológicos necessários ao desempenho de qualquer finalidade que individualmente seria considerada penosa ou inviável, possibilita que seja direccionado para diversos objectivos (*Crowdsourcing.org, 2012; Silvestre, 2011; Stevens, 2011*), por exemplo:

- Lutar por causas e/ou fazer um *brainstorming* e recolher algum *feedback*;
- Desenvolvimento organizacional/tecnológico;
- Resolver problemas e/ou recolher fundos (*crowdfunding*);
- Produzir algo fazendo uso da criatividade;
- Colectar, encontrar e/ou processar conhecimentos.

Porém, tal como tudo, o que é bom por um lado está sujeito a efeitos secundários por outro e o *crowdsourcing* não é excepção e esconde, por vezes, armadilhas em que qualquer um é passível de cair e que podem comprometer os resultados finais, como argumenta Palumbo (2011). Eis algumas das tentações:

- Ego;
- Promover a publicidade ou o destaque pessoal;
- Encontrar a resposta “quem” antes de “o quê”;
- Pensar que *crowdsourcing* é dispor de tecnologia de ponta;
- A emoção levar a melhor sobre a razão.

Reflectindo um pouco acerca destas armadilhas pode antever-se algumas questões que Stevens (2011: 4) aponta como desvantagens do *crowdsourcing*, por exemplo, a credibilidade dos resultados, principalmente quando envolvem juízos de valor, o que acontece facilmente quando a emoção fala mais alto que a razão ou quando os *crowdmembers* competem entre si pelos mais variados motivos, como promoção pessoal, por exemplo. Ou seja, pode antever-se no *crowdsourcing* a incidência de efeitos colaterais, que pode ter consequências inesperadas, como aconteceu no caso Maratona de Boston.

### 3. DO CROWDSOURCING PARA O CYBERBULLYING

Emergindo como promessa do poder da inteligência colectiva colocada em prática, o *crowdsourcing* revelou-se difícil de controlar. A premissa em que assenta o *crowdsourcing* de que as massas se controlam a elas mesmas no sentido em que se alguém detectar um erro, alertar para isso, na prática nem sempre funciona. Como salienta um estudo recente levado a cabo pela Universidade do Estado do Arizona (Estados Unidos da América) em conjunto com a Universidade de Uppsala (Suécia), as massas (*crowd*) podem ser menos inteligentes a fazer escolhas do que uma pessoa sozinha (Khazan, 2013). De facto, tal como podemos constatar com as experiências levadas a cabo na área da psicologia por Asch (1956) em que se mostravam um conjunto de segmentos de rectas a um grupo e se perguntava qual era o mais comprido: quando o grupo dizia que era o segmento A, a cobaia, numa atitude de conformismo para com a maioria, concordava que era A apesar de constatar que era B. Neste caso em concreto, o *crowdsourcing* foi na mesma linha: quando começaram a surgir pessoas a apontar suspeitos que poderiam ser os bombistas de Boston, os outros investigadores amadores seguiram esse pensamento. A justificação de tal premissa parece residir no facto de que, quando se está sozinho, não ter ninguém para opinar e porventura induzir em erro ou persuadir a uma atitude de conformismo (Khazan, 2013). O que parece ter acontecido no caso da Maratona de Boston. Reflectindo sobre o assunto, aconteceu que, quando os “Sherlock Holmes” do *crowdsourcing* decidiram tomar iniciativa e promover uma investigação amadora paralela à oficial, assistiu-se a um desenrolar de acontecimentos descontrolados, como descrito anteriormente, que geraram confusão, difamação, controvérsia e que resultaram na prática de *cyberbullying* em massa para com os inocentes acusados. Tal facto ajudou o mundo a despertar para os riscos que este tipo de investigação colectiva ou, por outras palavras, a investigação amadora *crowdsourcing* podia implicar: decisões rápidas, pouco ponderadas, movidas pela emoção. Observou-se o condenar público de alguns indivíduos que os detectives *crowdsourcing* tinham identificado precipitadamente como os autores dos atentados. Inocentes ou não, as fotografias e dados destes indivíduos foram rapidamente distribuídos pelas redes sociais de modo a encontrar os suspeitos. Como se pode ver na imagem seguinte (Imagem 1).

Atitude esta que, dada a sua natureza e magnitude, pode ser considerada *cyberbullying* no sentido em que o termo designa o recurso às tecnologias de comunicação e informação para incomodar, perseguir, assediar, difamar ou fazer-se passar por alguém, de forma insistente e intencional (Pinheiro, 2009).





Imagem 1: Exemplo da tentativa de identificação dos bombistas de Boston  
Fonte: <http://www.dailycriminal.com/wp-content/uploads/2013/04/6uthUCwh1.jpg> [acedido em 26/08/2013]

Impõe-se pois questionar até que ponto se está a desenvolver um novo tipo de *cyberbullying*. Estará o mundo perante a emergência do que se poderá designar por *crowdbullying*? Analisando a questão, poder-se-ia argumentar tratar-se do espelho de um dos resultados da interação do *crowdsourcing* com as forças sociais, criando assim uma racionalidade singular (Kaplan, 2004: 89; Weingart, 1989: 9), no sentido em que o que pode ser canalizado para um lado, pode também ser para outro. Tal como salienta Goolsby (s/d: 3) num gráfico onde se pode ver a evolução da comunicação digital e os seus efeitos nas massas, desde o mais positivo até ao descontrolo, assinalado no gráfico a vermelho, tal como podemos ver na figura seguinte (Goolsby, s.d: 3):

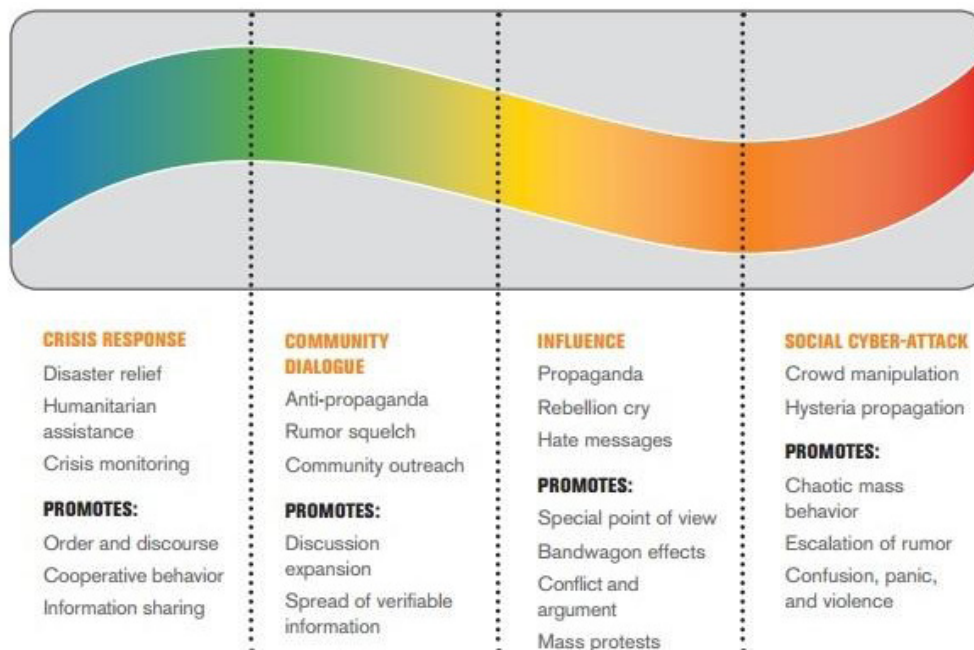


Imagem 2: Gráfico de Goolsby – efeitos da comunicação digital nas massas

É pois este último nível ilustrado por Goolsby (s/d) que se reúnem condições para o *crowdbullying*. Movendo-se impulsionados pela emoção de descobrir os culpados do incidente de Boston, os detectives amadores, caindo em tentação, “apontavam suspeitos e identificavam pessoas através de roupas ou gestos, compartilhando as informações” (Barros, 2013: 1). Ou seja, não só se indicavam culpados como se convenciam outras pessoas disso. Parecendo que não, as pessoas que iam sendo identificadas como os bombistas de Boston viam a sua imagem, nome e dados que possuísem *online*, divulgados nas redes sociais de forma massiva, sem controlo e sem sequer se confirmar a veracidade das acusações. Ou seja, essas pessoas foram alvo de *cyberbullying* na medida em que foram perseguidos e difamados de forma intencional e sistemática através das tecnologias de comunicação e informação (Pinheiro, 2009). Este tipo de *cyberbullying*, praticado em massa, tendo como origem o *crowdsourcing*, poder-se-ia eventualmente designar por *crowdbullying*. A análise de Barros (2013: 1) pode ser esclarecedora neste aspecto:

“O ponto é, como pessoas bem ou mal intencionadas, juntamente com o poder das redes sociais, conseguiram levar uma foto “investigativa” de um atentado para a primeira página de um grande jornal americano, menos de 48 horas depois do acontecimento.” (Barros, 2013: 1)

Perante os factos, não restam dúvidas que, neste caso em concreto, se acabou por praticar *crowdbullying*.

#### 4. DISCUSSÃO

Nesse sentido, aquilo que até então tinha sido visto como positivo pode, de facto, ser utilizado para fins socialmente desadequados ou vir a ter consequências imprevisíveis. No caso da Maratona de Boston a investigação amadora *crowdsourcing* degenerou na prática de um novo tipo de *cyberbullying*, o *crowdbullying*. Supondo terem encontrado os autores dos atentados, os investigadores *crowdsourcing* divulgaram rapidamente todas as informações de que dispunham acerca dos alegados bombistas, sem confirmarem a sua veracidade, difamando e denegrindo a imagem dessas pessoas. O *bullying* de massas ou *crowdbullying* partiu do pressuposto da mobilização de um número massivo de pessoas ligadas em rede que se incentivaram entre si de forma a convencer mais pessoas a juntar-se a eles e a garantir a coesão da massa no sentido do objectivo que, neste caso, seria mantido pela ilusão de uma finalidade nobre que resultaria na prática de *cyberbullying* de forma massiva.

O preocupante é que o mundo assistiu à utilização de toda a potência do *crowdsourcing* direccionado para o *cyberbullying*. E isso pode ter implicações futuras, como por exemplo no âmbito de dar uma imagem negativa ao *crowdsourcing*, o que até então não se equacionava. Pois tal como Felitti (2013: 1) salienta, no caso do *crowdsourcing* “é fácil chegar a conclusões precipitadas e condenar publicamente alguém que não teve relação nenhuma com os eventos”. Até porque os *crowdmembers* estão tão concentrados que podem não chegar a aperceber-se de que estão a julgar sem provas confirmadas ou que se estão a deixar influenciar por alguém.



Trabalhando apenas com suposições e apontando um suspeito, condena-se publicamente, porque uma vez divulgado na rede, não existe volta atrás. Numa busca de um substituto do fazer justiça pelas próprias mãos como acontecia antigamente e é relatado na obra de Foucault *“Vigiar e Punir”* (1999 [1987]) em que as pessoas massacravam na praça pública os culpados, hoje em dia pode-se estar a assistir a uma adaptação virtual dessa praça pública. No fundo à ausência da possibilidade de castigar os culpados fisicamente, agora poder-se-á visionar uma projecção da concretização dessa necessidade de castigo, no que é passível de realizar a qualquer um: o denegrir do nome e imagem pública das pessoas identificadas na Internet (Foucault, 1999 [1987]). A pessoa identificada, correta ou incorrectamente, fica associada àquilo de que a acusa. Quando se atira uma pedra a um lago, no princípio a água oscila em pequenas ondas que, com o tempo, vão diminuindo, até que o lago volta a ficar calmo. Mas no fundo do lago a pedra permanece.

## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

Casos como o da Maratona de Boston fazem o mundo pensar sobre a força da Internet, principalmente quando se associam vontades e sentimentos fortes. Mas não só. Dadas as características da sociedade actual aliada aos desenvolvimentos tecnológicos, a investigação amadora pode gerar facilmente uma bola de neve cujas consequências podem ser imprevisíveis. Tal como Barros (2013: 1) salienta, *“casos como o de Boston retrocedem as conquistas que prometem democratizar a informação e distribuir conhecimento para todos”*.

Poderia estar, pois, nas mãos dos mass media a solução para este problema da falta de controlo das massas? Quem sabe se em vez de ceder ao impulso das audiências e das vendas os meios de comunicação de massas exemplificassem ao não divulgar informações baseadas em especulações, assim como incentivassem *“a ética e a regulamentação”* (Barros, 2013: 1) das notícias e da forma como estas são transmitidas poderiam fazer diferença, através do incentivo a um comportamento mais ponderado. É certo que compete à população a decisão da forma como cada um utiliza as tecnologias e o poder das massas, assim como a forma como as influencia e alimenta. Tal como argumenta Goolsby (s/d: 5) é importante *“desenvolver um cepticismo saudável sobre as mensagens que recebem, aprender a verificar as fontes e aperfeiçoar as suas capacidades de discernimento”*. Mas de uma coisa não cabe dúvida: é urgente reflectir sob formas de evitar que se repita o que aconteceu no caso da investigação dos bombistas da Maratona de Boston. O pensamento construtivo de Lieberman, Dinakar e Jones (2013: 1) acerca do *cyberbullying* é algo a aplicar neste tipo de contextos: *“Uma das melhores formas de combater este problema é usar esses incidentes como momentos de ensino, encorajando a reflectir sobre (...) comportamentos e escolhas”*. Nesse sentido termina-se salientando que esta variante de *cyberbullying* merece ser estudada de forma mais profunda, visto ser uma emergência passível de visualizar através deste caso e que poderá ter condições de se poder vir a desenhar novamente no futuro onde o local dá origem ao glocal.

## FINANCIAMENTO

O projecto de doutoramento de Luzia Pinheiro, intitulado “*Cyberbullying e Cyberstalking*” (SFRH/BD/62013/2009) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do QREN – POPH, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC.



## REFERÊNCIAS

- Asch, S. (1956) *Studies of Independence and Conformity: I: A Minority of One Against a Unanimous, United States of America*: American Psychological Association.
- Barros, L. (2013) ‘O atentado na maratona de Boston mostrou os perigos da investigação amadora’, B9, Brasil [disponível em <http://www.brainstorm9.com.br/36830/social-media/internet-transformou-todo-mundo-em-detetive/>, acedido em 24/08/2013].
- Crowdsourcing.org (2012) ‘An introduction to crowdsourcing’, *Infographic* [disponível em <http://www.crowdsourcing.org/editorial/an-introduction-to-crowdsourcing-infographic/10840>, acedido em 23/08/2013].
- Felitti, G. (2013) ‘Como o conteúdo amador ajuda (e pode atrapalhar) a investigação dos atentados de Boston’, *Época Negócios*, Brasil: Globo Editora [disponível em <http://colunas.revistae-pocanegocios.globo.com/tecneira/2013/04/18/como-o-conteudo-amador-ajuda-e-pode-atrapalhar-a-investigacao-dos-atentados-de-boston/>, acedido em 28/08/2013].
- Fidel, R. (1992) ‘The case study method: a case study’ in J. Glazier & R. Powell (eds.) *Qualitative research in information management*, Englewood, CO: Libraries Unlimited, 37-50.
- Foucault, M. (1999 [1987]) *Vigiar e punir*, Petrópolis: Vozes
- Goolsby, R. (s.d) ‘On cybersecurity, crowdsourcing, and social cyber-attack’ in L. Shanley & A. Lovell (eds.) Policy memo series (1), Washington: Wilson Center [disponível em <http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/127219170-On-Cybersecurity-Crowdsourcing-Cyber-Attack-Commons-Lab-Policy-Memo-Series-Vol-1.pdf>, acedido em 25/08/2013].
- Infopédia (2013) ‘Cronómetro’, *Infopédia*, Porto: Porto Editora [disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$cronometro](http://www.infopedia.pt/$cronometro), acedido em 31/08/2013].
- Kaplan, D. (2004) *Readings in the Philosophy of Technology*, Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Khazan, O. (2013) ‘The Stupidity of the Crowd’, *The Atlantic*, Washington [disponível em <http://www.theatlantic.com/international/archive/2013/07/the-stupidity-of-the-crowd/278188/>, acedido em 29/08/2013].
- Lieberman, H.; Dinakar, K. & Jones, B. (2013) ‘Crowdsourcing ethics with personalized story matching’, *Extended Abstracts*, Paris: CHI [disponível em <http://affect.media.mit.edu/pdfs/13.Lieberman.Dinakar.Jones.pdf>, acedido em 25/08/2013].
- Palumbo, J. (2011) ‘Crowdsourcing Traps To Avoid’, BigHeads Network [disponível em <http://www.slideshare.net/BigHeads/big-heads-crowdsourcing-traps>, acedido em 26/08/2013].

- Pinheiro, L. (2009) *Cyberbullying em Portugal: uma perspectiva sociológica*. Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga [disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9870/1/tese.pdf>, acessado em 16/07/2013].
- Silvestre, F. (2011) 'Mas o que é o Crowdsourcing?', Ceschini, Brasil [disponível em <http://www.ceschini.com.br/2011/10/mas-o-que-e-crowdsourcing/>, acessado em 24/08/2013].
- Stevens, D. (2011) 'Crowdsourcing: Pros, Cons, and More', BigHeads, United States [disponível em <http://www.hongkiat.com/blog/what-is-crowdsourcing/>, acessado em 24/08/2013].
- Weingart, P. (1989) 'Einleitung' in P. Weingart (ed.) *Technik als sozialer prozess*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Yin, R. (1994) *Case study research: design and methods*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

## Dificuldades e estratégias investigativas: o estudo da utilização da Internet pelos idosos

### *Difficulties and investigative strategies: the study of Internet use by seniors*

MAFALDA OLIVEIRA<sup>1</sup> & JEAN-MARTIN RABOT<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Como estudar a relação dos idosos com a Internet? Que cuidados ter com este grupo? Estas são algumas questões que surgiram na elaboração da nossa Tese de Doutoramento (“A utilização da Internet pelos idosos: Usos e Gratificações”), em curso. Dado o aumento do envelhecimento demográfico e do uso da Internet, consideramos relevante perceber como pode a Internet contribuir para um envelhecimento bem-sucedido. No entanto, durante a investigação, deparamo-nos com alguns obstáculos: as especificidades deste grupo social e as dificuldades decorridas das opções teórico-metodológicas. Assim, mostraremos como desenvolver uma investigação neste contexto, analisando o grupo dos idosos; explicitando a perspetiva dos «usos e gratificações»; e propondo uma metodologia (mixed methods research). Como produto final, elaboramos um conjunto de cuidados a aplicar na investigação: por parte do investigador; na construção e aplicação do inquérito (online) e das entrevistas; e com o grupo-alvo: os idosos.

**Palavras-chave:** Dificuldades/Cuidados Investigativos; internet; idosos; usos e gratificações; mixed methods research

---

#### **Abstract**

How to study the relationship between of the elderly with the Internet? What precautions have with this group? These are some issues that arose in the development of our PhD thesis (“The use of the Internet by the elderly: Uses and Gratifications”), ongoing. Because the aging population and use of the Internet increased, we consider important to understand how the Internet can contribute to successful aging. However, during the investigation, we faced some obstacles: the specifics of this social group and the difficulties of theoretical-methodological options. Thus, we show how to develop a research in this context, analyzing the group of the elderly; explaining the perspective of the ‘uses and gratifications’, and proposing a methodology (mixed methods research). As a final product, we developed a set of care to be applied in research: by the researcher; in the construction and implementation of the survey (online) and interviews; and with the target group: the elderly.

**Keywords:** Difficulties/Investigative care; internet; elderly; uses and gratifications; mixed methods research

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / mafaldasilvoliveira@gmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / jmrabot@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos assistido a um envelhecimento demográfico bastante acentuado em Portugal, bem como numa grande parte dos países do mundo. A par desta situação, constatamos que os idosos, no sentido de combater as consequências do envelhecimento, quer biológico, psicológico e social, têm vindo a adotar novos estilos de vida, com o intuito de terem um envelhecimento mais ativo e saudável. Uma das estratégias a que os idosos têm recorrido é a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Temos efetivamente assistido a um aumento do número idosos que utilizam a Internet para colmatar alguns dos seus problemas mais correntes: a falta de mobilidade, que leva a que se criem casos de o isolamento social; a dificuldade em ocupar ativamente o demasiado tempo livre que têm; a diminuição da atividade mental, entre outros aspetos. O recurso a este meio permite ao idoso manter contacto com os seus familiares e amigos, partilhar informação, manter-se constantemente informado sobre a atualidade e sobre o próprio processo de envelhecimento, bem como manter um elevado grau de independência (Dias, 2012; Pasqualotti *et al.*, 2007; Machado & Souza, 2006; Martinez-Pecino *et al.*, 2011).

Perante estes desenvolvimentos, percebemos que seria pertinente, no seio de uma investigação em Ciências da Comunicação, compreender quais *os usos e as gratificações* (Katz, Blumler & Gurevitch, 1973) que os idosos retiram na utilização da Internet, bem como de que forma este uso pode influenciar, positiva e/ou negativamente, o processo de envelhecimento. No entanto, dada a diversidade deste grupo social e o número ainda diminuto do subgrupo que utiliza as TIC, especificamente a Internet, ao desenvolvermos a nossa tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, em curso, intitulada *A Utilização da Internet pelos Idosos: Usos e Gratificações*, fomos confrontados com algumas questões sem resposta: como estudar a relação dos idosos com a Internet?; Quais os cuidados a ter na investigação com este público-alvo?; Como contornar algumas barreiras investigativas? Com efeito, surgiram-nos algumas dificuldades relacionadas com as características específicas do grupo social em estudo (como por exemplo, as dificuldades de visão, de manuseamento do computador, entre outras) e com dificuldades decorridas das opções teórico-metodológicas (o facto de optarmos pelo inquérito por questionário *online* para utilizadores da Internet e inquérito por questionário em papel para não-utilizadores, bem como pela opção de recorrer às entrevistas semiestruturadas).

No sentido de evitar algumas fragilidades, limitações e até enviesamentos durante o processo de investigação, consideramos que seria crucial apresentar algumas soluções para os minimizar. Para tal, desenvolvemos um conjunto de cuidados que consideramos pertinentes de aplicar durante toda a nossa investigação: cuidados gerais por parte do investigador; cuidados na construção e aplicação do inquérito por questionário (*online*); cuidados específicos com o público-alvo: os idosos; e, por último, cuidados na construção e na aplicação das entrevistas semiestruturadas.

Por tudo isso, neste artigo, tencionamos mostrar como desenvolver uma investigação sobre a relação entre os idosos e a Internet, a partir da perspectiva dos *usos e gratificações*, explicando como eliminar e desmistificar algumas barreiras. Para que tal seja alcançado, iremos expor os pressupostos da perspectiva dos *usos e gratificações*, analisar as características dos idosos e do processo de envelhecimento, apresentar uma proposta metodológica que nos parece adequada para o estudo em questão – *mixed methods research* e, por fim, enunciaremos um conjunto de cuidados específicos para o desenvolvimento de uma investigação deste cariz.

## 2. CARACTERÍSTICAS DOS IDOSOS E DA PERSPETIVA DOS USOS E GRATIFICAÇÕES

Para evitar e contornar alguns dos obstáculos durante o processo de investigação, será importante começar por definir a(s) teoria(s) associadas à temática, bem como o grupo-alvo em estudo. Assim sendo, iniciaremos este artigo por explicitar os pressupostos da perspectiva dos *usos e gratificações* e as características específicas dos idosos.

### 2.1 A PERSPETIVA DOS USOS E GRATIFICAÇÕES

Os anos compreendidos entre 1900 e 1930 foram marcados por grandes processos de industrialização e de urbanização. Estes mesmos processos levaram a que os seres humanos obedecessem a automatismos comportamentais, e fizeram com que a informação transmitida pelos meios de comunicação fosse absorvida de forma incessante pelo público. Os *media* tinham um poder de influência social incontestável (Polistchuk & Trinta, 2003: 83). Os *media* eram então o meio mais eficaz para comunicar algo a esta massa amorfa que “absorvia” toda a informação transmitida. O poder dos *media* era tido como avassalador e direto, e os seus efeitos indiscretos atingiam todos os recetores de forma indiscriminada (Polistchuk & Trinta, 2003: 84).

De facto, a teoria funcionalista considerava que os *media* provocavam efeitos diretos nas audiências, em que a um estímulo enviado pelos *media*, correspondia uma determinada reação. Contudo, autores como Elihu Katz, Jay G. Blumer e Michael Gurevitch contestaram esta mesma ideia. Afirmavam sim que a relação direta não seria tão linear, dado que as audiências, com base nos seus valores, experiências e contextos sociais em que se inserem, é que recorrem aos *media* no sentido de obterem as satisfações que respondam às suas necessidades emotivas, intelectuais, sociais e outras (Wolf, 2006: 71). Assim surgiu a perspectiva dos *usos e gratificações*. Esta corrente foi defendida por autores que desconsideram que se deve olhar a comunicação dos *media* como uma injeção de informação nas audiências, mas que se deve tentar responder à questão: “*porque é que as pessoas usam os média e para que é que os usam?*” (McQuail, 2003: 393). Segundo esta corrente, as audiências são encaradas como sendo “*um conjunto mais ou menos ativo e motivado de consumidores dos media, «encarregues» da sua própria experiência mediática, mais do que como «vítimas» passivas*” (McQuail, 2003: 370-371). Assim, os pressupostos iniciais desta



perspetiva são: *i)* os membros das audiências escolhem os *media* e os seus conteúdos em função das suas necessidades pessoais; *ii)* há consciência por parte dos indivíduos de que existem necessidades, quer pessoais, quer sociais, em relação aos *media*; *iii)* a possibilidade da maioria dos fatores importantes para a formação de audiências poderem ser medidos (McQuail, 2003: 393-394).

Segundo Katz, este modelo teórico veio mostrar que “*normalmente, mesmo a mensagem do mais potente dos mass média não pode influenciar um indivíduo que não faça uso dela no contexto sociopsicológico em que vive*” (Katz, 1959: 2, cit. por Wolf, 2006: 71). Para além disso, o processo de seleção dos *media* encontra-se relacionado com as “*(1) origens sociais e psicológicas (2) das necessidades (3) que geram expectativas (4) sobre os meios de comunicação de massas ou outras fontes (5) que, por sua vez, levam a uma exposição diferencial (ou envolvimento noutras actividades) (6) de que resulta uma necessidade de gratificação e (7) outras consequências*” (Katz et al., 1974: 20, cit. por McQuail, 2003: 394).

Assim, tendo em conta que esta perspetiva tem como principais objetivos conhecer as motivações que levam ao consumo ou que fazem com que as audiências escolham um ou outro *media*, tentando compreender de que forma é que as mesmas usam os *media* para satisfazer as suas necessidades e expectativas (Pinto, 2000: 105), consideramos que seria uma das perspetivas mais adequadas para o nosso estudo em questão. Outro fator que nos levou a considerar esta corrente como sendo a mais indicada é que esta apresenta-nos escalas de classificações das necessidades e das motivações. Assim, relativamente às primeiras, a classificação que consideramos mais adequada, para aplicar na nossa investigação, foi apresentada por Katz, Gurevitch e Hass (1973, cit. por Wolf, 2006: 72-73), e distingue cinco tipos de necessidades que os *media* procuram satisfazer: necessidades cognitivas; necessidades afetivas e estéticas; necessidades de integração ao nível da personalidade; necessidades de integração a nível social; e, por fim, necessidades de evasão. No que concerne à classificação das motivações, salientamos a classificação de McQuail que se caracteriza por incluir: a diversão; as relações pessoais; a identidade pessoal; e a vigilância, como forma de procura de informação (McQuail et al., 1972, cit. por McQuail, 2003: 394). No entanto, esta classificação parece-nos um pouco incompleta, principalmente no que diz respeito aos novos *media*, uma vez que não exprime o sentimento de partilha de emoções, o desejo de estar juntos, bastante presente na Internet. Ao analisarmos o uso da Internet pelos idosos, verificamos que estes, para além de terem expectativas de se informar, têm igualmente o desejo de contactar amigos e familiares, de “*participar no mundo*” (Pasqualotti, et. al, 2007). Assim sendo, para esta investigação, consideramos relevante acrescentar uma categoria que descreve-se o sentimento de partilha.

Esta tentativa de classificar e avaliar as motivações dos indivíduos na seleção dos *media* é deveras complexa. Com efeito, se solicitarmos aos indivíduos para exporem as suas necessidades segundo uma ordem de importância e se os questionarmos em que medida um determinado meio de comunicação lhe satisfaz determinada

necessidade, será certo que o indivíduo irá criar estereótipos relativamente às suas satisfações e que poderão não ir ao encontro do que realmente consomem (Rosengren, 1974: 281, cit. por Wolf, 2006: 78). No entanto, para evitar este possível enviesamento, consideramos importante associar variáveis mais determinantes, como o consumo que fazem do meio, os contextos sociais em que se inserem, a estratificação dos públicos, entre outros aspetos (Wolf, 2006: 78-79).

## 2.2 O QUE É SER VELHO? QUAL A IDADE QUE MARCA A PASSAGEM PARA A VELHICE?

Com o aumento exponencial do envelhecimento demográfico na sociedade portuguesa, e no mundo, é importante refletir sobre o processo de envelhecimento e sobre o próprio conceito de idoso. Segundo Manuel Villaverde Cabral, por lei aos 70 anos somos obrigados a reformarmo-nos, o que não implica que nos sintamos velhos (Jornal Público, 2009: 4). Esta questão leva-nos a ponderar sobre a idade com que se é considerado idoso, e o certo é que uma grande parte dos cientistas sociais que debatem esta questão defendem que não há uma idade certa para se ser considerado idoso (Jornal Público, 2009; Paúl & Fonseca, 2001; Levet, 1998). Apesar do processo de envelhecimento ser contínuo, a perceção de que este período está em curso de forma mais acentuada inicia quando se começam a sentir mudanças psicológicas, físicas e sociais. No entanto, a Organização Mundial de Saúde, definiu as diferentes fases do envelhecimento: “*idade média de 45 a 59 anos; idade madura dos 60 aos 70 anos; idade avançada dos 70 aos 89 anos; grande idade a partir de 89 anos*” (Levet, 1998: 27). Ou seja, para a Organização Mundial de Saúde, os 60 anos é o limiar que define a passagem para a velhice. Contudo, no nosso ver, esta definição deveria ser revista pelas grandes organizações mundiais, dado que a esperança média de vida tem aumentado significativamente em Portugal (INE, 2012b: 23) e numa grande parte dos países do mundo, o que faz com que uma pessoa que tenha 60 anos não seja encarada como velha. Com efeito, o conceito de idoso varia de sociedade para sociedade e tem variado ao longo dos tempos.

Independentemente da idade, o grupo social dos idosos é um grupo bastante heterogéneo (Levet, 1998: 28), mas, ainda assim, é possível atribuir-lhe algumas características. De facto, para a definição de um conceito complexo como é o de *idoso* é fundamental considerar, pelo menos, três grandes componentes (Schroots e Birren, 1980 cit. por Paúl & Fonseca, 2001: 111): a biológica, a psicológica e a social. No que diz respeito ao envelhecimento biológico, este é caracterizado pela diminuição da vitalidade e pelo surgimento de algumas limitações ao nível da saúde, como a redução das capacidades visuais, da audição, da locomoção, entre outras. Relativamente ao envelhecimento psicológico, surgem falhas de memória, a capacidade de refletir torna-se mais lenta, entre outros aspetos (Levet, 1998: 28-34). No entanto, a maior parte das investigações em torno do envelhecimento intelectual afirmam que enquanto o cérebro for estimulado, as suas capacidades não tendem a diminuir (Levet, 1998: 28-34), por isso mesmo é que as iniciativas em torno



de um envelhecimento ativo têm aumentado de forma considerável. A nível social, salientam-se algumas tendências: pelo facto de deixarem a sua atividade profissional, os idosos começam a apresentar alguns sentimentos de inutilidade perante a sociedade; dada a diminuição da capacidade de mobilização, o contacto social tende a diminuir, criando muitas vezes situações de isolamento social e de depressão extremas; entre outras. Estes são alguns dos fatores que nos incentivam a mostrar a utilidade da Internet na melhoria da qualidade de vida da população idosa, tentando assim evitar situações de isolamento social, de exclusão social, e outras.

No entanto, temos a noção de que os declínios que ocorrem durante o processo de envelhecimento são um entrave para a utilização de computadores e da Internet (Lara, 2012; Machado & Souza, 2006; Verona *et al.*, 2006). Perante isto, consideramos importante conhecer quais as dificuldades mais prementes que os idosos apresentam na utilização da Internet para que estas não criem obstáculos investigativos durante a nossa investigação. Com efeito, Silvana Lara (2012) na sua tese de doutoramento intitulada *Mecanismos de apoio para usabilidade e acessibilidade na interação de adultos mais velhos na Web*, identificou as principais dificuldades apresentadas pelos idosos na utilização do computador e da Internet: *i)* dificuldade de leitura e compreensão de textos, *ii)* dificuldade de reconhecimento e acesso aos *links*, *iii)* dificuldade de navegação, *iv)* dificuldade na realização de tarefas específicas, *v)* dificuldade na realização de compras *online*, *vi)* dificuldade na busca e localização da informação, e *vii)* dificuldade na comunicação com os responsáveis pelo *site* (Lara, 2012: 202). Assim, mais adiante, apresentaremos algumas soluções para contornar estas dificuldades, para que não condicionem a investigação em curso.

### 3. A PROPOSTA METODOLÓGICA

Após termos definido o grupo-alvo em estudo, delimitarmos os pressupostos da perspetiva de Comunicação utilizada, apresentaremos agora uma proposta metodológica que nos parece ser a mais adequada para a investigação em causa.

Tendo em consideração que o número de idosos que utiliza a Internet é ainda um pouco escasso, ao querer avaliar os usos que dão a este meio e as gratificações que dela retiram, consideramos que seria crucial o uso de uma metodologia de cariz qualitativo. No entanto, e porque procuramos conhecer o perfil dos seniores, pensamos que seria importante aliar igualmente uma metodologia de cariz quantitativo. Ou seja, enquanto a metodologia qualitativa valoriza “*a análise de micro-processos, através do estudo das acções sociais (...) realizando um exame intensivo dos dados, tanto em amplitude quanto em profundidade*” (Martins, 2004: 292), a metodologia quantitativa privilegia um conjunto de métodos que tem como principal objetivo a mensuração de fenómenos sociais (Pité, 1997: 93). Se, por um lado, consideramos uma mais-valia a utilização de dados qualitativos, recolhendo testemunhos diretos de utilizadores da Internet, consideramos igualmente relevante a existência de dados numéricos que sustentem o facto social em estudo.

Como tal, consideramos que a opção mais adequada seria recorrer à *mixed methods research*, ou seja, à investigação por métodos mistos. Este tipo de metodologia usa abordagens qualitativas e quantitativas na determinação tanto das questões de investigação, nos métodos, nas recolhas de dados, como nos modos de análise de dados ou nas inferências (Johnson, 2007).

### 3.1 MIXED METHODS RESEARCH

Com efeito, muitos são os autores que consideram que entrou em desuso optar somente por uma metodologia quantitativa ou só qualitativa (Schwandt, 2000, cit. por Johnson, 2007), pois consideram que a sustentação em apenas um paradigma de investigação pode ser limitativa (Tashakkori & Teddlie, 2003).

Tal como afirma Greene (2006, cit. por Johnson, 2007), também nós consideramos que este tipo de investigação deve ser encarado de forma abrangente, ou seja, há autores que falam somente em *métodos mistos*, enquanto outros optam por mencionar a investigação em geral, a *investigação mista*. O facto de não reduzir o conceito somente aos métodos mistos, permite que se aplique tanto aos métodos como às técnicas de recolha de dados (Johnson, 2007).

Consideramos que, ao recorrer a este tipo de metodologia, estamos a evitar confrontar-nos com limitações de ambas as metodologias, percebendo que ambas se complementam. Ainda que a utilização desta metodologia apresente desvantagens, como os custos, o tempo necessário, bem como a experiência do investigador, acreditamos que as suas vantagens compensam-nas.

### 3.2 TÉCNICAS A UTILIZAR

No que concerne às técnicas de recolha de dados, optamos por recorrer ao inquérito por questionário *online* e em papel (sendo que o primeiro é direccionado para idosos utilizadores da Internet e o segundo para idosos não-utilizadores), bem como às entrevistas semiestruturadas.

O primeiro inquérito é constituído por cinco partes: *i) a Identificação Pessoal* com questões sobre a identificação do inquirido, mas anónima; *ii) O uso da Internet*, é constituída por perguntas sobre a frequência do uso, as razões, onde acede à Internet e por que meios, entre outras; *iii) Eu e a Internet*, que congrega questões sobre as preferências *online*, as reações e atitudes tidas logo após o acesso à Internet; *iv) A minha qualidade de vida*, onde exploramos algumas questões diretamente relacionadas com a qualidade de vida do inquirido; e, por fim, *v) Uma última página* onde questionamos se teve a ajuda de alguém na resposta ao inquérito e se estará disponível para uma entrevista futura, com o intuito de aprofundar alguns pontos abordados no inquérito. Em relação ao inquérito a aplicar a idosos não-utilizadores da Internet, pretendemos desenvolver questões, maioritariamente, relacionadas com as representações sociais sobre a Internet, bem como sobre a sua qualidade de vida,

de forma a podermos comparar ambos os grupos. Optamos por recorrer aos inquiridos por questionário, na medida em que nos possibilita obter mais rapidamente um maior número de respostas, com um custo aceitável.

Após a aplicação dos inquiridos, tencionamos recorrer à entrevista que será apresentada sob a forma de semiestruturada, na medida em que permite aos entrevistados discorrer sobre o assunto de uma forma livre, usando as ideias, referências e o seu próprio vocabulário (Ghiglione & Matalon, 1993: 97), ainda que o entrevistador siga uma lista de questões ou de tópicos, e possibilita que o entrevistador interpele o entrevistado sempre que considerar pertinente.

Para a selecionar os indivíduos para a investigação em causa, recorreremos a técnicas de amostragem intencional e sob a forma de bola de neve. A amostragem intencional, caracteriza-se por ser o investigador a selecionar deliberadamente os elementos que farão parte da amostra, considerando que esta será representativa da população total (Vicente, *et al.*, 2001: 71-72). Para além disso, utilizaremos a amostragem por bola de neve, pois solicitaremos endereços eletrónicos de utilizadores através de indivíduos já inquiridos. Por fim, recorreremos ainda à amostragem por quotas na altura de aplicar os inquiridos por questionários em papel, no sentido de ter uma amostra com características semelhantes à qual foram aplicados os inquiridos por questionário *online*. No que diz respeito aos critérios de seleção de elementos da amostra, e apesar de a maior parte das investigações considerarem o idoso a partir dos 65 anos, atual idade da reforma, teremos em conta indivíduos a partir dos 60 anos, pois é a idade definida pela Organização Mundial de Saúde como início da “*idade madura*” (Levet, 1998: 27).

Assim, e tendo conta que o *e-mail* é um dos meios mais utilizados na Internet para a comunicação pelos idosos (Machado & Souza, 2006; Dickenson & Hill, 2007), optamos precisamente por este meio para divulgar o *link* onde poderão responder ao inquirido *online*. Para além disso, e porque logo de seguida vêm as redes sociais como o meio mais utilizado para comunicação, recorreremos à rede social mais utilizada pela população portuguesa, o *Facebook* (Cardoso & Espanha, 2012), para entrarmos em contacto com pessoas com mais de 60 anos e por aí disponibilizarmos o *link* do mesmo. Ainda neste sentido, entraremos em contacto com diferentes instituições sociais (lares, universidades de terceira idade, associações que contribuam para a ocupação dos tempos livres dos idosos, ou que disponibilizem formações, *workshops*, ou somente espaços com o acesso à Internet), no sentido de também estes divulgarem o nosso inquirido *online*.

#### 4. PRECAUÇÕES METODOLÓGICAS

Um dos principais objetivos que estabelecemos para este artigo é que apresentaríamos como produto final um conjunto cuidados específicos para o desenvolvimento de uma investigação deste cariz. Assim, nesta última parte do artigo tentaremos, em modo de conclusão, alertar para alguns cuidados necessários a ter

aquando de uma investigação deste tipo e com estas características. Para tal, desenvolveremos quatro tipos de cuidados: i) Cuidados gerais por parte do investigador; ii) Cuidados na construção e aplicação do inquérito (online); iii) Cuidados específicos com o grupo-alvo: os idosos; e, por último, iv) Cuidados na construção e aplicação das entrevistas semiestruturadas.

#### 4.1 CUIDADOS GERAIS POR PARTE DO INVESTIGADOR

Durante a aplicação das técnicas de investigação e mesmo durante a recolha de bibliografia, o investigador pode não conseguir desprender-se totalmente dos seus valores, dos seus ideais e das suas referências normativas, o que poderá condicionar as opções investigativas. Dado que esta situação ocorre principalmente quando há um maior contacto entre o investigador e o objeto estudado (Martins, 2004: 294), é crucial que o investigador tente ser o máximo neutro e objetivo. Ou seja, o investigador durante todo o processo de investigação deverá ter sempre em conta, indubitavelmente, as regras do método científico das ciências sociais, de onde destacamos a objetividade, a qual pode ser definida pela: “*independência do processo (...) equacionada no âmbito dos pressupostos, ideologias, postulados, orientações teóricas e outros apriorismos do investigador*” (Van der Maren, 1987, cit. por Lessard-Hébert, Goyette, & Boutin, 1994: 67).

#### 4.2 CUIDADOS NA CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DO INQUÉRITO (ONLINE)

No que concerne à construção do inquérito, este é normalmente constituído por diferentes tipos de questões: questões abertas, onde o inquirido responde o que quiser; questões fechadas, em que o inquirido tem de optar por uma das respostas apresentadas no inquérito, como o caso das questões de escolha múltipla; questões de avaliação, que têm como objetivo conhecer a intensidade das opções (“*muito*”, “*pouco*”, “*nada*”); e ainda, as questões de cenário, onde se coloca o inquirido a imaginar situações e este terá de responder mediante a situação (Ghiglione & Matalon, 1993). Na hora de optar pelo tipo de questão mais adequada é crucial ter sempre em atenção o âmbito do questionário; o público-alvo; o objetivo, a formulação e a apresentação da questão.

Relativamente à aplicação dos inquéritos, e pensando no formato em papel, é relevante que se tenha em causa que o inquirido deverá saber ler e escrever, e que compreenda as questões. Caso contrário, terá de ser o inquiridor a ler e a anotar as respostas. Para além disto, e tentando resguardar o anonimato e confidencialidade dos inquiridos, é relevante que, na apresentação do inquérito, seja dada a indicação de que tal será tido em conta. A par disso, deverá ser apresentado e assinado o consentimento informado, explorado mais adiante.

Um aspeto importante e que contribui para a avaliação do inquérito, é a realização do pré-teste a uma amostra pequena, permitindo ao inquiridor corrigir algumas falhas, que o inquérito possa eventualmente ter, antes da aplicação do inquérito final.

### 4.3 CUIDADOS ESPECÍFICOS COM O GRUPO-ALVO: OS IDOSOS

Quando pensamos na construção de uma técnica de recolha de dados é crucial pensar no seu público-alvo. No entanto, quando pensamos na aplicação de um inquérito a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, devemos ter ainda mais em consideração os requisitos que este público acarreta. Como sabemos, com o passar dos anos, há uma tendência para a diminuição de algumas funções cognitivas dos idosos. Algumas das debilidades que vão surgindo podem ser um impeditivo para o exercício de todas as atividades pretendidas. No caso da utilização das tecnologias digitais, como a Internet, são vários os estudos que demonstram que os problemas de saúde condicionam o uso eficiente do computador, onde se evidenciam os problemas associados à visão e à memória (Verona *et al.*, 2006; Lara, 2012). Estes condicionantes podem afetar, por exemplo, o facto de muitas vezes se esquecerem dos *sítes* que já visitaram, a forma como lá chegaram, bem como o uso em movimentos precisos, como é o caso do uso do *scroll* (Meyer *et al.*, 1997).

No caso específico da nossa investigação, recorreremos a algumas estratégias para colmatar algumas destas dificuldades:

1. Apesar da taxa de analfabetismo ter recuado cerca de 3,8%, desde 2001 até 2011, com 9% e 5,2% respetivamente (INE, 2012a: 17), a população idosa portuguesa caracteriza-se ainda por possuir um baixo nível de escolaridade. Como tal, tivemos o cuidado de utilizar uma linguagem acessível no que concerne às questões apresentadas ao longo de todo o inquérito por questionário.
2. Tivemos alguns cuidados específicos no que diz respeito à forma como nos dirigimos ao público, ou seja, não os tratamos como pessoas inválidas, nem como incapazes, o que muitas vezes acontece pela sociedade em geral (*idadismo*).
3. Dadas algumas dificuldades visuais provocadas pelo próprio processo de envelhecimento, que podem tornar a leitura de um texto num computador uma tarefa difícil (Lara, 2012: 74; Verona *et al.*, 2006), tentamos que o próprio inquérito fosse bem legível.

Para tal, e tendo em conta que o inquérito é realizado *online*:

- Optamos por um *template* básico, no sentido de não atrapalhar a leitura e o manuseamento do mesmo;
  - Evitamos a utilização de animações ou outro tipo de imagens que pudessem distrair os inquiridos e que exigissem muito das capacidades cognitivas;
  - Usamos um tipo de letra e tamanho adequados para a fácil leitura;
  - E tentamos produzir um contraste entre a cor de fundo e a cor do texto.
4. Tendo em consideração algumas debilidades cognitivas que caracterizam este público, como a falta de memória (Neri, 2005 cit. por Lara, 2012), evitamos questões que exigissem uma memorização de questões apresentadas anteriormente, de forma a não criar sentimentos de desgaste ou mesmo de ansiedade. Quando era necessário criar uma ligação entre uma questão e

- outra, o que foi evitado, criamos um “lembrete” que pudesse levar o inquirido a percorrer essa ligação de forma mais facilitada.
5. Para uma fácil navegação entre as páginas no inquérito, optamos igualmente por um *template* em que o botão de mudar página fosse bem acessível e visível.
  6. Para não misturar temáticas, optamos por subdividir o inquérito para que o inquirido fosse centrando o seu pensamento em determinados temas.
  7. Considerando que o primeiro contacto com os inquiridos é muito importante, tencionamos, enviar um *e-mail* ou mensagem na rede social, explicando os objetivos do estudo, para que quebre um pouco a resistência que os idosos têm no que diz respeito a algo diferente que surge no seu ambiente virtual.
  8. Por fim, acrescentamos um último espaço no inquérito, onde permitimos ao inquirido colocar questões sobre o que bem entender, seja sobre o inquérito, sobre a temática da investigação ou outro assunto que o intrigue.

#### 4.4 CUIDADOS NA CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS (SEMIESTRUTURADAS)

Relativamente à aplicação da entrevista, consideramos que um dos aspetos mais importantes a ter em conta é a criação de um consentimento informado, isto é, um documento onde o entrevistado declara que a informação cedida durante a entrevista poderá ser utilizada para a investigação, e que poderá desistir a qualquer momento da entrevista, sendo assim um documento que salvaguarda tanto o entrevistado como o entrevistador. O mesmo pode e deve ser aplicado na técnica do inquérito por questionário.

Para além deste aspeto mais técnico, durante todo o processo, desde a elaboração até à análise dos dados recolhidos da entrevista, é importante ter em consideração os seguintes fatores (Silva, 2002: 125-126):

1. A situação da entrevista, ou seja, o ambiente em que ocorre a entrevista pode afetar as respostas do entrevistado;
2. As características do entrevistado, sejam elas intelectuais, motivacionais e outras;
3. As características do entrevistador, como o aspeto físico, o quadro de referência, entre outros;
4. A relação entre o entrevistador e o entrevistado, como por exemplo a falta de confiança ou a confiança excessiva podem condicionar o desenrolar da entrevista;
5. A linguagem, que deve estar à “altura” do entrevistado, deve ser conforme as expectativas do entrevistado.

De uma forma geral, todo o entrevistador deve procurar incessantemente a objetividade, no entanto, tanto por fatores inerentes ao entrevistador como ao entrevistado, é inevitável que surjam “*contaminações indesejáveis*” (Haguette, 2000: 87). Por exemplo, no que diz respeito às respostas dos entrevistados, será necessário



ter cuidado: com a tentativa de agradar o investigador; com o pensamento de que com as suas respostas poderá melhorar a sua situação; bem como, com a quebra de espontaneidade com a presença de alguém ocasionalmente pode inibir o entrevistador (Haguette, 2000: 89). Para minorar algumas destas contaminações, o investigador, durante a entrevista, deve evitar questões “*duplas, induzidas, ambíguas, incompreensíveis para a população estudada, indiscretas, etc.*” (Haguette, 2000: 87).

Para além disto e porque temos consciência de que a aplicação da entrevista poderá ser uma situação nova para os idosos a estudar, procuraremos que o entrevistado se sinta calmo e ambientado à situação, bem como tentaremos não exercer qualquer tipo de atitude mais autoritária ou formal excessiva, para que não se sinta subjugado. Tendo em conta que vários estudos mostram que o idoso carece de companhia e de momentos de conversação, teremos que fazer um esforço redobrado para não permitir que o entrevistado fuja ao assunto questionado, divagando sobre outros assuntos desnecessários para o estudo em causa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenrolar de qualquer investigação muitos são os obstáculos teórico-metodológicos que nos surgem pelo caminho. Neste artigo, consideramos que seria importante clarificar e explorar algumas das dificuldades com que nos confrontamos ao longo da nossa tese de doutoramento em curso, intitulada “*A utilização da Internet pelos idosos: Usos e Gratificações*”, pois pensamos que poderá ser útil para outros investigadores que utilizem o mesmo tipo de metodologia, as mesmas técnicas de recolha de dados, e/ou o mesmo público-alvo, conhecer alguns cuidados a ter, evitando assim o confronto com alguns obstáculos investigativos.

Assim, após explorarmos as especificidades do grupo social, objeto de estudo da presente tese - os idosos -, e após desenvolvermos os pressupostos em que assentam tanto as teorias da comunicação (*usos e gratificações*) como as metodologias (*mixed methods research*) e as técnicas de recolha de dados escolhidas (inquérito por questionário em papel/*online* e entrevistas semiestruturadas), apresentamos um conjunto de cuidados a considerar para investigação: por parte do investigador ao longo da investigação; na construção e aplicação do inquérito (*online*) e das entrevistas; e com o grupo-alvo: os idosos.

Podemos concluir que para evitar alguns obstáculos investigativos, o fundamental será ter sempre em consideração as características específicas do grupo-alvo, bem como das opções teórico-metodológicas. No entanto, importa salientar que, qualquer que seja a realidade estudada e os cuidados tidos durante uma investigação, os resultados nunca serão completamente “reais”, pois existirá sempre um conjunto de ideias apreendidas que são meras aproximações à realidade estudada. No entanto, damos como certo que qualquer investigação que utilize um sistema rigoroso de métodos, com técnicas adequadas aos objetivos da pesquisa, contribuirá com resultados que ajudem a explicar o fenómeno social em estudo. No caso do

estudo em causa, os usos e as gratificações na utilização da internet pelos idosos, consideramos que se trata de uma área a ser melhor explorada e que trará dados fulcrais para a comunidade científica e para os estudos sobre os seniores.

### FINANCIAMENTO:

Investigação com o apoio da FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e co-financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo POPH (Programa Operacional Potencial Humano).



### REFERÊNCIAS

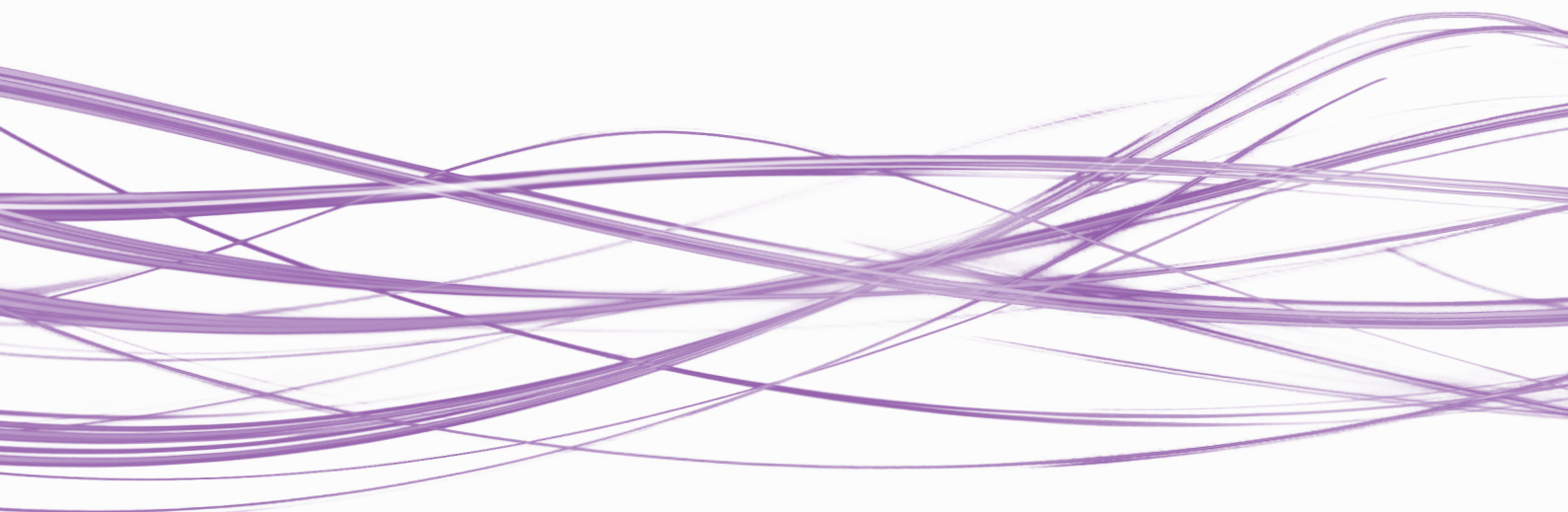
- Cardoso, G. & Espanha, R. (2012) *Sociedade em Rede. A Internet em Portugal 2012*, Lisboa: Publicações Obercom.
- Dias, I. (2012) 'O Uso das Tecnologias Digitais entre os Seniores. Motivações e Interesses', *Sociologia, Problemas e Práticas*, 68, 51-77.
- Dickenson, A. & Hill, R. L. (2007) 'Keeping in Touch: Talking to Older People about Computers and Communication', *Journal Educational Gerontology*, 33(8), 613-630.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993) *O Inquérito. Teoria Prática*, Oeiras: Celta Editora.
- Haguet, T. M. F. (2000) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012a) 'Destaque: População Cresce 2% na Última Década Graças ao Saldo Migratório', Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. [Disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=107624784&DESTAQUESTema=55466&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107624784&DESTAQUESTema=55466&DESTAQUESmodo=2) acedido em 24/02/2013].
- Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2012b) 'Censos 2011. Resultados Definitivos – Portugal', Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P. [Disponível em [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=73212469&PUBLICACOEsmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOEsmodo=2), acedido em 24/02/2013].
- Johnson, R. B.; Onwuegbuzie, A. J., & Turner, L. A. (2007) 'Toward a Definition of Mixed Methods Research', *Journal of Mixed Methods Research*, 1(2), 112-133.
- Jornal Público (2009) 'Entrevista a Manuel Villaverde Cabral', edição do dia 19 de novembro de 2009, pp.4-5.
- Katz, E.; Blumler, J.G. & Gurevitch, M. (1973) 'Uses and Gratifications Research', *The Public Opinion Quarterly*, 37(4), pp.509–523.
- Lara, S. M. A. (2012), 'Mecanismos de Apoio para Usabilidade e Acessibilidade na Interação de Adultos Mais Velhos na Web', Tese de Doutoramento, Programa de Pós-Graduação em Ciências de Computação e Matemática Computacional, Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, São Paulo: Universidade de São Paulo. [Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-14022013-163940/pt-br.php> acedido a 30/06/2013]

- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1994), *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Levet, M. (1998) *Viver Depois dos 60 Anos*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Machado, L. R. & Souza, V. B. A. (2006) 'Um Estudo Sobre o Uso da Internet por Idosos', *Conferência IADIS Ibero-Americana WWW/Internet 2006*, 401-404.
- Martinez-Pecino, R., Cabecinhas, R. & Loscertales Abril, F. (2011) 'University Senior Students on the Web', *Comunicar*, 19(37), 89-95.
- Martins, H. H. T. S. (2004) 'Metodologia Qualitativa de Pesquisa', *Educação e Pesquisa*, 30 (2), 289-300.
- McQuail, D. (2003) *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meyer, B.; Sit, R. A.; Spaulding, V. A.; Mead, S. E. & Walker, N. (1997) 'Age Group Differences in World Wide Web Navigation', *CHI'97 - Extended Abstracts on Human Factors in Computing Systems: Looking to the Future*, New York: ACM, 1, 295-296.
- Pasqualotti, P. R.; Pérez, C. C. C.; Bez, M. R. & Klein, C. (2007) 'Inclusão Digital para Terceira Idade: Oportunidades, Possibilidades e Propostas Inovadoras', *Technology*, 1-11.
- Paúl, C. & Fonseca, A. M. (2001) *Psicossologia da Saúde*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Pinto, M. (2000) *A Televisão no Quotidiano das Crianças*, Porto: Edições Afrontamento.
- Pité, J. (1997) *Dicionário Breve de Sociologia*, Lisboa, Editorial Presença.
- Polistchuk, I. & Trinta, A. R. (2003) *Teorias da Comunicação. O Pensamento e a Prática da Comunicação Social*, Rio de Janeiro: Elsevier Ltd.
- Silva, S. (2002) 'Entrevista', R. Maia (Ed.), *Dicionário de Sociologia: Dicionários Temáticos* (125-126.), Porto: Porto Editora.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2003) 'Issues and Dilemmas in Teaching Research Methods Courses in Social and Behavioral Sciences: a US Perspective', *International Journal of Social Research Methodology*, 6, 61-77.
- Verona, S. M.; Cunha, C.; Pimenta, G. C. & Burity, M. de A. (2006) 'Percepção do Idoso em Relação à Internet', *Temas em Psicologia*, 14(2), 189-197.
- Vicente, P.; Reis, E. & Ferrão, F. (2001) *Sondagens. A Amostragem como Factor Decisivo de Qualidade*, Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Wolf, M. (2006) *Teorias da Comunicação*, Queluz de Baixo: Editorial Presença.

II.



**Literatura, Artes e Imaginários**



## Os olhos atrás do caleidoscópio: estudo comparado de dois ensaios críticos sobre fragmentos da literatura brasileira

### *The eyes behind the kaleidoscope: a comparative study of two critical essays about fragments of the brazilian literature*

ANNE VENTURA<sup>1</sup> E MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup>

#### **Resumo**

No prosseguimento de nosso estudo das obras de Antonio Candido e Eduardo Lourenço, este artigo apresenta uma breve análise dos ensaios “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” (Candido, 1950) e “Da literatura brasileira como rasura do trágico” (Lourenço, 1998). São diversas as distâncias entre os autores e mesmo entre os textos escolhidos, de temporais a espaciais, mas estes acabam por se cruzar num olhar abrangente sobre parte da literatura brasileira e a cultura que nela se revela, permitindo-nos uma reflexão comparada. Destacamos, em nossa argumentação, como a Sociologia e a Filosofia contaminaram o discurso e o projeto crítico de cada um dos autores, marcando inclusive uma diferença formal em seus ensaísmos, sem necessariamente os colocar em órbitas opostas em relação à força gravitacional que esses fragmentos da literatura brasileira exerceram sobre eles.

**Palavras-chave:** Eduardo Lourenço; Antonio Candido; literatura brasileira

---

#### **Abstract**

In the continuation of our study of Antonio Candido and Eduardo Lourenço works, this article presents a brief analysis of the essays “Literatura e Cultura de 1900 a 1945” (Candido, 1950) and “Da literatura brasileira como rasura do trágico” (Lourenço, 1998). There are diverse distances between the authors and even among the selected texts, from temporal to spatial, but they eventually crossover in a comprehensive look of part of the Brazilian literature and in the culture that in itself it reveals, allowing us a comparative reflection. We highlight, in our argumentation, how Sociology and Philosophy contaminated the discourse and the critical project of each one of the authors, inclusively setting a formal difference in their essayism, without necessarily putting them in opposite orbits relatively to the gravitational force that these fragments of Brazilian literature exerted on them.

**Keywords:** Eduardo Lourenço; Antonio Candido; Brazilian literature

---

<sup>1</sup> Programa Doutoral das Universidades de Aveiro e do Minho, CECS-UM, bolsa FCT

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro – DLC-UA e CECS-UM.

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto da literatura brasileira, convocamos dois diferentes olhares. O primeiro é o olhar de um estrangeiro; melhor dizendo, de um português errante, que muito cedo deixou a própria terra, embora nunca esta terra tenha saído de si. Eduardo Lourenço, inclusive, esteve no Brasil por um curto período, lecionando filosofia na Bahia; mas não encarnou aquela identificação imediata com a cultura brasileira que alguns europeus descrevem, nem reconheceu nas praias nordestinas o seu paraíso prometido; sequer descalçou os sapatos para pisar à vontade a informalidade tropical. Pelo contrário, embora interessado pelo Brasil e sua cultura, Lourenço pendulou sempre entre um estranhamento/encantamento, e se assumiu, desde muito cedo, como um europeísta incurável. Mas o segundo olhar que convocamos não poderia ser mais brasileiro, porque, no Brasil de então, Antonio Candido estava no centro nervoso de uma cultura, a cidade de São Paulo, de onde se pensava e difundia uma ideia de país. Também pensador de outra área do conhecimento, a Sociologia, foi na literatura que Candido encontrou corpo e instrumento para compreender o Brasil.

## 2. O ENSAIO DE EDUARDO LOURENÇO

No ensaio “Da literatura brasileira como rasura do trágico” (Lourenço, 2004a), deparamo-nos com um Brasil outro, qual seja, o Brasil que é para o outro, com todo o estranhamento (e desvelamento) que deste encontro advém.

Lourenço convoca a questão do trágico na cultura brasileira através da literatura, questão fulcral em sua hermenêutica. Isso porque a experiência trágica da existência é a espinha dorsal do pensamento lourençiano, logo, de sua crítica: “porque é da consciência da impossibilidade da transparência que nasce a única possibilidade de fazer alguma luz nessa opacidade fundamental” (Gil, 1996: 45). Vale lembrar que este trágico lourenceano mistura-se ao tempo, pois vincula-se ao tempo da existência. Assim, é por meio deste tempo marcado pela tragicidade que o homem é. “Essa necessidade não ignorada, essa vontade inescapável de fazer uma qualquer luz e ao mesmo tempo de sabê-la fogo fátuo, condena a existência ao trágico” (Ventura, 2013: no prelo). A ensaística de Eduardo Lourenço, portanto, é irremediavelmente trágica, pelo próprio tempo que habita, que é o de uma modernidade tardia, do sujeito dilacerado (Baptista, 2003:121). Crítico e pensador de seu tempo, Lourenço soube reconhecer a complexidade trágica que o pós-modernismo hoje nos impõe. De modo que em sua crítica, pela sua própria compreensão do fenómeno literário enquanto trágico, Lourenço elege o trágico como princípio.

Toda a teoria crítica (e prática subsequente) que não comporte como dado essencial a consciência do carácter trágico do projecto crítico – por sua vez eco do trágico substancial da literatura – é uma alucinação inconsciente do entendimento ou uma mistificação culturalista sem inocência (Lourenço, 1993: 42).

O projeto crítico lourenceano deve ser, portanto, compreendido como desdobramento de seu pensamento filosófico cultural e de sua ideia de literatura,



principal inspiração para suas reflexões estético-culturais. Lourenço buscará, assim, compreender o Brasil através da sua literatura, capaz de reenviar a todo o real. Nela, identificará um mito a ser revelado, numa importante amostra de sua imagologia. O apreço de Lourenço pela literatura brasileira esbarra, no ensaio em questão, na ausência do trágico, tão caro ao seu pensamento. “É disso que fala este ensaio de crítica literária, ou é com isso que se enfrenta o pensamento de Lourenço, num embate contra um descompasso em relação ao tempo brasileiro, ou no tempo que os brasileiros pretenderam inventar algures no século XX” (Ventura, 2013, no prelo).

É Miguel de Unamuno que Lourenço convoca para iniciar seu ensaio: “Encontro original de confronto entre homens de culturas diferentes, sociedade escravagista, sem seguida, continente de abismais diferenças de estatuto económico e social, o Brasil parecia vocacionado para terra de eleição de uma literatura particularmente sensível ao que Unamuno chamou o ‘sentimento trágico da vida e dos povos’” (Lourenço, 2004a:193). Mas, segundo o crítico, isso não acontece. Pelo contrário, o que Lourenço identifica, com certa perturbação, no período da literatura brasileira que analisa é “uma espécie de estratégia (sem dúvida, inconsciente) destinada a contornar os aspectos mais trágicos da condição humana” (Lourenço, 2004a:193).

Mesmo em Machado de Assis e Clarice Lispector – e será entre eles que percorrerá a literatura brasileira, pincelando para análise obras importantes do período – Lourenço sentirá uma disposição antitrágica na literatura brasileira, ainda que regida pela temática da trágica condição humana. Embora admita que este primeiro autor é exceção dentro do quadro da literatura brasileira, Lourenço interpreta a ironia machadiana como relativizadora do “sentimento da vida como tragédia” (Lourenço, 2004a:194), para “triunfo do puro sem-sentido” (Lourenço, 2004a:194). Esta ironia em Machado de Assis, de cariz transcendental, contorna, pois, o trágico inevitável da vida.

Na década de vinte do século que se inicia, com o assim chamado movimento modernista, o crítico identifica o fenómeno de rasura do trágico em sua mais obsessiva manifestação literária: “novo nascimento do Brasil para si mesmo” (Lourenço, 1993: 197); uma mitificação da brasilidade, que revive “o mito fundador do novo mundo como paraíso, alheio ao bem e ao mal da tradição judaico-cristã do descobridor, acrescentando-lhe algumas sugestões de Nietzsche e Marinetti que iam no mesmo sentido” (Lourenço, 2004a: 197). Mas diferencia a brasilidade de Machado, José de Alencar e Oswald de Andrade: “Se o nacionalismo dos dois primeiros escritores flerta com a universalidade, Oswald deseja a diferenciação brasileira, um nacionalismo que é, acima de tudo, brasilidade, tal como acertadamente nomeia Lourenço” (Ventura, 2013: no prelo).

E a partir de então a imagem de marca, o mito de que precisava para exprimir cabalmente o novo sentido de força, de existência, de progresso, um país que mudava profundamente e rejeitava com a água do banho a criança colonial e escrava que fora durante séculos. (...) Um mítico renascimento do Brasil para si mesmo (Lourenço, 2004a: 196-197).

Da literatura brasileira das décadas de 30 e 40, Lourenço vai buscar as narrativas de Jorge Amado, Lins do Rego, Amando Fontes e Graciliano Ramos, que, no domínio da sociologia, até tematizam a tragédia, mas não a exercem. De modo que, assim como em *Terras Sem Fim*, “*Vidas Secas* é um livro doloroso, mas não é um livro trágico” (Lourenço, 2004a: 197). O discurso sociológico objetivou a tragédia humana na literatura, mas lhe negou a sua essência trágica. Não se contentando em explicar o fenómeno com a ideologia da época, Lourenço nos lembra de que será Jorge Amado quem chegará mais perto de uma visão trágica da existência, em *S. Bernardo* (Lourenço, 1934) e *Angústia* (Lourenço, 1936). Entretanto: “O trágico autêntico é rejeitado, por instinto, pela opinião ledora do grande país” (Lourenço, 2004a: 198); já o folclórico e o mágico da cultura brasileira terá grande êxito, como *Gabriela, Cravo e Canela* (1958).

Já em Guimarães Rosa é a objectividade que se perde, numa escrita que se afasta da pura sociologia. Rosa escreverá a tragédia da condição humana “em termos da mais luminosa expressão brasileira” (Lourenço, 2004a: 199). Mas isso “numa espécie de lugar mágico, fora do mundo [...] É a grande translação do trágico brasileiro, a sua transfiguração e transcensão mágicas” (Lourenço, 2004a: 200-201), como em *A hora e a vez de Augusto Matraga*.

Como vinda de uma outra galáxia, Lourenço fecha sua análise evocando esta que seria a outra exceção da literatura brasileira: Clarice Lispector. Quando, então,

[...] Eduardo Lourenço parece tocar numa poética de substância distinta, que transforma a melodia em curso – talvez porque a escritora também se deite no mesmo leito insone – e impuro – da filosofia existencialista. Talvez seja essa cumplicidade filosófica a causa de percebermos no ensaio lourenceano uma particular contaminação na tentativa de ler Clarice, ciente que está da pausa misteriosa que há entre as narrativas desta escritora e de seus contemporâneos (Ventura, 2013, no prelo).

A rasura do trágico em Clarice Lispector se dá, assim, por meio de uma ascense mística e espiritual, luta no interior, e no anterior, da escrita. E é assim que Lourenço fecha sua reflexão, numa referência ao último parágrafo de *A paixão segundo G.H.*:

Da aceitação do inumano, substância de tudo quanto existe, nasce a paz para o que em nós de humano se designa. Assim, nenhuma tragédia é possível neste deserto-oásis onde “eu” e “vida” não podem sequer confrontar-se porque é o lugar onde um e outra se falam e se calam, numa paixão de que o silêncio – o tumulto profano das palavras com que mentimos o mundo e o mundo nos mente – é o resto, o que já nada significa. (...) É o “adoro” que resplandece, brasileira-mente, na floresta do sem nome” (Lourenço, 2004a: 201).

### 3. O ENSAIO DE ANTONIO CANDIDO

É somente numa terceira fase de amadurecimento de sua obra que Antonio Candido assumirá um equilíbrio entre uma perspectiva inicial ainda muito arraigada na Sociologia e outra perspectiva demasiado estrutural, numa atitude integrativa estrutural e funcional (mas não estruturalista ou funcionalista) dos elementos

contextuais da obra literária. Um livro emblemático deste último período, que o próprio Candido pressupõe limitado – embora bastante libertador no contexto da crítica estruturalista morfológica e formalista da altura no Brasil – é *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária* (Candido, 1965). Neste, destaca-se a preocupação quanto aos processos de estruturação da obra literária, como afirmou no terceiro prefácio à obra: “Mas o que eu desejava naquele tempo era apenas acentuar o relevo especial que deve ser dado à estrutura, como momento de uma realidade mais complexa, cujo conhecimento adequado não dispensa o estudo da circunstância onde mergulha a obra, nem a sua função” (Candido, 1974), isso porque, segundo o autor, “só através do estudo formal é possível apreender convenientemente os aspectos sociais” (Candido, 1974). O livro é dos mais notáveis em termos de uma exposição teórico-metodológica de Antonio Candido e se divide em duas partes, dois conjuntos de ensaios. Na primeira, figuram três ensaios fundamentais para quem queira compreender melhor o pensamento de Candido: “Crítica e sociologia”; “A literatura e a vida social”; e “Estímulos de criação literária”. Mas é na segunda parte deste livro, composta por ensaios que, por assim dizer, põem em prática a teoria exposta na primeira parte, que se insere o ensaio ao qual agora nos dedicamos, “Literatura e Cultura de 1900 a 1945 (panorama para estrangeiros)”. O ensaio foi escrito em 1950 e isso talvez explique certa ausência de desenvolvimento das complexas questões culturais levantadas na leitura das obras, mas também demonstra, já nesta época, o pendor do ensaio de Candido por uma leitura dialética, sempre dinâmica, dos aspectos internos e externos do texto literário. Uma década de espaço entre este ensaio e os demais que recheiam *Literatura e Sociedade* (Candido, 1965) marcam-no, como o autor alerta em nota, com “certos erros de avaliação e perspectivas” (Candido, 2000: 109), mas a opção de Candido por sua inclusão só serve para nos reafirmar que a obra de Candido, embora tenha passado por fases de pendor funcionalista ou estruturalista, sempre assumiu uma conduta impura na escola da crítica. Assim, embora num primeiro momento de seu percurso crítico o autor admita ter deixado se dominar pela postura marxista, não se exime desde cedo de mostrar “a glória e a miséria dos dogmatismos” (Candido, 2006: 13), como fez com a obra de Sílvio Romero. Do mesmo modo, num segundo momento, quando da *Formação da Literatura Brasileira*, preocupou-se com a flexibilização dos conceitos literários. De maneira que, no percurso da vida intelectual de Candido, podemos antever esta última postura mais orgânica que viria a assumir, e desenvolver posteriormente, na qual a forma e o sentido do texto literário já não se podem separar ou mesmo apreender definitivamente pela crítica literária.

O ensaio que nos interessa se divide em cinco partes, em ordem cronológica, tem em torno de trinta páginas e abrange um período considerável (e bastante recente, em relação ao momento da escrita) da literatura e do pensamento brasileiro do século XX.

Nas primeiras quatro partes, *Candido* se dedica a uma análise da literatura brasileira enquanto expressão da cultura brasileira moderna. Já no primeiro parágrafo, *Candido* nos dá uma importante chave de leitura para sua crítica: “Se fosse possível estabelecer uma lei de evolução da nossa vida espiritual, poderíamos talvez dizer que toda ela se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos” (*Candido*, 2000:109). Em primeiro lugar, vale destacar que a análise crítica de *Candido* é assumidamente guiada por esta lei de evolução da literatura brasileira. Poderíamos dizer, de antemão, que *Candido* sustenta uma compreensão moderna da cultura brasileira, visto que a ideia de progresso da literatura é, para ele, um imperativo. A hierarquização temporal que esta evolução moderna pressupõe influenciou, inclusive, a maneira como o autor organizou o seu ensaio: estruturando historiograficamente as etapas de evolução ou não, como que num progresso em direção à “formação” e consolidação de uma literatura nacional moderna, em que pesa o novo, a ruptura. Mas essa evolução, por sua vez, será regida por uma dialética particular, do local e do universal, pois o Brasil só existe enquanto cultura embrenhada em sua questão pós-colonial, em sua relação com a literatura ocidental. Pois:

A nossa literatura, tomado o termo tanto no sentido restrito quanto amplo, tem, sob este aspecto, consistido numa superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes. (*Candido*, 2000:110)

Por isso, desde o “diálogo com Portugal” até com o Ocidente como um todo (diálogos nem sempre amenos), a relação da identidade/alteridade nacional permeia o fundamento de *Candido*. Para o crítico, a tomada de consciência nacional enquanto identidade cultural diferenciada tem especial importância nesta evolução, daí encarar o modernismo como momento fulcral para a consolidação de uma literatura brasileira. E daí também a força gravitacional que este movimento tem dentro da leitura crítica de *Candido* da literatura produzida na primeira metade do século XX, inclusive quando convoca inicialmente o romantismo brasileiro como o “momento decisivo” que o antecede nesta superação dialética, comparando os dois movimentos estética e formalmente. Entre eles, um período “pós-romântico” (entre 1880 a 1922), de literatura de permanência, ou, como compreendemos, de ausência da tradição da ruptura, como quis Octávio Paz.

Este período intervalar, na visão de *Candido*, é empobrecido: “Uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos” (2000: 120). Na narrativa, nada de muito interessante acontece no contexto da literatura brasileira de então: o pós-naturalismo se enlanguesce, a tentativa de continuidade de uma literatura psicológica se frustra transformada em retórica e amaneiramento, fabrica-se, ainda, o romance ameno e picante, numa escala decrescente dos romances de final do século XIX, para distração do leitor frívolo. Por último, o regionalismo deste período é

depreciado como “conto sertanejo”: “a pretexto de amor da terra, ilustra bem a posição dessa fase que procurava, na sua vocação cosmopolita, um meio de encarar com olhos europeus as nossas realidades mais típicas” (Candido, 2000: 121). Também a poesia perde-se num “academismo rotundo”. Entretanto peneira desse período: Alphonsus de Guimaraens e Augusto dos Anjos; Euclides da Cunha e Lima Barreto. Embora, assim como os estudos de etnografia e folclore, Euclides da Cunha tenha de ser revalidado pela visão modernista: “Caberia ao Modernismo orientá-lo no rumo certo, ao redescobrir a visão de Euclides, que não comporta o pitoresco exótico da literatura sertaneja” (Candido, 2000: 121).

Isso porque para Candido: “o século literário começa para nós com o Modernismo” (Candido, 2000: 112). E, como evento catalisador deste novo momento decisivo para a cultura brasileira, a Semana de Arte Moderna de 1922 ritualiza o apogeu da modernidade nacional. Momento de superação, embora alicerçado nas vanguardas europeias: “Na verdade, ele inaugura um novo momento na dialética do universal e do particular, inscrevendo-se neste com força e até arrogância, por meio de armas tomadas a princípio ao arsenal daquele” (Candido, 2000: 119).

Candido coloca o movimento no divã na tentativa de compreender o vigor deste impacto modernista; para ele, levando o Brasil para a Modernidade ocidental, a assimilação das vanguardas europeias modernas será responsável pelo desrecale localista. Se bem repararmos, toda a literatura brasileira parece estar sendo sugada pela pujança modernista de Candido, ele próprio formado no contexto desse modernismo paulista.

O autor ainda aprecia a literatura produzida a partir da década de 40, sobre a qual recai um repúdio ao local, e outra vez um anseio generalizador que fará “da expressão literária um problema de inteligência formal e de pesquisa interior” (Candido, 2000:126). Mais uma vez, notamos que os olhos de Candido lêem as características da literatura dos “novos” sempre em sua relação à literatura modernista: “a separação abrupta entre a preocupação estética e a preocupação político-social, cuja coexistência relativamente harmoniosa tinha assegurado o amplo movimento cultural do decênio de 1930” (Candido, 2000: 126-127). Ou, ainda, “Vivemos uma fase crítica, demasiado refinadas nuns, demasiado grosseira noutros; em todo o caso, pouco criadora, embora muito engenhosa” (Candido, 2000: 127). Desta leva, destaca-se Clarice Lispector: “que situa seus romances fora do espaço, em curiosas encruzilhadas do tempo psicológico” (Candido, 2000: 128).

Na última parte do ensaio, considerações sociológicas acerca da cultura e da literatura brasileira ganham espaço. Candido analisa como a literatura e o pensamento brasileiro pouco de separam: “a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenómeno central da vida do espírito” (Candido, 2000: 130). Por isso o ensaio ganha importância, pois “constitui o traço mais característico e original do nosso pensamento” (2000: 130). Isso, segundo Candido, deve-se não apenas à civilização europeia, mas também a factores internos do país, quais sejam, “a ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual” (Candido, 2000: 131).

## 5. CONCLUSÃO

Nenhum dos dois ensaios, na nossa opinião, pretende apenas tecer uma síntese crítica da literatura brasileira, embora elaborem uma visada panorâmica sobre um período histórico considerável desta. Também não conseguimos considera-los antagônicos, embora sejam olhares de natureza tão distantes, um banhado de Sociologia, outro, de Filosofia.

O ensaio de Antonio Candido cumpriu um brilhante destino que não merece esquecimento, qual seja, o de primeiro propor uma interpretação sobre a importância do movimento modernista não apenas para literatura brasileira, como para a cultura do país. Cumpre esse destino através dos próprios instrumentos modernistas de que dispõe o crítico, e aqui reside não apenas os limites nos quais esbarra, mas também a riqueza e a particularidade do ensaio. O ensaio de Lourenço vem acrescentar um olhar estrangeiro que nos aproxima das obras ao contornar justamente o julgo do contexto em que estas se inserem, permitindo-nos compreender, através da sua particular filosofia cultural, o quão antitrágico o modernismo brasileiro se pretendeu.

Privilegiemos, então, a tertúlia que as nossas leituras críticas nos oferecem. Como o crítico brasileiro Antonio Candido, acreditamos que o modernismo brasileiro deu um importante passo de transformação de nossa identidade nacional, no sentido de reinterpretação das nossas diferenças, tal como foi o caso da mestiçagem e das nossas tradições populares, na forma e no fundo. Por outro lado, o olhar de Lourenço nos faz questionar até que ponto o “desrecalque localista” (Candido, 2000: 121), o nacionalismo que ama “com veemência o exótico descoberto no próprio país pela sua curiosidade liberta das injunções acadêmicas” (Candido, 2000: 121), a “vocaçãõ dionisiaca” (Candido, 2000: 122) não instauraram, na verdade, um outro recalque.

Para além de os dois ensaios terem sidos produzidos em espaços e tempos distintos, constatamos uma marcada diferença entre a temporalidade de Eduardo Lourenço e de Antonio Candido. Arriscaríamos dizer que, embora contemporâneos os autores (mas não os ensaios) e cúmplices de um olhar aberto e multidisciplinar em relação ao texto literário, o ensaio de Antonio Candido, datado de 1965, ainda era o de um crítico da modernidade – da qual Candido nunca saiu, aliás –, preocupado com o ritmo estético da evolução da literatura brasileira, e sua inserção no “padrão universal”, amparado numa dialética que poderia ser lida, com algum risco, como hegeliana, muito mais influenciada pelo discurso sociológico e pela preocupação com a “formação” do país; enquanto o ensaio de Lourenço, de 1998, elabora-se muito mais próximo a uma hermenêutica trágica, mais adequada à modernidade tardia, amparada por um discurso filosófico cultural, através do qual o crítico elabora sua ideia – e análise – de mito cultural e literatura trágica, distanciada das preocupações estruturantes em forjar uma modernidade brasileira.



## REFERÊNCIAS

- Baptista, M. M. (2003). *Eduardo Lourenço: A Paixão de Compreender*, Porto: Asa. Candido, A. (2000) *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*, São Paulo: T.A. Queiroz, 8º edição.
- Candido, A. (1974) *Entrevista à Trans-form-ação*, São Paulo: FFCL de Assis, nº1. Candido, A. (2006) *O Método Crítico de Sílvio Romero*, Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 4.ed. revista pelo autor.
- Dantas, V. (2002) *Bibliografia de Antonio Cândido*, São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34.
- Gil, J. (1996) *O Ensaísmo Trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa: Relógio D'Água.
- Lourenço, E. (1993) *O Canto do Signo. Existência e Literatura*, Lisboa: Presença.
- Lourenço, E. (2004) *A Nau de Ícaro Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva.
- Ventura, A. (no prelo) *A Rasura do Trágico Lourenceano na Literatura Brasileira*.

## Renovação do passado para uma definição do presente – A abertura do Teatro de Marionetas à cena contemporânea

### *Renewal of the past for a definition of the present – the opening of puppet theatre to the contemporary scene*

CARLA MAGALHÃES<sup>1</sup> & MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O Teatro de Marionetas tradicional, ao associar-se a outras linguagens artísticas, abandona as suas características homogéneas, para criar novas estruturas nas quais se evidencia a pluralidade de práticas criativas e que o diferenciam do modo como historicamente era praticado. Subsiste fora das suas formas tradicionais, algo que ainda se pode chamar de TM com as suas linguagens e imaginários próprios? E se sim, a que necessidades particulares responde? Que pode a marioneta hoje que não pode um ator vivo ou que este não pode fazer sem recorrer à marioneta?

O presente artigo pretende compreender até que ponto o Teatro de Marionetas caminha para uma perda da sua identidade ou se se mantém um ramo autónomo e coerente do teatro, com linguagens e imaginários próprios.

**Palavras-chave:** Teatro de Marionetas; ator-marionetista; marioneta, identidade; tradição

---

#### **Abstract**

Through the association with other artistic languages, the Traditional Puppet Theater, leaves its homogeneous characteristics in order to create new structures, in which the plurality of creative practices comes to the surface, creating the differentiation in the way how traditionally and historically was practiced. It subsists outside their traditional ways, something that we can still call Puppet Theater, with their own languages and imaginary? And if so, to which particular needs respond? What can the puppet do today that can't be done by a living actor or what can this last one do without recurring to the puppet?

The present article seeks to understand if the Puppet Theater walks to a loss of identity or if it stands like a coherent and autonomous branch of the theater, with her own languages and imaginaries.

**Keywords:** Puppet Theatre; puppeteer; puppet; identity; tradition

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais – Universidades de Aveiro e Universidade do Minho (CECS - UM) e bolsreira do IIM (França) / carlamagalhaes@ese.ipvc.pt

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro – DLC-UA e CECS-UM. / mbaptista@ua.pt

## 1. BREVE TRAJETÓRIA DO TEATRO DE MARIONETAS TRADICIONAL

Data de 1852 a primeira publicação sobre a história do Teatro de Marionetas (TM) na Europa, de autoria de Charles Magnin (1793-1862) intitulada «Histoire des marionnettes en Europe, depuis l'antiquité jusqu'à nos jours». Este autor foi o primeiro a desenvolver uma investigação científica sobre o TM e a trata-lo como uma arte digna de merecer tal feito.

Magnin, nesta sua publicação, acredita que a marioneta tenha surgido da escultura móvel, e esta, do desejo de representação do poder divino através do movimento. Ao introduzir o movimento às esculturas, introduziu-se o poder de dar vida aos simulacros dos deuses e, portanto, o fascínio sobre os mesmos.

Segundo Magnin (1981 [1852]), existem registos desta escultura móvel no Antigo Egipto, utilizados em cerimónias de culto, nas festas de Osíris. Esses cultos eram destinados a reverenciar a virilidade da terra, estando eles intimamente ligados às cheias do rio Nilo, as quais faziam o cultivo da terra renascer na primavera, depois de morto no inverno.

Bil Baird cita os escritos de Heródoto, que datam do século V a.C., onde se encontram registos que nesses cultos eram transportadas figuras que moviam os seus falos por meio de fios, ritualizando a fertilidade que homenageava o triunfo da vida sobre a morte. Esta figura, a primeira escultura móvel de que há conhecimento, media aproximadamente 50 centímetros, com um falo do mesmo comprimento, controlado por um fio (Baird, 1965: 37).

Também na Roma Imperial eram conhecidos artistas que faziam representações com pequenas estátuas movidas por fios em festins e a quem era dado o nome de *neurospastes* (Magnin 1981).

Já na Idade Média, a Igreja Católica para divulgar a sua doutrina, também recorreu a figuras animadas. Presume-se que tenha surgido nessa época o termo *marionnette* no vocabulário francês, que designava as pequenas imagens da Virgem Maria usadas como objeto de adoração nas igrejas (Magnin, 1981 [1852]).

Mas a irreverência das marionetas, o seu espírito crítico e a sua natural tendência para a representação burlesca, determinariam, mais tarde, a sua definitiva irradiação dos locais de culto, como justifica Baird, “As marionetas foram expulsas da igreja porque eram demasiado vulgares” (Baird, 1965: 68).

Em 1538, as marionetas viriam a ser destruídas e queimadas em praça pública sob a ordem das autoridades eclesiásticas mas seria após o Concílio de Trento (1545), quando se reiterou a proibição de representar “as ações de Cristo, as da Virgem Maria e a vida dos santos por meio de figuras móveis” (Passos, 1999: 35), que acabaria o reinado religioso das marionetas.

Observamos que na sua relação com o sagrado, o teatro de marionetas procurava ocultar os mecanismos de manipulação e o seu manipulador, por forma a criar uma perfeita ilusão, digna de forças divinas. Ao sair dos templos, as marionetas encontram o seu carácter popular, satírico e contestatário. A ilusão serve agora para divertimento público.

Nascem então as pequenas companhias representando autos religiosos de caráter popular e os solitários marionetistas que percorrem cidades e aldeias à procura do seu sustento.

É a partir desta época, como consequência dos fatos históricos referidos e impulsionados pelo aparecimento da *Commedia dell'Arte*, forma de teatro popular de origem italiana, que o TM começou verdadeiramente a existir em contexto teatral (Cardoso, 2004)<sup>1</sup>. As marionetas italianas de inspiração nesta *Commedia dell'Arte* fizeram grande sucesso por onde passaram.

É neste quadro de mudança que se supõe que a partir dos finais do séc. XVI começam a chegar ao nosso país, em grande número, os artistas itinerantes estrangeiros, sobretudo franceses e italianos, que encontram público certo e generoso nas grandes cidades. E deste modo chega também *Pulcinella* que veio dar origem ao *Dom Roberto* em Portugal<sup>2</sup>.

Por toda a Europa o teatro de marionetas é um teatro do povo próximo dos seus anseios, apresentado nas ruas e nas feiras através de um teatro ambulante que representava caricaturas do quotidiano em situações cómicas, assente num teatro irreverente e crítico (Amaral, 2004). E assim se manterá durante muito tempo.

## 2. TRANSFORMAÇÕES NO TEATRO DE MARIONETAS TRADICIONAL

Até à primeira metade do século XX, nos países ocidentais, o Teatro de Marionetas apresentava-se como uma linguagem com características homogéneas na medida em que não se encontrava “contaminado por outros meios de expressão” (Jurkowski, 2008: 83), ou seja, as fronteiras com as demais artes estavam bem delimitadas. A grande maioria dos espetáculos de TM produzidos nesta altura, apresentavam a marioneta como o elemento essencial do espetáculo onde todos os elementos da cena, incluindo o marionetista, estavam ao serviço dela. Nestas formas, representadas pelos preceitos clássicos, pela marioneta popular, o ator procurava ocultar-se do público criando a ilusão de vida da marioneta.

Segundo Jurkowski (2008) alguns teóricos partilhavam a ideia de que a expressividade da marioneta seria imutável e, por isso, os espetáculos deveriam ser adaptados à capacidade de expressão de cada tipo de marioneta, que até este período eram: as marionetas de luva, de fios, de vara e as silhuetas para sombras.

<sup>1</sup> In <http://www.marionetasdoporto.pt/joao-paulo-seara-cardoso/71-teatro-de-marionetas-tradicao-e-modernidade> (acesso feito em 20/05/2012)

<sup>2</sup> Esta viagem das marionetas a partir de Itália foi feita com uma figura chamada Pulcinella, que foi deixando a sua marca pelos diversos locais por onde passava e criando até uma espécie de herdeiros. Nestas viagens as personagens foram adaptando-se à língua e cultura de cada povo, que por sua vez foram criando nela uma nova maneira de ser, novos defeitos e novas virtudes. Para além disso o personagem foi sendo enriquecido pelo marionetista que o anima tendo em conta a época e a situação histórica concreta. Pulcinella foi adquirindo, assim, de país para país, algumas especificidades próprias. Alexandre Passos (1999), mostra-nos esta viagem e suas transformações, que começaram em França, onde Pulcinella assume duas novas identidades: em Paris, o Polichinelle e em Lyon, o Guignol. Destas duas novas identidades saíram ramificações distintas: a partir do Guignol Lionês, encontram-se nos países Catalães, em Alcoi, o Tirisites; nas Ilhas Baleares, o Teresetes e na Catalunha, o Cristofal ou Tofal; do Polichinelle Parisiense avançamos para Inglaterra onde encontramos o Punch. A esta figura junta-se uma parceira, formando a dupla Punch e Judy. O também chamado Mr. Punch continua viagem para a Alemanha onde ficou conhecido como Hanswurst ou Kasper e desce à Península Ibérica, onde encontramos na Galiza, o Barriga Verde; em Castela, o Don Cristobal; na Andaluzia (Cadiz), a Tia Norica e em Portugal, o Dom Roberto.

Assim, nos anos 30, os próprios teóricos, sem falar dos marionetistas, partem da ideia de que a marioneta é o elemento essencial e que o repertório não é mais do que o resultado das suas capacidades de expressão. Os teóricos são incapazes de imaginar a situação inversa, ou seja, que o tema escolhido pelo artista possa determinar a escolha dos modos de expressão (Jurkowski, 2008: 29).

Ainda que tenha havido algumas tentativas de mudança nas linguagens do TM homogéneo, no período entre guerras, não houve grandes alterações no modo de produzir estes espetáculos. Contudo, sob o impulso de escritores, pintores mas também homens do teatro, a arte da marioneta vai conhecer uma transformação que se vai afirmar no pós Segunda Guerra Mundial (Jurkowski, 2008; Lefort-Auchère, 2003).

Neste período de reestruturação económica, social, política e cultural de muitas nações, os antigos valores começaram a ser fortemente questionados e o TM, predominante até então, começou a ser também discutido e outras formas foram experimentadas.

No meio dessas novas experimentações surge um TM mais heterogéneo, no qual a marioneta deixa de ser o elemento dominante e onde várias mudanças se operam:

A mais importante foi o abandono do teatro ilusionista e o caminho escolhido para uma criação autónoma, onde o artista não esconde a artificialidade da obra criada, e, longe disso, revela os segredos da criação. As tentativas de transformar a linguagem teatral, pelo abandono das descrições diretas (da ilustração do mundo representado), foram, também elas, capitais. Os artistas concebem a linguagem teatral como uma linguagem especificamente composta, exprimindo assim o seu desejo de abandonar a linguagem descritiva, tanto no plano plástico como no plano verbal, em favor de uma linguagem poética fundada sobre figuras de retórica que, ainda que emprestadas à literatura, funcionam perfeitamente no plano visual (Jurkowski, 2008: 80).

Muitos inovadores da cena teatral do início do século XX, procuravam um ator novo, afastado da representação ilusionista: “uma forma plástica, integrada ao cenário, material entre outros materiais, adaptável a pronunciar um texto que, por sua vez, não segue mais as normas da convenção linguística” (Eruli, 2008: 19). Ora a marioneta, privada de movimento autónomo, mas representativa de matéria viva e matéria inanimada, torna-se no corpo teatral ideal. Um corpo que não entra na convenção da ilusão da realidade, mas capaz de mostrar “um corpo real que fala de identidade virtual” (Eruli, 2008: 20).

Estes artistas viram na marioneta potencialidades capazes de irem ao encontro das suas teorias. Tal interesse aparece de forma visível em duas direcções: a marioneta como referência para o comportamento do ator em cena e pelo teatro de marionetas como género artístico.

As metamorfoses do TM no séc. XX resultam de uma série de ações e compromissos iniciados por artistas de grande qualidade: todos têm em comum serem portadores de ideias inovadoras e únicas segundo as suas convicções e talentos, de enriquecerem a arte da marioneta e, de chamarem a atenção para os seus valores essenciais (Jurkowski, 2008: 10).

Se percorrermos o cerne da questão que alimentou as suas ideias e a de todos os grandes pensadores do teatro do século passado vemos a questão da estética da representação, determinada pela forma pela qual o ator e as convenções da cena se aproximam mais ou menos da realidade que se pretende representar, ideias base que induziram a reflexão, os conceitos e a prática do teatro de marionetas contemporâneo.

Tais propostas passaram a exigir do ator a procura permanente de novos conhecimentos para o exercício da profissão. A incorporação de elementos da linguagem do TM vai provocar consideráveis mudanças, tanto no trabalho do ator quanto no do marionetista. Enquanto o ator se desafia a aprender a usar a máscara, animar bonecos, usar acessórios adequadamente na cena, o marionetista vai se enriquecer do trabalho do ator.

Essa nova visão começa a contagiar os praticantes do TM e provoca iniciativas na produção de espetáculos com outras características. Aparecem espetáculos que se diferenciam das práticas comuns das praças e feiras. Marionetistas vão “deixando de lado o diletantismo, e estimulando o desejo da profissionalização, de se enriquecerem de outras experiências, de aperfeiçoarem o seu ofício e de se inscreverem na história” (Jurkowski, 2008: 36).

Neste período de transformação do TM estas formas heterogêneas são as que mais tomam consistência na produção do século XX, marcadas pelo experimentalismo, desenvolvimento de novas tecnologias e o aparecimento do ator ao lado das marionetas.

A rutura com o palco tradicional do TM e a presença visível do ator-marionetista na cena suscitou inicialmente grandes hesitações sobretudo nos marionetistas mais conservadores que temiam pelo futuro que estas mudanças poderiam trazer à sua arte, contudo, outros procuravam novas possibilidades para o desenvolvimento da linguagem da animação, como observa Jurkowski (2008):

Esse teatro de marionetas homogêneo não é nada mais do que um teatro de marionetas não contaminado por outros meios de expressão. Ele possui todas as condições para desenvolver o seu próprio estilo, sem medo de perder o seu público. O público, esse, aceita a presença da marioneta clássica, contrariamente a certos artistas. Aliás, engana-se quem imagina que o aparecimento do teatro de marionetas com meios de expressão variados resultou do esgotamento do teatro de bonecos homogêneo. [...] Eles coexistem com o teatro de marionetas heterogêneo e os dois polarizam o interesse de diferentes artistas. O desenvolvimento das artes, a estilização plástica e gestual oferecem as condições de uma profunda transformação para o teatro de bonecos clássico. Não é, portanto, de admirar, que este teatro tenha tido uma quantidade tão grande de adeptos (Jurkowski, 2008: 83-84).

Brunella Eruli (2008) confirma o interesse artístico em relação à marioneta justificando-o pela tendência à hibrididade e pluralidade no uso de linguagens: “o teatro olha para o cinema, torna-se lugar de projeções e imagens; as artes plásticas saem da bidimensionalidade do quadro através de instalações de materiais e objectos tridimensionais ou por meio de performances que integram as acções de corpos



vivos, humanos ou animais, a um espaço definido pela variável temporal; a linguagem corpórea da dança engloba as sonoridades verbais” (Eruli, 2008: 14). A autora refere que o denominador comum de união destes fenómenos é a nova presença do ator em cena, com o corpo cada vez mais desmaterializado e misturado por imagens virtuais, projetadas na cena e com uma plasticidade de movimentos ou vocalidade distorcida, tudo características que são perfeitamente similares à marioneta.

Estas influências transformaram a marioneta, que abandonando as formas mais tradicionais, tornou-se “o elemento essencial de um teatro abstrato que se manifesta por materiais concretos” (Eruli, 2008: 14).

A tendência, atualmente, como forma heterogénea, é “fugir do ilusionismo exagerado em que por muito tempo se encerrara, ao querer copiar o teatro de ator” (Amaral, 1997: 29) e isso deve-se ao uso de variados meios de expressão; ao abandono do boneco do tipo antropomorfo, para uma noção mais aberta de objetos animados; à rutura com o palco tradicional do TM e à presença visível do ator-marionetista na cena (Ramos, 2008).

### *2.1 A APROXIMAÇÃO DOS CORPOS*

A história da marioneta ocidental, na segunda metade do século vinte, é para muitos a história de uma mudança de dispositivo visual. Tradicionalmente, na Europa, os marionetistas apenas recorriam a duas grandes categorias de manipulação: superior, onde manipulavam as marionetas por cima com recurso a varetas ou fios; ou inferior, por baixo, para as marionetas de luva. Quer num caso, quer no outro, os marionetistas nunca eram visíveis ao público e o dispositivo cénico apresentava-se como uma caixa reduzida. Escondido por cima ou por baixo da marioneta, o marionetista mantinha com ela uma relação que Plassard designou de “chamamento da alma para o seu criador”, uma relação de dependência quase divina, que nos permite ver nela uma alusão metafórica da condição humana, ou seja, o marionetista é capaz de “satisfazer o seu apetite, impor a sua vontade, sobreviver numa situação perigosa ou controlar uma situação embaraçosa” (Plassard, 2009) sempre que anima uma marioneta, representando os seus sonhos, as suas vontades e os seus medos, pois “as aflições do artista são, antes, aflições humanas” (Balardim, 2004: 38).

Outras formas teatrais tradicionais, particularmente na Ásia, assentam sobre dispositivos totalmente diferentes: o Bunraku, onde as figuras são manipuladas à vista, por marionetistas vestidos e encapuzados (alguns) de preto, colocados atrás delas, numa cena de dimensões humanas.

Podemos considerar, com a maioria dos historiadores, que é precisamente deste encontro com as tradições asiáticas, em particular a descoberta deste dispositivo cénico do teatro Bunraku japonês que, a partir de meados do séc. XX, na Europa, se vai operar uma transformação radical nas conceções tradicionais do fazer teatral, dando origem a uma nova forma de encarar o processo de representação

com marionetas, nomeadamente, o ator-marionetista passar a apresentar-se diante dos olhos do público, ou seja, sair da sua barraca para experimentar novas formas de relação espacial, aparecendo, assim, no mesmo campo visual que as figuras que anima. (Beltrame & Souza, 2008; Ramos, 2008; Plassard, 2009). Esta nova possibilidade vai libertar o TM de um modelo de representação que até então tentara esconder o intérprete, criando no espetador a ilusão de vida, própria da marioneta. E como constata Cardoso, “o mistério da vida das marionetas é revelado ao espetador” (Cardoso, 2004)<sup>3</sup>.

Esta é uma circunstância curiosa pois o TM asiático possibilitou uma espécie de atualização da Arte da Marioneta Europeia, ao mesmo tempo que é visto como o modelo mais antigo e tradicional de todos. Também o espaço teatral, até então restringido a um dispositivo que permitia esconder o ator e exibir a marioneta, a simples “barraca”, evolui para a cena aberta.

Contudo, esta evolução não pode ser explicada unicamente por esta influência externa: era necessário que este dispositivo respondesse às necessidades reais para que acabasse por se impor progressivamente.

Certo é que tais ruturas estéticas são sempre causadas por um conjunto de fatores. Mas aquele que nos parece ser importante referir, até por ter transformado radicalmente a forma de fazer tradicional da marioneta, é o abandono da manipulação vertical (seja por cima ou por baixo) em detrimento de uma manipulação horizontal, que veio revelar a ligação entre o visível e o invisível, entre o ser e as forças que o fazem agir, preservando, contudo, a parte do mistério e da inquietude metafísica (ao animar o inanimado). Ao longo do século XX vários foram os espetáculos que recorreram a esta relação revelada, esta relação de dependência, agora visível, entre marionetista e marioneta<sup>4</sup>.

Sair da barraca, aparecer aos olhos do público, não tem apenas impacto na estética dos espetáculos, obrigando a repensar a cenografia, a formação do marionetista que se aproxima cada vez mais à do ator, a luz, etc.. As implicações simbólicas de uma tal decisão conduzem o artista a construir uma relação de proximidade, de familiaridade com as figuras que anima. Usando varetas fixas nas costas da marioneta, ou como vem sendo cada vez mais comum, manipular diretamente os membros, a cabeça, o tronco da figura, o marionetista relaciona-se com ela de uma forma cada vez mais próxima, até a um relacionamento, por vezes, corpo a corpo com ela.

Se a desigualdade entre as duas presenças cénicas pode subsistir, ela tende, contudo, a desvanecer-se, e é sobretudo o vínculo inseparável que as une, a sua relação de dependência mútua, que destaca esta nova configuração espacial.

<sup>3</sup> In <http://www.marionetasdoporto.pt/joao-paulo-seara-cardoso/71-teatro-de-marionetas-tradicao-e-modernidade> (acesso feito em 20/05/2012)

<sup>4</sup> Veja-se a título de exemplo o espetáculo criado em 1951 pelo alemão Albrecht Roser “Gustaf”, um palhaço que se relacionava com o seu animador pedindo-lhe que lhe desenrole os fios emaranhados, ou o espetáculo de 1974, “Pierrot” de Philippe Genty, onde a marioneta percebe que é controlada por fios e pede ao seu animador que os corte. Com a liberdade vem o colapso e Pierrot sucumbe - [http://www.youtube.com/watch?v=Uv-m3-\\_ArHE](http://www.youtube.com/watch?v=Uv-m3-_ArHE)

O marionetista vê-se agora capaz de construir com a sua marioneta um espaço que pode ser de cumplicidade ou de estranheza e, ao mesmo tempo, íntimo e fantasmagórico, onde qualquer movimento de um ou outro, abre caminho para novas emoções.

## *2.2 ATOR-MARIONETISTA: O TORNAR-SE PERSONAGEM E A RESPONSABILIDADE DE PARTILHAR O MUNDO DA MARIONETA*

No plano dramático, a co-presença da marioneta e do marionetista pode dar origem a múltiplas interações a partir do momento em que o artista começa a animação: isto é, desde que ele deixa de adotar uma presença retraída, unicamente instrumental, para fazer aparecer o poder que exerce sobre a marioneta e o seu mundo. Ele passa a representar no mesmo espaço cénico mas também no mesmo espaço dramático que as marionetas.

O papel do marionetista, mestre do jogo, é o de narrador que faz surgir os personagens tendo em conta as situações evocadas pela sua narração, o que constitui o pretexto para o marionetista aparecer, as primeiras justificações da sua nova visibilidade.

A relação entre a marioneta e o seu animador pode ser considerada como a mais relevante para a compreensão do TM. As mudanças pelas quais passou a arte da marioneta no século XX aumentaram bastante as possibilidades de expressão no teatro de marionetas, bem como o modo como o marionetista passou a se relacionar em cena com a marioneta.

Mesmo considerando o ator-marionetista como a fonte do movimento expressivo que anima a marioneta, não se pode deixar de observar que a sua atuação não determina um controle total sobre os resultados desta união que forma a personagem. A marioneta causa um determinado impacto no público, devido aos elementos que o compõe e podem ser lidos pela plateia assim que aparece em cena. Estes elementos são de ordem plástica e simbólica e estão presentes na própria constituição da marioneta, assim esta é capaz de produzir uma realidade ficcional, diferente da realidade quotidiana na qual estão inseridos os espetadores.

A marioneta ao ser animada pode ser considerada um símbolo na medida em que a animação procura dotá-la de características que esta não possui, evocando uma realidade diferente da realidade de objeto da marioneta. Segundo Amaral (1993: 296) “no palco, isolado de seu ambiente, sob as luzes cénicas, acrescido de movimentos, animado, o objeto adquire uma força que extrapola suas funções e sua matéria”.

Se considerarmos que os diversos elementos que constituem a imagem da figura que será animada são organizados de maneira a construir uma unidade significativa, percebemos que a própria marioneta é um signo que comunica a visão do artista de uma determinada realidade.

A marioneta apresenta-se, na maioria das vezes, com uma dimensão menor que a humana e, para viver sob os nossos olhos, necessita de mãos que a acompanhem. Os gestos mais simples, sobretudo se controlam diretamente os movimentos da

marioneta, parecem evocar, quase irresistivelmente, como refere Plassard (2009), a proteção e a solicitude do adulto face à criança: ajudar a levantar-se, a andar, a alcançar um objeto, a vestir ou despir uma peça de roupa (Plassard, 2009). Numerosos são os espetáculos, que usam esta alavanca emocional ao ponto de construir uma parte da sua dramaturgia sobre a relação entre um ser minúsculo, desmunido de autonomia, sem aprendizagens do mundo e o rosto ou o corpo desmesuradamente grande do marionetista, testemunho benevolente ou observador inquietante dos seus gestos<sup>5</sup>.

Aproximando-se do corpo do marionetista, a marioneta contemporânea entra precisamente neste espaço de responsabilidade, ela transforma-se, quase espontaneamente, porque pequena, frágil, dependente, numa figura particularmente impressionante da relação com o outro.

Esta dimensão manifesta-se com maior evidência assim que o marionetista assume o papel de ator, penetrando no interior da ficção onde evolui a figura que anima: assim que ambos começam a habitar o mesmo mundo e não apenas o mesmo espaço.

### **3. O TEATRO DE MARIONETAS E AS SUAS CARATERÍSTICAS ESPECÍFICAS NA CENA CONTEMPORÂNEA**

O TM é uma arte cénica definida como uma linguagem de teatro que se centra na figura da marioneta, que por sua vez envolve todo o objeto cénico (bonecos, máscaras, sombras, utensílios, formas), que animado com intenções dramáticas, se transforma numa personagem. Apresenta, portanto, uma variedade que acompanhada por um conjunto de técnicas e mecanismos é capaz de servir diferentes propostas estéticas.

Neutra fora da esfera da animação, a marioneta adquire expressividade no movimento pois, “antes de mais, uma marioneta exige movimento” (Baird, 1965: 14). Ela distingue-se de qualquer outro objeto por esta característica que lhe dá o estatuto de marioneta, sendo, portanto, a presença do ator-marionetista que anima o objeto “o motor humano indispensável à representação” (Gilles, 1977: 9) e uma característica específica da marioneta.

Este processo de animar um objeto, com intenção dramática, perante um público, cria entre o espetador, o marionetista e a marioneta um sistema de comunicação muito particular onde, o marionetista é colocado como emissor do espetáculo em presença do espetador, seu destinatário, mas onde a marioneta desempenha o papel de intermediário entre ambos (Drouet, 2004). O espetador nesta relação, através da sua capacidade de imaginação e de transposição da realidade, permite à marioneta de evocar o real, de simbolizar uma realidade. Bensky (1971) explica-nos que nesta relação se efetua psicologicamente uma viagem de ida e volta entre o

<sup>5</sup> Ver o trabalho da marionetista alemã Ilka Schönbein, considerada uma das artistas mais representativa da cena contemporânea europeia e da investigação no mundo da Arte da Marioneta.

fascínio projetado sobre a marioneta e a consciência que se trata apenas de um objeto inerte. O mesmo autor sublinha que também o marionetista vive esse fascínio na medida em que desenvolve com a marioneta uma relação afetiva intensa que o leva até a identificar-se com ela.

Portanto, a marioneta no seio de uma ação dramática, vive pela mão do ator que o anima e representa uma realidade, graças ao espetador que a criou.

Estas relações psicológicas que aqui apresentamos em relação ao marionetista e ao espetador são complexas mas permitem revelar mais uma característica da marioneta, a sua dimensão simbólica.

Qualquer objeto pode ser animado na medida em que todos possuem potencial cinético. Mas é através do movimento que o marionetista impele no objeto que este se transforma em sujeito teatral. É o movimento o princípio organizador através do qual se reúnem os vários elementos que compõem o espetáculo de TM. O movimento produzido na marioneta pelo marionetista frente a um público faz com que este expresse vida e se torne numa personagem dramática (Amaral, 1997; Souza, 2006).

Mas a animação não se constitui apenas de movimentos. Também se estabelece da relação entre o marionetista e a marioneta, uma vez que “durante a animação o objeto não apenas executa os movimentos propostos pelo animador, mas também envia estímulos ao animador” (Parente, 2007: 31). Tanto marionetista quanto marioneta, beneficiam da interação que se estabelece entre ambos. É como se se estabelecesse “um circuito que vai dele até ao boneco e retorna do boneco para ele” (Gervais, 1947: 34). Ou seja, a animação não se restringe ao movimento do objeto em si, nela está inserida a relação entre as qualidades intrínsecas da matéria com a capacidade do marionetista de captá-las e dar-lhes significado.

Animar é mais que transferir movimento a um objeto. É também estar aberto, interagir com ele, deixar-se contaminar, perceber que o objecto tem forma, cor, peso, espessura, e que esses elementos são estímulos que geram respostas corporais, que, por sua vez, retornam ao objeto (Parente, 2007: 31).

Durante a representação, o marionetista passa para a marioneta, através da sua energia, uma “impressão de vida” ao mesmo tempo que pelas suas qualidades materiais ela é desprovida dela. O objeto inanimado apresenta uma condição de uma espécie de morte que ao ser animado, por força do movimento e da energia impelida pelo marionetista, ganha a expressão máxima da vida humana. Estamos perante a maior qualidade que a marioneta possui: a possibilidade de ser e não ser, a de vida e morte (Balardim, 2004), a de animado e inanimado ou a de parecer real e irreal (Amaral, 1997).

O TM possui infinitas possibilidades de expressar-se e legitima-se sempre que utiliza essas possibilidades, pois a marioneta continua a trazer para a cena aquilo que atores de carne e osso não poderiam trazer, como exemplifica Balardim (2004: 59-60):

- Podem realizar acções impossíveis, transgredindo as leis da física (velocidade, tempo, peso);

- Pela sua função simbólica, podem aludir a muito mais do que são;
- Podem transgredir as proporções e, com isso, construir um discurso;
- Não necessitam transformar-se, “são” em si mesmos;
- São mais aptos para as convenções, pois “são” convenções. Dessa forma, a permissividade do público é muito maior;
- Não necessitam ter fisicalidade antropomórfica, embora a eles se atribuam qualidades antropomórficas nos traços psicológicos;
- Exigem a cumplicidade do público na aceitação das convenções;
- Podem voar, multiplicar-se, transformar-se, explodir, desaparecer imediatamente, com uma velocidade que nenhum ser humano possui;
- Têm dificuldade em desdobrarem-se em diversos personagens, pois necessitam de transformação física. Não interpretam os personagens como o ator: eles são os personagens;
- Dizem algo pela significância do material que os constituem.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, parece-nos claro que ideias e tendências antigas, não são ultrapassadas de imediato, mas convivem e cruzam-se aos poucos às ideias novas, provocando alterações e transformações. Não há, portanto, entre o antigo e o contemporâneo uma linha divisória explícita, mas uma mudança no sentido de soma e continuidade.

Na verdade, o tempo produziu duas formas de TM: uma tradicional, que descende do italiano *Pulcinella* e outra contemporânea, nascida no seio das revoluções estéticas do século XX. O teatro de marionetas na cena contemporânea encontra-se dividido entre a sua identidade anterior tradicional e as novas linguagens de teatro.

As transformações que os anos trouxeram à Arte da Marioneta, não afetam a marioneta tradicional e os seus valores intrínsecos, como confirma Jurkowski (2008), pois todos os sistemas culturais podem legitimar o seu funcionamento de forma paralela e não contraditória, tendo em conta a forma de fazer contemporânea do TM.

O mesmo autor, no prefácio do livro de Ana Maria Amaral, “O ator e seus duplos”, diz que as formas de expressão como aquelas que são “transmitidas por meio das coisas e dos objetos” (Amaral, 2004: 10), hoje manifestam-se com uma renovada energia e permitem um “contato com as origens da nossa cultura, com todos os estágios do seu desenvolvimento e com a sua diacronia” (Amaral, 2004: 11).

Ainda a este respeito, Christine Zurbach afirma: “ao lado do experimentalismo criativo que conota e fundamenta em grande parte a vitalidade desta forma de teatro, hoje o teatro de marionetas surge, na vida teatral do nosso tempo, como sobrevivência no presente de formas oriundas de tradições, enraizadas num passado mais ou menos distante” (Zurbach, 2002: 182).

Pelas suas qualidades plásticas e cinéticas, qualquer que sejam os materiais e técnicas usadas, também pelas suas qualidades expressivas, a marioneta continua



a trazer para a cena, outras imagens do movimento, da corporeidade, uma inscrição no mundo visível ou invisível, logo da vida, que não as que produzem atores ou bailarinos.

Por outro lado, o jogo do marionetista com a sua marioneta pode ser sempre lido como uma alegoria de relações de poder, dimensão simbólica que as diferentes propostas artísticas nunca foram deixadas de levar à cena. A saída das marionetas da sua barraca não conduz necessariamente ao abandono das suas qualidades primárias. Muito provavelmente, ela conduz, pelo contrário, a manifestá-las de uma forma mais evidente e à frente de um público diversificado.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, A. M. (1993) *Teatro de Formas Animadas*, São Paulo: Edusp.
- Amaral, A. M. (1997) *Teatro de Animação. Da Teoria à Prática*, São Caetano do Sul: Ateliê Editorial.
- Amaral, A. M. (2004) *O Ator e seus Duplos: Máscaras, Bonecos, Objectos*, São Paulo: Senac.
- Baird, B. (1965) *L'art des Marionnettes*, Paris: Hachette
- Balardim, P. (2004) *Relações de Vida e Morte no Teatro de Animação*, Porto Alegre: Edição do Autor.
- Beltrame, V., & Souza, A. (2008) 'Teatro de Bonecos e a animação à vista do público' in Beltrame, V. (org.) (2008) *Teatro de Bonecos: Distintos Olhares sobre Teoria e Prática*, Florianópolis: UDESC.
- Bensky, R.-D. (1971) *Recherches sur les Structures et le Symbolique de la Marionnette*, Paris: Editions A.-G. Nizet.
- Cardoso, J. P. S. (2004) 'Teatro de Marionetas: Tradição e Modernidade', [disponível em [www.marionetas-doporto.pt/joao-paulo-seara-cardoso/71-teatro-de-marionetas-tradicao-e-modernidade](http://www.marionetas-doporto.pt/joao-paulo-seara-cardoso/71-teatro-de-marionetas-tradicao-e-modernidade) , acedido em 20/05/2012].
- Drouet, E. (2004) *Institut International de la Marionnette et Festival Mondial de Charleville-Mézières*, DSAA communication visuelle.
- Eruili, B. (2008) 'O Ator Desencarnado. Marionete e Vanguarda', *Móin-Móin*, 5: 11-25.
- Gervais, A.-C. (1947) *Marionnettes et Marionnettistes de France*, Paris: Bordas.
- Gilles, A. (1977) *La Marionnette et l'enfant spectateur*, Charleville-Mézières: Centre Départemental de Documentation Pédagogique
- Jurkowski, H. (2008) *Métamorphoses: la marionnette au XX siècle*, Charleville-Mézières: Éditions Institut International de la Marionnette.
- Lefort-Auchère, S. (2003) *L'art et la matière, les paradoxes de la marionette*, Lyon: Université de Lyon.
- Magnin, C. (1981[1852]) *Histoire des Marionnettes en Europe: depuis l'antiquité jusqu'à nos jours*, Paris-Genève: Slatkine Ressources.
- Parente, J. (2007) *Preparação corporal do ator para o teatro de animação: uma experiência*, São Paulo: ECA – Universidade de S. Paulo.
- Passos, A. (1999) *Bonecos de Santo Aleixo, A sua (Im)possível História*, Évora: CENDREV.

- Plassard, D. (2009) 'Marionnette oblige : éthique et esthétique sur la scène contemporaine', *Théâtre/Public*, 193 : 23-25.
- Ramos, L. F. (2008) 'Territórios e Fronteiras da Teatralidade Contemporânea', *Móin-Móin*, 5: 36-50.
- Souza, M. (2006) 'Tradição, Modernidade, Teatro, Animação e Kuruma Ningyo', *Móin-Móin*, 2: 12-29.
- Varey, J. E. (1957) *Historia de los Títeres en España (Desde sus orígenes hasta mediados del siglo XVIII)*, Madrid: Revista de Occidente.
- Zurbach, C. (2002) 'Erudito e Popular: a recepção teatral dos Bonecos de Santo Aleixo (Algumas notas para a sua investigação)' in Zurbach, C. (org.) (2002) *Teatro de marionetas, tradição e modernidade*, Évora: Casa do Sul.

## O estilo andrógino contemporâneo: um desvio do imaginário em busca de um novo arquétipo do género?

### *The contemporary androgynous style: an imaginary deviation looking for a new archetype gender?*

MANUELA RUAS<sup>1</sup> & JEAN-MARTIN RABOT<sup>2</sup>

#### **Resumo**

A separação entre sexo e género pertenceu, desde sempre, ao imaginário dos indivíduos, materializando-se a diversos níveis socioculturais e científicos. O Ser Humano é uma criatura que alimenta, continuamente, o espírito no imaginário coletivo – um património existencial subestimado, que escapa aos limites da lógica pré-estabelecida pelas teias do coletivo, do macrocosmo social.

Proveniente de uma tendência francesa, dos anos 80, o estilo andrógino alastrou-se rapidamente pelo mundo e levanta, atualmente, fortes controversas. O corpo, a voz, os gestos e as expressões refletem “sintomas” ambíguos, fortemente presentes em diversas celebridades mediáticas e numerosos indivíduos comuns.

Assim, este artigo propõe uma reflexão que lobrigue um estado «unisex», cada vez mais natural, que tem vindo a coligar dualidades e antagonismos, até agora estanques na «consciência bimodal» (Singer, 1990) coletiva milenar do Ser Humano, num processo alquímico remodelador que perpassa o próprio Arquétipo do Género.

**Palavras-chave:** androginia; estereotipo; género; identidade; imaginário

---

#### **Abstract**

The separation between sex and gender had always been part of the imaginary of individuals and materialized in several socio-cultural and scientific levels.

The Human Being have continuously nourished his spirit in the collective imaginary - an existential and underestimated asset, that escapes the logic's limits standardized by the collective's tissues; a social macrocosm. Originally from a French movement in 80's, the androgynous style quickly spread around the world and currently have been raise a strong controversial. The body, the voice, gestures and expressions reveal ambiguous “symptoms”, strongly present in many media's celebrities and furthermore in ordinary individuals.

Therefore, this paper proposes a reflection about a 'unisex' way of being ever more natural, that joins the dualities and the antagonisms secluded up to now in the collective and millennial “ bimodal consciousness “ (Singer, 1990) of the Human Being, in an alchemical process that surpasses the very Archetype of Gender.

**Keywords:** androgyny; stereotype, gender, identity, imaginary

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, / ID3811@alunos.uminho.pt

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, / jmrobot@ics.uminho.pt

## Verdade

A porta da verdade estava aberta,  
mas só deixava passar  
meia pessoa de cada vez.  
Assim não era possível atingir toda a verdade,  
porque a meia pessoa que entrava  
só trazia o perfil de meia verdade.  
E sua segunda metade  
voltava igualmente com meio perfil.  
E os meios perfis não coincidiam.  
Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.  
Chegaram ao lugar luminoso  
onde a verdade esplendia seus fogos.  
Era dividida em metades  
diferentes uma da outra.  
Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.  
Nenhuma das duas era totalmente bela.  
E carecia optar. Cada um optou conforme  
seu capricho, sua ilusão, sua miopia.  
(Carlos Drummond de Andrade, (1991) in *Contos Plausíveis*).

## 1. INTRODUÇÃO

O estilo andrógino contemporâneo, com traços cada vez mais evidentes nos sujeitos, assim como as questões que se prendem com esta tendência, têm vindo a aumentar e causar alguma perplexidade, na medida em que este estilo acaba por modificar comportamentos, hábitos e costumes do quotidiano. E, se outrora, o Eterno Masculino e o Eterno Feminino alimentavam continuamente uma dicotomia que se ancorava a categorizações estereotipadas que pretendiam estabelecer a correspondência a uma qualidade pertencente ao sexo e, conseqüentemente, de índole identitária, hoje a presença em palco de artistas e outras celebridades públicas, contrariam essa mesma visão bipolar, em torno do masculino e do feminino. Pois esta faceta andrógina não só confunde a natureza feminina e a natureza masculina como também retoma ideais da antiguidade, já que a imagem conseguida ultrapassa a mera indeterminação do sexo. Constata-se que estas transformações emergem de forma quase assintomática na permeabilidade do micro e macrocosmo social pós-moderno e invisceram-se espontaneamente na identidade do Eu que, absorto e algo embrutecido, as deixa evoluir na sua própria imobilidade; como que se este estado lhe fosse em verdade natural.

A questão, quanto a este fenómeno intrigante, é a de saber se ele sintomatiza um desvio da imaginação em busca de um novo arquétipo do gênero. É óbvio que, perante um tema tão denso, hermético e emblemático, seria de todo pretensioso tencionarmos realmente alcançar respostas definitivas, quando as respostas podem nem sequer existir. Contudo, importa antes de mais, enquanto cientistas e seres humanos, engajados na mesma busca de Si, dissecar e analisar os processos subjacentes à

mudança de gênero que se manifestam em pleno pós-modernismo, e tal como o diz o poema Verdade de Drummond de Andrade e fazer com que a nossa metade possa, também ela, passar “à porta da verdade” e ver o reflexo da sua outra metade.

## 2. CAMINHOS DO SEXO: UMA ENCRUZILHADA DAIMÓNICA

A diferença dos sexos, tanto hoje como outrora, é assunto de discursos ideológicos antinómicos. Se para Geneviève Fraisse, a dificuldade primária advém do facto principal de que “a diferença dos sexos não é de todo um filosofema” – visto que “nenhum objeto filosófico atesta da sua presença” (Fraisse, 1991: 17), as questões “Quem sou? De onde venho? E, para onde vou? » são três demandas capitais da identidade que abalam infalivelmente esta ideia, já que lancetam incessantemente a inteligência humana e constituem incontestavelmente o princípio filosófico da vida. Questões que evidentemente têm como raiz o solo da imortalidade e do divino e que não cessam de atormentar o homem, sedento e ansioso por desvendar e compreender as suas origens e a sua evolução no Cosmo ao qual pertence.

Todavia, a separação entre sexo e gênero fez desde sempre parte do imaginário da “persona”, no pleno sentido da etimologia latina que remete para máscara, o carácter e o papel a desempenhar e materializou-se a diversos níveis, socioculturais e até mesmo científicos. Neste âmbito, Geneviève Fraisse afirma, à semelhança de muitos outros autores feministas, que o Mundo foi por tempo demais penalizado pelo jugo masculino, na medida em que o “masculino servia de modelo ao outro” e que, este domínio sempre teve por único objetivo neutralizar a mulher.

“O feminino serve de valor para um mundo escravizado pela racionalidade masculina do Iluminismo” (Fraisse, 1991: 5)<sup>1</sup>.

Não obstante para esta estudiosa, “a dominação masculina tem uma origem mas também terá um fim” (Fraisse, 1991: 20) talvez com o fenómeno social que denomina de “dessexualização”:

“A diferença entre os sexos não é negada, ela é neutralizada a favor de uma representação de indivíduos assexuados (excetuando, talvez, o campo amoroso). Esta dessexualização dos indivíduos é então apresentada como o passo final para o cumprimento do universalismo” (Fraisse, 1991: 20).

Porém, a esperança de reconquistar a unidade harmoniosa, numa hipotética “coincidência opositorium” e reaver a plenitude do estado primordial parece ainda um estado incerto, porque apenas tenuemente a florado. O Homem é uma criatura que nutre continuamente o espírito do imaginário coletivo, um legado existencial, curiosamente, ainda demasiado preterido e que escapa aos limites da lógica pré-estabelecida pelas malhas do macrocosmo social.

<sup>1</sup> Esta tradução é da nossa autoria e responsabilidade assim como todas as traduções de língua francesa para língua portuguesa, e língua espanhola para língua portuguesa, constantes no presente artigo, referentes às obras de Fraisse, 1991; Maier, 2007; Eliade, 1964 e Jung, 1970.

Com efeito, embora o Homem tenha nascido livre, tal como o assevera Rousseau, na sua obra *Du contrat Social ou Principes du Droit Politique* (1762), “il est dans les fers”. Impedimento que se explica porque se pensa nascido em sociedade. Uma sociedade castradora que o faz nascer no pecado original e o condena desde o nascimento à impureza. A sociedade seria, desde o início, perccionada como uma criminosa e o sexo como um poder. Conquanto, o sexo é um dos subconjuntos da natureza e a sexualidade faz parte da natureza do Homem: “Chassez le naturel, il revient au galop”<sup>2</sup>, tal é o famoso provérbio francês.

Nesta linha de pensamento, Michael Maier (1568-1622), célebre médico e alquimista da corte do Emperador Rodolfo II de Praga, registou na composição ‘Emblema XXX de Secretis Naturae’, da sua obra *La Fuga de Altanta* (Maier, 2007: 88-89), o seguinte cântico:

“Ó Sol, nada fazes se a minha força não te ajudar,  
Como é impotente o galo sem a galinha.  
E eu, a Lua, bramo pela tua ajuda,  
Tal como se ouve a galinha clamando pelo galo.  
Louco será aquele que quer libertar dos seus laços  
O que a natureza quis unir.”<sup>3</sup>

Segundo Camille Paglia, a sexualidade seria “um ponto de intersecção” que liga o homem à natureza. “Essa intersecção é a misteriosa encruzilhada d’Hecate, onde tudo retorna à noite. (...). É o lugar além dos confins, ao mesmo tempo amaldiçoado e encantado” (Paglia, 1993: 15), uma dualidade que se opõe mas que também se equilibra concomitantemente. Seguindo este raciocínio, a sexualidade acaba por ser, ela também, “daimónica”, no sentido grego, boa e má, do jeito que Freud o entende. A este propósito, Paglia escreve:

“De dia, somos criaturas sociais, mas à noite mergulhamos no mundo dos sonhos, onde reina a natureza, onde não existe lei mas apenas sexo, crueldade e metamorfose” (Paglia, 1993: 15).

### 3. A CONSCIÊNCIA ANDRÓGINA: O SUSTENTÁCULO DA PSIQUE

“É na mitologia que se enraíza a androginia (...) Na origem, os seres são indistintos quanto ao sexo” (Lorenzi-Cioldi, 1993: 154-155). A natureza feminina associada à natureza masculina forma uma só figura à semelhança do Divino, tal é expresso num fragmento do Hino Órfico a Zeus que refere que para além de ter sido o primeiro e o último também foi o princípio e o meio, já que Dele e provinham todas as coisas, também era homem e mulher imortal. (Cazenave, 1996)

<sup>2</sup> “Escorrace a natureza e ela regressa a galope”

<sup>3</sup> Epigramma XXX

O Sol, solus agis nil si non viribus adsim,  
Ut sine gallinae est gallus inanis ope.  
Auxiliumque tuum praesens ego Luna vicissim  
Postulo, galinae gallus ut expetitur.  
Quae natura simul conjungi flagitat, ille est  
Mentis inops, vinclis qui religare velit.



“Zeus foi o primeiro e o último; Zeus é a cabeça e o meio; dele provêm todas as coisas; Zeus é a base da terra e dos céus; Zeus é o sopro que anima todos os seres; Zeus anima o fogo; Zeus é o sol e a luz; Zeus é rei; Zeus criou todas as coisas! É uma força, um deus, grande princípio de tudo; um só corpo excelente que abraça todos os seres, o fogo, a água, a terra, a noite e o dia, e Metis, a criadora primitiva, e o Amor, cheio de encantos. Todos os seres são sustentados no corpo imenso de Zeus” (Durville, 1995: 12).

Para June Singer, a androginia é “o mais antigo arquétipo” porque resulta do “arquétipo do Absoluto”, que excede a experiência humana por ter a sua essência na ancestralidade psíquica e divina da Humanidade, pelo, “deverá permanecer incognoscível para sempre” (Singer, 1990: 27). É um estado em que:

“(…) o Um que contém o Dois, a saber o masculino (andro) e o feminino (gyne).

A androginia é um arquétipo inerente na psique humana” (Singer, 1990: 27).

“(…) O arquétipo da androginia aparece em nós como senso inato da unidade cósmica primordial, ou seja, a unicidade ou inteireza da androginia antecede qualquer separação. A psique humana é testemunha dessa unidade primordial e é portanto, o meio através do qual podemos obter certa percepção da totalidade que inspira espanto e maravilha” (Singer, 1990: 27).

Logo, o incoerente, a natureza do Eu, a vontade daimônica, em que os sujeitos estão impregnados, emerge. Deixando, porém o ocultar dos sonhos de outrora para transgredir e imiscuir-se na sociedade pós-moderna, excedendo as barreiras da imaginação. Por outro lado, esta natureza propende a sua materialização na dualidade: o caráter interior invisível e a forma exterior visível; a estrutura e a forma, d’essência andrógina. Um termo ele mesmo gerado na dualidade, como o menciona Frédéric Monneyron na sua obra *L’androgynie romantique du mythe au mythe littéraire* (1994) – porque etimologicamente proveniente do “grego androgynos (androgynie), de andro (homem) e gyne (mulher): que participa dos dois sexos” (Monneyron, 1994).

A androginia psicológica, sem por em causa a orientação sexual dos indivíduos, constituiria uma mais-valia quer para homens quer para mulheres na medida em que o ser andrógino acaba por se revelar um ser camaleónico, flexível e adaptável às exigências dos papéis “sexualizadores” sociais masculinos e femininos impostos pelos arquétipos do gênero. Os andróginos, contrariamente aos seres com identificação de si enquanto estritamente «masculinos» ou «femininos», estão à vontade em situações «masculinas» e «femininas». O ser andrógino, contrariamente àquilo que se possa pensar, não reveste uma identidade indiferenciada, muito pelo contrário. A sua identidade de gênero, tal como o insinuam Gana, Allouche e Beaugrand (2001) combina em si uma forte dose de masculinidade e feminidade. Embora não oposta, é uma identidade com significado que não conhece os limites do gênero, visto não se deixar submete a uma qualquer castração.

Segundo Fabio Lorenzi-Cioldi, especializado em estudos sobre a androginia psicológica, após 1980, a diferenciação sexual conheceu um declínio dando prolongamento e ênfase às teorias da androginia que já haviam surgido por volta de 1974.

O estilo andrógino não é apenas um «look» pertencente a uma corrente ou a um estilo de vida marginal, “exuberante”. É uma condição que provem de uma não identificação do Homem Contemporâneo, face à evolução da sua natureza, independentemente do sexo ou da orientação sexual.

#### 4. IDENTIDADE ANDRÓGINA E MANIFESTAÇÕES

As manifestações da atual androginia na sociedade diferenciam-se claramente das primeiras manifestações dos anos 80, em que o estilo andrógino fazia sucesso na Europa e representava um “visual”, um movimento marginal, inclusive, uma forma extravagante de estar na vida. Boy Georges, Annie Lennox, David Bowie, Freddie Mercury abalaram claramente as mentalidades e os costumes da época, pelas suas facticidades, enquanto astigmatismos e elementos de perversão do arquétipo do género bipolar vigente.

“(…) O corpo aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma. Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero instrumento ou meio com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de género” (Butler, 2003: 16).

De facto, o estranho não é perceptível do interior, pois só pode ser compreendido visto do exterior. E é precisamente esta lucidez humana, esta tomada de consciência das transformações quanto à identidade do género que evolui, progressivamente, rumo a um estilo andrógino quase natural, um terceiro género, em que os sujeitos tal como o diz Michel Maffesoli “apenas se limitam a repetir, redizer carácter, formas de ser antropológicamente enraizadas” (Maffesoli, 2001: 37). Seres andróginos que se revelam não só em celebridades tais como Justin Bieber, Marilyn Manson, Ney Matogrosso, Madonna, Lady Gaga, Christophe Willem, Bell Nuntita, Grace Jones, Andrej Pejic, não olvidando uma das mais polémicas figuras públicas portuguesas, José Castelo Branco. Sem esquecer que a arte é ainda o lugar privilegiado, porque eterno na sua cristalização. Como não reparar num Marc Chagal, Picasso, Paula Rego, Modigliani, Dino Valls, ou ainda na literatura? Mundo ainda mais vasto.

Com efeito, os média apresentam uma copiosa panóplia de corpos, vozes, gestos, expressões e “sintomas” ambíguos; uma conjuntura já não mais rotulada como patológica e que suplanta a disforia do género. A prova está no facto de que nem os filmes, nem mesmo os desenhos animados para criança (sobretudo os chineses), escapam ao imaginário andrógino. *Os Cavaleiros do Zodíaco*, *Dragon Ball* ou *Avatar*, entre outros mais, apresentam personagens dúbias, visivelmente indefinidas quanto ao género. Resta provar se este imaginário, nascido do feérico e da virtualidade, não faz eco e remanesce na nova forma de ser e de pensar patente nas jovens gerações, que tendem a seguir tendências cada vez mais “unissexo”.

Desde a “garçonne” ao “metrossexual”, tem-se vindo a inventar novos termos para definir os indivíduos que se apropriam dos atributos, das imagens, das tarefas e dos hábitos do sexo oposto.

“Os seres andróginos na maioria das vezes prezam, mantêm e até mesmo reforçam sua androginia utilizando objetos e adereços do sexo oposto. O homem usando peças femininas e a mulher usando peças masculinas. Isso reforça e de certa forma cria o mistério aparente do sexo no indivíduo criando num só ser essa dualidade” (Gurgel, 2013: 3).

Assiste-se a uma transferência da feminilidade para a masculinidade e vice-versa, como se a aspiração máxima fosse um estado de fluidez perfeita do masculino e do feminino, mediante o exemplo divino. Os estereótipos criados em torno do género parecem absorvidos e amalgamados nos sujeitos, independentemente do sexo ou da orientação sexual, gerando entidades híbridas. Razão pela qual, tal como o explica June Singer em *Androginia: Rumo a uma Nova Teoria da Sexualidade* (1990) a “consciência bimodal” do cérebro fica desconcertada. O estado androgínico reforma e modifica os valores, as práticas do dia-a-dia, a imagem, o corpo, a moda assim como a maneira de pensar o Outro. Além disso, semente, peja e exhibe os hibridismos dos géneros masculino e feminino num só Ser, criando uma nova identidade, guiada por um terceiro arquétipo do género, ainda não reconhecido, o andrógino.

A questão da identidade perpassa o arquétipo do género e reemerge da percepção da imagem sentida e projetada de si mesmo, diferente da que é discernida, destilada e reenviada pelo Outro.

Pois, com a invasão de novas tecnologias da comunicação, a pós-modernidade subverteu o conceito de imagem fixa e intemporal num valor cada vez mais mutável, porque de aspirações holísticas. A imagem virtual retoca, reúne, aperfeiçoa e faz ressuscitar, estranhamente, um andrógino mais artístico e sobrenatural do que o apresentado por Sar Péladan. Ela vai para além da imaginação, desvia-se no mundo virtual e, derradeiramente, faz eco no mundo real, “doutrinando”, ou melhor, “contaminando”, segundo a expressão de Michel Maffesoli, os comportamentos sociais, os hábitos, os gestos, os pensamentos, a moda, as aquisições...

O imaginário do corpo humano extrapola o domínio das novas tecnologias da comunicação e torna-se o seu próprio objeto de intervenção, tal como o corrobora Moisés de Lemos Martins na sua obra *Crise no Castelo da Cultura* (2011): “a experiência contemporânea constitui-se na fusão da technê com a bíos” (Martins, 2011: 179). O corpo cede à representação do estereótipo e metamorfoseia-se em detrimento de si mesmo. De facto, o ser humano, ao longo dos tempos, nunca se mostrou satisfeito com o reflexo de Si perante a representação de Si na sua conceção mental. Motivo pelo qual, jogamos que este procurará sempiternamente outras aparências que possam moldar o espírito no corpo e vice-versa. Um tema recorrente na obra pessoana, em que a busca nas profundezas do metafísico transpõe o limiar do esotérico:

“Tornarmo-nos esfinges, ainda que falsas, até chegarmos ao ponto de já não sabermos quem somos. Porque, de resto, nós o que somos é esfinges falsas e não sabemos o que somos realmente. O único modo de estarmos de acordo com a vida é estarmos em desacordo com nós próprios. O absurdo é o divino” (Pessoa, 1997: 29).

Com efeito, a imaginação criadora é detentora de um poder inexplicável que à própria psicologia confunde, já que, o imaginário surge dos elos que estabelece entre domínios ecléticos: sonhos, mitos, composições pictóricas e poéticas, entre outros. À concetualização e materialização da imagem no “Eu”, estão associadas todas as imagens do subconsciente que esse mesmo possui, enquanto ser civilizado, pertencente a uma determinada cultura; facto que possibilita o manifestar do sonho do próprio ser humano em conseguir ultrapassar-se a si próprio, numa espécie de “repersonalização”.

## **6. ANDROGINIA: FUSÃO DOS CONTRÁRIOS/ ORGASMO ALQUÍMICO**

Mircea Eliade entende que a androginia é uma remanescência do imaginário que suplanta a fragmentação do ser humano no sentido da Unidade Primordial (Eliade, 1957), tal como um regresso à imagem divina que tudo encerra (macho/fêmea; noite/dia; bem/ mal; positivo/negativo, etc), ao nada gerador que tudo é e que Rémy Boyer personifica da seguinte forma:

“«Eu sou» o Deus ejaculador e gozoso que fecunda os mundos e as rondas antes de os chamar de volta ao Nada!” (Boyer, 2011: 54).

Ideia retomada pelos textos Rosacruz de Max Heindel, que defende que a Humanidade, à partida era dupla e una simultaneamente, porque “hermafrodita e inocente” (Heindel, s/d: 46).

“Do Velho Testamento, que contém ensinamentos do Mistério Atlante, aprendemos que a humanidade foi criada macho-fêmea, bissexual, e que cada um era capaz de propagar sua espécie sem a cooperação de outro, como hoje é o caso de algumas plantas” (Heindel, s/d: 10).

June Singer reitera ainda que:

“Inicialmente, não há existência alguma exceto o nada, o vazio indescritível, a inefabilidade do vácuo. Surge então unidade primordial, o Um no qual estão contidos todos os contrários, ainda não diferenciados. Como a gema e a clara dentro do ovo, estão entrelaçados, presos e inamovíveis. No momento estipulado, a unidade primordial é rompida e passa a existir Dois, como contrários. Somente quando os Dois se estabelecerem como entidades separadas é que podem se afastar para se unirem de outra maneira, criando e disseminando assim a multiplicidade” (Singer, 1990: 27).

Visto por este prisma, percebe-se que o alcance deste estado androgínico só pode obedecer a uma mutação alquímica que mergulha a gnose numa espécie de proveta, de «ventre materno» (Durand, 1989: 171). E é neste regresso ao berço, ao ovo, ao vaso, tal como o designa Gilbert Durand, que tudo se recompõe, renova

naturalmente, dando inclusivamente sentido ao processo de entropia, e corroborando a teoria do próprio pai da química, Lavoisier (1743- 1794), que diz que “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Logo, é nesta crisálide da consciência cósmica, na própria intimidade da psique humana que se dá finalmente o reencontro com o embrião assexuado universal, o Rébis. Contudo, o caminho que leva a esta metamorfose é um percurso encoberto, doloroso que se percorre em solitário, tal como se nasce só e morre só, um ciclo que forma uma espécie de retorno ao divino que há no próprio Homem e que se perdeu metaforicamente na consumação do Pecado Original.

O Breviário do Cavaleiro (Monin, 2006), texto de Cavalaria Iniciática de carácter gnóstico, tem como último ponto temático, este ponto, ‘O reencontro’. Nele podemos depreender que este consiste no clímax da peregrinação do Ser que, na procura de Si, atinge o “Tesouro da Unidade” (Monin, 2006), a conciliação dos opostos, Sol e Lua, do Sagrado Masculino com o Sagrado Feminino.

“Quando se dá o reencontro, é a via do Cavaleiro Errante. E quando a errância da Cavalaria se ultrapassa, é a possibilidade de Alto Reencontro com o Guia, porque é neste momento que vós sois rendidos pela Via das Luminárias.

A transposição da Via das Iluminárias no Reencontro Total: é quando o Sol e a Lua se unem nas suas Núpcias “Alquímicas” Divinas para realizarem a Pedra Filosofal, a Rebis” (Monin, 2006: 200-201).

Esta é uma fusão alquímica que resulta de um percurso custoso em que o Homem tem de confrontar os seus “daimons”, dualidades que deve equilibrar a fim de conceber e fazer parir dele próprio, tal um Zeus gerador, o Rébis: o Andrógino, a Pedra Angular que perfaz a Obra. É porventura, por esta crença que o Rebis, para muitos românticos alemães representou a nova humanidade, o símbolo máximo de acabamento de Obra (Centeno, 1987), a pedra angular. Esta foi uma ideia que à própria filosofia ariana seduzia e foram doutrinas que interessaram por exemplo Franz von Baader, sucessor de Jacob Böhme e de Johann Gichtel e que Yvette Centeno comenta do modo que se segue:

“Para Baader, o andrógino existiu no princípio e existirá no fim dos tempos, e o encontro do homem e da mulher significa apenas a reintegração da imagem de Deus por parte de ambos, numa prefiguração transitória e imperfeita da eterna e perfeita coincidência dos opostos que caracteriza a divindade” (Centeno, 1987: 64).

Concludentemente, Mircea Eliade, na sua obra *Eliade Métiphisitophélès et l'androgynie* (1964) reforça que o “reencontro”, a conciliação dos opostos é mais do que um desejo, é de veras “uma nostalgia”.

“O desejo de reencontrar essa unidade perdida que constrangeu o homem a conceber os opostos como aspetos complementares de uma realidade única. É a partir de tais experiências existenciais, despoletadas pela necessidade de transcender os contrários que se foram articulando as primeiras especulações teológicas e filosóficas. Antes de se tornarem conceitos filosóficos por excelência, o Uno, a Unidade, a Totalidade constituíram nostalgias que se revelavam nos

mitos e nas crenças, e cumpriam-se nos ritos e nas técnicas místicas. O mistério da totalidade traduz o esforço do homem para aceder a uma perspectiva na qual os contrários se anulam” (Eliade, 1964: 177).

Por fim, será interessante lembrar que num estado muito originário já fomos de facto “dois em um” mas sem consciência, e que foi, precisamente, o nascimento desta que estabeleceu a divisão.

“(…) Fisicamente, já fomos um dia hermafroditas como as plantas, e capazes de criar por nós mesmos. Olhando para o futuro através da perspectiva do passado, percebemos que a atual condição unissexual é somente uma fase temporária de evolução e que, no futuro, toda nossa força criadora deverá ser dirigida para cima a fim de sermos espiritualmente hermafroditas e capazes de objetivar nossas ideias e pronunciar a palavra vivente que nos dotará de vida e nos fará vibrantes com energia vital. Esta dual força criadora, assim expressa pelo cérebro e pela laringe, é o “elixir vitae” que surge da pedra viva do filósofo espiritualmente hermafrodita (Heindel, s/d: 51).

## 7. ANDROGINIA E O REGRESSO AO NADA GERADOR

Segundo o pensamento de Heráclito, excetuando o próprio movimento que se mantém, tudo flui, tudo é movimento porque não há realidade que permaneça estática. Destarte, a harmonia consiste na coincidência dos opostos, da mesma forma que o princípio e o fim são uma mesmo círculo; a descida e a subida, um mesmo caminho; o calor é o análogo ao frio, porque o frio torna-se calor quando muda (ou, dito de outra forma, o quente é o arrefecido, sendo que quente e frio não passam de “versões” diferentes de uma mesma coisa). O próprio Karl Jung (Jung, 1970) insiste nesta união dos contrários que segundo ele acaba por se concretizar através do impulso do Eu, núcleo central da personalidade, visto que o inconsciente do homem e da mulher, na sua raiz, teria uma porção representando o sexo oposto. Logo, uma parte do inconsciente da mulher seria masculino e o mesmo seria de forma inversa no homem. Assim, para aperfeiçoar o processo de individualização e atingir a totalidade, homem e mulher teriam de integrar essa parte do inconsciente no consciente e apor o masculino ao feminino e vice-versa, uma conciliação de contrários, “desde sempre sonhada como primeira origem e derradeira meta dos seres, divinos e humanos, tidos como perfeitos.” (Centeno, 1987: 63)

O par masculino/feminino, macho/fêmea, homem/mulher simboliza o Princípio Criador que não dispensa a conjugação de ambos, e representa de certa forma o “poder energético subjacente a todas as outras polaridades”.

A noção de perfeição só se substantifica, na maioria dos textos esotéricos e alquímicos, através da fusão do Yin e do Yan, um casamento alquímico que segundo o que descreve Karl Jung, no seu estudo *Psychologie et Alchimie* (Jung, 1970), ativaria uma seiva interna invisível, “uma substância transformadora devido às suas propriedades aderentes” (Jung, 1970: 211). Este precioso líquido, lembra a água divina que sai do flanco de Jesus ao ser espetado pela famosa Lança de Longino que consta de uma passagem do Evangelho de João (19: 31-36). Segundo reza a lenda, o líquido terá respingado para os olhos do centurião romano Longinus que ficou automaticamente



curado de uma grave doença ocular de que sofria. Esta água sagrada, referida nos textos metafísicos constituiria um quarto elemento, o Graal escondido do Homem que Paracelso designava de “goma vermelha” ou “resina da sabedoria”, uma força vital capaz de recolar o Mundo (*Glutinum Mundi*), de modo a que a união dos dois polos antinómicos, a matéria e o espírito forme, segundo a expressão de Karl Jung, “uma espécie de autofecundação” (Jung, 1970: 211) que culmine na representação da Totalidade do Homem.

“Ficamos a saber que a goma é o quarto elemento crítico pois ela é dualidade, isto é, masculina e feminina, porém, é ao mesmo tempo a *aqua mercurialis* (água mercurial) *una e única*. A união de ambos é então uma espécie de autofecundação, uma das propriedades atribuídas ao dragão mercurial” (Jung, 1970: 211).

A quarta natureza segundo o tratado *Consilium coniugii*, no qual Karl Jung se baseia remete para a ideia do *Anthropos* que “é uma representação da totalidade do homem, do Uno que existia muito antes do Homem e representa simultaneamente o seu objetivo” (Jung, 1970: 212).

Infere-se, deste modo, que a presença do Yin e do Yan num mesmo indivíduo permite alcançar uma androginia psíquica que potencia transformações psicológicas que permitem finalmente o tão procurado equilíbrio.

“Os corpos unem-se, os suores vêm-se juntos, as salivas misturam-se em ligas subtis, a Água de Diana recebe Mercúrio de Fogo, os corpos confundem-se, as almas alinham-se e fundem-se. O Ser permanece. A Seidade goza pelo movimento da Vontade Absoluta” (Boyer, 2011: 35).

Conclui-se que a androginia não pertence a uma lógica linear, porque a sua essência verdadeira encontra-se nos mundos esotéricos e alquímicos. O caminho da androginia psíquica está envolto forçosamente de uma potência criadora, onde coexistem forças opostas, masculino/feminino, positivo /negativo, é o “Brahmâ”, o que desperta e conduz à “Seidade Una”, termos que Helena Petrovna Blavatsky refere na sua obra de caráter teosófico *A Doutrina Secreta, Síntese da Ciência, Religião e Filosofia* (1969). A androginia é o alcance de um estágio de equilíbrio abstrato, esotérico, de Não-Ser por Ser existência já por Si-mesma. Um despertar “incoerista” (Boyer, 2011) que Rémi Boyer metaforiza poeticamente da seguinte forma em *Poeiras de Absurdidade Sagrada*:

“Fazer sem fazer,  
Ter sem ter,  
Significa  
Ser sem fazer,  
Ser sem ter” (Boyer, 2011: 43).

Sheldon Hendler acrescenta ainda, na introdução de *Androginia: Rumo a uma Nova teoria da sexualidade* (1990) a ilação seguinte:

“A mensagem de Androginia é que a psique humana é constituída de muitas dualidades diferentes que precisam ser mantidas em equilíbrio para que o indivíduo seja íntegro, para que ele seja verdadeiramente humano” (Singer, 1990: 13).

## 8. CONCLUSÃO

O andrógino é um arquétipo universalmente espalhado que aflora não só as cosmologias mais arcaicas, como também a literatura e a pintura moderna. Contudo, por largo anos a temática ligada à androginia foi propositadamente tida como hermética, expressa em termos “obscuros” para que poucos a pudessem compreender. Pois, era um assunto reservado a “eleitos do conhecimento”, iniciados.

Conquanto, a evolução das mentalidades, da sexualidade, assim como as novas práticas do quotidiano, inerentes aos novos estilos de vida, são fenómenos que estandardizam fortemente os estereótipos que distinguem os géneros. Este contexto propiciou a emergência de uma nova representação identitária do homem e da mulher, de tendência “unissex”: uma metamorfose que se alicerça num processo intrincado, ainda por dissecar, onde a identidade da Humanidade tende a elevar-se para um campo inédito, o andrógino – um caminho que se desvia naturalmente dos padrões e normas que as intolerâncias ancestrais, impostas às minorias, sempre enfrentaram (Richards, 1993) e que, por ora, apesar de não incitar deveras à marginalização, ao sexismo, ao machismo ou à homofobia, importa observar e analisar, e que apenas vislumbramos no presente artigo. Um tal revolucionar do imaginário pode simbolizar o nascimento de um terceiro género, quiçá, uma espécie de retorno ao andrógino original em busca da perfeição indivisível, o “Uno” (Maffesoli, 1992).

Finalmente, conclui-se que um dos pilares do imaginário já foi atingido, o do imaginário diurno que separa. Deste modo, o maniqueísmo retoma o seu sentido primário de sucessões dos contrários; o de um mundo onde tudo dispõe do contrário que o perfaz: a noite/ o dia; o bem/ o mal; a vida/ a morte; o homem/ a mulher (...).

A consciência andrógina advém desta ambivalência sustentada por uma polarização simultânea que extrai do Si um pilar até hoje esquecido, mas que, de todo o tempo, fez parte do seu inconsciente coletivo, uma alquimia secreta e escondida dele próprio. A modos que, como o sublinha Jung, a androginia tem origens profundas e porque não se limita ao aspeto físico ou à questão da identidade do género, transpõe a psicologia e mergulha no labirinto mesmo da alquimia. Na verdade, esta encontra-se em nós desde o Princípio, como uma quarta essência. Uma essência que se encontra no andrógino original detentor da unidade primordial, e que o Homem Contemporâneo procura sofregamente reaver, nem que para isso, parabolizando o poema de Drummond de Andrade, derrube vezes sem conta a porta da “Verdade”, trespasse o mundo das quimeras, dos sonhos, das religiões, dos dogmas e de todas as outras meias verdades. O que importa é que se encontre, por fim, a pedra angular, o equilíbrio que permita encaixar todas as oposições, sem esquecer a aceitação do princípio da polaridade expressa na obra *O Caibalion* que preconiza os ensinamentos de Hermes Trismegistus :

“Tudo é duplo; tudo tem dois polos; tudo tem seu par de opostos; o semelhante e o dessemelhante são uma só coisa; os opostos são idênticos em natureza, mas diferentes em grau; os extremos se tocam; todas as verdades são meias-verdades; todos os paradoxos podem ser conciliados (Três Iniciados, 2008: 85).

## REFERÊNCIAS

- Blavastsky, H. P. (1973) *A Doutrina Secreta. Síntese da Ciência da religião e da filosofia*, 1, São Paulo: Editora Pensamento.
- Boyer, R. (ed.) (2011) *Poeiras de Absurdidade Sagrada*. Livro Solar (A. Marques, Trans.), Sintra: Zéfiro & Arcano.
- Butler, J. (2003) 'Prefácio e Capítulo 1. Sujeitos do Sexo / Gênero/ Desejo' (R. Aguiar, Trans.) *Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade*, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Cazenave, M. (ed.) (1996) *Encyclopédies des Symboles* (6 ed.), Paris: La Pochothèque. Le Livre de Poche.
- Centeno, Y. K. (ed.) (1987) *Literatura e Alquimia*. Ensaios, Lisboa: Editorial Presença.
- Durand, G. (1989) *As Estruturas Antropológicas do Imaginário* (H. Godinho, Trans.), Lisboa: Editorial Presença.
- Durville, H. (1995) *A Ciência Secreta. As Grandes Correntes Iniciáticas através da História*, 2, São Paulo: Pensamento.
- Eliade, M. (1957) *Mythes, Rêves et Mystères*, Paris: Gallimard.
- Eliade, M. (1964) *Métaphysiques et l'Androgyne*, Paris: Gallimard.
- Fraisse, G., Sissa, G., Balibar, F., Rousseau-Dujardin, J., Badiou, A., David-Menard, M., et al. (1991) *L'Exercice du Savoir et la Différence des Sexes*, Paris: L'Harmattan.
- Gana, K., Allouche, J., & Beaugrand, C. (2001) 'Le Rôle de la Sexuation Psychique dans la Participation des Hommes Mariés aux Tâches Domestiques', *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, N014, 151-163.
- Gurgel, P. (2013) *Androginia na Moda*, Tese de mestrado, Braga: Universidade do Minho.
- Heindel, M. (s/d) *Maçonaria e Catolicismo*. In F. Rosacruz (Eds.), disponível em [http://www.fraternidaderosacruz.org/mh\\_mec\\_port.pdf](http://www.fraternidaderosacruz.org/mh_mec_port.pdf), acessado em 22/01/2013.
- Iniciados, O. T. (2008) *Caibalion* (17 ed.), São Paulo: Edições Pensamento.
- Jung, C. G. (1970) *Psychologie et Alchimie* (H. Pernet, Trans.), Paris: Éditions Buchet/Chastel.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1993) 'Après les genres: L'Androgyne', *Aprendizaje, Revista de Psicología Social*, 8 (2) : 153-170.
- Maier, M. (2007) *La Fuga de Atalanta*, Girona: Atalanta.
- Martins, M. L. (de) (2011) *Crise no Castelo da Cultura. Das Estrelas para os Ecrãs*, Coimbra: Grácio Editor.
- Maffesoli, M. (1992) *La Transfiguration du Politique. La Tribalisation du Monde*, Paris: Grasset.
- Maffesoli, M. (2001) *O Eterno Instante. O Retorno do Trágico nas Sociedades Pós-modernas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Monneyron, F. (1994) *L'Androgyne Romantique du Mythe au Mythe Littéraire*, Grenoble: Ellug.
- Monin, E.-Y. (2006) *Breviário do Cavaleiro* (1 ed.), Corroios: Zéfiro.

Paglia, C. (1993) Cap. 1: 'Sexo e Violência ou Natureza e Arte', *Personas Sexuais - Arte e Decadência de Nefertite a Emily Dickson* (3ª ed.), São Paulo: Companhia das Letras.

Pessoa, F. (1997) *Livro do Desassossego*, in G. Papilante (eds.), disponível em [http://www.plano-nacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e\\_livros/clle000022.pdf](http://www.plano-nacionaldeleitura.gov.pt/clubedeleituras/upload/e_livros/clle000022.pdf), acessado em 3/01/2011.

Richards, J. (1993) *Sexo, Desvio e Danação: as Minorias na Idade Média* (M. A. E. d. Rocha & R. Aguiar, Trans.), Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

Singer, J. (1990) *Androginia: Rumo a uma Nova Teoria da Sexualidade*, São Paulo: Editora Cultrix.

## A “portugalidade” no discurso parlamentar português: Assembleia Nacional (1935-1974) e Assembleia da República (1976-2012)

### *“Portugalidade” in the Portuguese parliamentary speech: Assembleia Nacional (1935-1974) and Assembleia da República (1976-2012)*

VÍTOR DE SOUSA<sup>1</sup> & MOISÉS DE LEMOS MARTINS<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Com este artigo pretendemos observar o discurso parlamentar português fixando o olhar na utilização da palavra “portugalidade”, tentando contribuir para o esclarecimento sobre a sua introdução/existência no vocabulário português. Para tanto, socorremo-nos dos discursos do Estado Novo (Assembleia Nacional, 1935-1974), comparando-os com o período referente ao pós-25 de Abril de 1974 (Assembleia da República, 1976-2012). Através da hermenêutica interpretativa analisamos os discursos constantes dos diários das sessões disponibilizados pela base de dados do parlamento, no sentido de saber as circunstâncias e o contexto da utilização do termo. A opção pela análise do discurso parlamentar decorre do facto de termos concluído que o Estado Novo esteve na origem da tentativa de disseminação do termo “portugalidade” (décadas de 50 e 60 do séc. XX). Assim, o ano de 1951 coincidiu com a revogação do “Ato Colonial”, sendo que, dois anos mais tarde, as “colónias” eram substituídas por “províncias ultramarinas”. A partir de 1953 Portugal assumia-se como um país uno e indivisível (“Portugal do Minho a Timor”), e em que estava sublinhado o discurso sobre a “portugalidade”.

**Palavras-chave:** “portugalidade”, discursos, deputados, Assembleia Nacional, Assembleia da República

---

#### **Abstract**

With this article we intend to observe the Portuguese parliamentary speech especially on the use of the word “portugalidade” and trying to contribute to the clarification of its introduction / existence in Portuguese vocabulary. Therefore, we have resourced to the speeches made during the Estado Novo (“Assembleia Nacional”, 1935-1974), comparing them with the period through post-April 25th, 1974 (“Assembleia da República”, 1976-2012). Through the interpretive hermeneutic we analyzed the speeches given in daily sessions provided by the database of parliament, in order to know the circumstances and context of the use of the term. The choice of parliamentary discourse analysis stems from the fact that we have concluded that the “Estado Novo” was behind the attempt to spread the term “portugalidade” (50 and 60 decades of Twentieth century. The year of 1951 coincided with the repeal of the “Colonial Act”, which caused that two years later the expression “colonies” were replaced by “overseas provinces”. The discourse on “portugalidade” made since 1953 underlined the idea of “Portugal from Minho to Timor”(a one and indivisible territory).

**Keywords:** “portugalidade”, Portuguese parliamentary speech, “Assembleia Nacional”, “Assembleia da República”

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / vitorde Sousa@gmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / moisesm@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo inscreve-se na nossa investigação de doutoramento, em curso, intitulada “Da “portugalidade” à lusofonia”, com orientação de Moisés de Lemos Martins, onde nos propomos congregar pistas para responder à pergunta “De que falamos, quando falamos de lusofonia?”. Nesse sentido, pretendemos verificar se o conceito de lusofonia consiste na extensão de uma alegada “portugalidade” ou de um espaço ligado, apenas (ou eventualmente), através de uma língua comum. Em contexto pós-colonial, pretendemos averiguar qual o debate sobre o ‘outro’ que é possível fazer-se. Partindo da expressão ‘outrar-se’ (Fernando Pessoa), enquanto fenómeno de fazer-se outro, de adotar várias personalidades, dando-lhes vida e independência, pretendemos observar “não o discurso de e sobre o ‘outro’ para nos procurarmos a ‘nós’ próprios, mas os graus e as modalidades de interpenetração identitária entre nós e o outro” (Sousa & Martins, 2012: 160).

Propomo-nos apresentar alguns dados relativos à nossa investigação no que respeita à desconstrução do conceito de “portugalidade” e à observação da sua utilização no discurso parlamentar português. Trata-se de uma amostra de resultados decorrentes da análise dos discursos dos deputados da Assembleia Nacional (1935-1974), através da hermenêutica interpretativa, durante o período pós-revolução 25 de abril (‘Assembleia Constituinte’, 1976) e até à atualidade (Assembleia da República, 1974-2012)<sup>1</sup>.

Para tanto, observamos a forma como o Estado Novo utilizou a “portugalidade” para a construção da identidade nacional, evidenciando o *modus operandi* do regime, através da propaganda e, para além disso, tentando detetar eventuais resquícios dessa dinâmica na atualidade.

## 2. O DISCURSO POLÍTICO

É importante perceber a lógica dos debates parlamentares, uma vez que num sistema político representativo, como é o português, os deputados desempenham funções em nome da sociedade. Como refere Abdoolkarim Vakil (2006:85), “por muito que às vezes o esqueçamos, os debates parlamentares acompanham, também, refletem e enformam os discursos académicos e os debates no espaço público”. Gomes Canotilho (2002: 313) assinala que o pluralismo faz parte da identidade constitucional portuguesa, associando esse facto à existência de um sistema multipartidário, assente no sufrágio de representação proporcional. É por isso que o discurso parlamentar se pode tornar, por vezes, “particularmente vivo e até contrastante com o discurso governamental” (Ramos, 2005: 73). O que se constata é que é o contrário que acontece quando vigoram regimes totalitários, por via de o parlamento se travestir em caixa de ressonância do poder, desvirtuando as suas funções matriciais, uma vez que o quadro mental dominante é balizado por um único paradigma

<sup>1</sup> Toda a informação foi consultada em <http://debates.parlamento.pt/>.



definido e controlado por quem lidera o país. Daí que, para se perceber a lógica dos discursos parlamentares em Portugal se imponha analisar os discursos políticos em dois momentos distintos: durante o Estado Novo (Assembleia Nacional, entre 1935-1974) e em tempo de democracia (Assembleia da República, de 1976 até à atualidade).

Por definição, o discurso político consiste num texto argumentativo, assente na persuasão, que é emitido por alguém em nome pessoal, ou assumindo-se como um porta-voz, através de informações compartilhadas. Por isso se apresenta como se de uma fala coletiva se tratasse, com o intuito de procurar uma sobreposição na maior parte das vezes em nome dos interesses de uma comunidade (seja ela qual for), perspetivando-se como uma eventual norma para o futuro. Daí o seu recorte maleável, que se adapta às circunstâncias, já que integra uma dinâmica social que o altera com frequência, formatando-o a novas circunstâncias. Hannah Arendt (1998), no livro "The Human Condition", afirma que o discurso político tem por finalidade a persuasão do outro, quer para que a sua opinião se imponha, quer para que os outros o admirem. Uma perspetiva que nos leva à argumentação, que envolve o raciocínio, a eloquência da oratória, e que procura seduzir recorrendo a afetos e sentimentos. Uma das formas de a abordar, segundo Rui Alexandre Grácio (2010: 13), consiste em "inserir-na na problemática da influência através do discurso, ou seja, explicá-la através dos seus *efeitos persuasivos*". O palco mais visível para este tipo de questões coincide com o "espaço da deliberação e da ação, que se caracteriza pela tentativa de se chegar a decisões e de se estabelecerem e afirmarem 'caminhos de ação'" (*idem*: 21). Uma descrição que parece assentar que nem uma luva ao próprio discurso político cuja antiguidade se reporta, provavelmente, à vida do ser humano em sociedade. Para tanto, basta recuar até à Grécia Antiga e à definição de político, assumido como cidadão da "pólis" (da cidade), que tomava as decisões públicas na "ágora" (a praça onde se reuniam os cidadãos em assembleia), utilizando a persuasão como técnica nos discursos que eram proferidos. Todo esse contexto pode ter dado origem ao aparecimento do discurso político, assente na retórica e que tinha por missão convencer. Bastará ter presente o livro "Górgias", de Platão, em que a questão da retórica é o tema central do diálogo. A este propósito, Manuel de Oliveira Pulquério (1997: 9) assinala que no tempo de Platão, retórica "era muito mais do que o uso imoderado da palavra para fins de aliciamento, extravagância ou autoafirmação", considerando-a uma atividade que se podia classificar como "política" em sentido lato, uma vez que abrangia "a preparação técnica, cultural e humana daqueles cidadãos que quisessem dedicar-se à coisa pública", em que todos eles "podiam ter uma intervenção maior ou menor nos negócios do Governo pela sua participação nas assembleias representativas". Michel Foucault (1999 [1970]: 15) assinala que Hesíodo e Platão dão uma nova dimensão ao discurso, suscitando a discussão sobre a verdade ou a falsidade, lembrando que os sofistas (especialistas na arte da persuasão) são postos em causa, já que o discurso verdadeiro deixa de ser "o discurso precioso e desejável, visto que não é mais o discurso ligado ao exercício do poder". O

mesmo Foucault (*idem*: 10) refere que o discurso não é apenas a tradução das lutas ou sistemas dominantes, “mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” definidor do que é viver em sociedade e que, segundo o próprio, assenta no modo como alguns agem sobre a ação dos outros, o que quer dizer que se relaciona com as relações entre indivíduos. Uma lógica que decorre daquilo que o autor pensa sobre o exercício do poder que descreve como um conjunto de ações sobre ações.

Para Michel Maffescoli (2005: 23), o político pertence à categoria das coisas que perduram em todas as épocas sendo, ao mesmo tempo, “sempre diferentes”: “O político é uma instância que, na sua aceção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir”. Patrick Charaudeau (2007) observa que o político – que refere como aquele que protagoniza o discurso político –, apresenta uma identidade discursiva com duas vertentes: uma destinada a sublinhar a pertinência das suas ideias e outra que se prende com a maior abrangência possível das suas palavras. Trata-se, assim, de uma dicotomia que permite estabelecer uma separação entre o posicionamento ideológico e a prática política, que nem sempre coincidem, embora as eventuais diferenças também se esbatam, muitas vezes intencionalmente por quem profere o discurso.

Numa visão crítica da ideologia, que assenta numa lógica simbólica, com o foco posto nas relações de poder, interessa saber se a perspetiva decorre ou não do facto de um fenómeno, para que seja ideológico, tenha que ser ilusório e, por consequência, o resultado constitua muitas das vezes uma realidade construída fora do que é observável. Ora, tendo o discurso essa dimensão ideológica, a consequência resultante é que isso tanto pode transformar como reproduzir as relações de poder. Marx & Engels (2006 [1932]: 97) referem que essa dominação ocorre através das relações de produção estabelecidas e as consequentes classes que se criam numa sociedade. Dessa forma, a ideologia corresponde à ideia de uma realidade decorrente de uma “falsa consciência”, que tem como objetivo o reforço dessa dominação. Já Gramsci (1978: 22) vê a ideologia como a própria concepção do mundo, que se manifesta na ação e a organiza, não a circunscrevendo à “falsa consciência”, ou a um qualquer sistema de ideias. De resto, referindo-se às ideias, salienta tratarem-se de expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real. Tem uma perspetiva considerada mais neutra do conceito de ideologia, afirmando que ela configura uma concepção do mundo que define o real. Tendo o discurso político origem a partir da ideologia, deve ser entendido como “conjunto de ideias [e] representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e das relações que ele mantém com os outros homens” (Fiorin, 1998:28). Ou seja: o discurso denota a realidade, já que as ideias estão inscritas na linguagem, pelo que cada formação ideológica tem correspondência numa formação discursiva, em que se evidencia uma visão do mundo que implica uma atitude conducente a uma ação. Para além disso, como sublinha Teun A. van Dijk (2005: 232), no discurso, “os utilizadores da linguagem de grupos diferentes precisam de partilhar pelo menos algum

conhecimento de forma a serem capazes de se compreenderem mutuamente". No entanto, se esse conhecimento for tido como crença ideológica, "isso não quer dizer que deixe de ser conhecimento dentro da cultura em si mesma" (*idem, ibidem*). Ou, como assinala Roland Barthes (1989 [1953]: 28), cada regime possui a sua escrita que, "sendo a forma espetacularmente comprometida da fala, contém simultaneamente, graças a uma ambiguidade preciosa, o ser e o parecer do poder, o que ele é e o que queria que o julgassem".

Pierre Bourdieu (1989: 165) chama à atenção para o facto de o campo político exercer um efeito de censura, plasmado na limitação do universo do discurso político "ao espaço finito dos discursos susceptíveis de serem produzidos ou reproduzidos nos limites da *problemática* política como espaço das tomadas de posição efectivamente realizadas no campo". Dessa forma, é a estrutura do campo político que subjetivamente e ligada fortemente a quem manda, que "determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo" (*idem*: 178). É nessa perspectiva que Moisés de Lemos Martins (1990: 127) refere que a verdade no discurso está mascarada, não obstante ele se afigurar aparentemente neutro, já que "nada nos é dado a saber dessa prodigiosa máquina que condena e exclui, dessas malhas de que o desejo e o poder simultaneamente se alimentam e consomem". Sublinha não ser, por isso, de estranhar que "o discurso seja um dos lugares onde a política exerce, de forma privilegiada, algumas das suas mais temíveis violências".

Recorde-se, a este propósito, Michel Foucault (2010: 12), que sustenta que a verdade "não existe fora do poder", o que não quer dizer que seja um mito, já que a verdade "é deste mundo" e é nele produzida "graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder". A verdade está, dessa forma, "circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e os efeitos de poder que ela introduz e que a reproduzem" (Foucault (2010: 14).

No discurso político há, também, que destacar a importância das metáforas que, segundo Fairclough (2001 [1992], 241), estão longe de estar exclusivamente ligadas ao campo da literatura, não sendo por isso "apenas adornos estilísticos superficiais do discurso", estruturando o modo como se pensa e como se age, de uma forma "penetrante e fundamental". Usar determinada metáfora implica, assim, uma forma concreta de construir a realidade. O linguísta George Lakoff (2002: 5) refere mesmo que quer a política quer a moral se dizem através de metáforas, numa constatação que apelida de "razoamento metafórico do senso comum", que determina que o discurso político, na maior parte das vezes, seja determinado por metáforas e não por factos.

Na análise dos discursos parlamentares, a nossa proposta vai no sentido de os observar não apenas na sua vertente construída, mas levar também em conta os seus entornos, restabelecendo as suas condições de produção. Dessa forma, como refere Norman Fairclough (2001 [1992], 245), a análise não pode consistir simplesmente em descrição de textos levada a efeito isoladamente da sua interpretação, sendo que "aspectos e interpretação [estão] encaixados numa prática social mais

ampla". O que quer dizer que "a descrição não é tão separada da interpretação, como se supõe frequentemente", não havendo fase da análise "que seja pura descrição", mesmo tratando-se de uma transcrição de um texto falado que, também ela, implica interpretação (*idem*: 246).

Fernanda Paula de Sousa Maia observa que Michel Foucault, em "A Ordem do Discurso", inventaria os mecanismos de repressão externos e internos, através dos quais a sociedade e o poder controlam a palavra e a produção discursiva e sustentam a existência de um discurso, "aparentando a simplicidade e a evidência do bom senso, traduz a ordem gnoseológica desejada e considerada apropriada, evitando a polémica e assegurando os mecanismos de reprodução" (Sousa, 2002: 50). Uma proposta metodológica desenvolvida nos anos 1970 por Pierre Bourdieu que, como refere, acrescentou as noções de campo, de *habitus*, de poder simbólico ou de distinção (Sousa, 2002: 51), questionando "o problema da relação do sujeito com a escrita, avaliando as suas condições de possibilidade" (*idem, ibidem*). Uma proposta que se afigura particularmente interessante no nosso estudo para observar a utilização da palavra (ideia) de "portugalidade" nos discursos dos deputados, saindo da observação estrita do conteúdo e extrapolando para outras vertentes como as condições de produção discursiva, as condições de controlo da palavra que determinaram os alinhamentos ideológicos e os eventuais silêncios, que desenharam a retórica utilizada.

### 3. A CUNHAGEM DA PALAVRA "PORTUGALIDADE"

O "Novo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea", editado em 2001 pela Academia das Ciências de Lisboa (Casteleiro, 2001), não dispõe de qualquer entrada com a designação de "portugalidade". O sinónimo para a palavra pode, no entanto, ser encontrado em edições mais comuns, como é o caso no dicionário da "Porto Editora", onde se pode ler: "qualidade do que é português", e, numa dimensão mais ampla, "sentido verdadeiramente nacional da cultura portuguesa" (Costa & Melo, 1995: 1432). Já no portal "Ciberdúvidas da Língua Portuguesa" (uma parceria da Sociedade da Língua Portuguesa e do governo português), é referido que a palavra é usada pelo Estado Novo e que por isso hoje está conotada com essa ideologia<sup>2</sup>, avançando mesmo com a possibilidade de o termo ter surgido no decénio de 50 ou 60 do século XX<sup>3</sup>.

A 'pista' adiantada por esta fonte fez com que optássemos pela análise do discurso político durante o Estado Novo (1932-1974), nomeadamente na Assembleia Nacional (AN), 1935-1974 (em que existia um único partido, que se configurava como caixa de ressonância do regime), bem como da legislação produzida pelo Governo durante esse período. Fruto dessa pesquisa, verificamos que a "portugalidade" surge pela primeira vez no discurso dos deputados da AN em 27 de abril de 1951, articulada com a prática do regime, que nesse mesmo ano (entre março e junho), revogou o "Ato

<sup>2</sup> Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 14/02/2005, [http://tinyurl.com/b2ts6w3, abril de 2013].

<sup>3</sup> Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 07/04/2000 [http://tinyurl.com/apcc686, abril de 2013].

Colonial”, tendo a expressão “colónias” sido substituída por “províncias ultramarinas: o “Império Colonial” passa a designar-se por “Império Ultramarino”, o Ministério das Colónias, deixa de existir e surge no seu lugar o Ministério do Ultramar. É aqui que a ideia de Portugal, como um todo uno e indivisível, “do Minho a Timor”, começa a fazer o seu caminho.

Barata, Pereira & Carvalheiro (2011: 7), sublinham que a “portugalidade” resulta do encontro “entre distintas linguagens, objetos e perspetivas sobre a identidade portuguesa”, porque a identidade “não tem apenas a ver com o que somos e de onde vimos, mas também com o que queremos fazer com aquilo que dispomos”. Silvina Rodrigues Lopes (2011: 11) prefere traduzir a palavra como um “conjunto de características assinaláveis de um povo ou de uma cultura”.

J. Pinharanda Gomes (2004: S/P), um dos cultores da “Filosofia Portuguesa”, atribui a origem da “portugalidade” a António Sardinha, numa altura em que a hispanidade era hegemónica e que “designava (...) a ação portuguesa na história do mundo”, defendendo, portanto, a sua origem como sendo anterior ao Estado Novo. De facto, Sardinha é tido como a grande referência do “Integralismo Lusitano” que terá estado na origem do Estado Novo. Porém, nunca se referiu, especificamente, à existência de qualquer “portugalidade”. Utilizando a “Teoria do Acaso”, de Oliveira Martins (para quem Portugal tinha sido inventado pela cobiça de meia dúzia de aventureiros coroados) e o “Lusismo”, de Teófilo Braga (composto pela raça, no sentido biológico-étnico, e a tradição), aproveitou para negar ambas as perspetivas, salientando que a nação portuguesa não nascera “por acaso” e não fora obra do “lusó”; do seu ponto de vista – e é esse o cerne da sua tese – a nação portuguesa nascera de uma aliança entre os municípios (repúblicas locais) e o rei.

O termo “portugalidade” é, no entanto, profusamente atribuído ao discurso dos integralistas, não sendo apesar disso, exclusivo destes, como observa Maria Odete Gonçalves (2009: 93), muito embora esse facto provoque “uma série de tensões, quando não mesmo oposições, com o Saudosismo de Pascoaes, com a Renascença Portuguesa e com a primeira fase da Seara Nova”.

J. Pinharanda Gomes (2004: S/P) define “portugalidade” como “o nome de categoria universal que identifica o próprio Portugal”, referindo a existência de vários significados, consoante o palco contextual. Dentro do mesmo espírito está Abel de Lacerda Botelho (2008: S/P) que, numa comunicação apresentada à Sociedade de Geografia de Lisboa, intitulada “A Portugalidade e os Lusíadas” se refere a uma “Paideia Lusa”, ou seja, ao “modo de ser, e de exercitar a vida quotidianamente, à maneira portuguesa”. Uma ideia já antes defendida por António Quadros (1992) em que faz a análise do que diz ser o “espírito lusitano”, destacando que Portugal tem uma alma e um destino a cumprir na História, assente numa estrutura cultural de nação onde está a essência do homem português. O ‘perigo’ de o conceito de “portugalidade” poder ser conotado com o Estado Novo é feito pelo próprio António Quadros que, no entanto, se refere ao receio de ser mal interpretado pela possibilidade de ser associado a um “pecado nacionalista” (Sousa, 1993: 75).

### 3.1. "PORTUGALIDADE", PORTUGUESISMO(S) E OUTROS

João Medina (2006) apresenta uma espécie de dicionário crítico comentado e ilustrado do panorama histórico-cultural português, sublinhando temas e facetas do que diz ser o "portuguesismo" e onde é mapeado grande parte do campo icónico português, como a figura do Zé Povinho, do Santo António, do bacalhau, do galo de Barcelos, de D. Sebastião. Diz tratar-se de uma forma alusiva de portuguesismo(s), em que se referencia(m) de uma forma avulsa emblemas da vida portuguesa, pejados de "portugalidade". Já Maria Fernanda Peixoto (2009: 595) reputa todas essas características como "portugalidade": "O fado – a lamúria, o fatalismo, os 'azares' lusitanos –, o vinho e o futebol servem para apagar tristezas que 'já não pagavam dívidas'".

Alexander Ellis (2009: S/P), ex-embaixador britânico em Portugal, na sequência de declarações do presidente da República, Cavaco Silva, em que se referiu à "portugalidade", a propósito das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Santarém (2009), decidiu escrever que "portugalidade" era "uma forma de identidade, da qual a língua portuguesa constitui um pilar essencial", sendo que a outra face da moeda seria o "Portuguesismo". Recorrendo a um exemplo futebolístico, a "portugalidade", representaria o sucesso da seleção nacional durante o "Euro 2004", ao passo que o 'portuguesismo' significaria a desilusão decorrente do insucesso da participação no "Mundial 2002".

José Eduardo Franco (S/D: 69) refere-se à "utopia da perenidade do reino", que se alicerça "no mito de um Portugal visto como um reino eleito para uma missão especial, de carácter sagrado, no panorama planetário", acrescentando que "é a partir da poesia e da historiografia que são cantadas e 'memorizadas' as gestas desta etapa da história de Portugal [Descobrimientos], vista como uma fulgurante idade de ouro, na qual se reforçam as bases míticas da portugalidade". A obra recente de Paula Rego, denota um humor grotesco, nomeadamente no que se refere às referências ao Estado Novo em que a pintora "evoca a Portugalidade com maior consistência: evoca-a enquanto passado e enquanto traço mnemónico" (Ronsengarten, 2009: 12).

### 3.2. "PORTUGALIDADE" E IDENTIDADE

Eduardo Lourenço sublinha que "Portugal tem uma hiperidentidade porque tem um défice de identidade real", que compensa "no plano imaginário" (Silva & Jorge, 1993: 38). Será, talvez, por isso que Boaventura de Sousa Santos (1990) sustente que o excesso mítico de interpretação constitui um mecanismo para compensar o défice de realidade. O que pode justificar que José Gil (2009: 10) se refira à "subjetividade produzida pela doença da identidade", salientando que a identidade portuguesa vive entre a realidade e a ficção.

Boaventura de Sousa Santos (1994: 127) adverte para o facto de que "a recontextualização e reparticularização das identidades e das práticas está a conduzir a uma reformulação das inter-relações entre os diferentes vínculos (...) nomeadamente entre o vínculo nacional classista, racial, étnico e sexual". O que deita por



terra as ideias de que a 'raça' pesa quando se aborda a problemática da identidade nacional, já que ninguém pode apelar a qualquer ideia de 'pureza' ou de características alegadamente únicas, como sustenta Luísa Pereira (2009), num estudo que efetuou acerca dos genes portugueses, e em que conclui serem muito diversificados, contendo linhagens genéticas europeias, com uma grande influência africana.

Manuel Villaverde Cabral (2003: 529) constata que um conteúdo 'pobre' e do foro do imaginário como é o da identidade, pode produzir efeitos práticos relevantes. Rita Ribeiro (2012: 35), refere que a dimensão temporal (existente ou inventada), faz com que as nações se vistam de "transcendência e primordialidade", facto que as mitifica "e mistifica os processos reais de construção identitária que devem de facto mais ao presente do que ao passado". É esse nevoeiro que produz as imagens idílicas e "impede de ver as contingências históricas, a geração contemporânea de tradições ou a mescla de contributos étnicos e culturais que, na verdade, moldaram o percurso da nação". Ou seja: "A interiorização e a reelaboração do discurso mítico-ideológico pelo cidadão comum potenciam o uso utilitarista, calculista, descartável daquilo a que as pertenças coletivas oferecem" (*idem*: 247).

Desfazendo eventuais equívocos, José Mattoso (2008: 97) sublinha que se o critério de análise for o da objetividade, excluem-se, desde logo, as teorias míticas e messiânicas: "tão insistentes, tão carregadas de emotividade, acerca do destino universal do povo português, do seu insondável 'mistério' e da sua irreduzível originalidade".

### 3.3. ESTADO NOVO E "PORTUGALIDADE" (1932-1974)

Luís Reis Torgal (2009) refere que o 'Integralismo Lusitano', a par do movimento católico, se assumiu como um dos percussores aspirantes a um "Estado Novo". Moisés de Lemos Martins (2009: S/P) observa que a divisão que Salazar fez do mundo português deve ser perspectivada à luz do combate "por um conceito católico de identidade nacional, como luta por uma específica ordenação simbólica do país" e que, segundo José Gil (2005: 135), se assumiu como "um buraco negro que engoliu a existência no espaço público".

Em 1933, é criado o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), liderado por António Ferro, e cujo objetivo visou fornecer "uma imagem politicamente eficaz do regime dentro e fora das fronteiras do país" (Alves, 1997). A propaganda salazarista constitui, para José Gil (2005: 135) um "trauma subtil" que nem sequer foi sentido como tal. No entanto, esse 'mal' "que acabrunhava a generalidade dos portugueses" disseminou-se: "Para estes, não vinha do regime político, vinha da 'índole', do 'carácter', da 'essência' da portugalidade (como o fado, num certo discurso 'nacionalista' de opinião". Para o filósofo, a ordem discursiva salazarista assentava na identidade nacional ("a alma da pátria"), que se encontrava na "ideia de salvação, isto é, de destino e de grandeza nacional" (Gil, 1995: 22), sendo que a verdade era "natural" (*idem*: 14). A verdade era aquela que convinha à nação, com um "recorte de um puro passado (...) feito de tradição autoritária e espiritual", um passado feito também



de temperamento rural, “pela efabulação dos traços de caráter do povo português” e “como herdeiros de um destino colonial e de uma missão civilizadora” (Martins, 1990: 105-124). Maribel Paradinha (2006: 136) assinala que o despontar do nacionalismo defendido por Benedict Anderson, se adequa ao caso português, mormente “à ideologia romântica que encontrou uma certa continuidade na ideologia estado-novista do ‘projeto nacional’ ou ‘patriótico’”.

#### **4. A “PORTUGALIDADE” NO DISCURSO PARLAMENTAR PORTUGUÊS (1935-2012)**

##### *4.1. ASSEMBLEIA NACIONAL (1935-1974)*

Da busca efetuada à base de dados da AN utilizando a palavra-chave “portugalidade” (de 1935 a 24 de Abril e 1974), a expressão foi encontrada por 61 vezes, em 58 páginas, referentes a 54 diários. É sobre a problemática das colónias ultramarinas e ex-colónias (Brasil e Índia), que os deputados utilizam mais a palavra. Seguem-se os assuntos ligados à Educação e Juventude, nação, ruralidade, restauração nacional e língua portuguesa. É, também, usada quando são evocadas ou homenageadas personalidades.

É em 27 de Abril de 1951 que, pela primeira vez, a palavra surge nos discursos dos deputados da AN, na sequência da apresentação de propostas conducentes à revisão da Constituição. Na altura, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, presidente do parlamento, anunciava a existência de projetos de lei, apresentados por alguns deputados, como eram os casos de Carlos Moreira, Mário de Albuquerque, Cortês Pinto, João Ameal e Délio Nobre Santos que intitulavam de “Da educação, ensino e cultura nacional”. Na defesa do projeto, Carlos Moreira salientava que a língua bem merecia a revisão do articulado, dizendo tratar-se de uma “joia do nosso património espiritual e intelectual, veículo de portugalidade através do Mundo”<sup>4</sup>. A palavra “portugalidade” pode ser encontrada nos discursos dos deputados até ao último diário da AN publicado, datado de 24 de Abril de 1974 (referente à sessão do dia anterior), dia em que eclodiu a revolução e foi destituído o regime.

“Mestre de portugalidade” foi um epíteto associado a Alfredo Pimenta e a Salazar. O deputado Afonso Pinto sublinhava que em Portugal não estavam a ser tristes os sinais dos tempos e destacava a esperança que se podia ter no futuro, chamando à atenção para o espírito de António Sardinha que foi ‘mestre de portugalidade’. Rematava com loas a Salazar, numa referência assente na coesão nacional, “para prosseguimento da política de resgate e de restauração nacional que se vem processando, entre nós, desde 28 de Maio de 1926”<sup>5</sup>. Anos mais tarde, nas vésperas do encerramento da X Legislatura, o deputado Moura Ramos, a propósito do aniversário da entrada de Salazar para o Governo, aproveitava para recordar o ex-presidente do Conselho, de quem sublinhava tratar-se de uma “personalidade ímpar, excepcional, de quem foi um dos grandes na história do mundo, como governante sincero,

<sup>4</sup> V Legislatura, sessão 2, nº 104, de 27-04-1951, diário de 28-04-1951, p. 962.

<sup>5</sup> VII Legislatura, sessão 2, nº 104, de 07-05-1959, diário de 08-05-1959, p. 679.

honesto e de devoção extrema à sua pátria e ao seu povo". Dizia mesmo estar orgulhoso em pertencer ao número daqueles que não deixavam de evocar, "com comovida saudade, gratidão imensa e respeito devidos à memória do grande estadista, do grande português", que considerava um 'mestre de portugalidade', e que tinha servido "com tanto acerto os superiores interesses nacionais"<sup>6</sup>.

A propósito da importância da Educação na política nacional, o deputado José Alberto Carvalho referia que esta deveria constituir um "valor primeiro a considerar na formação de uma mentalidade nacional", que será "aquilo que for a juventude que amanhã dirigirá a Nação", e que se assumirá "mais viril e mais portadora de portugalidade na medida em que o for a preparação que receber durante o seu processo educativo"<sup>7</sup>. O deputado Mário Bento lembrava, a propósito, que o país todo tinha na classe dos professores primários "um dos mais fortes baluartes de civismo e portugalidade"<sup>8</sup>. Já num debate sobre a defesa da língua portuguesa, Henriques Mouta caracterizava a língua como "órgão de expressão e expansão de portugalidade", para além de "instrumento eficaz da formação humana dos Portugueses", que não suportava "desafinações sem negar as raízes"<sup>9</sup>. No mesmo debate, António Cruz tecia rasgados elogios a Salazar, e chamava à atenção para "o ideário da Revolução Nacional [que] tem de ser extraído, no conteúdo da doutrina e na expressão da forma, de todos aqueles ensaios que são os [seus] discursos". Nesse sentido, defendia que a "boa lei da portugalidade" estava carecida de ser divulgada a todo o tempo, sobretudo na escola e propunha "a preparação imediata de uma seleta de textos do Presidente Salazar"<sup>10</sup>.

Peres Claro referia-se ao problema da continuidade do movimento 'Mocidade Portuguesa' no contexto político nacional, sublinhando o seu papel no ultramar, nomeadamente no que respeita à "integração étnica", prolongando para além da escola uma convivência feita pelos mesmos princípios formativos da "portugalidade". O que significava que tinha "poderosamente contribuído" para o fortalecimento da unidade do todo nacional<sup>11</sup>. O deputado Trigo Pereira lembrava que, dentro da 'Mocidade Portuguesa', tinham sido educados e instruídos "nos verdadeiros valores da Pátria", pelo que era "com certa pena" que via dissociar, então, de uma parte, a formação física e os desportos, "como se a juventude fosse única e exclusivamente educada, numa preparação física, numa ocupação de desporto", sem que se ligasse "especial cuidado à sua formação intelectual" e, como se referia anteriormente, "de portugalidade", o que permitiria "que a massa global de juventude deste País seja posta à disposição (...) de uma influência doutrinária" que nem sempre correspondia aos interesses da Pátria<sup>12</sup>.

<sup>6</sup> X Legislatura, sessão 4, nº 226, de 27-04-1973, diário de 28-04-1973, p. 5266.

<sup>7</sup> VIII Legislatura, sessão 2, nº 77, de 30-01-1963, diário de 31-01-1963, p. 1947.

<sup>8</sup> IX Legislatura, sessão 1, nº 18, de 02-02-1966, diário de 03-02-1966, p. 280.

<sup>9</sup> IX Legislatura, sessão 4, nº 170, de 30-01-1969, diário de 31-01-1969, p. 3061.

<sup>10</sup> IX Legislatura, sessão 4, nº 173, de 30-01-1969, diário de 31-01-1969, p. 3061.

<sup>11</sup> X Legislatura, sessão 4, nº 225, de 14-02-1973, diário de 15-02-1973, p. 4583.

<sup>12</sup> X Legislatura, sessão 4, nº 225, de 14-02-1973, diário de 15-02-1973, p. 4584.

#### 4.2. ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1976-2012)

Da busca efetuada às bases de dados do parlamento utilizando a palavra-chave “portugalidade”, entre 1976 e 2012, período que corresponde a 12 legislaturas (uma delas ainda em curso), a expressão foi encontrada em 73 páginas, referentes a 66 diários. São os deputados do PSD os que mais utilizaram a expressão, seguindo-se os do PS e do CDS/PP. O termo é utilizado de forma residual pelos deputados do PCP, PPM, BE, PSN e MDP/CDE.

A expressão está associada, na maior parte dos casos, quando o assunto versa a emigração (representada como o elo mais recente da corrente de “portugalidade”), a língua e cultura portuguesas, a diáspora e a lusofonia; evocando heróis locais que lutaram, por exemplo, contra os invasores franceses; para abordar a unidade do território, sublinhando as regiões autónomas como parte integrante da “portugalidade”; como requisito primeiro para se ser português, enquanto elemento basilar de ligação à Pátria. Ou quando são aprovados votos de pesar, como aconteceu aquando das mortes de António Quadros, Agostinho da Silva, Miguel Torga, Carlos Oliveira e José Saramago. O mesmo se verificou no que respeita à aprovação de votos de congratulação, como foi o caso da conquista de um título europeu de Atletismo por parte de Naide Gomes.

O deputado Manuel Alegre (PS), a propósito de uma proposta para que fossem transferidos para os Jerónimos os restos mortais de Fernando Pessoa, no fecho da XVII Exposição Europeia de Arte Ciência e Cultura (1983), apela a que se não tenha medo da utilização da palavra “portugalidade”, “naquilo que ela tem de mais perene: a nossa língua, a nossa poesia, a nossa cultura”<sup>13</sup>.

Não obstante a ligação da palavra “portugalidade” ao Estado Novo, o facto é que deputados do PS, PCP e MDP/CDE a utilizaram para sustentarem propostas suas, mesmo tendo presente a crítica que muitas vezes os próprios fizeram devido à utilização da palavra por parte de outros parlamentares. Foi o caso de José Manuel Mendes (PCP), que criticava a maioria da Aliança Democrática (AD), que acusava de fazer sintonizar uma lei com outras que visavam a fabricação, “‘rapidamente e em força’ em doses maciças, de novos eleitores”, com ou sem qualquer vínculo efetivo à Pátria, na posse ou não do que apelidava de “elementos basilares em função dos quais é de consagrar a portugalidade”<sup>14</sup>; de Helena Cidade Moura (MDP/CDE), que se referia à evocação do “‘portuguesismo’ dos canais de comunicação social americanos falados em português para evocar a “portugalidade””<sup>15</sup>; ou de Luísa Salgueiro (PS) que, a propósito dos princípios inscritos no Livro Branco para a Juventude, referia que estavam previstos como vetores de intervenção estratégicos “a emancipação jovem, os estilos de vida saudáveis, a criação e investigação, a participação e voluntariado, a “portugalidade” e identidade e ainda a política europeia de juventude”<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> III Legislatura, sessão 1, nº 9, de 24 de junho de 1983, diário de 25-06-1983, p. 253.

<sup>14</sup> II Legislatura, sessão 1, nº 90, de 30-06-1981, diário de 01-07-1981, p. 3723.

<sup>15</sup> III Legislatura, sessão 2, nº 94, de 20-06-1985, diário de 21-06-1985, p. 3481.

<sup>16</sup> X Legislatura, sessão 1, nº 44, de 14-09-2005, diário de 15-09-2005, p. 2021.

Mas houve quem lembrasse os tempos da ditadura, como foi o caso do deputado João Amaral (PCP) que observava que “Salazar entendia que a ONU estava errada e que ele, colonialista e ditador, é que era o iluminado da verdade; entendia que tinha de converter os angolanos à portugalidade e aos valores cristãos e ocidentais”. Nesse sentido, fazia votos para que se enterrassem, de vez, “os tiques colonialistas e todos os seus resquícios, que ainda povoam muitas mentes”<sup>17</sup>.

Em relação ao Acordo Ortográfico que o Governo tinha submetido à AR para aprovação, o assunto era debatido no hemiciclo e Rui Gomes da Silva (PSD) sublinhava que o seu grupo parlamentar iria votar favoravelmente, “pela portugalidade, pela língua portuguesa, por Portugal!”<sup>18</sup>. A este propósito, Sottomayor Cardia (PS) mostrava a sua discordância, sublinhando que todos estavam a ver que “desembaraçada das consoantes não articuladas, toda essa juventude de todo esse vasto mundo vai lusografar e, portanto, lusofonar, para honra e glória da portugalidade e final realização do V Império. As malhas que o messianismo tece!”. Sustentava que, dessa forma, se estaria a contribuir “para tornar a grafia do português irreconhecível no espaço das línguas românicas ou parcialmente romanizadas”<sup>19</sup>.

Horácio Marçal (CDS/PP) observava que a “Portugalidade”, no dealbar do séc. XXI está a ser ameaçada”<sup>20</sup>, ao passo que Raul Rego (PS) avisava haver muita gente em Portugal que começava a olhar para um passado recente e que se estava “numa das mais estreitas curvas da nossa história, ao reintegrarmo-nos na verdadeira portugalidade”<sup>21</sup>.

Uma das últimas vezes em que a expressão foi utilizada foi em Janeiro de 2012, a propósito da mudança da sede fiscal de uma empresa de grande distribuição portuguesa, o que, segundo os deputados Pedro Filipe Soares, do BE e Honório Novo, do PCP<sup>22</sup>, contrariava a sua própria campanha publicitária, assente nos valores nacionais e apelando à compra de produtos portugueses.

## 5. NOTAS CONCLUSIVAS

Da investigação à legislação produzida pelo Estado Novo e aos discursos dos deputados da AN obtivemos alguma luz relativamente à introdução da palavra “portugalidade” no discurso político. O “Ato Colonial”, por exemplo, é revogado em 1951, sendo as “colónias” substituídas por “províncias ultramarinas”. No contexto das alterações constitucionais, a Carta Orgânica do Império Colonial Português foi substituída pela Lei Orgânica do Ultramar Português (1953), assumindo-se Portugal como um país uno e indivisível autodesignado de “Portugal do Minho a Timor”. É nessa altura (16 anos após o início da NA) que os deputados começam a introduzir

<sup>17</sup> VIII Legislatura, sessão 1, nº 58, de 27-04-2000, diário de 28-04-2000, p. 2331.

<sup>18</sup> V Legislatura, sessão 4, nº 84, de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2754-2755.

<sup>19</sup> V Legislatura, sessão 4, nº 84, de 28-05-1991, diário de 29-05-1991, pp. 2763.

<sup>20</sup> IV Legislatura, sessão 2, nº 8, de 6-11-1986, diário de 07-11-1986, p.178.

<sup>21</sup> V Legislatura, sessão 1, nº 93, de 26-05-1988, de 27-05-1988, p. 3792.

<sup>22</sup> XII Legislatura, sessão 1, nº 54, de 04-01-2011, de 05-01-2011, pp. 32 e 36.

a palavra "portugalidade" nos seus discursos, servindo a AN, através do único partido existente, a União Nacional, de eco da governação, disseminando a ideologia do Estado Novo.

Da análise levada a cabo às bases de dados das sessões parlamento português (1935-2012), verificamos que a utilização da palavra "portugalidade" é quase residual, sendo que no caso do período correspondente ao Estado Novo (entre 1935 e 1974) a média é de 0,6 vezes por ano e, em democracia, entre 1974 e até à atualidade, de 0,5 vezes por ano, com a tendência a ir no sentido de uma utilização cada vez menor. Apesar da ligação do termo ao Estado Novo, este é utilizado de forma transversal pelos deputados da AR e em sentidos diversos. A grande diferença entre os dois períodos ocorre quando os temas versam sobre Educação e Juventude, sendo que durante o Estado Novo eram das temáticas mais sublinhadas no que à "portugalidade" diz respeito.

Nos discursos dos deputados da AR há, também, várias tentativas de definição da palavra "portugalidade" que, paradoxalmente, não se distanciam do conceito utilizado pelos parlamentares da AN, como é o caso do socialista Manuel Alegre. As razões que levaram este lutador antifascista a defender acerrimamente um termo associado ao Estado Novo são, necessariamente, diversas das de Alfredo Pimenta, autor do livro "Em Defesa da Portugalidade" (1947), em que, para além de se mostrar adepto da monarquia, defende o nacionalismo, a contrarrevolução e o tradicionalismo. Daí que a utilização da palavra "portugalidade" seja equívoca e mesmo que só pontualmente a ela se recorra em termos de discurso político (quem o faz com alguma regularidade é o presidente da República, Cavaco Silva<sup>23</sup>), o facto é que, em áreas como a publicidade, é recorrente o uso de imagens associadas ao imaginário 'português' facto que, descontextualizado da ideia de "portugalidade" faz com que se corra o risco de o termo - bem datado e associado ao Estado Novo - se naturalizar.

## REFERÊNCIAS

- Alves, V. M. (1997) 'Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso', in *Etnográfica*, Vol I (2), pp. 237-257. [<http://tinyurl.com/2ftzk2y>, Novembro 2010].
- Arendt, H. (1998), *The Human Condition*, Chicago: University of Chicago Press.
- Barata A., Pereira, A. S. & Carvalheiro, J. R. (2011) 'Sob o signo da pluralidade. Pequeno prefácio', in Barata A., Pereira, A. S. & Carvalheiro, J. R. (Org.) (2011) *Representações da Portugalidade*, Lisboa: Caminho, pp. 7-8.
- Barthes, R. (1989 [1953]) *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa: Edições 70.
- Botelho, A. L. (2008) *Portugalidade* (Sociedade de Geografia, Secção Luís de Camões) [<http://tinyurl.com/2cd4nlc>, Novembro 2010].
- Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.

<sup>23</sup> Ainda no último 10 de junho, na página oficial da Presidência da República, a ela se referiu [<http://tinyurl.com/q3ghgm4>, junho de 2013].

- Bourdieu, P. (1982) *Ce Que Parler Veut Dire: L'économie Des Échanges Linguistiques*, Paris: Fayard.
- Cabral, M. V. (2003) 'A Identidade Nacional Portuguesa: Conteúdo e Relevância', in Dados, Revista De Ciências Sociais, ano/vol. 46, número 003, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, pp. 513-533.
- Canotilho, G. (2002) *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina.
- Casteleiro, J. M. (Coord.) (2001) *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Charaudeau, P. (2007) *Discurso das Mídias*, São Paulo: Contexto.
- Costa, J. A. & Melo, A. S. (1995) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 7ª edição, Porto: Porto Editora.
- Cunha, T. C. (2009), 'Argumentação e Metáfora no Discurso Político', *Comunicação e Sociedade*, 16: Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho, pp. 19-25.
- Dijk, T. A. van (2005) *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica Do Discurso*, Porto: Campo das Letras/Universidade do Minho, ISBN 989-625-000-6.
- Ellis, A. (2009) '10 de Junho, Portugalidade e Portuguesismo', *Expresso*, (9 de Junho). [<http://tinyurl.com/2dsxtjs>, Novembro 2010].
- Fairclough, N. (2001 [1992]), *Discurso E Mudança Social*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Fiorin, J. L. (1998) *Linguagem e Ideologia*, São Paulo: Ática.
- Foucault, M. (2010 [1975]) *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1999 [1970]) *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural No Collège De France, Pronunciada Em 2 De Dezembro De 1970*, São Paulo: Edições Loyola.
- Franco, J. E. (2000) *O Mito de Portugal. A primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey.
- Gil, J. (2009) *Em Busca da Identidade - O Desnorte*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gil, J. (2005) *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Gil, J. (1995) *A Retórica da Invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Gomes, J. P. (2004) *O Pensamento Nacionalista do Século XX* [<http://tinyurl.com/249axak>, Novembro 2010].
- Gonçalves, M. O. C. S. F. C. (2009) *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga*, Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [<http://tinyurl.com/7mp5oxj>, Março 2012].
- Grácio, R. (2010) *A Interação Argumentativa*, Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho.
- Gramsci, A. (1978) *Concepção Dialética Da História*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lakoff, G. (2002) *Moral Politics: How Liberals and Conservatives Think*, Chicago: The University of Chicago Press.



- Lopes, S. R. (2011) 'Mensagem e a desconstrução da Portugalidade', in Barata, Pereira & Carvalheiro (Org.) (2011) *Representações da Portugalidade*, Lisboa: Caminho, pp. 9-32.
- Maffesoli, M. (2005 [1992]) *A Transfiguração do Político. A Tribalização do Mundo*, Porto Alegre: Editora Sulina.
- Maia, F. P. S. (2002) *O Discurso Parlamentar Português e as Relações Portugal-Brasil. A Câmara dos Deputados (1826-1852)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência e da Tecnologia) (ISBN: 972-31-0963-8).
- Martins, M. L. (2009) "O Catolicismo e a Construção da Identidade Nacional", [<http://tinyurl.com/29rxse7>, Novembro 2010].
- Martins, M. L. (1990) *O Olho De Deus No Discurso Salazarista*, Porto: Edições Afrontamento.
- Marx, K. & Engels, F. (2001 [1933]) *A Ideologia Alemã*, São Paulo: Martins Fontes.
- Mattoso, J. (2008) *A Identidade Nacional*, Lisboa: Gradiva.
- Medina, J. (2006) *Portuguesismo(s)*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/FCT.
- Paradinha, M. (2006) *As Cartas de Soror Mariana Alcoforado. Manipulação e Identidade Nacional*, Lisboa: Caleidoscópio.
- Peixoto, M. F. F. C. (2009) *(Des)construções Sociocríticas da (Pós-)colonialidade Romance português e angolano das décadas de 80 e 90*, Tese de Doutoramento em Línguas e Literaturas Modernas, Especialidade de Literatura Comparada, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. [<http://tinyurl.com/253j4pt>, Novembro 2010].
- Pereira, L. & Ribeiro, F. M. (2009) *O Património Genético Português. A História Humana Preservada nos Genes*, Lisboa: Gradiva.
- Pimenta, A. (1947) *Em Defesa da Portugalidade (Palavras proferidas na noite de 11 de Outubro de 1947)*, Guimarães: Editadas pelos que as ouviram e aplaudiram.
- Pulquério, M. O. (1991), 'Introdução', in Platão (1991 [387, a.C.]), *Górgias*, Lisboa: Edições 7, pp. 9-13.
- Quadros, A. (1992) *Memórias das Origens, Saudades do Futuro - Valores, Mitos, Arquétipos, Ideias*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ramos, C. (2005) 'Discurso Parlamentar Português e Construção da Identidade Política no Contexto da Integração Europeia', in *Antropológicas*, nº9, Porto: Universidade Fernando Pessoa, pp. 67-96.
- Ribeiro, R. (2011) *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Afrontamento.
- Rosengarten, R. (2009) *Contrariar, Esmagar, Amar - A Família e o Estado Novo na obra de Paula Rego*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Santos, B. S. (1994) *Pela Mão de Alice - O Social e o Político na Pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Afrontamento.
- Silva, A. S. & Jorge, V. O. (orgs.) (1993) "Existe uma Cultura Portuguesa?", colecção *História & Ideias*, nº 6 (texto de mesa-redonda com várias personalidades, entre as quais Eduardo Lourenço, na Casa das Artes, no Porto, em 27/04/1992), Porto: Afrontamento.

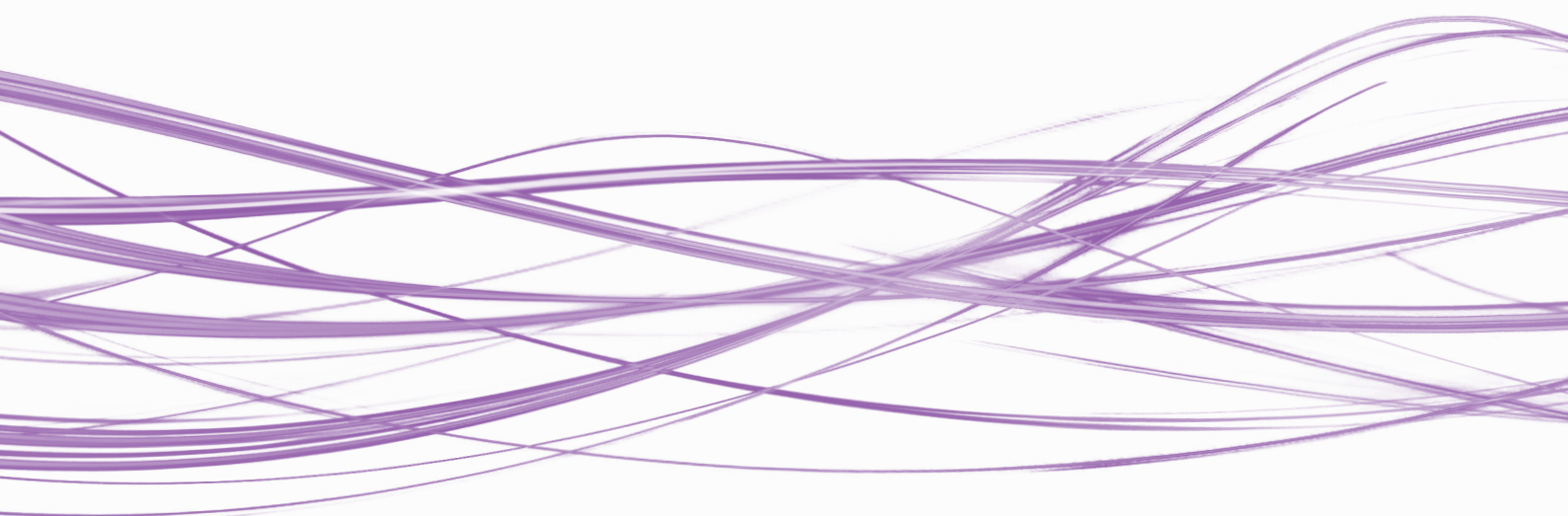


- Sousa, A. (1993) 'Entrevista com António Quadros', in A.A.V.V. (1993) *António Quadros*, Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, pp.71-81.
- Sousa, V. & Martins, M. (2012) 'Da "portugalidade" à lusofonia', in Pinto-Coelho, Z. & Fidalgo, J. (2012) *Comunicação e Cultura* (I Jornada de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais), Braga: CECS/UMinho, pp. 159-177. [<http://tinyurl.com/b9swujz>].
- Torgal, L. R. (2009) *Estados Novos, Estado Novo*, vol. 1, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vakil, A. (2006) 'Heróis Do Lar, Nação Ambivalente: Portugalidade E Identidade Nacional Nos Tempos Dos Pós-;', in Loff (M.) & Pereira, M. C. M. (coord.) (2006) *Portugal: 30 Anos De Democracia (1974-2004)*, Porto: Editora da Universidade do Porto, pp. 73-101.

III.



## Média, Representações e Políticas



## Turismo e morte: representação, mediação e tecnologias de linguagem

### *Tourism and death: representation, mediation and language technologies*

BELMIRA COUTINHO<sup>1</sup>, MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup> & JOSÉ EDUARDO REBELO<sup>3</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo apresenta-se o projeto de dissertação de doutoramento em Estudos Culturais intitulado Turismo e Morte: representação, mediação e tecnologias de linguagem, dando-se particular ênfase ao seu enquadramento dentro dos Estudos Culturais e à abordagem metodológica planeada. São introduzidas as principais áreas teóricas que dão a base à investigação e descreve-se o estudo empírico planejado, discutindo-se de forma mais detalhada a estratégia metodológica proposta.

**Palavras-chave:** Estudos Culturais; turismo Negro; metodologia qualitativa; abordagem fenomenológico-hermenêutica

---

#### **Abstract**

This paper presents the doctoral dissertation project in Cultural Studies titled Tourism and Death: representation, mediation and language technologies, with emphasis on its framing within Cultural Studies and on the planned methodological approach. It introduces the main theoretical areas that provide the basis for the research and describes the planned empirical study, further discussing the proposed methodological strategy.

**Keywords:** Cultural Studies; dark tourism; qualitative methodology; phenomenological-hermeneutic approach

---

<sup>1</sup> Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro / belmira.coutinho@ua.pt

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro – DLC-UA e CECS-UM / mbaptista@ua.pt

<sup>3</sup> Grupo de Investigação em Estudos Científicos do Luto, Espaço do Luto, Aveiro, Portugal / mbaptista@ua.pt

## INTRODUÇÃO

A investigação proposta como dissertação de Doutoramento em Estudos Culturais nasce no seguimento da dissertação de Mestrado defendida em 2012 intitulada “Há Morte nas Catacumbas? Um estudo sobre Turismo Negro”.

O estudo empírico levado a cabo para essa dissertação tinha por objetivo perceber como é que os visitantes de uma atração turística com ligações concretas e identificáveis à morte e ao sofrimento a representam. Procurou-se saber se o contacto com a morte constituía uma parte integrante da experiência da atração para as pessoas que a visitam, e conhecer a atitude destes visitantes para com o Turismo Negro.

Na investigação agora proposta pretende-se abordar a perspetiva da oferta, i.e., das próprias atrações. O foco desta investigação são as representações de morte e de sofrimento veiculadas pelas atrações de Turismo Negro, quer através do material informativo impresso e *online* que produzem sobre si mesmas, quer através dos responsáveis pela gestão e comunicação dessas atrações (designados por responsáveis das atrações). Propõe-se então a elaboração de um referencial de análise que será construído com base na revisão de literatura, em articulação com uma revisão e reformulação da mesma motivada pelo trabalho empírico.

Este artigo evidencia o enquadramento desta investigação nos Estudos Culturais e o seu contributo para a promoção dos conhecimentos nessa área. Não obstante, dá particular atenção à estratégia metodológica proposta para a investigação.

O primeiro ponto deste artigo diz respeito ao enquadramento da investigação proposta dentro dos Estudos Culturais, evidenciando-se a sua pertinência e originalidade.

No segundo ponto, faz-se referência a cada uma das temáticas que constituem o referencial teórico da investigação, de forma a clarificar o modo como são abordadas, apresentando-se mais detalhadamente os conceitos fundamentais para o entendimento do desenho da metodologia proposta para a dissertação.

Seguidamente apresenta-se o plano metodológico elaborado para a investigação, definindo os objetivos da mesma e a abordagem metodológica proposta para os atingir. Uma vez que se pretende não só descrever fenómenos mas também identificar significados, propõe-se uma investigação qualitativa com base numa abordagem fenomenológico-hermenêutica. Identifica-se os métodos de recolha de dados (recolha de material informativo impresso e online, entrevista e grupos focais) e de análise dos dados recolhidos (análise de conteúdo).

Por fim, faz-se uma reflexão crítica sobre a abordagem metodológica planeada e a adequação das técnicas selecionadas, antecipando-se os principais obstáculos e dificuldades que a investigação projetada poderá ter que ultrapassar.

## 1. CONTEXTO DE JUSTIFICAÇÃO, PERTINÊNCIA E ORIGINALIDADE DO PROJETO NO ÂMBITO DOS ESTUDOS CULTURAIS

A investigação proposta toma por objeto o turismo, o qual, segundo Crouch (2009: 82), pode ser definido como “o resultado contínuo de processos culturais dinâmicos e complexos, em vários graus ligados e desligados das influências que os rodeiam”. Este conceito condiz com o modo como a cultura é entendida pelos Estudos Culturais – segundo Hall (Hall, 2005), os Estudos Culturais encaram a cultura como um conjunto de práticas culturais, que engloba os textos e as representações, as práticas vivenciadas, os sistemas de crenças e as instituições, mas que, ao mesmo tempo, não descarta as condições materiais e os determinantes dos significados que encontra.

MacCannel (1999, citado por Crouch, 2009: 83) considera que o enquadramento dos Estudos Culturais é fundamental para enriquecer o estudo do turismo, já que, muitas vezes, os estudos sobre o consumo turístico focam-se exclusivamente no mercado de produção e de consumo e descuram a realidade de como os indivíduos consomem e experienciam o turismo nas suas vidas (Miller, 2000, citado por Crouch, 2009: 91).

Ao mesmo tempo, o turismo constitui um objeto de estudos muito rico para os Estudos Culturais. Por um lado, por ser uma prática muito comum na nossa sociedade: cerca de 50% dos europeus fez turismo em 2011, e a Europa foi a região no mundo que recebeu mais turistas e a que mais cresceu, tanto em termos relativos como em termos absolutos, no mesmo ano (UNWTO – Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas, 2012). Por outro lado, o turismo presta-se a uma multiplicidade de análises do ponto de vista cultural:

“Reivindicações de ‘autenticidade’, noções do ‘sagrado’, culturas de recetores e visitantes, juntamente com questões de género, nacionalismo, classes, etnicidade, deslocação e diáspora, mitologias, semiótica, e o poder de representação de povos e lugares” (Crouch, 2009: 83).

Aquilo que se pretende estudar, mais precisamente, são as representações de morte e de sofrimento veiculadas pelas atrações de Turismo Negro. Este tipo de turismo supõe ligações a morte e a sofrimento presentes nas atrações e/ou nas motivações dos visitantes (e.g. Sharpley, 2009).

O Turismo Negro é uma área de estudos recente, tendo começado a desenvolver-se a partir de meados da década de 90 do século passado (Sharpley, 2009). Por conseguinte, a investigação nesta área é ainda muito dispersa, havendo poucos autores a discutir os mesmos temas e com as mesmas perspetivas de análise (Sharpley & Stone, 2009b; Wight, 2006).

O papel do Turismo Negro como mediador da morte e do sofrimento já é objeto de estudos, principalmente por parte do britânico Philip Stone, da *University of Central Lancashire*, que tem produzido vários artigos e capítulos de livros sobre este assunto. No entanto, sobre as representações de morte e sofrimento nas atrações de Turismo Negro conseguimos encontrar um único estudo, da autoria de Richard Sharpley e Philip Stone (Sharpley & Stone, 2009a).

O estudo das representações sociais é uma componente fundamental dos Estudos Culturais (Hall, 2005; Escosteguy, 2006; Sardar & Van Loon, 1998), presente já desde os textos fundadores de Hoggart, Williams e Thompson (Costa, 2012). A procura de códigos e significados nas práticas e nos produtos da cultura é de muita importância nos Estudos Culturais, contudo esses significados nunca são estudados de uma perspectiva que não contemple o contexto em que eles são produzidos (Sardar & Van Loon, 1998). Segundo Crouch (2009), as representações no turismo não decorrem de nem atuam numa tábua rasa; por outras palavras, estão relacionadas com e são percebidas dentro de um determinado contexto.

Segundo du Gay, *et al.* (1997), a investigação em Estudos Culturais deve ter em conta o circuito da cultura (vide imagem 1 abaixo). Este circuito decompõe a cultura em cinco processos: representação, identidade, produção, consumo, e regulação.

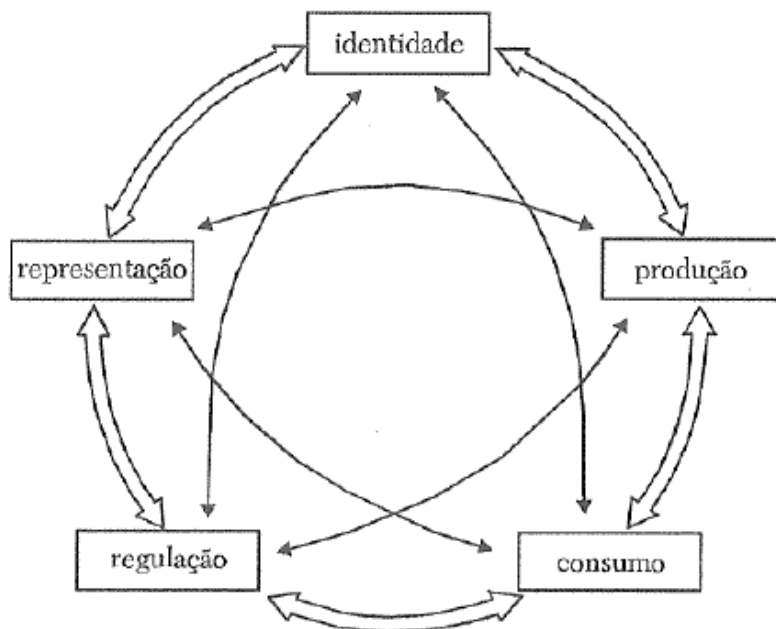


Figura 1 - Circuito da Cultura de Du Gay *et al.* (adaptado de Du Gay *et al.*, 1997: 3)

Costa (2012) defende que não nos devemos focar somente no momento de produção ou transmissão da cultura. A investigação que se pretende levar a cabo toma como ponto de partida a representação de morte e de sofrimento nas atrações de Turismo Negro, para atingir um maior grau de compreensão sobre o modo como essas mesmas atrações se representam enquanto mediadoras de morte e de sofrimento e como é que essa identidade está presente no produto que oferecem ao consumidor. Desta forma, tem-se como objetivo último o de elaborar perfis de mediação de morte e de sofrimento pelas atrações de Turismo Negro que possam ser usados não só em futuros estudos como também pelas próprias atrações e entidades responsáveis pelo turismo.

Este objetivo está de acordo com o modo como os Estudos Culturais foram concebidos e eram praticados no CCCS com Stuart Hall, e com o modo como a

investigação em Estudos Culturais é encarada neste programa doutoral: como um “compromisso cívico e político (no sentido grego e mais radical de intervenção e envolvimento nos assuntos da *polis*) de estudar o mundo, de modo a poder intervir nele com mais rigor e eficácia” (Baptista, 2009: 18).

Para além disso, o Turismo Negro configura-se como um dos principais mediadores da morte e do sofrimento na sociedade ocidental contemporânea, em conjunto com os *mass media* (Walter, 2009). Segundo Martin-Barbero (1997:258):

“o eixo do debate [da cultura] deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais.”

Na sociedade atual, o indivíduo não se confronta diretamente com a morte e com o sofrimento no quotidiano, remetendo-os para lugares e situações excecionais (Ariès, 1988; Giddens, 1991; Stone, 2009b). O modo que a sociedade encontrou para lidar com a morte sem que ela a fira demasiadamente (Giddens, 1991) foi o recurso a mediadores, que vão permitir o contacto com uma forma suavizada de morte e de sofrimento (Stone, 2009b; Durkin, 2003; Walter, 2009).

O turismo e os *mass media* são mediadores privilegiados de morte e de sofrimento, pela sua difusão virtualmente universal: através do turismo podemos visitar locais de morte e sofrimento mais ou menos distantes, e pelos *mass media* chegam diariamente notícias sobre desastres e mortes famosas (Walter, 2009). Mais do que isso: pode-se fazer turismo nos locais relacionados com morte e sofrimento que se conhece através dos *mass media*, ou pode-se visitar remotamente esses locais com recurso à televisão ou à Internet (Walter, 2009).

Na abordagem metodológica proposta para esta investigação evidencia-se esta articulação entre o turismo e os *media* na mediação da morte e do sofrimento, pois pretende-se analisar o material informativo e promocional de atrações de Turismo Negro, tanto impresso como *online*, confrontando os resultados dessa análise com os da análise de entrevistas realizadas aos responsáveis das atrações.

Não só o estudo dos *media* é muito presente nos Estudos Culturais (Hall, 2005; Martins, 2011), como a metodologia definida para a investigação se enquadra nesta área de estudos, ao não contemplar somente textos escritos – os quais são registos estáticos – mas também entrevistas a sujeitos que têm um papel decisivo no modo como as atrações são representadas.

Efetivamente, Crouch (2009: 91) refere que existem alguns estudos que indicam que, no turismo, os produtores ou decisores e o marketing que escolhem fazer têm influência no significado que é atribuído aos produtos pelo “consumidor-indivíduo”, o que se julga poder evidenciar com esta investigação e que também vai ao encontro do que alguns autores (Escosteguy, 2006; Sardar & Van Loon, 1998; Bérubé, 2009) dizem ser o objetivo último dos Estudos Culturais: a exposição do poder em todas as suas formas.



## 2. MORTE, MEDIAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E A ABRANGÊNCIA DO TURISMO NEGRO

O trabalho de Durkin (2003) evidencia a presença da morte no quotidiano através da cultura popular, por exemplo do cinema, da música, da literatura, já para não falar da cobertura noticiosa de mortes e desastres notáveis. Contudo, Stone (2009b) acredita que a sociedade contemporânea estabelece um compromisso: quando não pode ocultar por completo a morte, desvia o foco para a celebração da vida e da beleza por oposição ao horror da realidade da morte. Talvez seja por isso que Walter (1991, citado por Stone, 2009:31) considere que a morte veiculada na cultura popular é “abstrata, intelectualizada, e despersonalizada”. Por conseguinte, Stone (2009b) defende que a morte está simultaneamente ausente e presente na sociedade contemporânea, no que ele chama o paradoxo da morte ausente/presente.

O paradoxo da morte ausente/presente que, segundo Stone (2009), governa a atitude contemporânea perante a morte implica que ela esteja presente na vida dos indivíduos de alguma forma. Segundo Walter (2009), na sociedade contemporânea existem mediadores da morte que funcionam como filtro no contacto entre vivos e mortos, permitindo o contacto com a morte ao mesmo tempo que minimizam a insegurança ontológica que ela provoca. Os mediadores da morte identificados na literatura são os seguintes: religião, família, cemitérios e sepulturas, Genealogia, História e Arqueologia, testamentos, fotografias, música, literatura, turismo (Walter, 2009), televisão, imprensa, cinema (Durkin, 2003). A estes acrescenta-se as cartas de suicídio, relacionando o que Ariès (1988) e Walter (2009) dizem sobre os testamentos com a reflexão de Grashoff (2006) sobre cartas de suicidas e o conteúdo de algumas que são reproduzidas na mesma obra.

Para Walter (2009), os maiores mediadores da morte na atualidade são os *mass media* e o turismo. O autor afirma que ambas as instituições são de amplo acesso e permitem não só a divulgação mas também a interpretação da morte e do sofrimento. Walter (2009) compara o hábito de assistir a execuções públicas ou jogos de morte à facilidade com que os *media* transmitem notícias e imagens de morte e sofrimento e o Turismo incita a visitar locais onde eles aconteceram. A atividade turística praticada nesses locais tem o nome de Turismo Negro.

Atualmente, uma das definições de Turismo Negro mais utilizadas pelos académicos é de Stone (2006:146), que define o Turismo Negro como “o ato de viajar para locais associados com morte, sofrimento, e o aparentemente macabro”. No mesmo artigo, o autor apresenta uma outra definição, mais expressiva:

Nesta investigação utilizar-se-á a definição operacional de Turismo Negro elaborada em Coutinho (2012), segundo a qual o Turismo Negro é definido como:

“A visita a locais cuja ligação com a morte é concreta e identificável, e que, acidental ou intencionalmente, se tornaram alvo de atividade turística “ (Coutinho, 2012:35).

A Teoria das Representações Sociais foi introduzida na Psicologia Social por Serge Moscovici, em 1969, com a obra “La Psychanalyse, son image e son public”

(Oliveira, 2008). Desde então esta teoria tem vindo a ser aplicada em vários estudos que visam compreender “como as pessoas constroem a realidade, através dos processos de comunicação interpessoal quotidiana” (Cabecinhas, 2009:51).

Jodelet (200:22) apresenta uma definição de representações sociais comumente aceite na comunidade científica: “Uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.”

O estudo das representações da morte no Turismo Negro está ainda muito pouco desenvolvido; a única publicação sobre esse assunto encontrada na revisão de literatura é o artigo “(Re)presenting the Macabre: Interpretation, Kitschification and Authenticity”, dos autores Richard Sharpley e Philip Stone (2009).

A representação da morte nas atrações de Turismo Negro está necessariamente ligada à interpretação. Este conceito foi introduzido por Tilden na década de 50 do século passado e pode ser definido como “Um meio de apresentar, representar ou explicar património<sup>1</sup>, e de encorajar uma ligação com e uma resposta a esse património da parte dos visitantes” (Sharpley & Stone, 2009:114).

A interpretação é materializada no material informativo existente nas próprias atrações e também no material que as atrações produzem sobre si mesmas; deste modo, pode variar e ser influenciada por fatores políticos ou ideológicos, distorcendo a verdadeira narrativa do local (Sharpley & Stone, 2009a).

A autenticidade é uma característica importante na mediação da morte e do sofrimento por parte das atrações de Turismo Negro. Por autenticidade, entenda-se o rigor na veiculação de uma narrativa fiel às circunstâncias de morte e de sofrimento com as quais a atração está relacionada (Sharpley & Stone, 2009).

Segundo Sharpley & Stone (2009), a autenticidade da representação de morte e de sofrimento por uma atração de Turismo Negro está dependente dos seguintes fatores: localização (deve ser coincidente com a das circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais a atração está relacionada), itens materiais (objetos móveis ou imóveis relacionados com as circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais a atração está ligada), documentação (notícias ou outros registos das circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais a atração está relacionada), exatidão dos fatos (na interpretação da atração).

O conceito de moralidade aparece associado ao de autenticidade neste contexto, no sentido de que a mediação de morte e de sofrimento por uma atração de Turismo Negro é tão mais autêntica quanto mais respeitar o conteúdo emocional das circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais a atração está relacionada e mais respeitar a dignidade daqueles que a atração comemora (Sharpley & Stone, 2009). Por tal motivo, os autores (Sharpley & Stone, 2009) consideram que as

<sup>1</sup> No original, “heritage”. Embora a palavra “heritage” possa ser traduzida literalmente como “herança”, em Inglês ela não tem só esse significado, podendo também referir-se a objetos e qualidades valorizados e estimados pelos indivíduos, tais como edifícios históricos e tradições culturais, pelo que se optou pela tradução de “heritage” por “património”.

atrações de Turismo Negro no lado mais escuro do Espectro de Intensidades (vide Figura 2 à frente) representam a morte e o sofrimento com maior grau de autenticidade e moralidade.

As circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais uma atração de Turismo Negro está relacionada podem também ser representadas de uma forma *kitschificada*. O termo *kitsch* deriva da palavra alemã *verkitschen*, que significa aproximadamente vender um produto de fraca qualidade e conteúdo vulgar ou infantil (Sharpley & Stone, 2009).

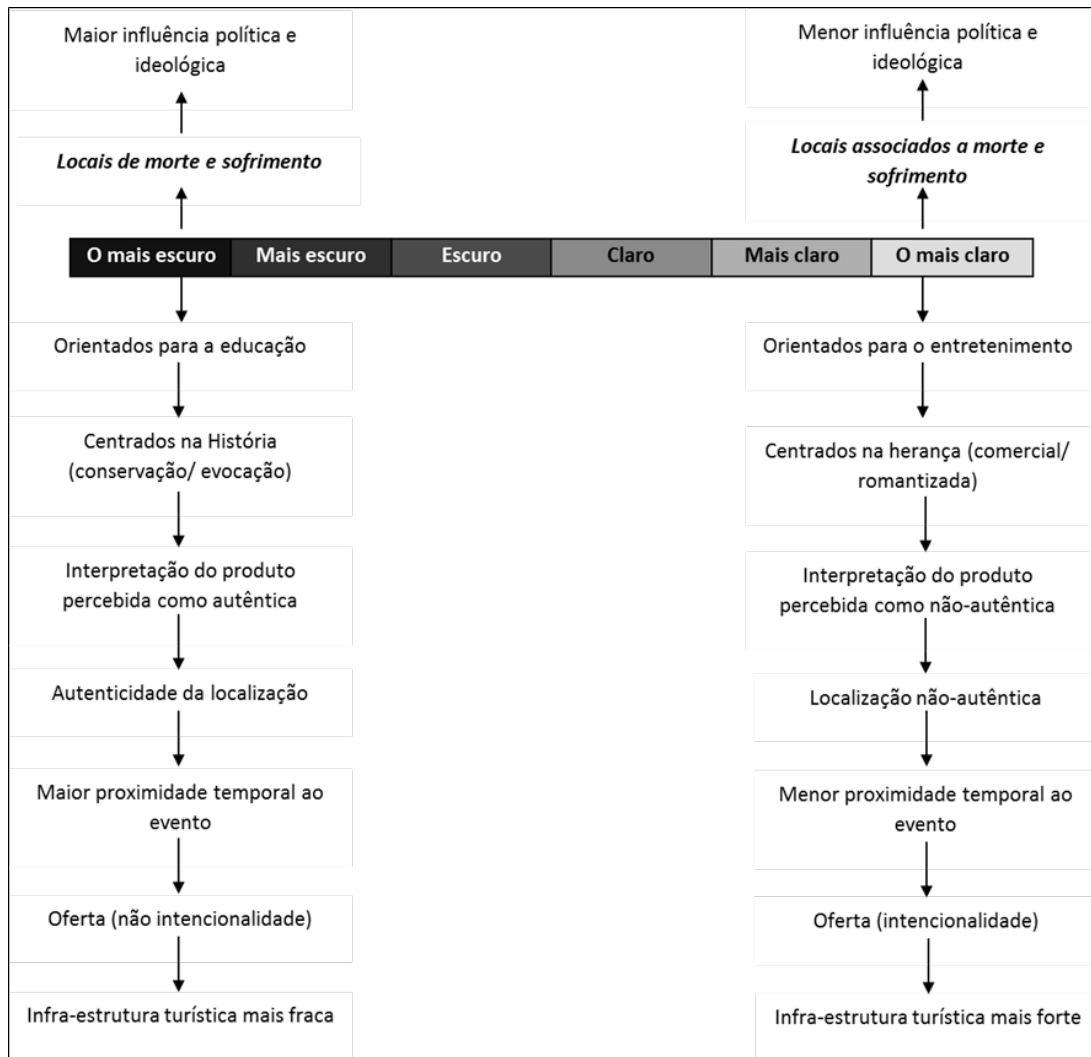


Figura 2 - Espectro de tonalidades da Oferta de Turismo Negro de Stone (adaptado de Stone, 2006: 151)

No que diz respeito às atrações de Turismo Negro, a *kitschificação* ocorre quando a interpretação das circunstâncias de morte e/ou sofrimento com os quais a atração está relacionada se foca no conteúdo sentimental e emocional dessas circunstâncias, apelando a sentimentos de nostalgia (da infância) e melancolia (ligado ao sentimento de perda) (Sharpley & Stone, 2009). Segundo os autores (Sharpley & Stone, 2009) a *kitschificação* pode ser definida como uma reconfiguração da tragédia para o consumo massificado, estando por isso associada à mercantilização. Sharpley

& Stone (2009) sugerem que a *kitschificação* e a mercantilização são comuns nas atrações de Turismo Negro do lado mais claro do Espectro de Intensidades (vide Figura 2).

A tipologia selecionada para o estudo empírico proposto neste documento é a das categorias da oferta de Turismo Negro de Stone (2006). Estas sete categorias de produtos de Turismo Negro de Stone (2006) são desenvolvidas a partir do espectro de intensidades elaborado pelo mesmo autor (vide Figura 2).

Partindo da categoria mais escura até à mais clara, estão: Campos de Genocídio Negros, Locais de Conflito Negros, Santuários Negros, Locais de Descanso Negros, Masmorras Negras, Exposições Negras e Fábricas de Diversão Negras.

Os Campos de Genocídio Negros constituem a categoria de atrações de Turismo Negro mais facilmente reconhecível, podendo ser definidos como as atrações cuja principal temática é “o genocídio, a atrocidade e a catástrofe” (Stone, 2006: 157) e que correspondem à localização desses acontecimentos, sendo por isso poucas em todo o mundo. O intuito destes locais é o de educarem o público e evocarem a memória do acontecimento (Stone, 2006).

Os Locais de Conflito Negros têm a educação e evocação como principal objetivo e privilegiam o rigor histórico (Stone, 2006). Como o nome da categoria indica, ela diz respeito à atividade turística em locais de guerra ou campos de batalhas; por esse motivo constituem um aproveitamento pelo Turismo de locais que não foram concebidos de raiz para serem atrações turísticas (Stone, 2006).

Os Santuários Negros são normalmente construções formais ou informais perto de locais onde a morte e o sofrimento estão a decorrer ou decorreram recentemente onde os indivíduos depositam flores e outros objetos e evocam mortes e sofrimento de pessoas com as quais podem não ter ligação direta – em muitos casos os acontecimentos de morte ou sofrimento com os quais estes locais estão relacionados são noticiados nos media, devido à relevância do acontecimento (catástrofe natural, atentado, acidente, etc.) ou dos envolvidos (Stone, 2006). Um aspeto curioso das atrações desta categoria é o facto de serem, em muitos casos, efémeras, já que o interesse do público desaparece ou diminui com o decréscimo da atenção mediática (Stone, 2006).

Pode-se considerar que os Locais de Descanso Negros são cemitérios e sepulturas (Stone, 2006). Embora muitos cemitérios tenham boas infraestruturas que são usadas pelo turismo, o foco da atividade turística nestes locais é principalmente a comemoração, dando-se grande ênfase ao rigor histórico e à conservação (Stone, 2006). Não obstante, Stone (2006) adverte para a tendência de algumas das atrações desta categoria assumirem uma vocação de entretenimento e comercialização que é própria do extremo mais claro do espectro.

Da categoria de Masmorras Negras fazem parte prisões e tribunais “que apresentam códigos penais e de justiça passados ao consumidor presente”, podendo estar ainda em funcionamento desde que sejam alvo de visitas do público (Stone, 2006:154).

Esta categoria apresenta características do lado mais claro e do lado mais escuro do espectro: por um lado, os locais possuem boas infraestruturas turísticas, e dão ênfase à comercialização e ao entretenimento; por outro lado a educação não deixa de ser uma preocupação, e os locais não foram construídos com o objetivo de serem atrações turísticas (Stone, 2006). Contudo, Stone (2006) salienta que em atrações que digam respeito a códigos penais mais recentes existe uma carga política e ideológica associada mais forte, o que, aliado a uma maior ênfase na educação e evocação, faz com que estas atrações assumam mais características do lado mais escuro do espectro.

As Exposições Negras “oferecem produtos que andam à volta da morte, do sofrimento ou do macabro” com uma mensagem comemorativa, educacional e reflexiva (Stone, 2006: 153). O principal intuito destas atrações é a comercialização e o entretenimento; todavia são muitas vezes concebidas de forma a refletir “educação e potenciais oportunidades de aprendizagem”, o que faz com que os visitantes as percebam como mais sérias e intensas do que na realidade são (Stone, 2006: 153). Na realidade, as Exposições Negras são quase todas construídas de raiz como atrações turísticas e estão quase sempre situadas longe da morte e do sofrimento com que estão relacionadas (Stone, 2006). As Fábricas de Diversão Negras podem ser definidas como

“Aqueles locais de visita, atrações e circuitos de visitas que têm predominantemente o entretenimento como foco e uma ética comercial, e que apresentam morte e eventos macabros reais ou ficcionais” (Stone, 2006:152)

Estas atrações são projetadas desde o início para a atividade turística, sendo equipadas ou incorporando boas infraestruturas turísticas, e pretendem retratar a morte e o sofrimento de modo a entreter e divertir os visitantes (Stone, 2006).

### **3. OBJETIVOS DO ESTUDO E PLANO METODOLÓGICO**

A investigação cujo projeto aqui se apresenta é de natureza qualitativa, compreendendo uma parte de revisão de literatura e um estudo empírico, de modo a dar resposta à seguinte pergunta de partida:

*De que forma é que as atrações de Turismo Negro representam a sua ligação a morte e sofrimento?*

Os objetivos desta investigação encontram-se divididos para o enquadramento teórico e para o estudo empírico e são os seguintes:

#### *Enquadramento Teórico*

- Contribuir para a investigação sobre Turismo Negro em geral e em particular em Português, adaptando a teoria à realidade portuguesa;
- Enquadrar o estudo do Turismo Negro na contemporaneidade dentro dos Estudos Culturais;
- Articular, teoricamente, o Turismo Negro com o Turismo Cultural;
- Compreender e problematizar a representação da morte presente na

- mediação da morte e sofrimento das atrações de Turismo Negro;
- Elaborar um quadro de referência para as dimensões de representação da morte presentes na mediação da morte e sofrimento das atrações de Turismo Negro.
  - Estudo Empírico
  - Identificar e conhecer exemplos de boas práticas no Turismo Negro a nível mundial;
  - Levantar e classificar as atrações de Turismo Negro em Portugal, adaptando a categorização à realidade portuguesa;
  - Compreender e problematizar as representações da morte presentes na mediação da morte e sofrimento das atrações de Turismo Negro;
  - Testar o quadro de referência elaborado a partir da revisão de literatura;
  - Elaborar uma matriz de referência das dimensões de representação da morte presentes na mediação da morte e sofrimento das atrações de Turismo Negro.

Importa também dizer quais são os pressupostos do investigador ao iniciar este estudo, que constituem as premissas desta investigação:

- 1.Os responsáveis das atrações de Turismo Negro percebem a ligação das atrações que dirigem com morte e sofrimento.
- 2.Os responsáveis das atrações de Turismo Negro estão cientes do papel das mesmas como mediadoras de morte e sofrimento.
- 3.A mediação de morte e sofrimento feita pelas atrações de Turismo Negro é feita em modalidades que variam nas seguintes dimensões: autenticidade, kitschificação, mercantilização, moralidade, *alteridade*.
- 4.Existe um contraste acentuado entre a mediação de morte e sofrimento feita por atrações de Turismo Negro no lado mais escuro e no lado mais claro do Espectro de Tonalidades da Oferta de Turismo Negro de Stone<sup>2</sup>.

O levantamento bibliográfico já efetuado, o qual constitui verdadeiramente o primeiro passo nesta investigação, permitiu identificar as que se considera serem as principais áreas teóricas a desenvolver: a reflexão Ocidental sobre a morte na contemporaneidade, as Representações Sociais e o Turismo Negro.

Inicia-se a revisão bibliográfica procurando identificar alguns dos principais teóricos sobre essas áreas: Ariès e Giddens para a morte na contemporaneidade e Durkin e Walter para a mediação de morte e de sofrimento; Moscovici e Jodelet para a teoria das Representações Sociais; Stone e Sharpley para o Turismo Negro e Stone e Foucault para o papel do Turismo Negro como mediador de morte e de sofrimento.

O estudo empírico que se pretende desenvolver passa, em primeiro lugar, pela identificação de boas-práticas do Turismo Negro a nível mundial e pelo levantamento e categorização das atrações de Turismo Negro existentes em Portugal. Este

<sup>2</sup> Vide Figura 2 atrás.



levantamento, em articulação com a revisão de literatura, permitirá compreender a realidade das atrações de Turismo Negro em Portugal e adaptar a categorização, baseada numa perspetiva anglocêntrica, à realidade portuguesa. De seguida, proceder-se-á ao estudo de três atrações de Turismo Negro portuguesas em particular, com o objetivo de identificar e compreender as modalidades de representação de morte e sofrimento presentes na mediação que fazem da morte e/ou do sofrimento com que estão relacionadas.

O levantamento das atrações de Turismo Negro em Portugal será feito tendo em conta os seguintes critérios, que reproduzem a conceção do que constitui uma atração de Turismo Negro que pervaga esta investigação:

- Os locais ou produtos levantados têm que ser classificados ou referenciados pelo Turismo de Portugal ou outras entidades com responsabilidades de promoção turística como locais de interesse para visitantes;
- Os locais ou produtos levantados têm que ser palco de atividade turística regular;
- Os locais ou produtos levantados têm de ter uma ligação, concreta e identificável, a morte e/ou a sofrimento.

A categorização destes locais será feita segundo uma adaptação da tipologia das atrações de Turismo Negro de Stone (2006), na qual os produtos de Turismo Negro são divididos em sete categorias consoante as suas características e o seu posicionamento no Espectro de Intensidades do Turismo Negro de Stone. Com este levantamento pretende-se ilustrar a diversidade da oferta de Turismo Negro em Portugal.

As três atrações que serão estudadas mais profundamente estarão posicionadas, tanto quanto possível, em cada extremo e ao centro do espectro de intensidades. Tanto quanto foi possível perceber até ao momento, não existem, em Portugal, atrações de Turismo Negro da categoria mais escura ou intensa: os Campos de Genocídio Negros.

Assim sendo, pré-selecionaram-se três atrações turísticas com ligações a morte e/ou a sofrimento que estarão enquadradas nas categorias de Locais de Conflito Negros (a segunda mais intensa, depois dos Campos de Genocídio Negros) – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, Masmorras Negras (posicionadas sensivelmente a meio do espectro) – Museu Municipal de Peniche (Núcleo da Resistência Antifascista), e Fábricas de Diversão Negras (a categoria no extremo menos intenso do espectro) – Haunted Lisbon Tour.

Em cada uma das atrações selecionadas, recolher-se-ão dados de duas formas: através do material informativo e promocional impresso e *online*, e através de entrevistas com os responsáveis pelas atrações.

Pretende-se fazer três entrevistas a cada responsável das atrações de Turismo Negro selecionadas. A primeira será de carácter exploratório e deverá direcionar o prosseguir da investigação. Por tal motivo, não se pode antecipar concretamente



como serão as entrevistas subsequentes; no entanto a intenção é que elas sejam semi-dirigidas, isto é, que exista um guião com os pontos que se gostarão de ver abordados para servir de orientação (Quivy & Van Campenhoudt, 1992), e que esse guião seja elaborado com base na revisão de literatura e nas entrevistas exploratórias.

Se for possível, far-se-á ainda um grupo focal com os responsáveis das atrações selecionadas para o estudo; todavia a realização do grupo focal estará dependente da disponibilidade dos responsáveis das atrações selecionadas, motivo pelo qual essa seleção ter que ter em conta também a proximidade entre as atrações.

Os dados recolhidos através das entrevistas, do grupo focal e do material informativo e promocional das atrações serão sujeitos à técnica de análise de conteúdo.

#### 4. REFLEXÃO CRÍTICA

“[E]s gibt keine ‘wissenschaftliche Methode’; es gibt keine einzige Prozedur.”  
Paul Feyerabend

A investigação proposta será um contributo relevante e original para a compreensão do turismo e da sua relação com a morte a partir de uma abordagem típica dos Estudos Culturais, assente na identificação de representações da morte e do sofrimento produzidas no contexto de atrações de Turismo Negro.

Nos Estudos Culturais não existe uma metodologia de investigação única estabelecida – pelo contrário, privilegiam-se abordagens interdisciplinares com metodologias híbridas adaptadas à natureza de cada investigação (Hall, 2005; Martins, 2011; Sardar & Van Loon, 1998); não obstante, os estudos na área são quase exclusivamente de natureza qualitativa (Baptista, 2009).

A investigação qualitativa adequa-se ao estudo dos “sentidos sociais acionados pelos atores nos seus comportamentos, substituindo a explicação das causalidades pela compreensão dos sentidos da ação social” (Guerra, 2008:8), o que, tendo em conta a pergunta de partida e os objetivos propostos, é claramente a intenção nesta investigação.

Definiu-se ter como ponto de partida uma abordagem fenomenológico-hermenêutica para identificar e compreender as modalidades de representação de morte e sofrimento presentes na mediação por atrações de Turismo Negro, através da análise do material informativo *online* e impresso das atrações e de entrevistas com os seus responsáveis.

A abordagem fenomenológico-hermenêutica procura desvendar o sentido real implícito em textos e palavras, através de um sujeito que os interpreta e lhes dá sentido dentro do seu contexto (Silva, 2010).

Deste modo, é necessário que o sujeito intérprete perceba que a sua compreensão daquilo que vai interpretar é, na realidade, uma pré-compreensão, pois a interpretação do mundo é sempre feita a partir da nossa visão dele (Silva, 2010). Assim sendo, foram expostos os pressupostos do investigador no que constituem as premissas da investigação.

Segundo Quivy & Van Campenhoudt (1992), definir hipóteses ou premissas de investigação vai ajudar a distinguir o fundamental do acessório, já que as hipóteses servem de linhas orientadoras para o investigador. Todavia, as premissas que foram apresentadas não nasceram puramente de pré-conceitos – elas foram elaboradas no seguimento de leituras exploratórias. Estas, segundo Quivy & Van Campenhoudt (1992), são fundamentais para conceber a problemática da investigação. Guerra (2008) acrescenta a esta ideia a necessidade de definição de um quadro conceptual de referência antes do trabalho de campo.

Efetivamente, nas “pesquisas com abordagem fenomenológico-hermenêutica o mundo é visto como inacabado e por isso o conhecimento é um processo dinâmico e constante” (Silva, 2010:54). Esta é uma característica habitual na pesquisa qualitativa em geral (Guerra, 2008) e em particular da investigação em Estudos Culturais (Baptista, 2009): a teoria está sempre implicada na empiria e o decorrer do trabalho de campo vai influenciar necessariamente a revisão de literatura que é feita continuamente durante todo o tempo que dura a investigação.

Assim, escolheu-se fazer um estudo em que a revisão de literatura e a investigação empírica caminham lado a lado e se enriquecem com os *inputs* uma da outra.

Não obstante, seguindo a orientação de Quivy & Van Campenhoudt (1992:50), as leituras foram direcionadas, neste primeiro momento, para obras “que apresentem uma reflexão de síntese”, por forma a conseguir um entendimento geral de cada área temática que permitirá desenvolver uma visão crítica à medida que as leituras sejam aprofundadas e, conseqüentemente, ramificar cada uma das áreas temáticas em estudo.

No que diz respeito ao estudo empírico, para além da recolha do material informativo impresso e *online* das atrações em estudo, pretende-se usar também a entrevista e o grupo focal como métodos de recolha de dados. A entrevista constitui um método de recolha de dados que permite ao investigador observar, simultaneamente, a interação do sujeito na sociedade e “os factos e as emoções que os acompanham” (Guerra, 2008: 8), sendo por isso particularmente adequada a análises de conteúdo com vista a desvendar significados (Guerra, 2008; Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

O grupo focal adequa-se para “orientar e dar referencial à investigação [...] [e] fornecer interpretações dos resultados dos participantes a partir de estudos iniciais” (Giovinazzo, s.d.: 5), sendo particularmente apropriado quando se pretende compreender atitudes e perceções, e permitindo obter resultados mais ricos do que a entrevista individual, fruto da interação entre os participantes (Giovinazzo, s.d.).

Assim sendo, a técnica de análise de conteúdo será um seguimento lógico para o processamento e análise dos dados recolhidos através dos vários métodos. Esta técnica define-se como “Um repertório de métodos de pesquisa que prometem render inferências de todos os tipos de dados verbais, pictóricos, simbólicos e de comunicação” (Krippendorff, 2004:17).

Como área de estudos, o Turismo Negro é recente, só tendo começado a ganhar o interesse da academia a partir de meados do século passado. Assim sendo, há ainda um caminho muito longo a percorrer pela investigação neste tema, que apesar ou por causa disso ganha uma popularidade crescente.

Os estudos sobre Turismo Negro são quase exclusivamente qualitativos, estando muito centralizados em dois ou três autores com um *background* cultural anglófono. Assim, a vasta maioria da literatura existente sobre Turismo Negro está escrita em inglês, o que só por si pode constituir um obstáculo para muitos investigadores que desejem aprofundar conhecimentos sobre este tema.

Para além disso, esta uniformidade cultural dos autores vai condicionar a sua produção teórica. Ainda que, em linhas gerais, os estudos procurem ser abrangentes e inclusivos, a sua aplicabilidade no campo empírico está muito vocacionada para a realidade britânica e/ou anglófona.

Assim, nesta investigação realiza-se um esforço consciente de adaptar e aprofundar o estudo teórico do Turismo Negro a outras realidades, nomeadamente a lusófona/ portuguesa. Pretende-se, com isso, facilitar o estudo desta temática no seio da comunidade de língua portuguesa, cujo passado colonial em comum tem fortes ligações a morte a sofrimento e poderá vir a ser palco de atividade de Turismo Negro, bem como fomentar o debate intercultural sobre Turismo Negro.

A falta de estudos empíricos no Turismo Negro é uma realidade. Assim, existe a necessidade de testar e aplicar os conceitos teóricos através de trabalho de campo, para que estes possam ser devidamente validados ou reformulados de forma a refletirem as práticas reais dos indivíduos – as quais são um elemento central no turismo.

No decurso da dissertação de Mestrado que precede a investigação agora proposta, experienciou-se reações opostas, por parte de responsáveis de atrações, à temática do Turismo Negro quando aplicada nas atrações que dirigiam. Por tal motivo, prevê-se que possa haver dificuldades na abordagem aos responsáveis das atrações pré-selecionadas para este estudo, pelo que será necessário preparar antecipadamente essa abordagem. As visitas de reconhecimento às atrações poderão ajudar a perceber a atitude dos responsáveis para com este estudo.

Entende-se ainda como necessária a seleção de atrações alternativas para o estudo empírico. Isto poderá revelar-se uma dificuldade tendo em conta a realidade portuguesa (já que, à partida, existirão poucas atrações enquadradas nas categorias nos extremos do Espectro de Intensidades) e os requisitos necessários para o estudo (no que diz respeito à intensidade dos produtos e à localização geográfica). Deste modo, talvez venha a ser necessário repensar as categorias selecionadas. Caso tal se revele necessário, a investigação voltar-se-á para atrações que contenham características do lado mais escuro e do lado mais claro do espectro, nomeadamente nas categorias de Locais de Descanso Negros e Masmorras Negras, que ocupam posições centrais.

Para essa alteração no foco do estudo poderá também contribuir uma eventual escassez de material informativo de alguma das atrações pré-selecionadas. Todavia,

pretende-se, antes de alterar as categorias das atrações a estudar, procurar colmatar essa falha com recurso a entrevistas aos guias das atrações, que são também elementos de interpretação das mesmas.

O tempo disponibilizado para a realização desta investigação poderá revelar-se escasso, devido à grande revisão e reformulação de conceitos teóricos que se pretende efetuar, a qual necessita de ser acompanhada pela empiria. Por tal motivo, elaborou-se um cronograma que servirá de orientação para a progressão dos trabalhos.

## REFERÊNCIAS

- Baptista, M. M. (2009) 'O quê e o como da investigação em Estudos Culturais' in M. M. Baptista (ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa: Ver o Verso Edições, 17-28.
- Cabecinhas, R. (2009) 'Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise' in M. M. Baptista (ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa: Ver o Verso Edições, 51-66.
- Costa, J. H. (Julho-Dezembro de 2012) 'Os estudos culturais em debate: um convite às obras de Richard Hoggart, Raymond Williams & E. P. Thompson' *Acta Scientiarum - Human and Social Sciences*, 34 (2): 159-168.
- Coutinho, B. (2012) '*Há morte nas catacumbas? Um estudo sobre Turismo Negro*', Dissertação de Mestrado, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Crouch, D. (2009) 'The Diverse Dynamics of Cultural Studies and Tourism' in T. Jamal, & M. Robinson (eds.), *The SAGE Handbook of Tourist Studies* Londres: Sage Publications, 82-97.
- Giovinazzo, R. (s.d.) 'Focus Group em Pesquisa Qualitativa - Fundamentos e Reflexões', *Ser Professor Universitário*, Brasil [disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/m%C3%B3dulos/metodologia-da-pesquisa/focus-group-em-pesquisa-qualitativa-%E2%80%93-fundamentos-e-reflex%C3%B5es#.UZ0dwdh1Apk>, acessado em 17/05/2013]
- Guerra, I. C. (2008) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de uso*, Cascais: Príncipe Editora, Lda.
- Hall, S. (2005) 'Introduction to Media Studies at the Centre' in S. Hall, D. Hobson, A. Lowe, & P. Willis (eds.), *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies*, 1972-79, Londres: Routledge, 104-109.
- Jodelet, D. (2001) '*As representações sociais*', Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: Estácio, [disponível em: <http://portaladm.estacio.br/media/3432753/jodelet-drs-um-dominio-em-expansao.pdf>, acessado em 11/05/2013]
- Krippendorff, K. (2004) *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*, E.U.A.: Sage Publications.
- Quivy, R., & Van Campenhout, L. (1992) *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Sardar, Z., & Van Loon, B. (1998) *Introducing Cultural Studies*, Nova Iorque: Totem Books.
- Sharpley, R. (2009) 'Shedding Light on Dark Tourism: An Introduction' in Sharpley, R., & Stone, P. (eds.), *The Darker Side of Travel: The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, 3-32.

- Sharpley, R., & Stone, P. (2009) '(Re)presenting the Macabre: Interpretation, Kitschification and Authenticity' in R. Sharpley, & P. Stone (eds.), *The Darker Side of Travel: The Theory and Practice of Dark Tourism* Bristol: Channel View Publications, 109-128.
- Silva, H. A. (Junho de 2010) 'Abordagem Fenomenológico-Hermenêutica', *ÁGORA - Revista Eletrônica, Brasil* [disponível em: [http://www.ceedo.com.br/agora/agora10/abordagemfenomenologica\\_hermeneutica\\_HenriquetaAlvesdaSilva.pdf](http://www.ceedo.com.br/agora/agora10/abordagemfenomenologica_hermeneutica_HenriquetaAlvesdaSilva.pdf), acessado em 17/05/2013]
- Stone, P. (2006) 'A Dark Tourism spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions' *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, 54 (2): 145-160.
- UNWTO - Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (2012) 'Tourism Highlights - 2012 Edition', *World Tourism Organization UNWTO* [disponível em: [http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enr\\_1.pdf](http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights12enr_1.pdf), acessado em 18/05/2013]
- Walter, T. (2009) 'Dark Tourism: Mediating Between the Dead and the Living' in R. Sharpley, & P. Stone (eds.), *The Darker Side of Travel: The Theory and Practice of Dark Tourism*, Bristol: Channel View Publications, 39-55.

## A saúde nos ecrãs informativos da televisão portuguesa: linhas de um projeto em desenvolvimento

### *Health in the Portuguese informational television screens: lines of a development project*

LUCIANA FERNANDES<sup>1</sup> & FELISBELA LOPES<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Tomando como certa a centralidade da televisão em ambiente informativo e a saúde como um tópico que suscita sempre interesse do público, entendemos como prioritário o estudo da mediatização deste campo através do pequeno ecrã. É esse o objetivo da investigação que apresentamos neste projeto de doutoramento intitulado "A Saúde nos Ecrãs Informativos da Televisão Portuguesa". Partimos da recolha e subsequente caracterização desta informação a vários níveis, servindo isso de base para a estruturação de entrevistas aos jornalistas que assinam estas peças televisivas e às fontes mais citadas. É deste modo que queremos compreender os processos produtivos da informação de saúde em Portugal. Por fim, é nosso intuito fazer uma comparação com os dados já publicados no âmbito dos estudos portugueses sobre os media e a saúde.

Conjugadas todas as etapas, pretendemos apresentar um novo paradigma para o jornalismo televisivo desenvolvido no campo da saúde.

**Palavras-chave:** jornalismo de saúde; noticiários televisivos; saúde; doença; fontes de informação

---

#### **Abstract**

Taking for granted the importance of television in an information environment and health as a topic that always promotes the public's interest, we take the study of health coverage on the small screen as priority. That is the aim of the research presented in this doctoral project entitled "Health on Portuguese Informational TV Screens". We start with the gathering and subsequent categorization of this information at several levels, serving as base for semi-structured interviews to journalists who create this information, and the most quoted sources. This is the way we feel most appropriate to understand the production processes of health information in Portugal. Finally, it is our purpose to make a comparison with the data already published under the Portuguese studies about the media and health.

All steps combined, we intend to present a new paradigm developed on TV journalism about the health field.

**Keywords:** health journalism; television news; health; disease; news sources

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / lucianagmf@gmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / felisbela@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Nas próximas páginas daremos conta do projeto de Doutoramento intitulado “A Saúde nos ecrãs informativos da televisão portuguesa”, uma investigação onde pretendemos avaliar a informação jornalística sobre saúde, procurando perceber os modos de produção noticiosa e o posicionamento que aí têm as fontes de informação. Queremos, com este estudo, compreender se o interesse público está no centro das suas preocupações ou se, neste processo, interferem outras variáveis. Esta proposta pretende retificar um vazio que caracteriza atualmente a investigação na área das Ciências da Comunicação em Portugal, tendo também em conta a influência da televisão junto da população e a respetiva responsabilidade social.

Este trabalho está integrado no projeto de investigação “A Doença em Notícia” – PTDC/CCI-COM/103886/2008<sup>1</sup>, a decorrer desde 2010 no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Adaptamos as suas linhas de investigação dedicadas à imprensa, transpondo-as ao meio televisivo, elaborando-se, assim, um retrato mais completo do jornalismo de saúde em Portugal.

É, precisamente, a partir da integração nesse mesmo projeto que percebemos a noção de que os *media* formam opiniões, influenciam atitudes e promovem o esclarecimento das populações, sobretudo num tema de evidente importância como o da saúde. Nesse sentido, uma investigação desta índole requer uma primeira reflexão sobre a pertinência e os contributos que este estudo pode trazer às camadas sociais. Para tal, é importante fazer um recuo no tempo que desenhe o panorama dos estudos televisivos e do jornalismo em saúde. Não menos importante é o papel que as fontes de informação têm nos conteúdos mediáticos e que anexaremos a esta exposição. Não descuramos, portanto, uma reflexão sobre esse mesmo papel, procurando dar uma perspetiva das especificidades que o campo da saúde lhes confere na sua relação com os jornalistas.

Após estas perspetivas, daremos conta das opções metodológicas que conduzirão a nossa investigação, esclarecendo em que sentido estas ajudam no cumprimento dos objetivos traçados. Por ora, antecedemos esta reflexão com a definição da pergunta de partida, bem como dos objetivos que norteiam a nossa pesquisa.

### 1.1 PERGUNTA DE PARTIDA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O arranque de uma investigação nem sempre é simples, sobretudo no que toca à delimitação do objeto de estudo. No entanto, podemos contar com ferramentas de investigação que nos aclarem este percurso no seu início. Nesse sentido, a questão de partida apresenta-se como uma escolha adequada por ser “um primeiro fio condutor” que traduz o que investigador pretende saber com a sua pesquisa (Quivy

<sup>1</sup> Projeto de Investigação cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) - FCOMP-01-0124-FEDER-009064), e por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia..



& Campenhoudt, 2003: 31-32). Seguindo a sugestão destes autores, formulámos o propósito da nossa investigação através da seguinte questão: *Quais os traços distintivos do jornalismo televisivo de saúde desenvolvido nos canais portugueses?*

Resumimos, portanto, o objetivo central deste projeto doutoral na avaliação da informação de saúde divulgada nos principais espaços informativos televisivos: queremos analisar os canais generalistas portugueses (RTP1, SIC, TVI) e os canais de visionamento pago totalmente dedicados à informação (RTP Informação, SIC Notícias, TVI24), fazendo um estudo desses conteúdos a vários níveis. Numa segunda fase proceder-se-á ao estudo das estratégias de produção noticiosa, tanto do lado das fontes como da parte dos jornalistas. Queremos contribuir, dessa forma, para aprofundar o conhecimento do campo do jornalismo de saúde em Portugal e ajudar a dotá-lo de mais qualidade: fornecer às fontes de informação dados que lhes permitam dialogar melhor com os jornalistas e vice-versa, cooperando para um melhor conhecimento do cidadão sobre a saúde.

A ausência de referências ao processo informativo na temática da saúde e a importância da televisão como um dos principais meios de difusão informativa e influência na opinião pública levam-nos a privilegiar o estudo dos conteúdos emitidos nos principais espaços informativos da televisão portuguesa como objecto do estudo que queremos desenvolver, atendendo aí não só ao que é emitido, mas àquilo que está subjacente ao processo informativo. Este é um campo de conhecimento que se reflete diretamente na vida dos cidadãos e, por isso, de incalculável relevância social. Importa, por isso, saber como se constrói esta informação, nomeadamente quais as vozes que os jornalistas procuram para delinear cada tema.

No entanto, não descuramos a evolução e particularidades do meio que estudamos, bem como o panorama dos estudos publicados sobre o jornalismo de saúde. Procuramos, com isso, perceber a relevância e contributos desta investigação para o estudo deste campo.

## **2. PERSPETIVAS TEÓRICAS**

### *2.1 “SOBRE A TELEVISÃO”*

Tomamos de empréstimo o título que Pierre Bourdieu deu à obra publicada em 1996 (edição original) para esta que deve ser uma breve incursão acerca do *medium* que, a seu ver, “torna possível atingir toda a gente” (Bourdieu, 1997: 5). É, justamente, nesse aspeto que reconhecemos a importância de estudar a televisão, tendo em conta a relevância que esta foi ganhando ao longo dos tempos no quotidiano social.

A evolução da estrutura televisiva foi abordada por diversos autores tendo em conta os contextos sociais, culturais e políticos que condicionaram o seu formato. A referência a Umberto Eco (1993) é incontornável quando pretendemos fazer uma reflexão diacrónica: serão aqui imprescindíveis os conceitos de *paleotelevisão* e de *neotelevisão*. O primeiro engloba o período de monopólio das estações públicas

européias, vivido numa conjuntura política de ditadura em que a televisão era utilizada como veículo de mensagens do poder político de cada país (há uma clara distinção entre o velho continente e a realidade norte-americana onde, em simultâneo, se assistia ao surgimento da televisão privada) (Lopes *et al.*, 2011). Nesta altura, na Europa, o poder político ditava os conteúdos emitidos, ignorando as preferências do público e mostrando a visão do mundo que consideravam adequada (*idem*). É neste sentido que Eco (1985, citado por Lopes, 2011: 21) refere que a televisão comportava um conjunto de programas com uma “clara delimitação de conteúdos (informação, ficção, emissões culturais) e uma divisão específica de públicos (programas para as crianças, para os aficionados do desporto automóvel, para os amantes da natureza...)”. A *paleotelevisão* era assim “submetida a censura e concebida para um público ideal, brando e católico” (Eco, 1993: 149).

Quando surge a televisão privada, nos anos 80 ou 90 (conforme os países), assistimos à transposição para o período da *neotelevisão* evidenciado por Eco (1993) e em que o propósito principal é atingir um público que tem a seu dispor múltiplos canais. Portanto, o centro da sua preocupação transfere-se para o telespectador. Encontramos vestígios dessa *neotelevisão* com o surgimento das estações privadas portuguesas, onde programas de índole mais pessoal e voltados para o cidadão comum começaram a ser emitidos.<sup>2</sup>

Muitos teóricos, como Scolari (2008), defendem que hoje há aquilo a que chamamos *hipertelevisão*. Esta concentra-se na interatividade e no individualismo do espectador que não se conforma com um papel passivo na comunicação (Lopes *et al.*, 2011). Há ainda uma desconstrução e uma fragmentação dos ecrãs, onde cada espectador pode visionar o programa que deseja (Scolari, 2008). Este parece-nos ser um conceito da televisão alicerçada no digital e no espectro do cabo, mas cuja interatividade Scolari (Scolari, 2008) vê garantida já pelo ciberespaço mas não ainda pelo pequeno ecrã.

A TV enfrenta, portanto, novos desafios a nível estrutural, necessitando de se adaptar a novos formatos e a novos públicos.<sup>3</sup> Estas são algumas das peculiaridades do meio televisivo que o destacam dos restantes *media* também quando o tema informativo é a saúde.

## 2.2 SOBRE O JORNALISMO DE SAÚDE

Podemos entender, assim como o fizeram diversos autores, que os *media*, nomeadamente a televisão, os jornais, e a rádio, se têm assumido como “os canais mais básicos de informação sobre saúde” (Tanvatanakul *et al.*, 2007: 177). Prova disso é o aumento do interesse dos *media* populares por assuntos de saúde e doença no início da década de 80 (Kline, 2006), atingindo o seu *boom* em 1990 no que toca à

<sup>2</sup> Programas como o “Perdoa-me”, “All you need is love” ou “Ponto de encontro”, para citar exemplos da SIC, correspondem a estas características.

<sup>3</sup> Veja-se o exemplo da CNN que, aquando da primeira eleição de Barack Obama, estabeleceu um direto com a correspondente em Chicago, projetada em holograma no estúdio da estação.

informação televisiva norte-americana (Schwitzer, 1992). Esta atenção perdura até aos dias de hoje, de acordo com o estudo da Kaiser Family Foundation em colaboração com o Pew Research Center's Project for Excellence in Journalism (2008).

Com efeito, o campo da saúde tem vindo a conquistar espaço também na imprensa portuguesa ao longo dos últimos anos (Lopes & Fernandes, 2012). No entanto, a perceção de como se constrói a informação nesta área está a dar os primeiros passos em Portugal. Já o continente americano, pelo contrário, é abundante em estudos sobre a Comunicação em Saúde em termos gerais, e sobre o Jornalismo televisivo de saúde em particular.

Além das perceções dos espectadores focadas por vários autores, importa igualmente perceber o lado dos jornalistas e da produção informativa sobre saúde nas estações televisivas. De um modo geral, os conteúdos que surgem nos noticiários televisivos dependem, entre muitas outras coisas, das condicionantes profissionais dos jornalistas: os *deadlines* e o tamanho do espaço disponível para emissão (Shook, Lattimore & Redmond, 1996, citados por Tanner, 2004). Na informação das estações locais norte-americanas, a falta de recursos também tem os seus efeitos, ditando uma cobertura fácil ao invés de uma cobertura relevante (Kaniss, 1993, citado por Tanner, 2004). Já no que diz respeito à informação especializada, nos resultados apurados por Tanner (2004), os jornalistas de televisões locais norte-americanas dizem que as suas motivações para cobrir determinado assunto ligado à saúde passam pelo interesse do público e pela capacidade de “humanizar” determinada ‘estória’. Mas não menos importante lhes parece, com efeito, a disponibilidade de recursos (de tempo ou dos próprios repórteres) ou a possibilidade de filmar em vídeo determinado tópico de saúde. Estas são as dificuldades que existem por este ser um meio que precisa de recolher imagens para transmitir informação, o que nem sempre é possível.

Outro dado importante, de acordo com o inquérito da autora (Tanner, 2004), aponta para o facto de os jornalistas receberem informação, muitas vezes, da parte de porta-vozes ou relações públicas. Esta atitude oposta a um jornalismo proativo, encontra nas notas de imprensa a segunda fonte noticiosa de quem recebem mais informação, frequentemente aproveitada. Outra perspetiva diz-nos que os jornalistas de saúde devem igualmente olhar para os conflitos de interesses relativamente às suas fontes, enfrentando “desafios singulares na cobertura das notícias de saúde” (Schwitzer *et al.*, 2005: 576). Pede-se, por isso, algum conhecimento especializado da parte do jornalista para que identifique, por exemplo, estudos com conteúdos empobrecidos (deixando de os publicar ou evidenciando as suas falhas) ou use termos vagos como “milagre”, “cura” ou “avanço científico”.

No estudo de Schwitzer para a Kaiser Family Foundation (2009), os profissionais denunciam uma cobertura que parece mobilizar cada vez menos jornalistas, não se produzindo menor volume de conteúdo. Ou seja, as pressões económicas assaltam as redações diariamente tentando manter a mesma quantidade de conteúdos com uma redação cada vez menor.

Além desta incidência nas questões profissionais dos jornalistas, o mesmo autor volta-se também para a análise dos próprios conteúdos informativos na televisão. Schwitzer (2004) destaca dez problemas no que é emitido em algumas estações televisivas locais de Minneapolis – St Paul (Minnesota)<sup>4</sup>, dos quais destacamos a brevidade das peças noticiosas que impedem a captação do seu significado, a autoria por jornalistas que não o são a tempo inteiro, a falta de informação de *background* do próprio profissional, interesses comerciais identificados nos conteúdos, onde surge apenas uma fonte por reportagem/notícia, e ainda o predomínio de uma cobertura de eventos em agenda o que significa uma reduzida iniciativa das referidas estações. Também Wang e Gantz (2007) dedicam o seu estudo aos conteúdos informativos de algumas estações locais nos Estados Unidos. À semelhança de Schwitzer (2004), assinalam a curta duração das peças noticiosas que fizeram parte do seu *corpus* de análise. Outras constatações dos autores passam pela divulgação de matérias de difícil compreensão<sup>5</sup> e pela verificação de que uma em cada dez peças noticiosas se debruçavam na temática da saúde, com destaque para o seu tom neutro, a dedicação à temática da *illness/diseases* (sendo o cancro a mais mediatizada) e *healthy living*. Em 2010 atualizaram estes dados e limaram algumas limitações do estudo anterior, nomeadamente para verificar a influência dos mercados nos conteúdos informativos sobre saúde emitidos pelas estações de televisão locais.

Se na América a pesquisa sobre os *media* e a saúde, nomeadamente a informação emitida na televisão, tem vindo a aumentar, no continente europeu a investigação encontra menor número de publicações, com maior incidência na saúde sob uma perspetiva científica. Bienvenido León (2008) traça um panorama da investigação em torno da informação sobre ciência, constatando que, *não obstante o interesse manifestado pelo público em obter informação sobre ciência nos media*, essa temática ainda é marginalizada nas emissões informativas. Com um enfoque no *prime-time* Europeu, o autor divide a ciência em três grandes subtemas: saúde, ambiente e ciência e tecnologia, dos quais o primeiro reúne maior percentagem de peças emitidas. Quanto ao tempo de emissão, a representação da ciência ocorre em quase dez por cento do tempo total dos noticiários. Além da quantidade, o autor busca um apuramento da qualidade desta informação. Há, por isso, uma atenção especial aos valores-notícia explícitos nestas emissões, reconhecendo-se a significância como o mais valorizado, seguido da invulgaridade e interesse visual.

Na mesma linha, Holliman (2004) incide na ciência, mas numa comparação entre a informação emitida na televisão e publicada nos jornais para evidenciar o retrato da clonagem no Reino Unido. A sua pesquisa deu conta de um peso de cobertura na imprensa significativamente superior à dos boletins televisivos (dos 300 itens recolhidos em dois anos, 284 eram artigos impressos).

<sup>4</sup> Apesar de ser um estudo focado numa área geográfica específica dos Estados Unidos, o autor afixa a sua representatividade destas práticas jornalísticas em toda a nação.

<sup>5</sup> Os autores reconhecem que a informação difundida apresenta uma dificuldade de compreensão e que, por isso, requer uma formação escolar de nível secundário (10º ano).

Estes são alguns de uma lista certamente mais vasta de autores que têm vindo a estudar as matérias ligadas à saúde e à ciência nos *media* a nível internacional. O desenho do retrato português implica um recuo a 1992 quando, no âmbito das abordagens das Ciências da Comunicação e no que respeita à temática da saúde, Pinto-Coelho e Gonçalves (1992) estudaram “a toxicodependência no discurso jornalístico” em algumas publicações portuguesas, numa abordagem genérica que foca, não só o aspecto da dependência voltado para a saúde, como a questão criminal.

A sida também tem sido debatida por vários autores (citados por Marinho *et al.*, 2012), dos quais destacamos o trabalho de Nelson Traquina (2001).

Após algumas comunicações que cruzam o estudo da televisão com a saúde, Felisbela Lopes e uma equipa de investigação desenvolveram o projeto “A Doença em Notícia”, cujos *outputs* principais (Lopes *et al.*, 2012) falam na ausência de um efeito de *agenda-setting* no campo da saúde, quando a referência é a imprensa portuguesa, na escassez de fontes contactadas, na falta de uma identificação completa ou no contacto privilegiado que os jornalistas fazem com fontes oficiais ou institucionais e especializadas.

Já no final de 2012 a Entidade Reguladora para a Comunicação Social e o Instituto Gulbenkian de Ciência trouxeram ao público uma investigação intitulada “Ciência no Ecrã – A divulgação televisiva da atividade científica”, que estabeleceu a relação entre a produção da ciência e a informação emitida nos noticiários de horário nobre dos canais generalistas portugueses. Na recolha de dados durante ano e meio, salientamos dois aspetos: as “ciências médicas e da saúde” revelaram-se o tema mais noticiado no âmbito da temática central e os especialistas, técnicos e cientistas são as principais vozes identificadas nestas peças de informação sobre ciência.

É precisamente a questão das fontes de informação que merece grande enfoque das investigações publicadas, algumas das quais já referidas. Aliás, uma das principais problemáticas referentes ao jornalismo de saúde liga-se diretamente às fontes de informação usadas pelos jornalistas. Alguns autores debatem pontos em comum, sendo incontornável a necessidade de múltiplas vozes para construir a informação.

### **3. FONTES DE INFORMAÇÃO: DA RELAÇÃO COM OS JORNALISTAS ÀS ESPECIFICIDADES DA SAÚDE**

Nestas primeiras linhas avançamos que esta relação não é linear nem fácil, mas determina o conteúdo mediático. Torna-se, então, importante perceber quem são as fontes que mais povoam a esfera informativa, pois, mediante a escolha desta ou daquela fonte, teremos pistas para o tipo de informação que o leitor, espectador ou ouvinte terá diante de si.

A literatura oferece-nos uma variada tipificação de fontes: dependentes ou não do poder governamental, com cargos de autoridade ou falando a título individual, influentes ou não, públicas ou privadas. No ponto seguinte entrelaçaremos várias perspetivas (a nível nacional e internacional) para trazer à lume algumas das principais preocupações intrínsecas à cobertura da saúde e fontes usadas para o efeito.

### 3.1 ALGUMAS ESPECIFICIDADES JORNALÍSTICAS DO CAMPO DA SAÚDE E AS FONTES DE INFORMAÇÃO

O enquadramento das fontes de informação na área da saúde mostra-nos um campo do conhecimento peculiarmente complexo. Reconhece-se, por isso, uma permeabilidade do jornalismo à informação cedida pelas vozes informativas aos jornalistas, suficiente para fazer valer as suas mensagens e dominar estes profissionais – influência reconhecida pelos próprios (Tanner, 2004).

Além disso, a influência das fontes oficiais na área da saúde é constatada por vários autores. Tanner e Friedman (2011: 18) defendem que este tipo de fonte aparece como informante primário e em grande parte das citações das notícias online das televisões locais norte-americanas. Mais ainda, as fontes especializadas têm também um “papel essencial no desenvolvimento e formatação das notícias”.

Tudo isto ganha uma maior importância quando olhamos a realidade norte-americana, onde não é raro os médicos (“*physician-broadcasters*”) deambularem pelas redações das televisões locais, além dos jornalistas que se dedicam exclusivamente à saúde (Schwitzer, 1992: 1).

Larsson *et al.* (2003) resumem os constrangimentos dos jornalistas de saúde, encontrados através de um estudo onde, questionados os próprios profissionais, foi possível mencionar, entre outros, a falta de tempo e espaço, a terminologia científica e problemas ligados com o acesso e uso das fontes. Por seu turno, os profissionais que informam sobre saúde na TV confienciaram a Tanner (2004) que a falta de tempo se mostra como condicionante na cobertura noticiosa sobre a saúde, bem como os constrangimentos técnicos das televisões, mencionados previamente. Com um enfoque direcionado para a cobertura da gripe das aves e após entrevistas a jornalistas que fizeram essa cobertura, Leask *et al.* (2010: 5) chegaram à conclusão que “os constrangimentos temporais e o acesso aos recursos e a especialidade técnica permanecem como os maiores problemas para os jornalistas na produção de ‘estórias’ sobre saúde e medicina de grande qualidade”. De alguns destes constrangimentos resulta o que McAllister (1992), apoiado num vasto grupo de autores, chamou de “medicalização” da sociedade na qual os *media* têm quota parte de responsabilidade ao dependerem das fontes especializadas da saúde e repetirem o seu discurso, muito devido à “natureza técnica e profissional da medicina” (McAllister, 1992: 206).

O grau de especialização das fontes atinge o campo da saúde e do jornalismo que versa particularmente sobre esta temática, de acordo com vários autores citados por McAllister (1992) ou como referenciou Kruvand (2012) ao perceber o motivo de o Dr. Arthur Caplan ser considerado o bioético mais citado na imprensa. Porquê? Porque se adaptou às necessidades dos jornalistas: linguísticas, profissionais (em termos de rotinas e pressões temporais), entre outras condicionantes. Com efeito, os jornalistas afirmam que existe a necessidade de contactar uma fonte especializada por via da especificidade das temáticas de saúde (Tanner, 2004).

Como podemos ver, o jornalismo de saúde, em particular, no vasto campo da Comunicação em Saúde, reúne já algumas tendências e teorias próprias com base nas quais procuraremos refletir futuramente, tendo em conta o estudo empírico proposto neste projeto de Doutoramento.



As peças noticiosas sobre saúde fazem-se com recurso a fontes noticiosas, como constata vários estudos existentes em Portugal (Lopes & Fernandes, 2012; Silva, 2011). Silva (2011: 117), na sua análise ao retrato da saúde em três periódicos portugueses, divide as fontes em “Poderes de Estado e instituições públicas”, “Utentes, sociedade civil e instituições privadas”, “Interesses financeiros e comerciais”, “Unidades privadas de prestação directa de cuidados de saúde”, “Unidades sociais de prestação de cuidados de saúde” e “Profissionais de prestação de cuidados de saúde”. No entanto, esta organização peca por não fazer a distinção conforme o fizeram Lopes *et al.* (2010), entre fontes do campo da Saúde e fontes de fora desse mesmo campo.

Abraçando as várias visões aqui referidas, reconhecemos a importância de definir uma categorização das fontes para uma caracterização das vozes que divulgam a saúde nos meios televisivos portugueses. Este é um dos frutos das opções metodológicas que expomos a seguir.

#### 4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

O processo de recolha de dados, como refere Chizzotti (1991), não é linear, havendo retornos e avanços entre as várias etapas. É assim que entendemos também o percurso de toda a investigação, sobretudo nesta fase inicial. As primeiras leituras, aliadas aos objetivos traçados na respetiva secção, permitem-nos chegar à ponderação de algumas opções metodológicas que nos guiarão pelo percurso futuro desta investigação. Dizemos ponderação, já que seria presunçoso da nossa parte pressupor que não haverá lugar a um aperfeiçoamento destas escolhas à medida que a investigação progride.

O que registamos até aqui não é mais do que uma rampa de lançamento para um trabalho que pretende ser exaustivo, completo, elucidativo e inovador em três eixos essenciais:

- O estudo do *medium* que escolhemos: a televisão;
- O estudo do campo do conhecimento: o do jornalismo em saúde;
- O estudo de dois pilares da informação: os jornalistas e as fontes noticiosas.

Nas páginas seguintes esboçamos e fundamentamos as escolhas que nos parecem mais adequadas. Assim, não descuramos as vantagens de combinar vários métodos que se complementem para que, no final deste percurso, estejamos em condições de responder à questão de partida apontada inicialmente.

##### 4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Apontadas como parte da fase exploratória, as leituras constituem uma forma de “situar claramente o [nosso] trabalho em relação a quadros conceptuais reconhecidos” (Quivy & Campenhoudt, 2003: 50). Neste caso, o nosso conceito chave é o de saúde. Tendo por referência a definição da Organização Mundial de Saúde (1946: 2), que restringe a saúde a “um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social,



e não só a ausência de doença ou enfermidade”, queremos completar e delimitar este conceito para, de igual modo, circunscrever o *corpus* a recolher. A saúde está ligada a diversos assuntos do quotidiano, direta ou indiretamente, o que requer uma recolha atenta da informação televisiva que queremos reunir para análise. Também o jornalismo e a informação televisiva são conceitos que merecerão atenção na pesquisa bibliográfica subsequente, com vista à sua definição e interligação à luz dos objetivos que pretendemos atingir.

#### 4.2 CORPUS DE ANÁLISE: RECOLHA E APRECIÇÃO

É através da recolha e análise das emissões televisivas que queremos saber como se caracteriza a informação sobre saúde em Portugal sob vários aspetos. Para tal, a aplicação de métodos quantitativos na análise de conteúdo não é uma novidade. Os estudos quantitativos dos jornais surgiram, como apontou Bardin (2007: 13), nos primeiros quarenta anos do século XX nos Estados Unidos: “desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanhos dos títulos, localização da página)”. A análise de conteúdo define-se, portanto, como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”, ou um instrumento “marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2007: 27).

É nosso propósito fazer uma abordagem da informação sobre saúde emitida naqueles que consideramos os principais blocos informativos da televisão portuguesa, em sinal aberto (RTP; SIC; TVI) e por cabo (RTP informação; SIC Notícias; TVI24).

Num primeiro nível de análise queremos registar alguns dados que nos permitam caracterizar a informação televisiva que incide na saúde. Esta avaliação será feita mediante uma adaptação da grelha de análise utilizada no projeto “A Doença em Notícia”, que nos permita a comparação entre a imprensa e a televisão enquanto palco de informação incidente na temática da saúde. A categorização, apontada por Violette Morin (citada por Bardin, 2007), permite seguir a linha quantitativa de conteúdo. Neste primeiro nível de análise queremos categorizar vários pontos que nos permitam evidenciar alguns aspetos como os valores-notícia e género noticioso utilizado, distinguindo-os por canal e data. Os dados apurados nesta primeira linha de resultados serão correlacionados com os resultados do nível que a seguir expomos e que diz respeito às fontes de informação.

Numa segunda instância queremos verificar a utilização de fontes de informação quando a saúde é noticiada na televisão, processo que encontra a sua base fundamental nas definições de Lopes *et al.* (2010). No entanto, pela especificidade do meio escolhido para a análise, a televisão, haverá lugar a algumas redefinições. Como definimos previamente, as fontes são uma importante peça na construção noticiosa, pelo que a negligência desta observação está fora das nossas escolhas. São elas que definem, muitas vezes, a informação que passa para o público.

#### 4.2.1 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Estamos conscientes que os resultados de análise de conteúdo, só por si, não nos respondem às questões indicadas previamente e que devem orientar esta investigação. Resta saber o “porquê” dos dados depois de sabermos “o quê”. Ou seja, ao identificar as peças de informação teremos acesso ao nome do profissional que as assina. Esse grupo de jornalistas terá condições de nos indicar a informação que não conseguimos deduzir e que, em paralelo com esta, aponte para o colmatar das lacunas de um processo de análise de conteúdo de índole quantitativa. Se sabemos, por hipótese, que há mais ou menos referência a esta ou aquela fonte, a determinado tema, etc., queremos saber o porquê junto dos jornalistas. Ao mesmo tempo, queremos aferir junto das fontes mais citadas quais as estratégias que estão por detrás dessa visibilidade.

Para levar a bom porto este objetivo torna-se necessário recorrer a entrevistas dirigidas a ambos os grupos de possíveis entrevistados. Nos últimos anos, vários autores têm evidenciado as vantagens e desvantagens deste método. No último caso, Ruquoy (1997: 85), menciona que os seus limites estão associados à subjetividade de cada indivíduo interpelado, a distintas situações de recolha e a um dispositivo de interrogação que não é “rigorosamente idêntico”. Mas rematam concluindo que “nem o qualitativo nem o quantitativo garantem uma objetividade total”. “No âmbito da investigação qualitativa, a entrevista possui laços evidentes com outras formas de recolha de dados”, dizem-nos Lessard-Hébert *et al.* (1994: 160), precisamente o que esperamos desta recolha de dados. Garantem-nos ainda Quivy e Campenhoudt (2003: 195) que “em investigação social, o método das entrevistas está sempre associado a um método de análise de conteúdo”, como é o nosso propósito.

De modo particular, queremos conduzir entrevistas semiestruturadas, ou seja, que permitam a colocação de questões pré-estabelecidas mas sem uma ordem rígida (Lessard-Hébert *et al.*, 1994), reencaminhando-se o entrevistado para os objetivos da investigação sempre que se afaste deles (Quivy & Campenhoudt, 2003).

Não restam dúvidas de que a utilização de informação verbal tem vindo a dominar as ciências sociais. Fazer perguntas é normalmente uma forma rentável (frequentemente a única) de obter informação sobre comportamentos e experiências passadas, motivações, crenças valores e atitudes, enfim, sobre um conjunto de variáveis do foro subjetivo não directamente mensuráveis (Foddy, 1996: 1).

Rematamos esta secção com as palavras de Foddy para evidenciar a importância desta recolha quando falamos na apreensão de motivos, vivências e opiniões dos dois grupos de entrevistados, em contexto socioprofissional (dificuldades, limitações, especificidades da profissão, do meio de comunicação estudado), que expliquem os resultados apurados em primeira instância.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção por este tema da nossa dissertação não é fortuita, mas fruto de percurso que começou pela descoberta de uma apetência pela investigação. A integração como bolsreira em vários projetos de investigação assim o ditou. Primeiro, investigando a informação televisiva na sua aparência e sustentada nas novas tecnologias, com o projeto “A Cenografia da Informação Televisiva: da Sobriedade à Espectacularidade das Redacções” (PTDC/CCI/71951/2006), decorrido no Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação (CETAC.media), na Universidade do Porto. Mais recentemente, com o projeto “A Doença em Notícia” (PTDC/CCI-COM/103886/2008), que foi desenvolvido no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, com o qual o interesse pela estudo da informação sobre saúde na imprensa conduziu, em especial, a esta etapa doutoral que agora percorremos. Deste modo, a conjugação de dois focos de interesse levamos ao enfoque no estudo da informação sobre saúde na televisão portuguesa.

Há ainda outros fatores que nos impelem para esta investigação. O percurso do projeto “A Doença em Notícia” não deve ficar órfão quanto ao meio que estuda. Queremos por isso contribuir, antes de mais, para um retrato mais completo do jornalismo de saúde, aliando à imprensa o estudo da televisão. Outro motivo que nos move é o facto tantas vezes constatado nos estudos que citámos: a televisão é o meio de comunicação de eleição do público quando se fala em saúde (estudos citados por Schwitzer, 2009; Schwitzer *et al.*, 2005; Tanner, 2004). Se esta é uma realidade que nos chega dos Estados Unidos, em Portugal não parece haver distinção quanto à sua importância:

Num país onde a leitura de jornais, mesmo generalistas, é baixa, onde faltam rubricas e media especializados em temáticas científicas, a importância do meio televisivo é incontornável. (Estudo “A Ciência no Ecrã”, Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Instituto Gulbenkian de Ciência, 2012: 10).

Aliados a estes fatores, reconhecemos a importância social da temática da saúde na esfera pública. Se os cidadãos buscam na televisão a informação sobre saúde, deve haver um esforço conjunto na divulgação de conteúdos informativos esclarecedores e que contribuam para um melhor entendimento de um tema de perceção complexa, conforme dão conta os vários estudos já citados. Em entrevistas concedidas por vários jornalistas da imprensa portuguesa ao projeto “A Doença em Notícia” é notória essa preocupação em “traduzir” a informação, seja de índole médica ou referente às políticas de saúde.

Face a esta realidade, pareceu-nos importante explorar os estudos publicados e assinados por alguns dos mais importantes autores e que expusemos em dois pontos importantes: os entendimentos consagrados à televisão em sentido lato; e as reflexões acerca do jornalismo de saúde, sem esquecer o papel das fontes e suas especificidades quando falam sobre o tema. Esta primeira abordagem conduz-nos a outras pesquisas que serão, a seu tempo, tratadas. Também aqui encontramos pistas metodológicas que nos permitam chegar aos objetivos propostos no início deste projeto.

Nesse sentido, optámos pela conjugação de métodos quantitativos, no que toca á análise das peças noticiosas, com métodos qualitativos, através da realização de entrevistas, procurando aí as pistas para a caracterização da informação televisiva sobre saúde. Queremos intercalar esta recolha e análise de conteúdos com a realização de entrevistas junto de dois grupos fundamentais ao processo produtivo: jornalistas e fontes de informação.

No final deste percurso académico, é nosso propósito criar um novo paradigma para o jornalismo de saúde, em específico na televisão, através da apreciação dos conteúdos emitidos, numa triangulação com a recolha de dados por entrevistas junto destes dois importantes intervenientes na produção de conteúdos: as fontes e os jornalistas.

Em retrospectiva, parecem-nos adequadas as palavras de Chizzotti (1991: 89) quando diz que “a finalidade de uma pesquisa qualitativa é intervir em uma situação insatisfatória, mudar condições percebidas como transformáveis, onde pesquisador e pesquisados assumem, voluntariamente, uma posição reativa”. Não queremos com isto assumir que há problemas na informação televisiva de saúde, mas sabemos que há sempre lugar a melhorias. Por fim, o desejo de contribuir para uma alargamento dos estudos neste campo da saúde, enriquecendo as perspetivas a nível nacional, está na essência deste trabalho.

## FINANCIAMENTO

Este artigo insere-se no projeto de Doutoramento intitulado “A saúde nos ecrãs informativos da televisão portuguesa” (SFRH/BD/89566/2012), executado com bolsa de investigação no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Programa Operacional Potencial Humano (POPH) - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu (FSE) e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).



## REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2007) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (1997) *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta Editora.
- Chizzotti, A. (1991) *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Cortez Editora.

- Pinto-Coelho, Z. & Gonçalves, M. H. (1992) 'Imprensa e drogas: a toxicodependência no discurso jornalístico', *Cadernos do Noroeste*, 5 (1-2): 225-242.
- Eco, U. (1993) *Viagem na Irrealidade Quotidiana*, Lisboa: Difel.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Instituto Gulbenkian de Ciência (2012) "Ciência no Ecrã - A divulgação televisiva da atividade científica", Entidade Reguladora para a Comunicação Social e Instituto Gulbenkian de Ciência, Lisboa. Disponível em: <http://bit.ly/1hZ3g9r>. Acedido em 17/01/2013.
- Foddy, W. (1996) *Como Perguntar*, Oeiras: Celta.
- Holliman, R. (2004) 'Media Coverage of Cloning: A Study of Media Content, Production and Reception', *Public Understanding of Science*, 13: 107-130.
- Kaiser Family Foundation & Pew Research Center's Project for Excellence in Journalism (2008) 'Health News Coverage in the U.S. Media - January 2007 - June 2008', *Kaiser Family Foundation & Pew Research Center's Project for Excellence in Journalism*, Washington [disponível em <http://www.journalism.org/files/HealthNewsReportFinal.pdf>, acedido em 23/05/2003].
- Kline, K. N. (2006) 'A decade of research on health content in the media: the focus on health challenges and sociocultural context and attendant informational and ideological problems', *Journal of Health Communication*, (11): 43-59.
- Kruvand, M. (2012) "'Dr. Soundbite": The Making of an Expert Source in Science and Medical Stories', *Science Communication*, 34 (5): 566-591.
- Larsson, A., Oxman, A. D., Carling, C., & Herrin, J. (2003) 'Medical messages in the media-barriers and solutions to improving medical journalism', *Health Expectations*, 6 (4): 323-331.
- Leask, J., Hooker, C., & King, C. (2010) 'Media coverage of health issues and how to work more effectively with journalists: a qualitative study', *BMC Public Health*, 10 (1): 1-7.
- León, B. (2008) 'Science related information in European television: a study of prime-time news', *Public Understanding of Science*, 17: 443-460.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994) *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, F. (2011). 'Uma programação televisiva que desrespeita as determinações da ERC' in Felisbela Lopes (org.) *A TV dos Jornalistas*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 21-42 [disponível online em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/tv\\_jornalistas](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/tv_jornalistas), acedido em 15/05/2013].
- Lopes, F., Tourinho, C., & Vieira, P. (2011) 'Interatividade no telejornalismo - da janela à porta de entrada'. *Congresso Internacional da História dos Media e do Jornalismo*, 6 e 7 de outubro 2011, Universidade Nova de Lisboa [disponível online em [http://www.slideshare.net/Carlos\\_Tourinho/dajanelaaporta-estudosmidiaejornalismo-versaofinal-9816716](http://www.slideshare.net/Carlos_Tourinho/dajanelaaporta-estudosmidiaejornalismo-versaofinal-9816716), acedido em 23/05/2013].
- Lopes, F. & Fernandes, L. (2012) 'À procura de uma vibrante esfera pública da saúde através da análise da imprensa portuguesa', in Sandra Marinho, Teresa Ruão, Felisbela Lopes, Zara Pinto Coelho e Luciana Fernandes (eds.) *Olhares Cruzados sobre Comunicação na Saúde: relatório de um debate*, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 17-30 [disponível em [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/1459](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/1459), acedido em 01/03/2013].

- Lopes, F., Ruão, T., & Marinho, S. (2010) 'Gripe A na Imprensa Portuguesa: uma doença em notícia através de uma organizada estratégia de comunicação', *Observatorio (OBS\*) Journal*, 4 (4): 139-156.
- Lopes, F., Ruão, T., Marinho, S., & Araújo, R. (2012) 'A saúde em notícia entre 2008 e 2010: retratos do que a imprensa portuguesa mostrou', *Comunicação e Sociedade*, (Número Especial): Mediatização Jornalística do Campo da Saúde: 129-170.
- Marinho, S., Lopes, F., Ruão, T. & Araújo, R. (2012) 'Formação e produção científica em Jornalismo de Saúde – Portugal no contexto europeu', *Comunicação e sociedade*, (Número Especial): Mediatização Jornalística do Campo da Saúde: 199-212.
- McAllister, M. P. (1992) 'AIDS, medicalization, and the news media', in Timothy M. Edgar, Mary Anne Fitzpatrick & Vicky S. Freimuth (eds.) *AIDS, A Communication Perspective*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 195-221.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2003) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Ruquoy, D. (1997) 'Situação de entrevista e estratégia do entrevistador', in Luc Albarello, Françoise Digneffe, Jean-Pierre Hiernaux, Christian Maroy, Danielle Ruquoy & Pierre de Saint-Georges (eds.) *Práticas e Métodos de Investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva, 84-117.
- Schwitzer, G. (1992) 'The magical medical media tour', *Journal of the American Medical Association*, 267 (14): 1969-71.
- Schwitzer, G. (2004) 'Ten troublesome trends in TV health news', *British Medical Journal*, 329: 1352.
- Schwitzer, G. (2009) *The State of Health Journalism in The U.S.*, Relatório para a Kaiser Family Foundation: California [disponível em <http://kaiserfamilyfoundation.files.wordpress.com/2013/01/7858.pdf>, acedido em 21/08/2013].
- Schwitzer, G., Mudur, G., Henry, D., Wilson, A., Goozner, M., Simbra, M., Baverstock, K. A. (2005) 'What Are the roles and responsibilities of the media in disseminating health information?', *PLOS Medicine*, 2 (7): e215.
- Scolari, C. (2008) 'Hacia la hipertelevisión. Los primeros síntomas de una nueva configuración del dispositivo televisivo', *Revista Académica De La Federación Latinoamericana De Facultades De Comunicación Social*, (77): 1-9.
- Silva, P. (2011) *A Saúde nos Media. Representações do Sistema de Saúde e das Políticas Públicas na Imprensa Escrita Portuguesa*, Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Tanner, A. (2004) 'Agenda building, source selection, and health news at local Television stations: A nationwide survey of local television health reporters', *Science Communication*, 25 (4): 350-363.
- Tanner, A. & Friedman, D. B. (2011) 'Authorship and information sourcing for health news on local TV web sites: An exploratory analysis', *Science Communication*, 33 (1): 3-27.
- Tanvatanakul, V., V., Amado, J., & Saowakontha, S. (2007) 'Management of communication channels for health information in the community', *Health Education Journal*, 66 (2): 173-178.
- Traquina, N. (2001) 'O jornalismo português e a problemática VIH/SIDA: um estudo exploratório', in Nelson Traquina, Ana Cabrera, Cristina Ponte & Rogério Santos (2001) (orgs.) *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Lisboa: Editorial Caminho, 153-193.

- Wang, Z. & Gantz, W. (2007) 'Health content in local television news', *Health Communication*, 21, (3): 213-221.
- Wang, Z. & Gantz, W. (2010) 'Health content in local television news: A current appraisal', *Health Communication*, 25: 230-237.
- World Health Organization (1946) *Preamble of the Constitution of the World Health Organization* [disponível em [http://whqlibdoc.who.int/hist/official\\_records/constitution.pdf](http://whqlibdoc.who.int/hist/official_records/constitution.pdf), acedido em 21/08/2013].



## Os processos produtivos das notícias de saúde: o triângulo fonte-jornalista-público

### *The newsmaking of health news: information sources, journalists and the public*

RITA ARAÚJO<sup>1</sup>, FELISBELA LOPES<sup>2</sup> & TERESA RUÃO<sup>3</sup>

#### **Resumo**

Este artigo visa apresentar um projeto de doutoramento sobre os processos produtivos das notícias de saúde em Portugal, focando-se nas relações que se estabelecem entre as fontes de informação, os jornalistas e o público. Pretende-se fazer um mapeamento do jornalismo de saúde na imprensa portuguesa, através da análise das notícias recolhidas em seis jornais nacionais (Expresso, Sol, Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias e Correio da Manhã) de 2012 a 2014. Com o objetivo de contribuir para a definição do campo da Comunicação na Saúde em Portugal, pretendemos, com o nosso trabalho, propor pistas para os jornalistas especializados e um manual de boas práticas para os profissionais da comunicação estratégica. Sabendo-se que a forma como os media mediatizam a saúde pode influenciar atitudes, é importante perceber o que está a ser feito neste âmbito, preenchendo um vazio relativamente aos estudos de Jornalismo de Saúde desenvolvidos no nosso país.

**Palavras-chave:** Jornalismo; comunicação; saúde; fontes de informação

---

#### **Abstract**

This paper aims at presenting a PhD project on the newsmaking of health in the Portuguese press. We focus on the relationships between news sources, journalists, and the public. Our goal is to map the health journalism in the Portuguese press, through the analysis of news collected from six national newspapers (Expresso, Sol, Público, Diário de Notícias, Jornal de Notícias and Correio da Manhã), from 2012 to 2014.

We aim at contributing to the definition of a Health Communication field of expertise in Portugal, giving some hints for specialized journalists and a guide of good practices for strategic communication professionals. Since media's health coverage may influence the public's behavior, we consider it is important to understand what is being done, filling a void when it comes to Health Journalism in our country.

**Keywords:** Journalism; communication; health; news sources

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / rita.manso.araujo@gmail.com

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / felisbela@ics.uminho.pt

<sup>3</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / truaao@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

O projeto de Doutoramento que nos propomos apresentar neste artigo pretende estudar os processos produtivos das notícias na área da saúde, apoiando-se nos binómios fonte de informação-jornalista e jornalista-público. Este trabalho surge na sequência da investigação desenvolvida enquanto bolsreira de investigação no projeto coletivo financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia “A Doença em Notícia” (PTDC/CCI-COM/104634/2008), sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), e do qual resultou já uma dissertação de Mestrado intitulada “As relações negociais entre jornalistas e fontes: o caso da Saúde”. O trabalho previamente desenvolvido na área da Comunicação e Jornalismo na Saúde contribuiu de forma decisiva para este nosso interesse nas questões da Saúde aplicada às Ciências da Comunicação e, mais concretamente, as problemáticas relacionadas com as fontes de informação.

Pretendemos, agora, saber *de que forma é que a saúde pode ser comunicada de maneira eficiente das fontes de informação para os jornalistas e destes para o público em geral*. O trabalho a desenvolver cruza duas áreas do conhecimento nas Ciências da Comunicação: o Jornalismo e a Comunicação Estratégica. Embora sejam campos de estudo diferenciados – o Estatuto do Jornalista define-as como atividades incompatíveis –, defendemos que a articulação das duas áreas será proveitosa para este trabalho. Sendo nosso objetivo estudar os processos produtivos no campo da saúde, através das perspetivas das fontes de informação e dos jornalistas, é essencial aprofundarmos o trabalho desenvolvido pelas duas partes e as relações que se estabelecem.

O objetivo deste trabalho é definir um campo de investigação ainda por desbravar na área das Ciências da Comunicação, traçando linhas orientadoras para os jornalistas especializados em Saúde e para os profissionais da Comunicação na Saúde, nomeadamente as fontes organizadas. É nosso objetivo ajudar a perceber o campo da Comunicação em Saúde, contribuindo para a criação, no plano académico, de um jornalismo especializado em Saúde, à semelhança do que já existe para as áreas da Justiça, Desporto ou Economia. Esta é uma área do jornalismo que necessita de enquadramento específico e normas orientadoras que facilitem uma transmissão de informação feita de forma eficiente e precisa. Iremos também trabalhar o papel desenvolvido pelas fontes de informação organizadas, mais especificamente as fontes oficiais e aquelas que, sendo especializadas, falam em nome de uma instituição, com o intuito de propor um manual de boas práticas para a Comunicação em Saúde.

Embora exista investigação desenvolvida no âmbito da Comunicação na Saúde, no que diz respeito aos estudos de jornalismo que se desenvolvem a este nível há ainda um vazio. Deste modo, e a partir dos estudos que conhecemos, queremos aprofundar esta área de pesquisa, nomeadamente através da análise das relações entre jornalistas, fontes de informação, e públicos.

Os *media* informam, explicam e enquadram temas de saúde que podem ajudar o cidadão na tomada de decisões sobre a sua própria saúde. A cobertura de saúde deve ser “precisa, equilibrada e completa”, para que o público esteja adequadamente

informado e pronto a participar na tomada de decisões sobre os seus cuidados de saúde. Se a cobertura for errada, desequilibrada ou incompleta, os cidadãos podem ficar com expectativas irreais e exigir dos médicos cuidados de saúde de que não precisem ou que sejam prejudiciais (Schwitzer, 2008).

A saúde é transversal a toda a sociedade, afetando a vida dos cidadãos de forma direta ou indireta. Os *media* ocupam um lugar essencial na transmissão de conteúdos de saúde, uma vez que, sendo um importante veículo de informação, “são centrais na forma como a saúde e a doença são percebidas e endereçadas à sociedade” (Hodgetts, 2012: 23). De facto, “a cobertura de assuntos de saúde também promove a importância da mudança individual de comportamentos”, especialmente no que toca à manutenção de saúde e prevenção da doença (Howell & Ingham, 2001 *in* Hodgetts *et al.*, 2008: 44). Este potencial para alterar comportamentos e estilos de vida faz com que a cobertura de saúde nos *media* generalistas seja extremamente importante, visto que uma cobertura mediática de qualidade pode contribuir para a imagem que os públicos formam da sua própria saúde. Os *media* têm responsabilidades na transmissão de conteúdos de saúde às populações, uma vez que se constituem como uma das fontes mais importantes de saúde para o público em geral. Importa, pois, que a comunicação veiculada seja eficaz, precisa e de qualidade.

Parece-nos, deste modo, que o estudo da Comunicação na Saúde é extremamente relevante, dada a centralidade da saúde e da doença na sociedade. A importância social deste tema justifica também a necessidade de se desenvolver investigação académica nesta área, dotando os jornalistas e os profissionais da comunicação estratégica de ferramentas que os habilitem a desenvolver um melhor trabalho junto das populações.

## 2. COMUNICAÇÃO NA SAÚDE

A comunicação na saúde enquanto área de estudos deu os primeiros passos nos Estados Unidos na década de 1970. Uma vez que este é um conceito central ao nosso projeto, detemo-nos em algumas definições.

Heather Zoller e Mohan Dutta defendem que a comunicação na saúde se refere a um conjunto de processos e mensagens de comunicação que se constituem à volta de temas de saúde (2008: 3). Gary Kreps e os seus colegas descrevem-no como um campo de estudos importante e vibrante, que se preocupa com os papéis de poder da comunicação humana e mediada nos cuidados e na promoção da saúde (Kreps *et al.*, 1998).

Zoller e Dutta (2008: 3) escrevem que os académicos desta área podem dividir-se em duas grandes categorias, tendo em conta o seu enfoque de estudos: a perspetiva baseada nos processos e a perspetiva baseada nas mensagens. A primeira refere-se à forma como os significados de saúde são constituídos, interpretados e postos a circular, e preocupa-se com os processos de interação simbólica e de estruturação relacionados com a saúde, e a segunda perspetiva está relacionada com a criação e análise de mensagens eficientes sobre saúde.

Gary Kreps, Ellen Bonaguro e Jim Query também distinguem duas grandes áreas dentro da comunicação de saúde, embora as exponham de forma diferente dos autores anteriormente citados. Falam, assim, em estudos de “health care delivery” e “health promotion”, sendo que os investigadores do primeiro grupo analisam a influência da comunicação na prestação de cuidados de saúde e os do segundo estudam o uso persuasivo de mensagens comunicativas e dos *media* como forma de promover a saúde pública (Kreps *et al.*, 1998). Zoller e Dutta (2008) destacam a relação com a prática como uma das características desta área de investigação, para além do seu carácter interdisciplinar.

Em termos de percurso histórico, a criação de um campo da comunicação na saúde está enraizada na investigação norte-americana, sendo que a *International Communication Association* (ICA) criou a secção “Health Communication” em 1975, seguida da *National Communication Association* (NCA), uma década depois. Embora não possamos dizer que a ICA é uma associação científica americana, está sob forte influência de académicos norte-americanos (Schulz & Hartung, 2010: 548). No ano de 1989 foi publicada a primeira revista científica inteiramente dedicada ao tema (*Health Communication*), sendo que o *Journal of Health Communication* apareceu já em 1996. Mais recentemente, em 2009, surgiu o *Journal of Health and Mass Communication* (Schulz & Hartung, 2010: 548).

O crescimento do campo da comunicação na saúde é também reflexo do crescimento da própria *Health Communication* (Kim *et al.*, 2010: 487). Os autores referem que foi esta revista científica que definiu o campo e demonstrou a importância do inquérito em saúde e do conhecimento sobre assuntos de comunicação na saúde.

Quanto à formação académica, os primeiros programas de estudos dedicados à área da comunicação na saúde começaram a surgir na década de 1980, assim como foram organizadas conferências para debater o tema. Ao mesmo tempo, publicavam-se várias obras dedicadas a esta temática, como “Health Communication: Theory and Practice” (Kreps & Thornthorn, 1984) e “Health Communication: A Handbook for Professionals” (Kreps *et al.*, 1998), só para citar alguns exemplos. Considerando que “um campo de estudos é largamente definido pela quantidade de literatura gerada”, Kreps e os seus colegas defendem que “o campo da comunicação na saúde tem uma literatura rica e variada” (Kreps *et al.*, 1998).

Em 2012, a propósito do número 100 da revista “Journal of Health Communication”, uma das precursoras deste campo de estudos fez um comentário aos sucessos que foram alcançados durante estas décadas de existência da comunicação na saúde. Recentemente reformada de uma carreira académica de cerca de 30 anos na área, Vicki Freimuth relembra o seu percurso, que coincide com o desenvolvimento desta disciplina de estudos (Freimuth, 2012). Nos Estados Unidos, as infraestruturas de comunicação na saúde implementadas – quer pelo Governo quer por organizações não-governamentais – foram acompanhando as investigações levadas a cabo no plano académico (Freimuth, 2012: 746).

Apesar de ser uma disciplina académica estabelecida e com cerca de 40 anos nos Estados Unidos, a verdade é que “a situação na Europa foi diferente, e ainda é” (Schulz & Hartung, 2010: 548). Os autores referem cinco critérios que servem de indicadores do estabelecimento de uma disciplina académica: a existência de revistas científicas na área; a presença de associações científicas dedicadas ao tema; a criação de departamentos, institutos e posições académicas nas universidades; a criação de programas de estudos; e a publicação de livros sobre o tema. Se considerarmos o preenchimento destes critérios, defendem, a comunicação na saúde, embora existente há muitos anos nos EUA, ainda está numa fase incipiente na Europa (Schulz & Hartung, 2010: 548). Num artigo dedicado a perceber a investigação em comunicação na saúde na Europa, os autores discutem a existência, ou não, dos critérios acima referidos. Apesar de datado de 2010, sabemos que três anos volvidos o panorama europeu não é muito distinto.

Schulz e Hartung afirmam que, “apesar de haver um número crescente de académicos que publicam neste campo, quase não há posições académicas explícita e exclusivamente dedicadas à área” (2010: 549). De resto, em termos de associações científicas na área da comunicação, podemos considerar a existência de duas a nível europeu: a *International Association for Media and Communication Research* (IAMCR), que, desde 2008, tem um grupo de trabalho dedicado à “Health Communication and Change”; e a *European Communication Research and Education Association* (ECREA), que, neste momento, não tem uma secção dedicada à comunicação na saúde, embora tenha uma divisão sobre “Science and Environment Communication”.

### 2.1. ABORDAGENS TEÓRICAS DA COMUNICAÇÃO NA SAÚDE

Tendo um carácter fortemente multidisciplinar, “a comunicação na saúde é uma área de estudos muito alargada, que investiga diferentes níveis e canais de comunicação em diversos contextos sociais”. Relativamente a esta questão, Gary Kreps e os seus colegas definiram os níveis primários para a análise da comunicação na saúde, que incluem “a comunicação intrapessoal, interpessoal, de grupo, organizacional e social” (Kreps *et al.*, 1998). Enquanto os académicos nos primeiros anos desta disciplina se focaram nos aspetos interpessoais da comunicação na saúde, as investigações atuais compreendem questões organizacionais; aspetos relacionados com as comunidades; e questões dos *media* populares e campanhas no contexto da saúde pública e medicina (Zoller & Dutta, 2008: 3). Para além da diversidade de investigação no âmbito da comunicação na saúde, começa também a haver maior diversidade de perspetivas aplicadas a esses estudos. De facto, no início desta área de estudos muita da investigação abordava os temas de uma forma pós-positivista, embora atualmente muitos dos trabalhos produzidos olhem para a comunicação na saúde com “lentes” interpretativas, críticas e culturais (Zoller & Kline, 2008 *in* Zoller & Dutta, 2008: 3). Num livro dedicado às perspetivas emergentes na comunicação na saúde, Zoller e Dutta (2008) agrupam o estudo deste campo em quatro perspetivas

distintas: pós-positivista, interpretativa, crítica e dos estudos culturais. Os autores ressaltam que a perspectiva dominante é a pós-positivista, teoria funcionalista cuja abordagem – mais pragmática, por oposição à das teorias construtivistas – procura o como, e não o porquê das coisas.

Deste modo, “a abordagem pós-positivista preocupa-se com a explicação, o controlo e a previsão de vários níveis de resultados de saúde, através da investigação dos papéis das variáveis comunicativa, social e psicológica” (Zoller & Dutta, 2008: 5). A título de exemplo, os investigadores que se identificam com esta corrente de pensamento podem medir a competência de um comunicador, analisar os efeitos da competência nos resultados de saúde ou sugerir capacidades comunicativas para melhorar as capacidades de comunicação na população (Makoul *et al.*, 1995 *in* Zoller & Dutta, 2008: 5). Em termos de resultados, esta abordagem tem como objetivo criar soluções eficientes de comunicação na saúde, de forma a lidar com problemas geralmente endereçados a um nível individual (Murray, Johnson & Witte, 2003 *in* Zoller & Dutta, 2008: 6).

As perspetivas interpretativa, crítica e dos estudos culturais inserem-se na corrente construtivista. Estas abordagens não são meramente teóricas, uma vez que as escolhas metodológicas dos investigadores estão intimamente ligadas aos paradigmas que fornecem os quadros teóricos para pensar a comunicação na saúde. Assim, a corrente pós-positivista centra-se na previsão e generalização e privilegia o uso de metodologias quantitativas, visto que facilitam as replicações. Não quer isto dizer que os defensores desta linha de pensamento não possam recorrer aos métodos qualitativos, embora geralmente os apliquem como preliminares às metodologias quantitativas (Brashers *et al.*, 2000 *in* Zoller & Dutta, 2008: 15). As abordagens construtivistas tendem a usar metodologias qualitativas, que possam ajudar na descrição e interpretação dos textos, fenómenos ou processos em análise.

### 3. CAMINHOS DA FORMAÇÃO EM SAÚDE

#### 3.1. OS MEDIA COMO FONTE DE SAÚDE

A proliferação de novas tecnologias dos *media* nas últimas décadas, juntamente com o conteúdo de saúde disseminado por estes canais, colocou uma quantidade de informação de saúde sem precedentes nas mãos dos consumidores. Deste modo, à medida que o acesso à internet aumenta, é provável que a procura por informação sobre saúde online também aumente (Koch-Weser *et al.*, 2010: 279). No entanto, os mesmos autores referem que a natureza da informação online pode ser diferente daquela que se encontra nas fontes tradicionais (Koch-Weser *et al.*, 2010: 279).

Há a ideia de que os médicos continuam a ser a fonte mais fiável de informação de saúde (Nicholas *et al.*, 2003; Sillence & Briggs, 2006 *in* Tanner & Friedman, 2011: 4), mas 80 por cento dos utilizadores da internet já pesquisou conteúdos de saúde online (Fox, 2008 *in* Tanner & Friedman, 2011: 4). O *Pew Internet and American Life Project* de Janeiro de 2013 refere que cerca de 70 por cento da população



adulta norte-americana faz pesquisas sobre indicadores de saúde na Internet, o que comprova que os temas relacionados com saúde são cada vez mais procurados pelo público leigo. Um estudo sobre a internet como fonte de informação de saúde levado a cabo nos Estados Unidos revela que aqueles que recorrem à Internet como primeira fonte de conteúdos de saúde tendem a ser mais novos, ter mais formação e salários mais elevados (Koch-Weser *et al.*, 2010: 287).

Sabemos que o público tem contato com a ciência através das notícias e dos media, mas também pela interação com aqueles que comunicam a ciência. Geralmente, a ciência é transmitida ao público leigo através de jornais, revistas, TV e internet (Besley & Tanner, 2011: 239). De acordo com o *Pew Internet and American Life Project* (2006 in Besley & Tanner, 2011: 240), a TV e a Internet são as fontes mais populares em termos de notícias de ciência. “A disseminação de notícias de saúde foi uma indústria em explosão nos anos 1990” (Schwitzer, 1992) e a tendência parece continuar à medida que o novo milénio avança. Os *mass media* são, aliás, a única fonte de informação para muita gente (Luhmann, 1995: 9 in Schäfer, 2012: 650), e isto é especialmente verdadeiro em temas científicos. Besley e Tanner referem que uma grande quantidade de informação sobre ciência e saúde é disponibilizada ao público através dos *media*, e a interação entre os cientistas, os jornalistas e o público está a tornar-se comum (2011: 240).

De facto, num artigo sobre a comunicação do cancro datado de 1999, Jane E. Brody refere que, “enquanto dantes os médicos ficavam aterrorizados por falar com jornalistas, hoje muitos deles contratam profissionais de relações públicas para os ajudar a colocar o seu nome nas notícias” (Brody, 1999: 170). Esta corrida pela atenção mediática por parte das fontes especializadas – e à qual assistimos há já várias décadas, especialmente nos Estados Unidos, – também tem vindo a contribuir para a proliferação de notícias de saúde e para a maior atenção que os *media* têm dedicado aos temas relacionados com a saúde e a doença.

Os *media* estão presentes na nossa vida diária, em formatos diversos, e muito do conteúdo a que acedemos através dos meios de comunicação está relacionado com a saúde (Hodgetts & Chamberlain, 2006: 171). A crescente preocupação com temas de saúde por parte do público e a atenção que os *media* dedicam a esta área fazem com que a formação em comunicação e jornalismo de saúde seja cada vez mais uma necessidade, para que os jornalistas consigam acompanhar os interesses do público e fornecer-lhe informação de qualidade.

### 3.2 A SITUAÇÃO NA EUROPA

De acordo com dados de um projeto financiado pela Comissão Europeia dedicado a perceber a realidade e necessidades no que toca à formação de jornalistas de saúde na Europa<sup>1</sup>, é possível perceber que não há muitas oportunidades de formação

<sup>1</sup> Projeto financiado no âmbito do *Lifelong Learning Programme*, da Comissão Europeia (<http://www.project-heart.eu/>). A autora deste texto integrou o projeto enquanto membro da equipa portuguesa, sediada na Universidade do Minho (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade).



formal na área da comunicação e jornalismo de saúde, onde a especialização dos jornalistas é ainda uma realidade pouco frequente. No âmbito deste projeto, que juntou parceiros de sete países europeus (Grécia, Reino Unido, Estónia, Finlândia, Alemanha, Roménia e Portugal), foi feito um levantamento exaustivo de cursos de formação nas seguintes categorias: licenciaturas; mestrados; pós-graduações; seminários e/ou cursos rápidos; cursos de formação contínua; e outros. Apesar de o projeto apenas envolver sete países-parceiros, a investigação abrangeu todos os países da Europa, incluindo aqueles que não pertencem à União Europeia, de forma a conseguir uma cobertura mais global do panorama da formação em jornalismo de saúde.

Deste modo, é possível perceber que não se registou a existência de qualquer oportunidade de formação nos seguintes países: Albânia, Bielorrússia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Chipre, Dinamarca, Islândia, Irlanda, Itália, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Moldávia, Noruega, Polónia, Rússia, Sérvia, Eslovénia, Suécia, e Ucrânia.

Quanto aos restantes países, vamos apenas focar-nos naqueles que, a nível universitário, oferecem oportunidades de formação na área da comunicação e jornalismo de saúde. Assim, a Áustria tem um curso superior em Jornalismo Médico e Relações Públicas na Donau University Krems; na República Checa existem mestrados em Jornalismo com especialização em Jornalismo de Saúde nas Universidades de Praga, Brno e Olomouc; na Estónia há cursos de licenciatura e mestrado em Jornalismo na Universidade de Tartu que incluem jornalismo de saúde como unidade de opção curricular; na Alemanha existem quatro cursos de mestrado e três de licenciatura, em Jornalismo, que oferecem unidades curriculares opcionais em jornalismo de saúde (Dortmund, Darmstadt, Bremen e Berlim) e um programa de mestrado em Jornalismo de Saúde, em Magdeburg-Stendal; na Roménia existe também um curso de mestrado em informação de saúde como “jornalismo temático”, na Universidade de Bucareste, e um mestrado constituído por quatro semestres em comunicação de saúde na Universidade de Cluj; em Espanha existem quatro mestrados, em regime de part-time, em jornalismo de saúde (em Madrid na Universidade de Madrid e Carlos III, em Barcelona na Pompeu Fabra, e na UNED – Universidade Nacional de Educação à Distância); na Suíça há um mestrado, em Neuchatel, com uma unidade curricular semestral de opção em jornalismo de saúde.

O Reino Unido constitui-se como um caso à parte no panorama da comunicação e jornalismo de saúde na Europa. Apesar de ainda não se encontrar ao nível dos Estados Unidos em termos de programas de formação ou de literatura produzida na área, destaca-se dos restantes países europeus pela positiva. Existem quatro licenciaturas em jornalismo médico ou que combinam a saúde com o jornalismo, dois cursos de mestrado e duas pós-graduações em jornalismo médico, jornalismo de saúde ou jornalismo de ciência, para além de cursos rápidos e seminários.

Nos EUA foram identificados seis cursos de licenciatura relacionados com comunicação e jornalismo de saúde/ciência/médico e 12 cursos de mestrado.

A falta de oferta de cursos de comunicação e jornalismo de saúde a nível académico reflete-se na formação dos jornalistas. Um pouco por toda a Europa, verifica-se uma falta de especialização dos jornalistas em temas de saúde. Um estudo conduzido na Noruega dá-nos conta desta falta de especialização. O autor da investigação aplicou um questionário a 20 jornalistas de saúde, concluindo que nenhum dos inquiridos tinha qualquer tipo de formação em ciências biológicas ou da saúde e apenas oito jornalistas têm formação em ciências sociais (Pettersen, 2005: 8).

Com a redução de jornalistas nas redações, as limitações económicas e de tempo, e as pressões exercidas pelas chefias (e pelos próprios pares) para que cada órgão de comunicação social seja o primeiro a publicar determinada notícia, a formação é descurada e poucas serão as empresas que dispensam os jornalistas para a frequência de cursos de especialização. O resultado é uma dependência maior das fontes de informação especializadas, que estão aptas a traduzir conceitos complexos e acabam por ser ouvidas pelos jornalistas uma e outra vez, ocupando um lugar privilegiado de marcação da agenda mediática.

### 3.3. O CASO PORTUGUÊS

No que toca à comunicação e jornalismo de saúde, a situação em Portugal não é muito diferente da do resto da Europa. Tem-se vindo a prestar atenção à questão da formação em comunicação na área da saúde, mas numa perspetiva de educar os profissionais da saúde. A comunicação médico-paciente ou a comunicação em meio hospitalar são temas que têm vindo a merecer cada vez mais importância. No entanto, a comunicação em saúde dirigida a profissionais da comunicação ou do jornalismo é uma área ainda por explorar.

Relativamente à formação em jornalismo de saúde, existem em Portugal dois cursos ao nível de mestrado, em universidades públicas e privadas (Universidade de Lisboa e Universidade Aberta), embora a abertura dos cursos não aconteça todos os anos. Há mais oportunidades de formação na forma de cursos rápidos ou pós-graduações. A Universidade de Coimbra, por exemplo, fez uma edição de uma pós-graduação em Medicina e Jornalismo de Saúde (2005) e promoveu três edições de um seminário em Medicina Legal e Forense. O CENJOR (Centro Protocolar de Formação para Jornalistas) também realizou um seminário sobre Jornalismo de Saúde, em 2007, e a Ordem dos Médicos convida regularmente grupos de jornalistas e médicos para encontros informais sobre Medicina e os *Media*, com o objetivo de promover a troca de experiências entre estas classes profissionais.

Relativamente à investigação académica em comunicação na saúde, também é escassa. Contam-se três projetos de investigação principais, dois dos quais em curso:

- “Elementos para uma teoria da notícia – o estudo de caso português da mediação jornalística de um problema social – VIH-SIDA” (sediado no Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa e coordenado por Nelson Traquina, que conduziu uma análise extensiva sobre os discursos mediáticos da Sida);

- “SER – A Saúde em Rede” (sediado no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa e coordenado por Rita Espanha). Este pretende perceber o que caracteriza as Tecnologias de Informação e Comunicação no campo da saúde em Portugal e termina em Agosto de 2013;
- “A Doença em Notícia” (projeto sediado no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e coordenado por Felisbela Lopes). Esta investigação, que está prevista terminar em Novembro de 2013, faz uma análise da saúde em três jornais portugueses e tem especial interesse nas fontes de informação.

Todos estes projetos foram financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e olham para a problemática da saúde através de diferentes perspetivas, tendo resultado em diversos artigos científicos.

Em termos de publicações, o projeto de investigação coordenado por Nelson Traquina deu origem à tese de doutoramento “A fonte não quis revelar” (2006), de Rogério Santos. Esta obra dedica-se a olhar para a relação que se estabelece entre jornalistas e fontes de informação a partir de artigos noticiosos sobre a Sida. Nelson Traquina publicou, em 2001, “O jornalismo português em análise de casos”, que conta com contribuições de vários académicos do jornalismo, que se centram na problemática do HIV/Sida para estudar a relação entre jornalistas e fontes.

Fora do plano académico, a jornalista Cláudia Borges manteve um programa televisivo chamado “Ficheiros Clínicos (do qual resultou a publicação de um livro, em 2002). Este programa foi para o ar em 1998 na SIC e mostrava casos de sucesso no tratamento de cidadãos anónimos.

O projeto “A Doença em Notícia” conduziu ainda uma série de entrevistas semiestruturadas a jornalistas que habitualmente escrevem sobre saúde na imprensa portuguesa. Podemos afirmar que, em termos de formação, são poucos aqueles que frequentaram algum curso específico na área da saúde. O panorama mantém-se, assim, similar ao descrito no resto da Europa.

#### **4. OPÇÕES METODOLÓGICAS**

Pretendemos, neste ponto, apresentar uma breve reflexão sobre os caminhos metodológicos e técnicas de recolha de informação a adotar no presente estudo. Sendo que as opções metodológicas andam a par com as abordagens teóricas, selecionámos instrumentos de recolha e análise de dados quantitativos e qualitativos. Temos, assim, três ferramentas metodológicas distintas, embora complementares: análise documental, análise das notícias (quantitativa e qualitativa) e realização de entrevistas semiestruturadas.

Pretende-se, com este estudo, fazer um mapeamento do jornalismo de saúde na imprensa nacional. Deste modo, proceder-se-á à análise das notícias recolhidas nos jornais portugueses, de forma a encontrar as fontes mais citadas pelos jornalistas e

as doenças mais mediatizadas neste período. Com base nas doenças mais ou menos mediatizadas, propomos a elaboração de estudos de caso anuais durante o triénio em estudo – que serão analisados de acordo com as variáveis à frente referidas e recorrendo a técnicas de análise de conteúdo. Partindo da análise das fontes de informação, que constitui um dos eixos centrais desta investigação, iremos realizar entrevistas semiestruturadas com fontes centrais para o trabalho dos jornalistas e com os próprios jornalistas que cobrem assuntos de saúde nos jornais portugueses.

#### 4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

A primeira fase do nosso projeto será dedicada à pesquisa e recolha bibliográfica, seguida de uma revisão de literatura que suporte a investigação a que nos propomos, sobre a Comunicação Estratégica, o Jornalismo, a Comunicação e o Jornalismo na Saúde, e as Fontes de Informação. Esta técnica é uma “espécie de análise de conteúdo que incide sobre documentos relativos a um local ou a uma situação” (Lessard-Hébert *et al.*, 2008: 143) e é muitas vezes usada para triangular dados. Este é um passo importante na elaboração de uma investigação, uma vez que nos dá a conhecer o campo que pretendemos estudar. Embora a consideremos a primeira parte da investigação, temos consciência de que a revisão de literatura é uma tarefa transversal a todo o projeto.

#### 4.2 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

Sendo que um dos objetivos do trabalho que nos propomos desenvolver é traçar orientações para o estabelecimento de uma disciplina de Jornalismo na Saúde em Portugal, importa primeiro saber o que está a ser feito e, de certa forma, fazer um mapeamento das notícias de saúde publicadas nos jornais portugueses. Queremos saber quem são as fontes de informação mais chamadas a contribuir e, por oposição, aquelas que se situam nas margens de silêncio; pretendemos analisar os temas mais e menos mediatizados no que toca à saúde e ver quais as doenças que os jornalistas colocam em notícia.

A metodologia central deste trabalho consiste na análise quantitativa das notícias de saúde publicadas no triénio 2012-2014 nas versões impressas dos seguintes jornais: *Expresso* e *Sol* (semanários nacionais); *Público* e *Diário de Notícias* (diários nacionais de referência); e *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* (diários nacionais de cariz popular). A escolha destes jornais justifica-se pelo seu carácter generalista e nacional; a amostra escolhida (não-probabilística) apresenta ainda diferentes linhas editoriais e periodicidades, uma vez que não sabemos se estes critérios poderão influenciar a qualidade da informação prestada em saúde. Deste modo, esta é uma das hipóteses que queremos testar. A análise quantitativa das notícias será efetuada com recurso ao software de análise estatística de dados *SPSS (Statistics Package for Social Sciences)* e do estudo de diferentes variáveis, através da estatística descritiva univariada.

Para a seleção do nosso *corpus* de análise, vamos recolher todas as notícias sobre saúde publicadas nos cadernos principais dos jornais acima mencionados, excluindo as secções reservadas à opinião. São escolhidas as versões Lisboa ou Nacional dos jornais selecionados, quando existam, excluindo as secções de Local (no caso do *Público*) ou Porto (no caso do *Jornal de Notícias*), as secções de Desporto e de Cultura. De fora da nossa análise fica também o mês de Agosto, durante todo o período de análise, uma vez que consideramos que é um mês atípico em termos de produção noticiosa. Em termos de técnicas de recolha de dados, utilizamos as versões impressas – em formato digital – do *Público*, *Expresso*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*. O *Sol* e *Correio da Manhã*, por não terem, na altura em que iniciámos este trabalho, versões em formato digital, são consultados na sua versão impressa.

No nosso estudo, a análise das notícias de saúde divide-se em dois níveis, sendo que o primeiro nos permite caracterizar o tipo de texto que se publica na imprensa portuguesa quando se fala de saúde; e o segundo é mais voltado para a análise das fontes de informação neste campo. O primeiro nível de análise é constituído por 12 variáveis: *ano de análise, data, jornal, título, doença, tipo de artigo, motivo de noticiabilidade, tempo da notícia, tamanho, lugar da notícia, presença e número de fontes de informação*.

O segundo nível de análise é referente às fontes de informação, às quais dedicamos um olhar mais pormenorizado. Queremos saber quem é chamado a falar quando se noticia a saúde na imprensa generalista, de onde vem, e que cargo ocupa, entre outros. Olhamos as fontes de informação pelo ponto de vista do leitor, uma vez que nos importa avaliar se a citação de fontes é feita de forma precisa e perceptível ao público em geral. Importa ainda referir que o investigador não transporta para a análise dos dados os conhecimentos prévios acerca de determinado indivíduo, de forma a perceber as falhas existentes na identificação das fontes cometidas pelo jornalista. Vamos, para isso, construir uma tipologia de fontes de informação, que será aplicada ao estudo da saúde nas ciências da comunicação.

#### 4.3 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Pretendemos ainda realizar um conjunto de entrevistas semiestruturadas a dois grupos distintos: aos jornalistas que assinam os artigos noticiosos publicados na imprensa portuguesa e às fontes de informação mais ou menos mediatizadas.

O objetivo das entrevistas será tentar perceber as estratégias utilizadas pelas fontes organizadas quando comunicam informação de saúde aos jornalistas. O estudo das fontes ficará delimitado às fontes organizadas, nomeadamente oficiais e especializadas institucionais, por limitações de tempo e de recursos humanos e económicos.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado pretende estudar os processos produtivos das notícias na área da saúde, apoiando-se nas relações que se estabelecem entre as fontes de informação, os jornalistas, e o público. Esta é uma área interdisciplinar nas

Ciências da Comunicação, cruzando o Jornalismo e a Comunicação Estratégica, bem como a Saúde aplicada às Ciências da Comunicação. Pretendemos, assim, definir um campo de investigação que é ainda muito incipiente não só em Portugal, mas também na Europa. Temos como objetivos fundamentais traçar linhas orientadoras para os jornalistas especializados em Saúde e para os profissionais da Comunicação Estratégica, mais concretamente as fontes organizadas.

Propomo-nos estudar a forma como a saúde pode ser comunicada de maneira eficiente das fontes de informação para os jornalistas e destes para o público em geral. Sublinhamos a importância da saúde e a sua centralidade na sociedade em que nos inserimos, fatores que contribuem para a relevância científica e social da investigação aqui descrita. Temos ainda em mente que as notícias que derivam de temas de saúde podem ter impacto na vida dos cidadãos e no seu processo de tomada de decisões. Quanto ao enquadramento teórico do nosso projeto, é de esperar que seja bastante diverso tendo em conta o caráter interdisciplinar da investigação que pretendemos desenvolver.

Neste artigo abordamos uma pequena parte das opções teóricas que enformam este projeto, centrando-nos nas questões relativas à Comunicação e Jornalismo na Saúde e à constituição desta área enquanto campo de estudos. Deste modo, começamos por descrever o percurso histórico desta disciplina, com origem nos Estados Unidos da América, apresentando também algumas perspetivas teóricas que ajudam a perceber este campo de investigação. Olhamos ainda para a formação em saúde em Portugal e na Europa, traçando o panorama da formação e fazendo uma breve reflexão sobre a constituição dos *media* enquanto fontes de saúde para o público em geral. Dedicamos, por fim, um ponto às opções metodológicas que nos irão ajudar na prossecução dos objetivos a que nos propomos, nomeadamente a análise documental, a análise (quantitativa e qualitativa) das notícias de saúde, e a elaboração de entrevistas semiestruturadas.

## FINANCIAMENTO

Este artigo foi elaborado no contexto do projeto de Doutoramento intitulado “Os processos produtivos das notícias de saúde: o triângulo fonte-jornalista-público” (SFRH/BD/86634/2012), cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Fundo Social Europeu (FSE) – Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) Portugal.



## REFERÊNCIAS

- Besley, J. C., & Tanner, A. H. (2011) “What science communication scholars think about training scientists to communicate”, *Science Communication*, 33(2): 239-263.
- Brody, J. E. (1999) “Communicating cancer risk in print journalism”, *Journal of the National Cancer Institute Monographs*, 25: 170-172.



- Freimuth, V. S. (2012) "Reflecting on the accomplishments of health communication". *Journal of Health Communication: International Perspectives*, 17(7): 745-746.
- Hodgetts, D. (2012) "Civic journalism meets civic social science: foregrounding social determinants in health coverage", *Comunicação e Sociedade*, 23: 23-38. Ed. Húmus/Universidade do Minho
- Hodgetts, D., Chamberlain, K., Scammell, M., Karapu, R., & Waimarie Nikora, L. (2008) "Constructing health news: possibilities for a civic-oriented journalism". [Research Support, Non-U.S. Gov't], *Health*, 12(1): 43-66.
- Hodgetts, D., & Chamberlain, K. (2006) "Media and health: a continuing concern for health psychology", *J Health Psychol*, 11(2): 171-174.
- Kim, J.-N., Park, S.-C., Yoo, S.-W., & Shen, H. (2010) "Mapping Health Communication scholarship: breadth, depth, and agenda of published research in *Health Communication*", *Health Communication*, 25(6-7): 487-503.
- Koch-Weser, S., Bradshaw, Y. S., Gualtieri, L., & Gallagher, S. S. (2010) "The Internet as a health information source: findings from the 2007 health information national trends survey and implications for health communication", *Journal of Health Communication: International Perspectives*, 15(S3): 279-293.
- Kreps, G. L., Bonaguro, E. W., & Query, J. L. (1998) "The history and development of the field of health communication" in Jackson, L.D. & Duffy, B.K. (Eds.) (1998) *Health Communication Research: Guide to Developments and Directions*, Westport, CT: Greenwood Press, pp. 1-15.
- Lessard-Hébert, M, Goyette, G., & Boutin, G. (2008) *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Schäfer, M. S. (2012) "Taking stock: A meta-analysis of studies on the media's coverage of science", *Public Understanding of Science*, 21(6): 650-663.
- Schulz, P. J., & Hartung, U. (2010) "Health communication research in Europe: an emerging field", *Health Communication*, 25(6-7): 548-551.
- Schwitzer, G. (2008) "How do US journalists cover treatments, tests, products, and procedures? An evaluation of 500 Stories", *PLoS Medicine*, 5(5): e95.
- Schwitzer, G. (1992) "The magical medical media tour", *The Journal of The American Medical Association*, 267(14): 1969.
- Tanner, A. H., & Friedman, D. B. (2011) "Authorship and information sourcing for health news on local TV web sites: An exploratory analysis", *Science Communication*, 33(1): 3-27.
- Zoller, H. M., & Dutta, M.J. (2008) *Emerging perspectives in Health Communication. Meaning, Culture, and Power*, New York: Routledge.

## **Poder, género e imprensa – a abordagem qualitativa como metodologia**

### ***Power, gender and the press – a methodological approach through qualitative analysis***

SARA VIDAL MAIA<sup>1</sup>, MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup> & MOISÉS DE LEMOS MARTINS<sup>3</sup>

#### **Resumo**

A investigação aqui proposta procura dar a conhecer o projeto de dissertação de doutoramento em Estudos Culturais, intitulada “Representações sociais e dinâmicas de poder nas relações de género em Ílhavo, na década de 1950”, apresentando a estrutura e o roteiro de decisões teórico-práticas que foram sendo realizadas ao longo da investigação. Neste texto serão discutidas questões relativas à resolução metodológica adotada para levantamento e análise dos discursos de e sobre mulheres recolhidos na imprensa local.

**Palavras-chave:** Estudos Culturais; estudos de género; estudos dos media; metodologia qualitativa; análise de conteúdo

---

#### **Abstract**

The proposed research seeks to poster the doctoral dissertation project in Cultural Studies entitled “Social representations and power dynamics in gender relations in Ílhavo, in the 1950s”, presenting its structure and the itinerary of theoretical and practical decisions that have been admitted. Preponderance will be given to the adopted methodological solution for the collection and analysis of discursive data contained in the local press.

**Keywords:** Cultural Studies; gender studies; media studies; qualitative methodology; content analysis

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Estudos Culturais, UA/UM / saravmaia@ua.pt

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro / mbaptista@ua.pt

<sup>3</sup> CECS, Universidade do Minho / moiseslmartins@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A investigação em Estudos Culturais discute estratégias de modificação social, questões identitárias e relações de poder entre categorias socialmente determinadas como o género ou a etnia, bem como assuntos quotidianos e atuais, sobretudo os mediatizados. Deteta-se, ainda, nos Estudos Culturais, um esforço para analisar as mais variadas realidades sociais, de forma a produzir conhecimento que articule a análise da teorização com a das práticas e das produções humanas.

É com base nestes fundamentos que está em curso a dissertação de doutoramento em Estudos Culturais (Universidade de Aveiro/ Universidade do Minho) intitulada “Representações sociais e dinâmicas de poder nas relações de género em Ílhavo, na década de 1950”<sup>1</sup>, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no domínio das Ciências da Comunicação e Informação.

Esta investigação começa por procurar responder a uma questão central: *Era ou não Ílhavo (na década de 1950) representado socialmente, e em particular na imprensa local, como uma sociedade matriarcal?* O período escolhido representa o expoente da pesca do bacalhau, que obrigava a longos períodos de ausência masculina, que podiam ascender aos 12 meses. Esta ausência refletia-se na forte presença feminina em Ílhavo, por muitos considerada dominante em vários aspetos da vida social. Para que se possa responder a esta questão central, apresentam-se vários objetivos<sup>2</sup>, cujo cumprimento implica a divisão do estudo em duas partes fundamentais, sendo a primeira a da teorização de conceitos-chave para a investigação e a segunda a do estudo empírico propriamente dito.

Assim sendo, apresenta-se como objetivo fundamental desta investigação: procurar discutir conceitos, definições e teorias que relacionam os estudos de género e as representações de poder nos Estudos Culturais. Os objetivos específicos desta investigação estão bipartidos de forma a abrangerem a parte teórica do estudo e a parte empírica. Neste sentido, com a revisão da literatura, procura-se cumprir cinco objetivos:

1. Reconhecer a importância dos estudos de género nos Estudos Culturais e o respetivo impacto na compreensão de algumas das dinâmicas da sociedade moderna e pós-moderna;
2. Afirmar a importância dos estudos dos meios de comunicação social nos Estudos Culturais;
3. Identificar e examinar as relações existentes entre os diversos conceitos de identidade cultural e as diferenças de género;
4. Compreender como as representações sociais determinam o género;
5. Reconhecer as principais dinâmicas existentes entre as diferenças de género e as afirmações de poder.

<sup>1</sup> Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Manuel Baptista (Universidade de Aveiro) e coorientada pelo Professor Doutor Moisés de Lemos Martins (Universidade do Minho).

<sup>2</sup> Estes objetivos foram estabelecidos a priori, imediatamente no início do estudo.

Na parte do estudo empírico serão levantados e analisados dados de forma a cumprir outros quatro objetivos que aqui se destacam:

1. Identificar as representações e dinâmicas de poder nas relações de gênero em Ílhavo, na década de 1950, através dos jornais locais;
2. Compreender se as representações e dinâmicas de poder, no período a estudar, estão relacionadas com as diferenças e relações de gênero;
3. Identificar o papel das mulheres e analisar as representações sociais dos *media* (jornais locais) no que respeita à sua perceção de poder social em Ílhavo, na década a estudar;
4. Analisar e discutir os resultados da investigação empírica com vista à elaboração de conclusões e de propostas práticas, bem como abrir caminhos para futuras investigações.

Neste artigo procura-se, sobretudo, apresentar a estrutura da investigação em curso, anunciando o roteiro de decisões metodológicas (teóricas e práticas) que foram sendo admitidas. Será dada preponderância à resolução metodológica adotada para o levantamento e análise dos dados discursivos contidos no jornal *O Ilhavense* (periódico selecionado para este estudo).

## 2. QUADRO TEÓRICO E EPISTEMOLÓGICO DOS ESTUDOS CULTURAIS

A segunda metade do século XX ficou marcada pela entrada dos Estudos Culturais no meio académico, graças a uma reviravolta na ideologia cultural fruto do trabalho de teóricos como Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward P. Thompson, Stuart Hall, Roland Barthes, entre outros. Os Estudos Culturais aproximaram as ciências sociais e as humanas, desenvolvendo as primeiras análises verdadeiramente culturais do mundo contemporâneo, e criando uma nova área interdisciplinar de estudos organizados em torno da cultura como conceito geral (Hall, 1997).

Inicialmente reconhecidos pelo seu interesse na análise da cultura popular e de massas, os Estudos Culturais facilmente se estenderam a outras áreas de estudo como, por exemplo, as análises do poder, da identidade, do discurso, das representações sociais e da posição das minorias (diferenças de gênero, raça e idade). A particularidade dos Estudos Culturais reside na sua intenção em analisar todas estas áreas de estudo dentro das práticas culturais inerentes ao contexto social, o que lhe concede um carácter multidisciplinar. Para tal, os Estudos Culturais utilizam dois modelos centrais de pesquisa que podem ser interpretados através da leitura de Johnson (1999): um que se centra nos estudos dos textos e na prática transformativa e crítica; e outro que assenta no estudo das culturas experienciadas associadas aos domínios da representação. Segundo Agger (1992) é possível afirmar mesmo que os Estudos Culturais auxiliam na interpretação e na transformação da cultura experienciada, enquanto procuram aproximar das massas populares um discurso mais técnico, sem com isso perder a sua argumentação teórica e o seu carácter científico.

Todas estas características atribuem flexibilidade aos Estudos Culturais, possibilitando que sejam criadas as condições necessárias para analisar e discutir qualquer texto, fenómeno, instituição ou prática, pelo que, o estudo da cultura se associa, indubitavelmente, ao da sociedade, ao da economia e ao da política. Desta forma, a maleabilidade das fronteiras espaço-temporais dos Estudos Culturais incentiva os projetos que se distanciam das propostas meta-discursivas tradicionalmente académicas.

Esta multiplicidade de abordagens teórico-práticas inerentes aos Estudos Culturais não implica que qualquer coisa possa ser Estudos Culturais. De acordo com Sardar e Van Loon (1998) existem, pelo menos, quatro aspetos que distinguem os Estudos Culturais: 1) a competência em expor e analisar as relações que existem entre as práticas socioculturais e o poder; 2) a capacidade de observar as práticas culturais dentro dos contextos sociopolíticos; 3) a habilidade de analisar e harmonizar a relação identitária entre o Eu e o Outro; 4) a aptidão para avaliar a ética social e apontar linhas críticas de ação. Estes aspetos centralizam-se em determinados conceitos, tais como o de poder, o de política, o de representação, o de mediação, o de diferença e o de identidade, que serão fundamentais na discussão académica dos Estudos Culturais, ao possibilitarem a abertura a novos paradigmas. Os Estudos Culturais são, portanto, detentores de “(...) uma permeabilidade, uma multiculturalidade e uma multidisciplinariedade que lhes conferem uma capacidade de comunicar vários sistemas, de forma a abarcar e a analisar várias temáticas de modo interrelacionado” (Maia & Baptista, 2013:104).

Efetivamente, no âmbito dos Estudos Culturais, a natureza das práticas históricas, socioculturais e políticas dos sujeitos é determinada por relações de poder, que são cada vez mais simbólicas e discursivas. Neste sentido, o poder é entendido como um exercício e não como uma propriedade (Foucault, 2010), pois a principal função do poder não é castigar ou punir, mas interligar os indivíduos numa espiral que implica um contrapoder. Os Estudos Culturais possuem, assim, um interesse particular nas relações de poder que circulam no quotidiano dos indivíduos, principalmente na forma como o poder se infiltra e se posiciona, contaminando e delimitando as atividades dos indivíduos, e destes com o contexto social. Este poder intervém através de micro operações relacionais que se encontram ao nível da comunicação, da linguagem e dos discursos (Foucault, 2006).

A partir da segunda metade do século XX, os *media* começam a ser encarados como um espaço de circulação de discursos de representação da sociedade, e têm-se revelado fundamentais na estruturação identitária dos sujeitos e na pesquisa das relações de poder. De facto, nos meios de comunicação é frequente a circulação de discursos que refletem e auxiliam a formação de escolhas identitárias, mas evidenciam-se, frequentemente, os discursos que representam a dualidade da identidade de género e validam o domínio masculino sobre o feminino. Segundo Pierre Bourdieu (1999), estes discursos têm fundamento histórico e, principalmente, simbólico, pois a dominação masculina e a divisão de género fixam-se na sexualidade e numa construção social dos corpos, que são validadas por mecanismos e instituições sociais como a Escola, o Estado e a Igreja.

Os discursos de género que circulam nos *media* devem ser considerados de acordo com a prática social e o contexto que representam, pelo que, quando são analisados, devem ter em atenção: as representações e as recontextualizações dessa mesma prática social; e as (re)construções identitárias associadas a aspetos (individuais ou sociais) da identidade, a papéis identitários e a determinados perfis<sup>3</sup>.

De acordo com Ceulemans e Fauconnier (1979) a tradicional dualização do conceito de género pode ser analisada, nos *media*, através de dois sentidos: a forma como os *media* projetam a imagem da mulher, e a participação efetiva da mulher na produção das mensagens que os *media* difundem. É esta a abordagem que se pretende ter no caso específico desta investigação, utilizando para isso o jornal *O Ilhavense*.

### 3. METODOLOGIA NOS ESTUDOS CULTURAIS

A investigação científica assenta em propostas metodológicas que validam o seu procedimento, orientam a pesquisa e, cumprindo um sistema normativo, apuram e relacionam técnicas, de forma a atingir os objetivos propostos, enquanto decorre o processo de confirmação científica. No caso da investigação em Estudos Culturais, o conceito de “metodologia” pode ser substituído pelo de “prática de investigação” (Johnson *et al*, 2004), por este possuir alguns dos procedimentos normalmente omitidos pela metodologia, como, por exemplo, a escolha do tema e o processo criativo da construção do estudo. Nesta investigação, a metodologia compreenderá toda uma prática de investigação, na medida em que discutirá não só os procedimentos metodológicos, como também as opções do investigador (questões e objetivos), e a política e a ética na pesquisa, o que implica questões de poder, responsabilização e construção subjetiva.

Em suma, nesta investigação, pode-se entender a metodologia como o “discurso do método” (Johnson *et al*, 2004:3), “objetivo”, mas simultaneamente enriquecido de “subjetividade” científica, na medida em que, no âmbito dos Estudos Culturais, a pesquisa metodológica é alocada a (e formada por) posições sociais e momentos históricos particulares. Efetivamente, é importante ter a perceção que as formações culturais e sociopolíticas em estudo fazem parte de um contexto social, espacial e temporal, pelo que se revela necessário fazer perguntas não apenas sobre teorias, objetivos e métodos, mas também sobre limitações, posições e potencialidades políticas.

A particularidade dos Estudos Culturais em relação à pesquisa metodológica prende-se ainda com a aceitação, e por vezes até com a necessidade, de uma multiplicidade de métodos. Segundo Johnson *et al* (2004), as opções metodológicas variam de acordo com a exploração de diferentes aspetos culturais de um mesmo processo, ultrapassando-se a questão da limitação que cada método possui quando utilizado singularmente. Em suma, e de acordo com Manuela Sanches (1999: 194), os Estudos Culturais “(...) não se definem por um método exclusivo, um objeto de estudo próprio, mas pela diversidade das abordagens e dos temas”.

<sup>3</sup> O conceito de “perfil” é usado na medida em que se entende a identidade de género como uma performance e não como um atributo.



Paula Saukko, na sua obra *Pesquisar em Estudos Culturais* (2003) afirma que o âmago dos Estudos Culturais é a sua abordagem à pesquisa empírica, que procura interligar experiência vivida, textos (ou discursos) e contexto social. Esta abordagem permite que sejam selecionados os caminhos metodológicos que melhor se adaptam ao objeto de estudo. Desta posição nasce uma teoria metodológica multifacetada ou prismática que acaba por se afastar da teoria metodológica positivista (conhecida por aceitar apenas uma verdade). Assim, o que interliga a pluralidade de opções teórico-metodológicas dos Estudos Culturais (que, por vezes, chega a ser até contraditória) “(...) é a conceção da investigação como atividade crítica (...)” (Miranda, 2006: 234). É por todas estas características que os Estudos Culturais se apresentam como o modelo que melhor compreende como as análises, os valores, a metodologia e a política estão interligados, pelo que “(...) estão melhor colocados para agir em relação ao campo da cultura” (Couldry, 2000: 143).

A partir da segunda metade do século XX, começam a ganhar relevância os estudos relativos à produção e à receção dos meios de comunicação: os *media* passam a ser entendidos não apenas como meros veículos de informação, mas também como espaço de circulação de significados culturais representativos de determinados contextos sociais. A análise dos textos (ou discursos) dos *media* é, de facto, uma área de estudos que merece toda a atenção por parte dos Estudos Culturais, na medida em que implica, não apenas a análise dos procedimentos de produção e de receção de textos, mas também a crítica de processos socioculturais. Começam então a multiplicar-se: os estudos de interpretação textual, que tentam “(...) compreender o significado de um texto no que se refere aos contextos socio-cultural e histórico” (White, 1998: 60), tanto do lado do produtor dos textos, como do recetor; os estudos sobre a capacidade da audiência entender o significado do texto de acordo com o seu contexto; e os estudos relativos às problemáticas das relações de poder e de contrapoder.

#### **4. OPÇÕES METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAÇÃO EM CURSO**

##### *4.1. ESTUDO EMPÍRICO*

De forma a comprimir os passos essenciais na construção de um processo científico, procura-se, nesta investigação, uma proximidade com as normas de uma metodologia mista, pois só esta permite, a partir das premissas formuladas (com base na articulação entre teoria e estudo empírico) concluir a solução do problema. Este método caracteriza-se por tentar estabelecer um equilíbrio entre o método indutivo e o hipotético-dedutivo, por incentivar a racionalização de conceitos teóricos fundamentais, e por procurar, com o auxílio do estudo empírico, encontrar respostas para os objetivos da investigação.

Examinando o objeto em estudo e as leituras feitas no processo de contextualização teórica, é possível criar um modelo estratégico para fundamentar e justificar

o estudo empírico, baseado sobretudo na ideologia foucaultiana e na leitura de Nixon (1997). Segundo Nixon (1997), existem cinco pontos basilares para uma estratégia de análise num estudo empírico que se apoiam na conceção foucaultiana de discurso: formações discursivas, especificidade discursiva, operação do poder por meio de regimes discursivos, dimensão institucional dos discursos e produção discursiva da subjetividade.

Em relação às formações discursivas, a argumentação foucaultiana convida a perceber as regularidades que interligam diversas manifestações (afastando a centralidade em uma ou duas imagens) dos objeto em estudo; já em relação à especificidade discursiva, destaca-se a “(...) necessidade de estar atento aos códigos discursivos e convenções específicas através dos quais (...)” o objeto de estudo é significado dentro do material recolhido (Nixon, 1997:303). De seguida, é importante perceber as operações do poder dentro dos regimes discursivos, de forma a analisar as microrelações de poder existentes no contexto social em questão, ao mesmo tempo que se considera que os discursos em análise possuem uma dimensão institucional (discursos capazes de representar e de rotular determinadas práticas). Finalmente, é necessário ter em consideração a produção discursiva da subjetividade, tanto na observação e análise, como na produção do objeto do estudo empírico.

Assim, no caso específico desta investigação, encontra-se presente, numa primeira parte, uma exaustiva revisão de literatura que permite teorizar conceitos fundamentais para o estudo, enquanto numa segunda parte se realiza o estudo empírico, que conta com a recolha, apresentação, análise e discussão de dados. De forma a perceber como uma atividade específica<sup>4</sup> altera uma determinada sociedade, num período de tempo particular, procura-se investigar as representações sociais e dinâmicas de poder nas relações de género em Ílhavo, na década de 1950, e procede-se à recolha de informação através da pesquisa da imprensa local. Os dados são recolhidos de acordo com critérios previamente estabelecidos (identificados igualmente através da revisão bibliográfica) e que respeitam as necessidades do estudo.

Posteriormente, os dados são meticulosamente distribuídos em grelhas e analisados através da técnica da análise de conteúdo, para que possam ser discutidos os resultados obtidos de forma a estudar aprofundadamente as temáticas em análise. Neste sentido, pretende-se perceber se a sociedade ilhavense da década de 1950 é representada ou não como matriarcal, sendo para isso avaliadas as representações sociais de género presentes nos jornais locais, bem como as dinâmicas de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

#### 4.2. METODOLOGIA QUALITATIVA

Nos estudos dos meios de comunicação têm sido utilizadas várias metodologias que procuram diferentes técnicas para medir os fenómenos sociais. Contudo, os investigadores sociais e humanistas reconhecem, atualmente, o valor interpretativo

<sup>4</sup> Nomeadamente a pesca do bacalhau e outras atividades marítimas que conduzem à ausência dos elementos do sexo masculino, de Ílhavo, por longas temporadas.

dos métodos, pelo que dão preferência às metodologias qualitativas que “(...) são projetadas para explorar e avaliar coisas que não podem ser facilmente resumidas numericamente” (Priest, 1996:5). Destaca-se todavia a opinião de Isabel Guerra (2010) que defende que, apesar de existir uma clara rutura epistemológica, teórica e metodológica entre as metodologias indutiva e lógico-dedutiva, estas duas vertentes não devem ser consideradas, hoje, como opostas, na medida em que se influenciam e podem ser utilizadas em conjunto. No âmbito dos Estudos Culturais e, especialmente, dos estudos dos *media*, torna-se cada vez mais difícil não incluir modelos quantitativos nas análises qualitativas.

Quando se trabalha com uma metodologia que privilegia a análise das experiências e o significado da atividade social, é possível a utilização de formas de recolha, tratamento e análise de material muito diversas. Porém, tal como qualquer outra ciência que se socorre da lógica, do rigor e da coerência, a metodologia qualitativa atinge estas três características através da validade (interna e externa) e da fiabilidade das suas abordagens.

Quando se refere a validade interna, procura-se a exatidão dos resultados que são obtidos através da discussão teórica e da inclusão do sentido crítico do investigador. A validade externa da investigação qualitativa é atingida quando se discute se é possível ou não “generalizar” resultados, ou seja, se existe, por exemplo, algum tipo de representatividade sócio-simbólica ou se esta se encontra limitada de alguma forma. No que diz respeito à fiabilidade, os investigadores qualitativos admitem apenas uma noção restrita do conceito, ou seja, substitui-se a referência pela estabilidade dos resultados por uma referência à aplicabilidade extensiva (espácio-temporal) das ferramentas concetuais utilizadas numa dada investigação.

Ainda de acordo com Isabel Guerra (2010), existem três etapas fundamentais na realização de uma investigação qualitativa indutiva que podem ser discutidas e utilizadas neste estudo: 1) construção inicial do objeto; 2) segunda construção do objeto e papel da teoria; e 3) hipóteses.

A definição do objeto é uma problemática que não fica selada à partida e se prolonga no tempo: “(...) constrói-se progressivamente em contacto com o terreno a partir da interação com a recolha dos dados e a análise, não estando previsto um quadro teórico e um quadro de hipóteses estabelecidos *a priori*” (Guerra, 2010: 37). É nesta fase inicial que é elaborado um projeto que vai conter o primeiro modelo de abordagem empírica ao objeto de estudo, mas igualmente as primeiras leituras necessárias à sua interpretação teórica e epistemológica. De seguida, numa segunda fase, o objeto passa a ser construído já com o auxílio da contextualização teórica, surgindo a primeira formalização do problema, da questão e dos objetivos da investigação.

Em relação às hipóteses, Guerra (2010: 39) deixa bem claro que “para alguns autores, elas são dispensáveis e até contraditórias com a lógica da análise compreensiva; mas, para outros, isso só acontece na fase exploratória da pesquisa”. De facto, é perfeitamente aceitável que as hipóteses de investigação sejam substituídas por premissas ou objetivos (tal como acontece particularmente nesta investigação) de acordo com as especificidades do objeto de estudo e as opções do investigador.

Outro dos aspetos fundamentais a discutir na construção de um modelo qualitativo é o conceito de “amostragem”, visto que não se procura uma representatividade estatística. Assim, Guerra (2010) salienta que no lugar da “amostragem” devem ser considerados dois conceitos que vão garantir a “representatividade” e a “generalização” da análise: os conceitos de “diversidade” e de “saturação”.

Segundo a autora supracitada, a “diversidade” (que pode ser externa ou interna) implica a garantia de que a utilização do material para análise se faz tendo em consideração a heterogeneidade dos fenómenos que estão a ser estudados. A diversidade externa atinge-se com a multiplicidade de indivíduos ou situações no contexto social ou, no caso deste estudo, com a escolha de jornais variados para que a “amostra” seja constituída a partir de uma diversificação de elementos. A diversidade interna tem um intuito teórico diferente e aplica-se quando o investigador procura “(...) explorar a diversidade de um conjunto homogéneo de sujeitos ou situações” (Guerra, 2010:41), pelo que é necessário ter uma variedade interna de um determinado grupo ou situação.

A função da “saturação” é a de indicar ao investigador quando deve parar a coleta de dados, ao mesmo tempo que permite generalizar os resultados da pesquisa ao universo analisado. Deste modo, os conceitos de “diversidade” e de “saturação” auxiliam na definição da “amostra” que fará parte do estudo, “amostra” esta que, nesta investigação foi denominada especificamente de “amostra teórica”<sup>5</sup>.

Contudo, é fundamental referir que a quantidade e a variabilidade de material que se deve recolher e analisar numa investigação qualitativa estão dependentes de inúmeros fatores, dos quais se destacam, nesta investigação: o tipo de objeto de estudo, os objetivos da investigação, as limitações do estudo, os recursos disponíveis e as próprias opções do investigador. Os dados que se recolhem num estudo qualitativo não são somados, mas interpretados.

É por todas as razões citadas que a metodologia qualitativa, que se envolve com os significados e as interpretações do mundo social, se revela importantíssima para os Estudos Culturais e, particularmente, para os estudos dos *media*. As abordagens qualitativas permitem investigar como as audiências entendem os discursos dos *media* ou, no caso particular deste estudo, como os *media* representam os sujeitos e o contexto sociocultural em que se inserem.

#### 4.3. A TÉCNICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Este estudo visa recolher e analisar discursos de género contidos num jornal local de forma a compreender como estes são constitutivos e representativos da realidade social. Portanto, esta investigação procura identificar que tipo de ações estão relacionadas com as relações discursivas presentes neste jornal, quais os objetivos que estão na base destes textos, que tipo de relações de poder circulam entre

<sup>5</sup> O conceito de “amostra teórica” contrasta com o de “amostra aleatória” regularmente adotada pelos estudos quantitativos.

os géneros e quais as formas de resistência que se verificam. Para colocar em prática estas premissas, toma-se como opção o uso da técnica qualitativa da análise de conteúdo, que se releva como a forma mais indicada para estudos de textos mediáticos, de forma sistemática, objetiva e interpretativa.

Segundo Laurence Bardin, na sua obra *Análise de Conteúdo* (1991), apesar da análise de conteúdo ter surgido no seio da hermenêutica, da retórica e da lógica, o seu grande salto metodológico deve muito ao estudo das comunicações e à semiótica. A análise de conteúdo revela-se um instrumento bastante eficaz para a análise das comunicações ou dos discursos, pois permite alcançar, através de várias formas e métodos, os sentidos latentes das mensagens, em diversos domínios (escrito, oral e icónico). É esta posição que leva Bardin (1991:9) a afirmar que, atualmente, a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a «discursos» (...) extremamente diversificados.” De forma sintética, a análise de conteúdo não deve significar “contar” ou “medir”, mas sim interpretar e compreender práticas e experiências, através da construção de significados.

Para Bardin (1991) é possível designar-se, de um modo geral, o conceito de análise de conteúdo como um misto de técnicas de análise das comunicações, que atribui liberdade de escolha científica ao investigador. O tratamento dos dados e, naturalmente, do conteúdo da informação, varia de acordo com a pesquisa, o material recolhido, os objetivos do estudo e as necessidades ou limitações do investigador. Contudo, existem algumas linhas generalistas que podem ser utilizadas no decurso de uma análise deste tipo.

A interpretação do que representa a análise de conteúdo e a sua estruturação metodológica encontra-se bem esquematizada nos trabalhos de Bardin (1991) e de Guerra (2010), pelo que estes servem de inspiração para esta investigação. Segundo as autoras, existem várias fases e diferentes tipos de análise de conteúdo que auxiliam na aplicação desta técnica e que são igualmente consideradas neste estudo, na medida em que a aplicação da análise de conteúdo respeita quatro etapas essenciais: 1) análise prévia; 2) exploração dos dados; 3) tratamento e interpretação dos dados; e 4) discussão e divulgação dos dados.

Na fase da análise prévia dá-se o primeiro contacto com o material, fotografando-se todos os exemplares impressos que se pretende incluir no estudo. Esta primeira abordagem permite selecionar os textos a serem submetidos à análise, bem como a projetar o desenho das unidades, dos indicadores e das categorias. É nesta fase que fica delineado o recorte da amostra teórica com base em quatro normas que são sugeridas por Bardin (1991): exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Na segunda fase, o material recolhido é explorado, de forma a delimitar estratégias e a reajustar objetivos, circunscrevendo a estrutura da análise. Esta fase permite excluir, nesta investigação, alguns dos procedimentos, e incluir outros. As primeira e segunda fases condensam e organizam a informação e servem de suporte para a terceira fase.

Na terceira fase da análise de conteúdo realizada neste estudo, os dados são tratados e validados. É neste momento que a investigadora começa a interrogar-se sobre os fenómenos sociais, inferindo e interpretando o sentido social latente do material. Neste momento do processo é preciso ter sempre em consideração que o material empírico e a teoria interrelacionam-se e comunicam constantemente. Ultrapassada esta fase, os dados são discutidos e são retiradas as primeiras conclusões do estudo. Esta é a quarta e última fase da análise de conteúdo, aquela que encerra o verdadeiro objetivo da investigação e sugere rumos futuros.

#### 4.4. CONTEXTO ESPÁCIO-TEMPORAL: ÍLHAVO E O ILHAVENSE

A seleção de Ílhavo para este estudo prende-se com o facto de esta vila possuir uma composição social peculiar, marcada pela discussão de género, que reconhece o papel fundamental da mulher no decurso da vida quotidiana. Esta situação é fruto de uma herança histórica, fortemente marcada pela ausência de grande parte da população masculina, que embarcava, por longos períodos de tempo, nas campanhas da pesca do bacalhau. Segundo Elsa Peralta (2008:166), Ílhavo é recorrentemente identificada como “terra do matriarcado”, pelos ilhavenses e pelas localidades próximas, o que assinala “(...) a predominância do papel da mulher na comunidade”.

Esta conjectura afetava as vivências sociais de Ílhavo, pelo que, de acordo com Nuno Costa (2008:78), “cabia às mulheres a responsabilidade pela estabilidade familiar, pela educação dos filhos e pelo controlo do orçamento familiar”. A marcada divisão sexual do trabalho, o papel fulcral da mulher na gestão económica da família e a sua função na reprodução de valores sociais conduziu, segundo com Peralta (2008), a um discurso comunitário de diferenciação de género que romantizou as qualidades físicas e morais das mulheres ilhavenses.

Toda esta discussão questiona a posição que as mulheres ilhavenses tomavam tanto no contexto privado, como no público, sobretudo na década de 1950 (período mais representativo desta realidade e que potencializa a condição social da mulher). Uma forma de encontrar resposta para as questões acima colocadas é proceder à análise dos discursos sociais que proliferavam na época, particularmente no que diz respeito às representações do género feminino. Deste modo, revela-se indispensável o estudo das representações presentes nos meios de comunicação mais relevantes, influentes e abrangentes da época: os jornais – testemunhos de uma vivência, vozes da “realidade” e construtores de discursos.

A escolha do jornal *O Ilhavense* como fonte de informação prende-se com duas questões fundamentais: em primeiro lugar os jornais são detentores e distribuidores de discursos que circulam na sociedade; em segundo lugar este jornal específico é particularmente representativo da sociedade em estudo, de tal forma que Elsa Peralta (2010:451) considerou *O Ilhavense* “(...) a voz pública mais ativa ao serviço da construção da tradição local (...)”.



#### 4.5. CONSTRUÇÃO DO CORPO DA ANÁLISE: DEFINIÇÃO DA “AMOSTRA TEÓRICA” E APRESENTAÇÃO GERAL DOS DADOS

Para este estudo, serão analisados os números do jornal *O Ilhavense* correspondentes à década de 1950<sup>6</sup>, sem recurso a programas informáticos de análise de dados. Os números dos jornais foram selecionados alternadamente – 1950, 1951, 1954, 1955, 1958 e 1959 – de forma a garantirem a representatividade, a diversidade e a saturação da informação. Este levantamento reúne todos os textos, num total de 10104 peças escritas. As peças recolhidas são representativas de quatro grandes temas/questões do estudo: “textos escritos por mulheres”, “textos escritos para mulheres”, “textos sobre mulheres” e “textos que fazem referência a mulheres”. Há ainda um quinto assunto, o qual se apelida de “outros”, e para o qual são remetidas todas as referências que não se incluam nas quatro dimensões anteriormente referidas<sup>7</sup>.

Neste processo de análise da imprensa local são consideradas diferentes categorias e níveis de categoria, adaptados ao estudo, e que ajudam a descrever, distribuir, esquematizar e interpretar o material e, conseqüentemente, os sentidos dos discursos. São estas categorias que auxiliam na construção mental daquilo a que Guerra (2010:85) apelidou de “ideais-tipo” e que são “(...) organizações simplificadas resultantes da observação sistemática do real”, ou construções interpretativas da realidade. Estas categorias, criadas com base nos textos em análise, são também (re)validadas na teoria pela revisão de literatura. Assim, todos os textos do jornal *O Ilhavense* (em seis anos da década de 1950) serão analisados segundo as categorias: “página”, “dimensão”, “relevância”, “tipo de texto”, “autoria”, “recurso a referências”, “tipo de tema”, “sentido do discurso”, “hierarquia”, “tipo de linguagem” e “mulher de Ílhavo”.

Nas categorias “página”, “dimensão” e “relevância”, serão anotados aspetos relativos à estrutura do texto em análise, ou seja, em que página se encontra, qual a dimensão que possui (ex.: ½ página; uma página inteira, etc.) e qual o espaço que ocupa na página (ex.: se o texto se encontra ao centro da página ou no topo, etc.). De seguida, o texto será identificado de acordo com o seu “tipo” e que pode ser: “entrevista”, “reportagem”, “notícia”, “nota breve”, “estatística”, “conto”, “poema”, “crónica poética”, “anúncio”, “informação pública/aviso”, “denúncia”, “agradecimento”, “entretenimento/quebra-cabeças”, “carta”, “oráculo” ou “outro”.

Com a categoria “autoria” pretende-se identificar o autor do texto, mediante assinatura. Sempre que o texto é assinado identifica-se o gênero e o nome do autor/da autora; quando o texto não está assinado assume-se a responsabilidade do jornal, pelo que serão considerados textos escritos por homens<sup>8</sup>. Uma sexta categoria – “recurso a referências” – pretende registar quando é identificada a referência a mulheres, descrevendo essa mesma referência. Este é o momento que prevê uma

<sup>6</sup> Apesar do crescimento da atividade e da frota bacalhoeira ser constante entre 1934 e meados da década de 1960, o auge da “Campanha do Bacalhau” dá-se por volta da década de 1950 (Garrido, 2001).

<sup>7</sup> O assunto “outros” tem uma função meramente numérica, na medida em que não serão analisados os dados a ele referentes por não se inscreverem no âmbito deste estudo. Por defeito, este assunto incluirá todos os textos que não possuam qualquer presença feminina.

<sup>8</sup> Tomou-se esta opção visto que o jornal é dirigido e editado por um homem: José Pereira Teles.

descrição mais pormenorizada do texto, completada por excertos, que depois facilitam o processo de análise.

O “tipo de tema” refere-se, como o próprio nome indica, ao tema que envolve o texto em análise e que, por exemplo, pode ser “literatura”, “casamento/família”, “morte/luto”, “religião”, entre outros<sup>9</sup>. Ressalva-se que, em alguns momentos, se poderá detectar, no mesmo texto, mais do que um tema, pelo que se irá considerar apenas um – aquele tema mais preponderante para a interpretação do respetivo texto.

A análise prevê também a identificação do “sentido do discurso” presente nos textos selecionados e que pode ser “crítico”, “laudatório”, “neutro” e “misto” (quando se tratar de um texto representativo, simultaneamente, dos dois primeiros sentidos indicados). Aqui importa salientar que se trata de uma visão global do sentido do discurso presente no texto, e não apenas das partes em que se refere especificamente a mulheres.

No caso da “hierarquia”, pretende-se identificar, através da leitura dos textos, qualquer tipo direto de hierarquia social (se há ou não uma clara estratificação de classe social nos textos) ou de género (se há ou não uma clara estratificação, tanto do género masculino como do feminino, nos textos). O “tipo de linguagem” é outra das dimensões a ser considerada, na medida em que a linguagem identificada nos textos pode ser “conotativa” ou “denotativa”. Finalmente, com a dimensão “mulher de Ílhavo”, procura-se questionar qual a origem das autoras dos textos.

Haverá ainda a preocupação em levantar e identificar todas as imagens presentes nos números destes jornais. Em cada imagem será identificada a página em que esta se insere, a dimensão da mesma, a relevância (local da página em que a imagem se insere), o tema que representa, a legenda e uma breve descrição da imagem (com a preocupação de identificar se se encontram representações icónicas de mulheres).

## 5. CONCLUSÃO

Depois de decorrido este processo, restará analisar e discutir profundamente os dados, responder à questão de investigação e debater os objetivos propostos inicialmente. É nesta fase que serão realizadas as descobertas qualitativas científicas, mas é igualmente durante este processo que serão feitos os ajustes necessários, na medida em que só embrenhando na análise é possível perceber de facto o *corpus* com que se trabalha.

É importante perceber que a maior vantagem da análise de conteúdo reside na sua capacidade de adaptabilidade ao objeto de estudo, o que incute um elevado grau de liberdade nas escolhas do investigador. Durante a execução de um estudo qualitativo, o papel e as opções do investigador são cruciais, pois é ele quem delimita

<sup>9</sup> Neste estudo foram identificados 26 “tipos de tema”: “trabalho/profissional”, “vida doméstica”, “lazer/tempos livres”, “sexualidade”, “religião”, “casamento/família”, “estudos/educação”, “morte/luto”, “infância”, “assistência aos outros”, “política/economia”, “violência/vitimização”, “saúde/beleza”, “desporto”, “justiça/tribunais”, “vida militar”, “artes e espetáculos”, “associativismo”, “literatura”, “negócios/comércio”, “aniversários/acontecimentos de relevo”, “terceira idade”, “vida marítima”, “emigração”, “história local” e “outro”.

o objeto, as categorias, as codificações e as interpretações, daí o carácter “subjetivo” que se atribui à técnica da análise de conteúdo. Contudo, nesta investigação, tal como se revela necessário em qualquer pesquisa qualitativa, procura-se obedecer a algumas regras que aumentem a validade e a fidelidade do estudo: procura-se executar uma pesquisa exaustiva, pertinente e homogénea, que atinja um grau relevante de consistência argumentativa interna.

Cumprido todo o processo de análise, se este estudo garantir a diversidade (externa e interna) e saturar a informação, os riscos implícitos nos processos de generalização são semelhantes aos de qualquer outra investigação. Todavia, é necessário ter em consideração que “(...) qualquer pesquisa é sempre parcelar e provisória, (...) porque as dinâmicas sociais mudam no espaço e no tempo (...)” (Guerra, 2010: 86).

Para finalizar, esta investigação deve discutir detalhadamente, teórica e empiricamente, todos os resultados, apresentando conclusões e dando orientações para novos caminhos de análise. Esta é a última fase do processo de análise de conteúdo, que se resume ao fecho do relatório científico, e que tem como objetivo máximo a divulgação pública dos resultados de investigação, contribuindo assim para o aumento da capacidade de compreensão dos fenómenos estudados.

## FINANCIAMENTO

Este artigo é representativo de uma parte da investigação de doutoramento em Estudos Culturais, que decorre sob a temática *Representações sociais e dinâmicas de poder nas relações de género em Ílhavo, nas décadas de 1950*, e que é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no domínio das Ciências da Comunicação e Informação (SFRH/BD/81068/2011).



## REFERÊNCIAS

- Agger, B. (1992) *Cultural Studies as Critical Theory*, London: Falmer Press.
- Bardin, L. (1991) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (1999) *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- Cerqueira, C. (2012) *Quando Elas (não) São Notícia: Mudanças, Persistências e Reconfigurações na Cobertura Jornalística sobre o Dia Internacional da Mulher em Portugal (1975-2007)*, Ciências da Comunicação, especialidade de Sociologia da Comunicação. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Doutoramento: 570.
- Ceulemans, M. & Fauconnier, G. (1979) *Image, Rôle et Condition Sociale de la Femme dans les Médias: Recueil et Analyse des Documents de Recherche*, Paris: Office des Publications de l'Unesco, nº 84. [disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001343/134357fo.pdf>, acedido em 28/02/2011].

- Costa, N. (2008) *Mulheres de Bacalhoeiros: Sazonalidade e Género (1950-1974)*, Museologia: Conteúdos Expositivos. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Departamento de História. Mestrado: 117.
- Couldry, N. (2000) *Inside Culture: Re-imagining the Method of Cultural Studies*, London: Sage.
- Foucault, M. (2006) *Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Motta, 2ª ed, Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.
- Foucault, M. (2010) *Microfísica do Poder*, Com organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, São Paulo: Graal.
- Garrido, Á. (coord.) (2001) *A Pesca do Bacalhau: História e Memória*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Guerra, I. (2010) *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso*, Cascais: Príncipe Editora.
- Hall, S. (1997) 'A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo' in Thompson, K. (org.) (1997) *Media and Cultural Regulation*, London, Thousand Oaks, New Delhi: The Open University; SAGE Publications.
- Johnson, R. (1999) 'O que é, afinal, Estudos Culturais' in Johnson, et al (1999) *O Que É, Afinal, Estudos Culturais?*, Belo Horizonte: Autêntica, 7-131.
- Johnson, R. et al (2004) *The Practice of Cultural Studies*, London: Sage.
- Maia, S. & Baptista, M. (2013) 'As fronteiras da identidade de género no mundo pós-moderno', in *Revista Cadernos do CEOM*, nº37, UNOCHAPECÓ, Chapecó – SP, Brasil.
- Miranda, R. (2006) 'Estudios clásicos y estudios culturales: investigación, problemas y perspectivas', in *Circe*, 10: 229-245.
- Nixon, S. (1997) "Exhibiting masculinity", in Hall, S. (ed) (1997), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Col: Culture, Media and Identities, London: Sage, 291-336.
- Peralta, E. (2008) *A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade*, Lisboa: Universidade Técnica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Peralta, E. (2010) '«Somos todos marítimos»: uma etnografia das (in)visibilidades do poder na representação social do passado local em Ílhavo', in *Etnográfica*, 14 (3): 443-464.
- Priest, S. (1996) *Doing Media Research: An Introduction*, Thousand Oaks: Sage Publications.
- Sanches, M. (1999) 'Nas margens: os estudos culturais e o assalto às fronteiras académicas e disciplinares', in *Etnográfica*, vol. III (1): 193-210.
- Sardar, Z. & Van Loon, B. (1998) *Introducing Cultural Studies*, New York: Totem Books.
- Saukko, P. (2003) *Doing Research in Cultural Studies: An Introduction to Classical and New Methodological Approaches*, London: Sage.
- Veyne, P. (2009) *Foucault: O Pensamento, a Pessoa*. Coleção Pilares, Lisboa: Edições Texto&Grafia.
- White, R. (1998) 'Receção: a abordagem dos Estudos Culturais' in *Comunicação & Educação*, S. Paulo, (12): 57-76.

## **(In)visibilidade mediática, (in)existência social e o contributo da teoria das Representações Sociais**

### ***Media (in)visibility, social (in)existence and social Representations***

SIMÃO FONSECA<sup>1</sup> & MARIA MANUEL BAPTISTA<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Neste artigo propomos um quadro teórico que articula a Sociologia das Ausências (Santos, 2006) e a Teoria das Representações Sociais (Moscovici [1994] 2012). Trata-se de um paradigma epistemológico que, integrado num projeto de investigação mais abrangente (Programa Doutoral em Estudos Culturais), está comprometido em estudar a elaboração e a partilha das representações das minorias religiosas veiculadas nos media. Nele discutimos: (1) A (In)visibilidade mediática; (2) A produção de não-existência na construção da realidade e, (3) As Representações Sociais como produção de conhecimento prático. Argumentamos que estas representações, sob a lógica do funcionamento das monoculturas (formas sociais de inferiorização) podem produzir ocultamento social e contribuir para a construção da (in)visibilidade mediática. Pelo que sugere, o modelo apresentado poderá contribuir para: 1) Analisar a forma como as minorias religiosas são pensadas coletivamente; 2) Aprofundar o debate sobre o reconhecimento e a legitimação social no espaço mediático e 3) Contribuir para a democratização da mediação nos processos de comunicação.

**Palavras-chave:** Invisibilidade mediática; não-existência; representações sociais; minorias religiosas e media

---

#### **Abstract**

This article seeks to discuss a theoretical frame that articulates both the Sociological Absences (Santos, 2006) and the Theoretical of Social Representations (Moscovici (1994) 2012). In fact it shows a epistemological paradigm that is integrated in an investigation project of a wider representation (Doctoral program in Cultural Studies), its main concern focus the elaboration and sharing the representations of religious minorities represented by the media. In this article it is showed: (1) The media invisibility; (2) The production of non-existent in reality construction, and (3) Social Representations as a production of practical knowledge. Its main interest is to defend that this representations are under the logic of mono cultural functioning (which is a social mechanism of inferiority) in fact they can produce social withdrawal that leads inevitably to a total absence of media representation. Therefore the following model can contribute to: 1) The analyse of how religious minorities are analysed collectively; 2) It aims to create a wider debate about the recognition of this minorities, its recognition and its legitimate space on the media sphere; 3) It aims to contribute to the democratization regarding the mediation in the communication process.

**Keywords:** Media invisibility; non-existent; social representations; religious minorities and media

---

<sup>1</sup> Universidade de Aveiro / simao.fonseca@ua.pt

<sup>2</sup> Universidade de Aveiro / mbaptista@ua.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos séculos, e a par do *desencantamento do mundo* anunciado pela racionalidade moderna, judeus, muçulmanos, protestantes, entre outros, ocuparam histórica e socialmente lugares marginais, conviveram com estigmas e foram excluídos do mercado valores simbólicos que «quotiza» (estrutura) a sociedade em primário e secundário, em centro e periferia. Concomitantemente, assistimos à consolidação dos *media* como instrumento privilegiado na construção das identidades e na estruturação das sociedades contemporâneas, como um lugar único de visibilidade e consequente legitimação social (Wolton, 1999). Perante o desenvolvimento da *hegemonia cultural* (Gramsci, 2002a)<sup>1</sup> patente nos meios de comunicação, que resulta quer da ação dos *media* na difusão de culturas (Vattimo, 1992)<sup>2</sup>, quer da representação que fazem das ideologias dominantes (Hall, *et al.*, 1999: 228-231)<sup>3</sup>, interpelamo-nos sobre o modo como, “na era da visibilidade mediada” (Thompson, [1995] 2013:15), religião e *media* se intersejam na rede que configura a sociedade. Em particular, pretendemos perceber qual seja a atual representação das minorias religiosas enquanto conhecimento socialmente elaborado e partilhado nos *media*. Partindo das premissas que os meios de comunicação constroem a realidade (Guareschi, 2000); que “fabricam coletivamente uma representação social, que, mesmo estando distante da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores” (Champagne, 1993:61)<sup>4</sup> e que a respetiva comunicação, realizando-se sob formas sociais que geram inferiorização, podem forjar a não-existência social (Santos, 2006), colocámos como assunto da nossa pesquisa a resposta à seguinte indagação: que representações das minorias religiosas são elaboradas e partilhadas nos *media* e de que modo, os seus conhecimentos e experiências tornam-se socialmente (in)visíveis?

Para responder a esta questão, tentaremos refletir sobre as condições que ligam o discurso mediático, o ocultamento social e o senso comum. Uma abordagem que se situa na confluência entre a conceção de uma Sociologia do Conhecimento cujo papel central não são as formulações teóricas mas o conhecimento da vida cotidiana, do senso comum (Berger & Lukmann [1996] 2011:29) e a Psicologia Social conforme a concebe Moscovici, ou seja, uma perspetiva sociológica e não psicológica, “que vê os fenómenos psicológicos do ponto de vista da vida social e cultural” ([1994] 2012:7). Nesta convergência interdisciplinar pretendemos estudar o *imaginário mediático*<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Em Gramsci esta hegemonia traduz a conquista do consenso e da liderança cultural de um grupo(s) sobre outro.

<sup>2</sup> Vattimo responsabiliza os *media* pela disseminação das múltiplas visões do mundo ao darem voz às minorias e respetivas peculiaridades culturais, a seu ver, esta visão do mundo é uma fantasmagoria produzida por aquilo que apelida como «sociedade transparente» (1992: 7-17).

<sup>3</sup> Conscientes da abundante literatura das tradições de investigação que tratam a dialética entre a influência dos *media* e o papel ativo do recetor, embora não tratemos aqui a questão do poder efetivo dos *media* sublinhamos a relevância dos estudos sobre a função social, simbólica e ideológica dos *media* propostos por Horkheimer & Adorno ([1947] 1997), Althusser (1998) consolidados por Stuart Hall (1980) e seguidos por Martin-Barbero ([1987] 1997) e Guareschi (2000).

<sup>4</sup> Sobre esta produção mediática Champagne recorda-nos que “ela não faz mais do que reforçar as interpretações espontâneas e os pré-juízos e tende por isso a redobrá-los” (1993: 62).

<sup>5</sup> Entenda-se a palavra, imaginário, como um conjunto de sentidos produzidos pelos discursos mediáticos.



como produtor, mediador e difusor de Representações Sociais (RS)<sup>6</sup> mediante uma articulação do paradigma epistemológico denominado por Sociologia das Ausências (Santos, 2007) com a Teoria das Representações Sociais (TRS)<sup>7</sup>.

Herdeira do politeísmo teórico e metodológico e das tradições de investigação na área de Estudos Culturais (Martins, 2012), a nossa reflexão alinha-se na crítica aos discursos dominantes. Tendo a sociedade e a cultura como objeto do pensamento crítico onde emergiram os Estudos Culturais, visamos em particular a crítica à racionalidade “indolente” (Santos, 2000) que configura os *media*. Neste artigo, e no contexto do descrédito das meta-narrativas, propomos discutir a nossa proposta epistemológica em três etapas: (1) A (In)visibilidade mediada pelos *media*; (2) A produção de não-existência na construção da realidade e, finalmente, (3) As representações sociais como produção de conhecimento prático. Argumentamos que as representações sociais disseminadas nos *media* sob uma *racionalidade metonímica*, produzem a não-existência social (Santos, 2006) e contribuem para a construção da (in)visibilidade mediática<sup>8</sup>.

Trata-se de uma proposta epistemológica que se integra num projeto de investigação mais abrangente comprometido em estudar, as representações sociais das minorias religiosas veiculadas nos discursos mediáticos. Justificada a nossa proposta de trabalho, salientamos que, ao identificar e compreender a produção de crenças sobre as minorias religiosas nos *media* corroboramos o interesse dos Estudos Culturais em “procurar revelar os discursos marginais, não-oficiais, ou daqueles que propriamente não têm voz” (Batista, 2009: 455).

## 2. A (IN)VISIBILIDADE MEDIÁTICA

Entre o descrédito das meta-narrativas no imaginário de investigação universitária e académica e a imaginação comum, ao desempenhar “um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública” (Hall et al., 1999: 234) os *media* destacam-se como um lugar privilegiado de visibilidade onde, os demais agentes sociais lutam pela presença e legitimação. Enquanto Rodrigues sublinha a visibilidade mediática, como uma esfera obrigatória para obter legitimidade social (1997), Thompson esclarece que “a visibilidade mediada não é apenas o veículo pelo qual os aspetos da vida social e política passam a ser foco da atenção dos demais: ela se transformou em um meio principal para a articulação e realização das principais lutas sociais e políticas de nossa época” (Thompson, [1995] 2013:19-20). Atendendo ao fato da comunicação social ser criadora e construtora de visibilidade e invisibilidade, na medida em que, como afirma Guareschi, “Uma coisa passa a existir, sociologicamente falando, quando é veiculada (...), algo “existe” no momento em que é

<sup>6</sup> Doravante a expressão representações sociais passará a ser designada pela sigla RS.

<sup>7</sup> Doravante a denominada, Teoria das Representações Sociais, passará a ser designada pela sigla TRS.

<sup>8</sup> Embora abordamos mais adiante o conceito, por hora entenda-se invisibilidade como uma questão que não se reduz a uma presença visível, mas que, essencialmente, engloba a tónica de valoração negativa como um contributo para a sua desqualificação social.

mostrado nos media” (Guareschi et al., 2000: 28), sem desvalorizar os aspetos técnicos, a nossa investigação ocupar-se-á não só com o que é dito mas em particular com a maneira e significado do que é dito, com os mecanismos de construção de sentido que potenciam maior ou menor visibilidade.

Ao reconhecer que a comunicação social não é apenas construtora e difusora da ação cultural (signos) mas também mediadora Martin-Barbero chama a nossa atenção para a sua dimensão social, para a mediação que atua nas práticas de comunicação (Martin-Barbero, 1997). Ela torna-se um lugar privilegiado de legitimação social no espaço público, onde a imagem e a voz das minorias dependem dos critérios que, segundo Esteves, definem a agenda de assuntos que podem captar, ou não, a atenção do público (Esteves, 2012:112)<sup>9</sup>. Na confluência da teoria da Agenda (McCombs, 2004) e do conceito de enquadramento (Goffman, [1974]1986) como uma generalização que permite classificar e categorizar (Correia, 2012)<sup>10</sup>, Traquina considera que os *media* não são o espelho da sociedade, a agenda dos temas e os conteúdos a divulgar são uma realidade construída através dos óculos dos jornalistas (Traquina 1999:176)<sup>11</sup>, tornando-os “de facto participantes ativos na construção da realidade” (Traquina 2001:86). Neste sentido, encara-os como produtores de visibilidades e invisibilidades (Traquina, 2000, 2001, 2002). Tendo em consideração que o ato de narrar um acontecimento é sempre um ponto de vista o autor denuncia a influência que exerce na opinião pública, o modo como se relatam os factos e a forma de interpretá-los (Traquina 2000). No decurso desse processo de mediação, além da interpretação dos assuntos abordados, Traquina discute ainda a importância dos critérios de noticiabilidade como contributos para a construção social da realidade (Traquina, 2004).

Em linha com os autores acima referidos, Correia acrescenta a responsabilidade da linguagem jornalística quer pelas conceções do mundo, quer pela determinação da experiência identitária (Correia, s\d: 2-3). Em alusão à teoria das realidades múltiplas, o autor refere que num mundo onde prolifera uma diversidade de culturas detentoras de uma linguagem própria, cabe ao jornalismo a responsabilidade de ultrapassar as barreiras semânticas, “familiarizando” os leitores comuns com as diversas lógicas e gramáticas específicas de cada uma (Correia, s\d: 7). Com relevância sublinhamos a convicção de Vilas-Boas ao considerar que essa lacuna da linguagem “talvez constitua maior ruído quando se aborda a coisa religiosa” (Vilas-Boas, 2002: 120). Supondo que a não familiaridade de uma realidade (religiosa) desencadeia sentimentos de

<sup>9</sup> Acerca desta mediação Correia sublinha que “os media são uma das instituições que ajudam a dar forma à nossa visão do mundo, proporcionando quadros de interpretação que nos permitem definir as nossas visões do Outro (...) são, com efeito, um dos principais, embora não o único, instrumentos de construção de imagens de identidade e de alteridade” (Correia, 2009: 119)

<sup>10</sup> No sentido em que, conforme esclarece o autor, “funciona como um elemento organizador da informação que funciona ao nível cognitivo e cultural. Quando funciona ao nível cognitivo, os frames convidam-nos a pensar os fenómenos sociais de um certo modo, apresentando-os, por exemplo de forma negativa ou positiva, de forma episódica ou temática” (Correia, 2009: 71)

<sup>11</sup> Lippmann afirma que os jornalistas tendem a generalizar os factos mediante representações da realidade que funcionam como ‘mapas’ e ‘defesas’, as quais têm a função de guiar os indivíduos e proteger os seus valores, interesses e ideologias. Sublinha que estas representações, são seletivas e parciais na medida em que operam, cognitivamente ou socialmente, segundo os interesses dos mesmos. Com efeito, não são neutras. ([1922] 2008).

insegurança, os processos de categorização (*classificação e atribuição*) tendem a desfavorecer o outro, a excluí-lo como aquele que não nos pertence (Jodelet, [1999] 2008: 60-64). Neste contexto, Correia salienta a necessidade da comunicação social ser sensível à “estranheza” e, evitando as formas de exclusão, assumir a responsabilidade do seu papel socializador. Por outras palavras, ser rigorosa perante a cultura e a história da experiência que narra, e ser capaz de enquadrá-la de forma relevante e perceptível no quotidiano do seu público (Correia, s/d: 10-13).

Concebendo a ligação entre o discurso mediático e a visibilidade mediática das minorias religiosas, levantamos as seguintes questões: De que religiões falam os media? Porque falam de umas minorias e de outras não? Que valores estão associados à informação sobre minorias religiosas? Como a comunicação social comunica a não familiaridade das suas ideias e práticas? Que representações são atribuídas aos seus «estranhos» significados? Que mapas de significado *tornam inteligível* a informação sobre as minorias religiosas?

### 3. PRODUÇÃO DE NÃO-EXISTÊNCIA NA EMERGÊNCIA DOS MEDIA

Até aqui tratámos do conceito de invisibilidade mediática. Agora queremos chamar a atenção para a produção da não-existência. Para compreender a produção de (in)visibilidade das minorias religiosas nos media, além da *Teoria das Representações Sociais* que, desenvolveremos mais adiante, fundamentamos o nosso quadro teórico em articulação com a proposta epistemológica da *sociologia das ausências* de Boaventura S. Santos. O sociólogo reconhece a emancipação social como uma característica da modernidade ocidental, porém, regista algumas impossibilidades de concretização na atual conjuntura contemporânea. A seu ver, estes aspetos só poderão ser superados mediante um novo paradigma de racionalidade que combata a preguiça da “razão indolente” (Santos, 2000). Alinhada com esta mudança paradigmática, o autor elabora uma crítica ao pensamento hegemónico cuja predominância apelida de *monocultura racional* por ele não contemplar a diversidade epistemológica. No seu empreendimento crítico propõe três procedimentos sociológicos: “sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução” (Santos, 2002: 239). Embora a sua proposta epistemológica não se reduza a tornar visíveis os silêncios, as ocultações ou as desqualificações sociais, para o propósito da nossa estratégia teórica e metodológica concentramo-nos apenas na *Sociologia das Ausências*.

Com efeito, mediante uma disposição de resistência, esta epistemologia procura explicar como, “o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável” (Santos, 2002: 28-29). No contexto da realidade hegemónica do mundo (mediático), o sociólogo denuncia e desconstrói o poder da produção de ausências por parte de uma sociologia que torna inexistente aquilo que não é reconhecido ou legitimado mediante a absolutização de

critérios, nomeadamente dos *media*. Apelidando-as de monoculturas, assinala cinco formas sociais de inferiorização que representam a produção da não-existência ou do desprestígio de experiências sociais: a monocultura do saber, a monocultura do tempo linear, a monocultura da naturalização das diferenças, a monocultura da escala dominante e a monocultura da produtividade capitalista (Santos, 2007: 29-32).

Mediante a primeira forma de inferiorização social, denominada monocultura do saber, Santos descreve a atitude de considerar a ciência (moderna) ou a alta cultura como o único ou legítimo espaço de conhecimento válido (2007: 29). Destarte, todo o saber para além desta fronteira deverá ser considerado *ignorante* e, como tal, deve ser censurado. Ou seja, sem legitimidade científica não deverá ser reconhecido, tornando-se socialmente ausente. Considerando a relação da comunicação social como potenciadora de uma cultura hegemónica (McLuhan ([1967] 2007), Martin-Barbero, ([1987] 1997) e no contexto de uma racionalidade (moderna) cuja verdade prevalece sobre as demais visões do mundo (Santos, 2000), coloca-se a seguinte interrogação: de que modo o espaço mediático pode ocultar a pluralidade da realidade religiosa, ou desacreditar a experiência religioso minoritário ao classificar este saber como ignorante ou cientificamente ilegítimo? A análise das representações sociais no discurso jornalístico pode ajudar-nos a compreender como se estabelece a monocultura dos saberes, como as religiões são legitimadas pela sua articulação com o saber científico ou desacreditadas quando o contestam. O estudo das RS nos discursos mediáticos procurará confirmar, ou não, se existem considerações cientificamente ancoradas, enquanto critério único de verdade, para legitimar o (des)crédito do saber religioso. Trata-se de identificar classificações, comparações sobre o modo como as minorias religiosas veem o mundo e os seus mitos e rituais são figurados como ignorantes.

A segunda forma de inferiorização social é nomeada de monocultura do tempo linear. Ela traduz o pensamento filosófico, que compreende a história como uma evolução, orientada linearmente em um só sentido. Com efeito, sob a égide do tempo, como sinónimo de progresso e modernização, elaboram-se representações de culturas, sociedades, grupos ou indivíduos como desenvolvidos ou subdesenvolvidos, modernos ou atrasados. Deste modo, como símbolo do progresso, o que é desenvolvido torna-se objeto de representações sociais que dão sentido àquilo que está no centro e na vanguarda da sociedade como avançado/moderno (Santos, 2007: 29-30). Por sua vez, o que é subdesenvolvido é socialmente representado como periférico ou primitivo/obsoleto. Considerando a ancestralidade das religiões e os jornalistas como construtores de sentido ou significado, (Traquina, 2002) de que forma, ancoradas numa monocultura do tempo linear as representações sociais do religioso produzem figurações que apoiam ou descredibilizam as minorias? Em resposta a esta interrogação, a análise das RS pode ajudar-nos a verificar como, representações ancoradas em ideias progressistas ou modernas reproduzem imagens liberais de algumas minorias, enquanto outras são conotadas como arcaicas ou civilizacionalmente retrógradas, devido às suas práticas ou hermenêuticas tradicionais. Do mesmo

modo, comparadas à religião da maioria, entendida como um dos centros da coesão da sociedade, as minorias religiosas podem ser consideradas socialmente periféricas e, como tal, serem *residualmente* representadas no espaço e no discurso mediático.

A terceira forma de inferiorização, classificada de monocultura da naturalização das diferenças, visa denunciar a produção de não-existência patente em processos culturais e ideológicos, que naturalizam as relações hierárquicas. Para o autor, naturalização significa aceitar a diferença como uma consequência e não como uma causa (Santos, 2007: 30). Tendo em conta que os *media* além de reproduzir as ideias dominantes, favorecem formas de exposição e mantém silêncios cúmplices e que, “estas formas estruturadas de comunicação são tão comuns, tão naturais, tão dadas como adquiridas, tão profundamente embutidas nas próprias formas de comunicação que são utilizadas” (Hall *et al*, 1999: 236) importa indagar, sobre o modo como, socialmente, a naturalização da dominação ou força de uns sobre outros (ex. maioria\minoría) pode ser atestada por meio de representações sociais que atribuem, uma naturalidade à superioridade de uns bem como à inferioridade dos outros? A observação das RS pode contribuir para entendermos como, a naturalização das diferenças enquanto forma de inferiorização social, pode ser responsável pela naturalização quer da presença da maioria quer da ausência das minorias no espaço mediático, bem como da produção de representações de uma religião que, ora como vítima, ora como réu, promove a não-existência por via da naturalização da respetiva inferiorização da mesma.

A quarta forma de inferiorização social é identificada como monocultura do universal e do global. Para Santos, seja pela elevação de uma realidade à condição universal, superando assim qualquer conjuntura particular, seja pela classificação da mesma numa escala global, que supera a limitação do contexto local, a não-existência é produzida pela representação da realidade a partir de uma escala onde o universal é visto como superior ao particular e o global é melhor que o local. Deste modo, não sendo consideradas alternativas credíveis, as realidades particulares e localizadas são inferiorizadas e aprisionadas na lógica da inexistência (Santos 2007: 31). Considerando o poder dos *media* na capacidade dar uma moldura particular a um assunto (Traquina, 2001), de que forma o discurso jornalístico pode fomentar uma monocultura do universal e global? Ao estudar as representações sociais presentes num discurso podemos verificar se, ao tratar as diferentes religiões, elas são representadas em função de um quadro de referência cuja escala superioriza uns em função do universalismo e globalismo que os caracteriza e inferioriza outros pela sua condição de particular e local. (ex. A visibilidade dada pela imprensa portuguesa à universalidade do Papa na visita ao Brasil contrasta com a ausência de informação sobre o congresso nacional (local) das Testemunhas de Jeová em Lisboa)<sup>12</sup>

Finalmente, a última forma de inferiorização social é descrita como monocultura da produtividade capitalista. Trata-se de uma atitude fundamentada em

<sup>12</sup> Ver Edições do Público 19, 20 e 21 Julho de 2013

critérios que valorizam aquilo que é produtivo e lucrativo. Por oposição, qualquer outra realidade, nesta ótica é socialmente representada como preguiçosa, improdutiva, estéril ou até mesmo como profissionalmente desqualificada (Santos, 2002: 31). Considerando o paradigma que sustenta a monocultura da produtividade capitalista reinante nos media, a análise das representações sociais pode ajudar-nos a identificar elementos economicistas nos discursos mediáticos. De que modo, os critérios «mercantis»: 1) Produzem representações com base numa análise financeira e económica das religiões?; 2) Interpretam os valores associados a cada atividade religiosa? 3) Satisfazem a necessidade de informação da maioria religiosa e ocultam as experiências e saberes não hegemónicos das minorias? 4) Percecionam as religiões como produto mercadológico, representando-as socialmente como produtivas ou inúteis? (ex. “Visita do Dalai Lama rende 500 mil euros”).

Enquanto Gramsci (2002b: 225) pressupôs os media como um dos órgãos de formação de consensos, McLuhan ([1964] 2007) chamou a atenção para a importância de serem instrumentos de construção e fortalecimento da cultura dominante. Além do papel que a imprensa ocupa nessa construção, com relevância Cabecinha e Évora (2008: 2686) acrescentam que “na avaliação da capacidade dos meios de comunicação social na criação de um consenso alargado das representações sociais, não é possível ignorar os fluxos de informação, a nível global, as desigualdades na distribuição entre o Centro e a Periferia.

Mediante a diária e imensurável quantidade de discursos produzidos, os *media* apresentam-se como um espaço privilegiado onde as pessoas acedem ao mundo e onde, por meio das regras que orientam as respetivas linhas editoriais, a complexa realidade do quotidiano é, segundo Bourdieu (1997), descontextualizada e recontextualizada. Deste modo, podemos conceber o discurso mediático como uma construção da realidade e sublinhar o papel dos *media* como (re)produtor e difusor de representações sociais. Com efeito, partilhando da crítica de Santos ao pensamento hegemónico e à monocultura racional que o sustenta, pensamos ser relevante aplicar o seu empreendimento crítico para refletirmos a cultura hegemónica no que respeita à produção e difusão de representações sociais das minorias religiosas nos *media*. Além de difundirem bens simbólicos, eles apresentam-se também como mediadores. Intermediários entre os acontecimentos e o público, o papel de mediação que os *media* desempenham constitui-os também como produtores privilegiados de significados sobre a realidade e como tal, na elaboração de representações sociais. Através dos processos de (re)elaboração de representações sociais, que visam a preservação de um grupo perante aquilo que não lhe é familiar, os *media* podem forjar a sua visão dos acontecimentos de um modo socialmente aceitável, ou seja, de acordo com a coletânea de representações desse mesmo público. Deste modo, pretendemos identificar as representações sociais das minorias religiosas e, da análise dos elementos que as constituem - ameaça, ignorância, primitividade, excentricidade, inferioridade ou desperdício - compreender em que medida eles contribuem, ou não, para a ocultação ou desprestígio social das mesmas. Neste sentido, a nossa proposta epistemológica



visa criticar o funcionamento monocultural dos *media* discutindo e renovando as formas de mediação das minorias religiosas, socialmente não-existentes.

#### 4. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO PRÁTICO

Até agora discutimos o conceito de *(in)visibilidade mediática* e a possibilidade dos *media* produzirem a *não-existência*. Porém, a simples identificação e descrição do que é dito bem como a interpretação do respetivo sentido, não explicitam suficientemente a forma como os *media* representam as minorias religiosas. Para aprofundarmos a relação entre a comunicação social e a construção do senso comum, importa compreendermos como os processos de identificação e contextualização, enquanto mapas culturais, tornam a informação inteligível ao público (Hall *et al.*, 1999: 226). Para ligarmos o conceito de invisibilidade mediática e a análise da produção de não-existência, optámos pelo contributo da relação dialética entre representações sociais e a Comunicação. Considerando afinidade das RS com os processos de comunicação e a produção de não-existência, socorremo-nos das representações sociais como um conceito operativo, acreditando que a TRS, mediante os mecanismos de *ancoragem* e *objetivação*, pode ajudar-nos a entender como se produz o ocultamento ou descredibilização social que sustenta a *(in)visibilidade mediática*.

Berger afirma que a sociedade é uma construção (1985) e, em conjunto com Luckmann, embora reconheçam a importância da religião nesse empreendimento, consideram que a construção da vida quotidiana decorre acima de tudo da linguagem como um instrumento de organização da realidade, individual (interior) e social (exterior) na medida em que a entendem como “uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercivos sobre mim (Berger & Luckmann [1996] 2011: 57). Partindo de uma correlação entre linguagem e conhecimento da vida quotidiana, estes sociólogos afirmam que o homem constrói-se a si mesmo e estrutura o seu quotidiano a partir da utilização que faz da linguagem. Mediante os processos de socialização (numa primeira fase a família e respetivos valores, numa segunda fase as instituições sociais com as suas crenças e ideologias) a sociedade (re)constrói-se como um produto humano, o homem transforma-se num produto social e, do mesmo modo, a sociedade assume-se como uma realidade objetiva ([1996] 2011: 85). Para estes autores a realidade é socialmente construída pelo que, evitando um enfoque sociologista e psicologista, propõem uma “psicologia sociológica, isto é, uma psicologia que deriva suas perspectivas fundamentais da compreensão sociológica da condição humana” ([1996] 2011: 236).

Sob o legado de Durkheim (1898), no campo da Sociologia das Religiões, Moscovici (1961) e Jodelet (2002) desenvolveram a TRS, no âmbito da Psicologia Social. Enquanto o termo representação revela a influência e uma continuidade com o pensamento de Durkheim, a opção de substituir o conceito de *coletivas* por *sociais* declara também a rotura com aquele fundador da sociologia moderna. Em

contraponto com a conceptualização pré-concebida e estática das representações *coletivas*, Moscovici propõe a diversidade e o dinamismo na capacidade de transformação das representações *sociais*. Ao criticar o *behaviorismo* e a psicologia cognitivista o autor elabora uma epistemologia psicossocial (psicossociológica) que aborda, entre outros aspetos, a relação dos meios de comunicação e a construção do senso comum. Ao investigar como, no decorrer dos processos de comunicação (interindividual, social) se constroem e difundem as explicações sobre o quotidiano, Moscovici considera que as representações sociais “devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (Moscovici [2000] 2010: 46). Enquanto formas de pensamento social (consciência subjetiva no espaço comum) as representações sociais são construções que resultam das experiências e crenças de um grupo e a partir delas estabelecem percepções, as quais, segundo Bauer, enquanto produção cultural de uma comunidade, têm a função de “resistir a conceitos, conhecimentos e atividades que ameaçam destruir sua identidade” (Bauer [1994] 2012: 183). Estas percepções derivam de num processo de apropriação e transformação (re-significação) que permite classificar, nomear e comparar pessoas ou objetos e cuja finalidade é, dentro no nosso contexto social, tornar familiar algo não familiar (Moscovici [2000] 2010: 54). Conforme afirma Moscovici ([2000] 2010: 58): “as representações que nós fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto etc. – são sempre resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não familiar)”. Além de conhecermos como funcionam os mecanismos básicos (*objetivação* e *ancoragem*) que facilitam a compreensão e tornam familiar o sentimento de não-familiaridade, a seu ver não devemos perder de vista que “ao estudar uma representação, nós devemos sempre tentar descobrir a característica não familiar qua a motivou, que esta absorveu” (Moscovici [2000] 2010: 59). Assim, enquanto mediadoras entre conceito e percepção, as representações estabelecem uma intermediação entre o sistema cognitivo e a realidade social (2001: 127). Conforme explicita Cabecinhas (2009: 4): “enquanto fenómenos cognitivos, as representações sociais são consideradas como um produto duma atividade de apropriação da realidade exterior e, simultaneamente, como processo de elaboração psicológica e social da realidade”.

No que respeita aos mecanismos que produzem as representações sociais, Moscovici ([2000] 2010: 60) afirma que ancorar e objetivar é um “processo de pensamento baseado na memória e em conclusões passadas”. Como formas de agir com a memória, a ancoragem traduz as operações de, *classificação* e a *nomeação* (Moscovici [2000] 2010: 61), enquanto a objetivação reproduz o procedimento de *comparação*, uma ação que visa a transformação de um conceito em uma ideia (Moscovici [2000] 2010: 71-72). Castro e Vala (2013: 586) explicitam que se trata de “um processo que permite tornar real um esquema conceptual” e acrescentam que ele pode subdividir-se em subprocessos de *personificação*, *figuração* e *ontologização*<sup>13</sup>. Ao encarar a classi-

<sup>13</sup> Com o objetivo de explicitar uma ideia complexa, a personificação corresponde à associação de um personagem, a figuração

ficação como uma operação fundamental para a criação de qualquer representação, e por meio da qual, avaliamos e rotulamos pessoas ou objetos, Moscovici ([2000] 2010: 62) defende que a “neutralidade é proibida, pela mesma lógica do sistema, onde cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em clara escala hierárquica”.

Ao aprofundar o estudo do processo de ancoragem, isto é, o modo de transformação do não-familiar em familiar mediante a articulação de pontos de referências existentes e a organização, Jodelet (2002) reforçou a função prática das representações sociais como uma forma de compreender e agir no mundo que nos rodeia. Para a autora, “as representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet 2002:22)<sup>14</sup>. Assim, considerando que o “processo de «tornar um acontecimento inteligível» é um processo social (Hall *et al.*, 1999:226) a TRS torna-se relevante para ajudar-nos a identificar e a conhecer o modo como, os *media* interpretam e constroem a realidade social. Partindo da premissa que, como produto da nossa interação e comunicação as RS e a comunicação são indissociáveis (Markova [2000] 2010), afirmamos a importância social das modalidades de comunicação<sup>15</sup> e, no estudo das representações, desejamos perceber o que elas revelam sobre a construção social da realidade.

Em resposta à questão inicial sugerida, entre outras indagações, procuraremos perceber: Quais as características não familiares que motivam e são absorvidas pelas representações sociais associadas às minorias religiosas? De que modo o mecanismo de *ancoragem* presente no discurso jornalístico, mediante os procedimentos de categorização, que implicam escolhas, podem explicar a seleção de temas e conteúdos em detrimento de outros, bem como o ângulo ou forma de interpretar um acontecimento ou realidade religiosa? De que modo o mecanismo de *objetivação* presente no discurso jornalístico, mediante o procedimento de comparação (*personificação*, *figuração* e *ontologização*), pode explicar a conceptualização de ideias inerentes às minorias religiosas? Na produção de representações sociais sobre minorias religiosas, a que modalidades de comunicação recorrem os articulistas?

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa de que as representações sociais são “formas de conhecimento prático” (Spink, [1994] 2012: 96), que através delas construímos socialmente a realidade mediante a atribuição de significados ao mundo e aos outros (Castro &

---

refere-se ao recurso de metáforas enquanto a ontologização à atribuição de qualidades (Vala & Castro 2013: 588).

<sup>14</sup> Sobre este saber coletivo Berger e Lukmann ([1996] 2011:40) explicitam que “o conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana. Senso comum que McLuhan (1964/2007:81) sublinhou e caracterizou considerando que “por muitos séculos foi tido como o poder especificamente humano de traduzir a experiência de um sentido isolado para todos os demais sentidos, de modo a apresentar à mente uma imagem continuamente unificada da experiência”.

<sup>15</sup> Acerca das modalidades de comunicação (Difusão, Propagação e Propaganda) ver Castro e Vala (2013:590-591).

Vala, 2013), procuramos entender como, sob a lógica do funcionamento das monoculturas (formas sociais de inferiorização) denunciadas pela *Sociologia das Ausências*, os processos de ancoragem e objetivação utilizados pelos discursos mediáticos podem promover inexistência social e produzir invisibilidade mediática.

Perante a não familiaridade associada à estranheza doutrinária, institucional ou ritual de entidades e sujeitos religiosos, os mecanismos de ancoragem e a objetivação podem traduzir: a avaliação positiva ou negativa que deles se faz, o lugar de (in) visibilidade social que ocupam e o paradigma figurativo que lhe atribui qualidade icónica, “imagens que se tornam elementos da realidade” (Moscovici [2000] 2010: 74). Para o escopo da nossa investigação sublinhamos a relevância das operações de *classificação*, *nomeação* e *comparação* na medida em que através delas podemos compreender como o discurso jornalístico promove as cinco formas sociais de inferiorização. A categorização do *ignorante*, do *residual*, do *inferior*, do *local/particular* e do *improdutivo* constitui-se como indicadores que revelam produção da não-existência, ocultamento e desprestígio da experiência social das minorias religiosas. Uma análise das representações sociais das minorias religiosas no discurso mediático deverá permitir-nos observar o modo como elas são conhecidas no espaço mediático e compreender o processo de produção da sua não-existência e explicar a invisibilidade social associada.

Ao procurar responder à nossa questão de investigação (Que representações sociais das minorias religiosas são elaboradas e partilhadas nos *media*?), acreditamos que a TRS poderá contribuir para: 1) Aprofundar a questão teórica, nomeadamente, a articulação dos conceitos de produção de *não-existência* e *invisibilidade mediática* e alargar o diálogo entre os respetivos quadros teóricos; 2) Compreender a dimensão cultural, explicitando a relação ideologia e *media* e 3) Renovar teoria crítica e social dos *media* no que respeita à democratização dos processos de mediação que envolvem sujeitos e entidades religiosas minoritárias.

Além de uma reflexão epistemológica, no âmbito dos Estudos Culturais, a proposta apresentada poderá contribuir para: 1) Enquadrar os estudos sobre as minorias religiosas, analisando a forma como elas são pensadas coletivamente no espaço mediático; 2) Aprofundar o debate sobre o modo como os meios de comunicação, como espaço de reconhecimento e legitimação social, podem tornar (in)visível e (des)qualificados a pluralidade dos saberes religiosos minoritários; 2) Transformar a realidade social, contribuindo para a democratização da mediação nos processos de comunicação.

Conscientes da fragilidade de um empreendimento interdisciplinar e da necessidade de rever os argumentos aqui debatidos, além de inovar mediante a construção de novos paradigmas científicos, quisemos desenvolver, em relação às minorias religiosas, uma nova forma de mediação e compreensão social da realidade fabricada pelos *media* a fim de, utilizando a figura de Martins (2003:103), “... salvar o quotidiano. Salvar a possibilidade de vivermos as nossas vidas. Salvar a nossa historicidade. Em linha com o propósito dos Estudos Culturais a proposta aflorada

apresenta-se como uma atitude emancipadora, que se desenvolve a partir de “um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas (Santos, 2002: 21).

## FINANCIAMENTO

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto de investigação intitulado: Religião, Media e Democracia financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 77862 / 2011).



## REFERÊNCIAS

- Adorno, T. & Horkheimer, M. ([1947] 1997) *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed.
- Althusser, L. (1998) *Aparelhos Ideológicos de Estado*, R. Janeiro: Graal, 7ª ed.
- Baptista, M. (Coord) (2012) *Cultura: Metodologias e Investigação*, Coimbra: Grácio Editor.
- Baptista, M. (2009) “Estudos Culturais: O Quê e o Como da Investigação”, *Carnets, Cultures Littéraires: Nouvelles Performances et Développement*, nº Spécial, Automne/Hiver, 451-461.
- Bastos, J. & Bastos, S. (2006) *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes*, Observatório da Imigração 17, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Bauer, M. ([1994] 2012) “A Popularização da Ciência como “Imunização Cultural”: A Função de Resistência das Representações Sociais” in Guareschi P. & Jovchelovitch, S. *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis: Vozes.
- Berger, P. (1985) *O Dossel Sagrado*, São Paulo: Paulinas.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1996/2011) *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes, 33ª ed.
- Bourdieu, P. (1989) *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Champagne, P. (1993) “A Visão Mediática” in Bourdieu, P. *A Miséria do Mundo*, Petrópolis: Vozes.
- Correia, J. C. (2012) “A Construção Social da Realidade e o Jornalismo como Profissão Especializada” in Cunha, I.; Cabrera, A. & Sousa, J. (orgs.) *Pesquisa em Media e Jornalismo – homenagem a Nelson Traquina*, Coimbra: Livros LabCom.
- Correia, J. C. (s\ d) *Linguagem Jornalística, Estranheza e Referência*, Covilhã: Série de Estudos em Comunicação, Universidade da Beira Interior. Disponível em: [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).
- Correia, J. C. (2009) *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso Notas sobre Jornalismo e Representações Sociais*, Coimbra: Universidade da Beira. Disponível em: [www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-correia\\_teorica\\_critica\\_discurso\\_noticioso](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110819-correia_teorica_critica_discurso_noticioso).

- Durkeim, É. (1996) *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, São Paulo: Martins Fontes.
- Durkeim, É. (1999) *O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões*, Lisboa: Livros do Brasil.
- Esteves, J. P. (2012) “Agenda–setting e Efeitos dos Media: O Desenvolvimento Paradoxal da Teoria e o Regresso a uma Perspetiva Comportamentalista” in Cunha, I., Cabrera, A. & Sousa, J. (orgs.) *Pesquisa em Media e Jornalismo – Homenagem a Nelson Traquina*, Covilhã: Livros LabCom.
- Farr, R. (2012) “Representações Sociais: A Teoria e a Sua História” in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. ([1994] 2012). *Textos em Representações Sociais*, RJ: Vozes.
- Feuerbach, L. ([1841] 2002) *A Essência do Cristianismo*, Lisboa: F. Calouste Gulbenkian, 2ª ed.
- Goffman, E. ([1974] 1986) *Frame analysis: an essay on the organization of experience*, Boston: Northeastern University Press, 2ª ed.
- Gramsci, A. ([1916] 2005) *Os jornais e os operários*. Marxists Internet Archive, disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. (Acedido a 19/07/13).
- Gramsci, A. ([ ]2002b) *Cadernos do Cárcere - Literatura. Folclore. Gramática, Apêndices: variantes e índices*, 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Guareschi, P. (2000) *Construtores de Informação*, Petrópolis (RJ): Vozes.
- Huntington, S. ([1996] 2009) *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, ed. Lisboa: Gradiva, 4ª ed.
- Hall, S. (1980) “Encoding/decoding” in Hall, S. Hobson, D., Lowe, A., Willis, P. (dir) *Culture, Media Language*. Londres: Hutchison.
- Hall, S. (1982) “The Rediscovery of ‘Ideology’: Return of the Repressed in Media Studies” in Guareschi, P. et al. (eds.) *Culture Society and the Media*, Londres: Methuen.
- Hall, S., Chritcher, C., Jefferson, T., Clarke, J. & Roberts, B. (1999) *A Produção Social das Notícias: O ‘Mugging’ nos Media*, in Traquina, N. (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*, Coleção Comunicação & linguagens, Lisboa: Veja.
- Jodelet, D. (org.) (2002) *As Representações Sociais: Um Domínio em Expansão* in Jodelet, D. (org.) (2002) *As Representações Sociais*, RJ: Eduerj, 17-44.
- Jodelet, D. ([1999] 2008) *Os Processos Psicossociais da Exclusão*, in Sawaia, B. (org.) *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*, Petrópolis: Vozes, 53-66, 8ª ed.
- Martin-Barbero, J. ([1987] 1997) *Dos Meios às Mediações: Comunicação Cultura e Hegemonia*, UFRJ.
- Martins, S. (2007) *Muçulmana e Mulher. A Representação das Mulheres Muçulmanas na Imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Martins, M. (2003) *O Quotidiano e os Media*, *Revista Todas as Letras*, 5: 97-105. Disponível: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23792/1/o\\_quotidiano\\_e\\_os\\_media](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23792/1/o_quotidiano_e_os_media).
- Martins, M. (2002a) *O Trágico como Imaginário da Era Mediática*, *Comunicação e Sociedade*, 4: 73-79
- Martins, M. (2012) *Para um ‘Politeísmo Metodológico’ nos Estudos Culturais*, in Maria Manuel Baptista (Coord) *Cultura: Metodologias e Investigação*, Coimbra: Grácio Editor
- Marx, K. ([1844] 2008) *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Covilhã: LusoSofia Press.



- McLuhan, M. ([1967] 2007) *Os Meios de Comunicação como Extensão do Homem*, São Paulo: Cultrix
- Moscovici, S. (1978) *A Representação Social da Psicanálise*, RJ: Zahar.
- Moscovici, S. ([2000] 2010) *Representações Sociais*, Petrópolis: Vozes, 7ª ed.
- Moscovici, S. ([1994] 2012) "Prefácio" in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis: Vozes
- Nietzsche, F. ([1887]1987) *A Gaia Ciência*. Coleção Filosofia e Ensaios, Lisboa: Guimarães Editores
- Rodrigues, A. (1997) *Estratégias da Comunicação*, Lisboa: Presença
- Rodrigues, A. (2000) *Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*, Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, A. (2006) Uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergência in *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. [para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática]. Porto: Edições Afrontamento, 87-124.
- Rodrigues, A. (2007) *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação social*, São Paulo: Boitempo.
- Sawaia, B. (org.) ([1999] 2008) *As Artimanhas da Exclusão. Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*, Petrópolis: Vozes, 8ª ed.
- Spink, M. ([1994] 2012) "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais" in Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. *Textos em Representações Sociais*, Petrópolis: Vozes.
- Tchuman, G. (1983) *La Production de la Noticias. Estudio sobre la Construccion de la Eealidad*, Barcelona: Gustavo Gili.
- Thompson, J. ([1995] 2013) *A Mídia e a Modernidade. Teoria Social da Mídia*, Petrópolis: Vozes, 14º ed.
- Thompson, J. ([1995] 2011) *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*, Petrópolis: Vozes, 8ª ed.
- Traquina, N. (2000) *O Poder do Jornalismo: Análise e Textos do Agendamento*, Coimbra: Minerva.
- Traquina, N. (2002) *O que é o Jornalismo?* Lisboa: Quimera.
- Traquina, N. (2004) *A Tribo Jornalística - Uma Comunidade Interpretativa Transnacional*, Lisboa: Editorial Noticias
- Traquina, N. (1999) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Coleção Comunicação & linguagens, Lisboa: Editora Veja.
- Traquina, N. & Mesquita, M. (2003) *Jornalismo Cívico*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Traquina, N. et al., (2001) *O Jornalismo Português em Análise de Casos*, Lisboa: Caminho.
- Vala, J.. & Castro, P. ([2000] 2013) Pensamento Social e Representações Sociais in Vala, J. & Monteiro, M. *Psicologia Social*. Revista e Atualizada, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 9ª ed.
- Valdigem, C. (2005). A Indústria Cultural Televisiva como Fonte Mediadora de Processos de Hibridação Cultural: Um Estudo de Receção da Telenovela Brasileira O Clone. *Livro de Atas - 4º SOPCOM*, 923-933.

Vattimo, G. (1992) *A Sociedade Transparente*, Lisboa: Relógio d'Água.

Weber, M. (2002) *A Ciência como Profissão*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

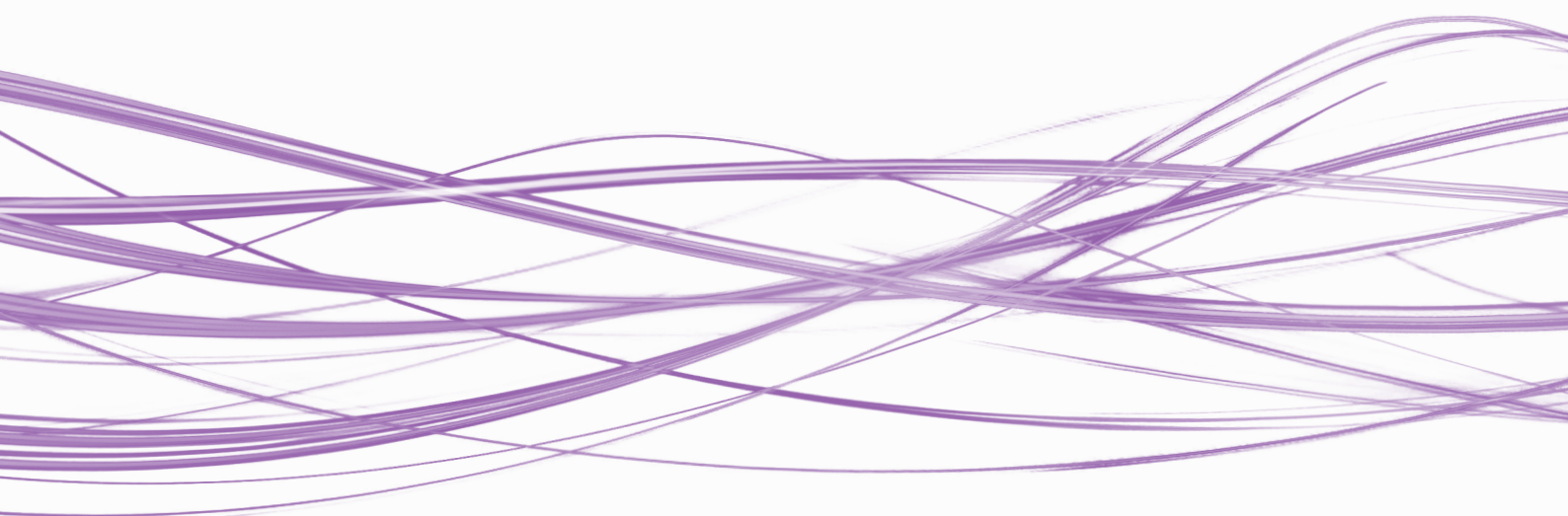
Wolf, M. (1987) *Teorias da Comunicação*, Lisboa: Editorial Presença.

Wolton, D. (1994) *Elogio do Grande Público*, Porto: Edições Asa.

**IV.**



**Ciência, Comunicação e Sociedade**



## A imagem epistémica entre o saber e o fazer crer

### *The epistemic image between knowledge and belief*

LUÍS PINTO<sup>1</sup> & NELSON ZAGALO<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este artigo questiona a transmissão de conhecimento científico através das imagens e como elas produzem significado, designando -as como imagens epistémicas, que trazem conhecimento sobre o mundo, de acordo com a conceção de Rudolph Arnheim (1974). Apoiamo-nos na abordagem da semiótica e mais concretamente da semiótica social, tendo em conta que o estudo de certos fenómenos sob o olhar semiótico se faz considerando o seu modo de produção de sentido, a maneira como estas representações suscitam significado, interpretações. Assumindo que a imagem tem um papel central na nossa sociedade, a semiótica social analisa essa produção de sentido de acordo com o contexto, que, como se supõe, é importante dado o carácter específico dos conteúdos científicos e dos códigos partilhados entre produtores e recetores de informação.

**Palavras-chave:** Conhecimento científico; semiótica social; imagem epistémica; representação visual

---

#### **Abstract**

This article questions the transmission of scientific knowledge through images and the way they produce meaning, designating them as epistemic images, once they carry knowledge about the world according to Rudolph Arnheim's conception(1974). We rely on the approach of semiotics, specifically social semiotics, given that the study of certain phenomena according to this approach is built considering its mode of production of meaning and the way these representations raise meaning. Assuming that images have a central role in our society, social semiotics analyzes this production of meaning according to the context, which, as supposed, is important given the specific nature of scientific contents and the codes shared by both the information producers and its receivers.

**Keywords:** Scientific knowledge ; social semiotics ; epistemic image ; visual representation

---

<sup>1</sup> Doutorando de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho / id4226@alunos.uminho.pt

<sup>2</sup> CECS, Universidade do Minho / nzagalo@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Entendemos hoje que o conhecimento constrói-se muitas vezes através das imagens que observamos. É muitas vezes a forma de ver o invisível, ou aquilo que está escondido. Que outra forma teríamos de observar fenómenos, objetos, lugares, seres vivos, o nosso próprio corpo? Na construção da nossa identidade, elas acompanharam-nos sempre, de uma forma ou de outra. Nesta “sociedade do conhecimento” globalizada, como pergunta Monique Sicard (2006), “como podemos – ainda – acreditar nas imagens?”. Recebemo-las, mas sabemos de onde vêm? Temos muitas vezes a sensação de já ter estado num determinado local sem nos apercebermos de que talvez tenhamos visto uma imagem desse mesmo local, que ficou gravada na nossa memória, e no entanto chocamo-nos quando observamos um corpo humano exposto numa qualquer imagem sobre anatomia, ou espantamo-nos e comovemo-nos quando vemos um feto numa ecografia, como se tratasse de um momento de magia ou obscurantismo – mesmo tendo-nos nós habituado ao que as tecnologias nos vão permitindo descobrir. Bártolo (2011: 48) lembra que “desde o séc. I que a palavra *photismos* foi sendo usada para identificar o modo como cognitiva ou instrumentalmente se procurou ultrapassar os limites da visibilidade e inteligibilidade, na tentativa de rasgar um horizonte de luz que, revelando uma imagem, reduza o que á nossa volta é obscuro”.

O que é ver? Pergunta também Sicard (2006). As tentativas de resposta que se seguem dirão que é observar, receber o mundo, descodificá-lo, apreender a realidade, nunca um ato inocente ou isolado. Tentamos perceber como se forma um olhar coletivo, graças à relação entre as “indústrias do saber e as indústrias do fazer crer” (Sicard, 2006). É este ver mediatizado que ao cidadão comum permite descodificar uma mensagem com conteúdo científico através da experiência, do hábitos e das crenças. Este olhar coletivo que a tudo assiste, poderá fazê-lo sem que haja necessidade de refletir sobre aquilo que vê?

Pensamos isto sobretudo nos tempos que vivemos, quando somos rodeados e seduzidos por imagens de todo o género, que chegam de toda a parte, da imprensa, da televisão, do cinema e sobretudo da Internet. Interessa sobretudo questionar a forma como, em sociedade, submetemos as imagens epistémicas às nossas próprias esferas de significação. A transmissão de conhecimento sempre se fez valer das imagens. Historicamente, elas sempre fizeram parte da ciência. A influência da computação e de novos *media* tecnológicos melhorou as possibilidades de gerar representações visuais enquanto fornece novas e interessantes oportunidades para partilhar essas imagens entre cientistas e o público. As imagens epistémicas ilustram, mostram o invisível, contam histórias e são submetidas às nossas esferas de significação, constituindo uma forma eficaz de transmissão de informação.

Gross (2002) alude ao facto de a ciência se valorizar cada vez mais através da aproximação à sociedade, nomeadamente através da integração de novos suportes comunicativos, pressupondo uma alteração na própria “sintaxe científica”, cada vez mais “universal”.

A gama de estilos e técnicas utilizadas na representação visual de ciência inclui imagens desenhadas à mão, fotografia, vídeo, a anotação científica, o impressionante detalhe da animação gerada por computador. Imagens realistas podem ser criadas para exemplificar detalhes num processo de laboratório, para ilustrar um acontecimento histórico ou revelar os últimos avanços da engenharia. Além disso, as ilustrações podem ser criadas como interpretações expressivas de conceitos abstratos (Burri & Dumit 2008; Eriksson & Sorensen, 2011).

Através dos processos de observação, as imagens são transformadas numa experiência intelectual e cognitiva que pode ser desafiante. Os processos de observação, compreensão e interpretação estão intrinsecamente ligados e permitem-nos aceder a uma retórica específica dos produtores de conhecimento científico, tradicionalmente suportada pelo texto.

Se nos parece inquestionável que as imagens nos trazem informação sobre o mundo, importa questionar como se processa a representação visual de ciência, um tema abordado a partir de várias perspetivas, desde a natureza, a propriedade dessa representação, a sua objetividade, a própria produção de conhecimento a partir das imagens e a sua interação com a cultura. Algumas destas perspetivas comportam análises da semiótica, análise da imagem, linguística, estudos culturais, filosofia, psicologia e comunicação, especialmente a comunicação audiovisual (Carvalho & Cabecinhas, 2004; Joly, 1994; Bucchi, 2004; Burri & Dumit, 2008).

A receção destas imagens, cremos, não é um ato inocente. A sua descodificação trata-se de um acontecimento cultural e historicamente condicionado. As representações visuais não podem ser entendidas separadamente das situações pragmáticas em que são utilizadas (Burri & Dumit, 2008). No que consiste, portanto, a visualização de informação? Como se efetiva? Como difere de outras formas de transmissão de conhecimento? Como se caracteriza esta imagem epistémica? Questiona-se também o papel da imagem como instrumento de ciência, que não o pode ser considerada se não for divulgada. A produção e disseminação de imagens estão na génese da geração de crenças e perceptos quanto à ciência. A partir do momento em que é produzida, a imagem pode ser utilizada para difundir o conhecimento e os conceitos teóricos que compreende, sendo parte da retórica da ciência, a voz da autoridade tecnocientífica e expressão da própria natureza.

## **2. IMAGEM EPISTÉMICA**

Começaremos com a conceção de Arnheim (1974), quando define a relação entre a imagem e o real, ou o modo epistémico da relação entre as imagens e o espetador: a imagem traz informação sobre o mundo. A natureza dessa informação varia, mas foi muito cedo conferida às imagens. Esta função foi reconhecida, desenvolvida e ampliada desde o começo da era moderna com o surgimento dos géneros documentais como a paisagem ou o retrato. Como afirma Martine Joly (1994), a imagem é epistémica porque tem uma função informativa ou referencial, funciona



como instrumento de conhecimento, fornece informações acerca dos objetos, lugares e pessoas através de ilustrações, desenhos, fotografias.

Gombrich (2000), teórico associado à psicologia da percepção, tem uma abordagem pragmática da relação entre imagem e espectador, interessa-se pelas condições de recepção da imagem pelo espectador e pelos fatores que influem na recepção, aceitação, interpretação e compreensão da mesma. Entende também que a imagem epistêmica permite ver o próprio mundo e interpretá-lo. Ela não é uma reprodução da realidade, mas sim o resultado de um longo processo, no decurso do qual foram sucessivamente utilizadas representações esquemáticas e correções.

Já para a filosofia antiga a questão da imagem com a realidade era uma questão importante, alvo de polémica, até. Platão, quando se refere à imagem desta forma, “as sombras e depois os reflexos que se veem nas águas ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes” (S/D: 225), infere que a imagem é a imitação de algo, não a coisa em si, podendo ser enganadora. O reflexo, portanto. Aristóteles, posteriormente, consideraria a imagem como uma aquisição pelos sentidos, a representação mental de um objeto real. Para Platão a imagem é imitadora, desvia do conhecimento. Para Aristóteles, ela educa e conduz ao conhecimento (Joly, 1994). Para Descartes, a ciência ganha a sua identidade com a necessidade de demonstração. A demonstração é complementar à observação e interpretação (Mattelart, 1994). A imagem surge em relação ao texto científico como ilustração - exemplificação, demonstração – e tem a capacidade de acrescentar algo ao que está escrito, podendo funcionar como as entrelinhas, facilitando a compreensão dos conceitos científicos. Ao mesmo tempo entende-se que esta deve vir acompanhada de um texto explicativo, como forma de reforço (Joly, 1994).

Joly (1994) define imagem científica nos domínios da astronomia, física, medicina, biologia, mecânica, como visualizações de fenómenos, simplesmente. O que a distingue é o fato de ser verdadeira ou real e permitir uma observação mais ou menos direta e mais ou menos sofisticada da realidade. Os telescópios e microscópios têm como objetivo observar e depois reproduzir o infinitamente grande e o infinitamente pequeno. No entanto, devido à complexidade de determinadas imagens, aquilo que vemos numa primeira abordagem não é suficiente para as compreendermos. Ou seja, começamos por ver na imagem aquilo que já conhecemos.

### 3. PERCURSO DA IMAGEM DO CONHECIMENTO

“Rapidamente os instrumentos óticos tornaram possível descobrir esses inter-seres em todas as coisas sólidas, líquidas ou gasosas...” (Bártolo, 2011: 53)

A utilização de imagens na transmissão de conhecimento científico tem os seus primeiros exemplos na gravura e na ilustração, que existe praticamente desde a invenção do papel, dada a sua distribuição massiva. Com os estudos de Leonardo da Vinci, Bernard Palissy ou Andrea de Versalis, a Renascença vem iluminar os espíritos científicos que avidamente propõem ao mundo as suas visões e descobertas,

tentando tornar o mundo menos complexo e dogmático. Até aqui assistia-se a uma quase livre interpretação dos fenómenos, sendo-nos oferecida, por exemplo, uma pitoresca representação de tudo aquilo que é desconhecido, como no caso dos monstros marinhos “descobertos” nas expedições marítimas. As ilustrações de Da Vinci, entre outras, representam a ciência transmitida pelos artistas, que detinham as técnicas para representar, por exemplo, o corpo humano, a dinâmica das águas e o movimento da hélice através do desenho. (Sicard, 2006). A revolução científica do século XVIII veio alterar a forma como se via e categorizava a imagem, na época das enciclopédias de d’Alembert e Diderot. É depois a filosofia positivista de Comte que precede o aparecimento da fotografia, esta também impulsionada pelo conhecimento exato do mundo sensível. Esta segue-se à invenção do telescópio (Séc. XVII) e do microscópio (Séc. XVIII) como tecnologia cognitiva completamente nova (Ribeiro, 1993). Nièpce consegue fixar uma imagem da realidade numa chapa fotográfica, momento em que François Arago anuncia que esta nova aplicação virá revolucionar o mundo científico. Com efeito, as tecnologias da imagem que surgem nesta época tiveram utilização e aplicação científica. Étienne-Jules Marey inventa o fuzil fotográfico, através do qual se vai poder visualizar e analisar o galope do cavalo, a locomoção humana, o pássaro em pleno voo (Gardies, 2007)

Em 1883 aperfeiçoam-se aparelhos de registo do trabalho muscular. A fotografia contribui para o trabalho dos fisiologistas, ajudando à invenção do cinematógrafo. O objetivo inicial dos fisiologistas era estudar, medindo, entre outras coisas, o trabalho despendido nos diferentes momentos da locomoção.

“Para observar estes movimentos, Étienne-Jules Marey, médico fisiologista que inicia os seus trabalhos em 1857, utiliza aparelhos que inventa e aperfeiçoa. São aparelhos capazes de traduzir esses sinais exteriores das funções da vida: pulsação do coração e das artérias, movimentos respiratórios, contrações dos músculos” (Mattelart, 1994:323).

A uma fase inicial, no século XVIII, em que se inventa o “aparelho de registo” com a finalidade de observar e medir fenómenos meteorológicos, segue-se outra, impulsionada pelo aparecimento da fotografia, ou aplicação da fotografia instantânea no estudo do movimento (Mattelart, 1994), como acontece com Jules Janssen, George Eastman ou Edward Muybridge, que regista com êxito o galope do cavalo, ao mesmo tempo que é inventada a chapa de brometo de prata e gelatina, que vem auxiliar a experimentação científica. Depois surgiria o rolo de filme Kodak. Passando por Edison e o seu cinetoscópio (1892), com a animação de imagens até 1895, quando os irmãos Lumière desenvolvem o cinematógrafo, a descoberta das imagens reais vai-se massificando através das feiras e das exposições universais, contribuindo para a desmistificação dos fenómenos do mundo, ao mesmo tempo que a imagem passa do domínio da técnica e da ciência para o consumo comercial, quando entram em cena as grandes empresas de produção e surgem, na primeira década do século XX, os estúdios de Hollywood. Marey (citado por Mattelart, 1994: 329) afirmava, em relação ao cinema: “(..) a fotografia animada proporciona aos estudos científicos um

vasto campo a explorar. Com efeito, para vulgarizar o conhecimento de um grande número de fenómenos que só são conhecidos por observadores apaixonados pela natureza“. Contudo, ao reparar no interesse que a imagem animada não científica suscita, afirma: “não fornece nada que os nossos olhos não vejam com mais nitidez”. Como afirma também José Ribeiro (200: 71): “o extraordinário desenvolvimento do cinema como indústria do espetáculo e como meio de expressão artística faz-nos esquecer que o cinema nasceu por exigência da investigação científica”. Gardies (2007:140) refere “(...) a vontade de usar a imagem para aumentar os nossos conhecimentos sobre a realidade data do século XIX. As várias invenções que permitiram aperfeiçoar a fotografia e, depois, o cinema, são levadas nesse grande impulso científico e positivista, que convenceu os contemporâneos de que estávamos na posição de compreender a realidade”

Gardies (2007:144) afirma ainda que, tal como Arnheim previa, existe uma vocação científica nas imagens, tornando acessíveis aos nossos olhos as experiências da realidade. A ferramenta universal do fim do milénio, o computador, conclui, “não existiria sem a projeção no ecrã, que permite juntar facilmente símbolos e ícones”.

A imagiologia surge no final do séc. XX. Representações mais abstratas (visualização de algo não palpável, não real, de base numérica e digital) têm inicialmente uma utilização dentro do próprio campo científico e, ainda com alguma dificuldade, penetram no conhecimento comum. A ciência apetrecha-se de equipamentos altamente especializados que permitem a visualização dos fenómenos, através de símbolos que têm necessariamente de ser descodificados a vários níveis. Até à atualidade, com a evolução das técnicas, a indústria desenvolveu-se e as câmaras estão presentes nos laboratórios, no mundo natural, nos hospitais, nas fábricas, no espaço. A captação e utilização de imagem na ciência tornaram-se práticas ao alcance de todos. Em todas as áreas e disciplinas científicas surgem novos e cada vez mais numerosos instrumentos científicos, responsáveis por uma produção crescente de imagens científicas: fotografias, filmes, diagramas, gráficos, desenhos, etc.

O aparecimento de instrumentos mediadores (câmara fotográfica, microscópio, telescópio, câmara de filmar, etc.) faz-nos assistir e interpretar os fenómenos de forma diferente; Em primeiro lugar, nunca os tínhamos visto dessa forma, como afirma Abrantes (1999:1): “Habituíamo-nos a considerar que o ponto de vista da câmara fotográfica era melhor do que o nosso olhar, que o ponto de vista múltiplo da filmagem (...) nos dava um retrato mais fiel do que o produzido pelos conhecimentos”.

Considera aqui o autor que a imagem “virtual” é investida de autenticidade e mostra-nos o que é verdadeiro, no entanto, contradiz em muitos casos as imagens mentais criadas a partir do olho humano. Em segundo lugar (prosegue Abrantes):

“estamos no coração de um movimento epistemológico gerado pelo papel da imagem pois ligamos irremediavelmente o nosso modo de ver a dispositivos técnicos fabricantes de imagens, como a fotografia, o computador, a televisão. E esses dispositivos geram em nós modos de ver com os quais depois questionamos o que vemos” (Abrantes, 1999: 1).

A variedade de aparelhos de captação e transmissão, a forma como os fenómenos são transpostos para imagens, a própria linguagem - ou narrativa - presente nos audiovisuais influenciam de forma permanente a nossa própria criação de constructos.

#### 4. DESCODIFICAÇÃO DA IMAGEM EPISTÉMICA

A questão da comunicação de ciência, nomeadamente quão correta é a imagem da ciência e dos processos científicos junto do público tem sido uma preocupação de vários autores, como é o caso de Gregory & Miller (1998: 59):

“Enquanto a comunidade científica goza da sua reputação enquanto fidedigna solucionadora de problemas, também é responsável junto do público por expectativas irrealistas e medos exagerados e dos *media* por fazer passar ideias extremadas daquilo que a ciência consegue ou não fazer”.

Há uma preocupação cada vez maior por parte da comunidade científica, por razões de vária ordem (financiamento, prestação de contas, visibilidade, ensino) em comunicar os seus processos e resultados para o público, a sociedade. É esta sociedade que, no final, valida o seu trabalho. Massimiano Bucchi (2004) refere que a comunicação de ciência desenvolve-se em dois processos paralelos: a institucionalização da investigação como uma área de elevado estatuto social associada a uma profissão com cada vez maior especialização e ao crescimento dos meios de comunicação de massa. No entanto, a comunidade científica parece ainda não estar preparada para comunicar o seu trabalho, ou fá-lo de forma parcial, tanto que este trabalho de divulgação pode pecar por excesso ou por erro. Quer isto dizer que por vezes o público recebe mensagens altamente codificadas, de difícil penetração sem o auxílio de informação complementar – e fica ao critério de cada indivíduo explorar essas informações – ou mensagens extremamente simplificadas, normalmente veiculadas pelos meios de comunicação, em que existe um exagero na apresentação do trabalho científico e até alguma especulação, já que por vezes os mesmos caem na tentação de “heroicizar” os cientistas ou “efabular” os processos e descobertas. Em simultâneo, positivamente, existe um esforço em tornar a comunicação científica mais “horizontal” com os públicos – em oposição à comunicação vertical e hierarquizada proveniente de uma comunidade altamente especializada. (Bucchi, 2004; Gregory & Miller, 1998)

Muita da análise de conteúdo em relação à comunicação científica é sobre o texto, nomeadamente quanto à imprensa, o que justifica importância da utilização da imagem: esta permite colmatar muitas necessidades em relação à compreensão global da informação científica, já que comunica de forma mais imediata e é sensorialmente mais completa. No caso da televisão, por exemplo, o facto de vermos o ciclo de vida de uma planta e podermos ver essa planta a florescer graças ao aumento da velocidade da imagem. Na televisão, como afirmam Gregory & Miller (1998: 122-123), “o muito grande torna-se muito pequeno, o muito pequeno muito grande(...), as coisas

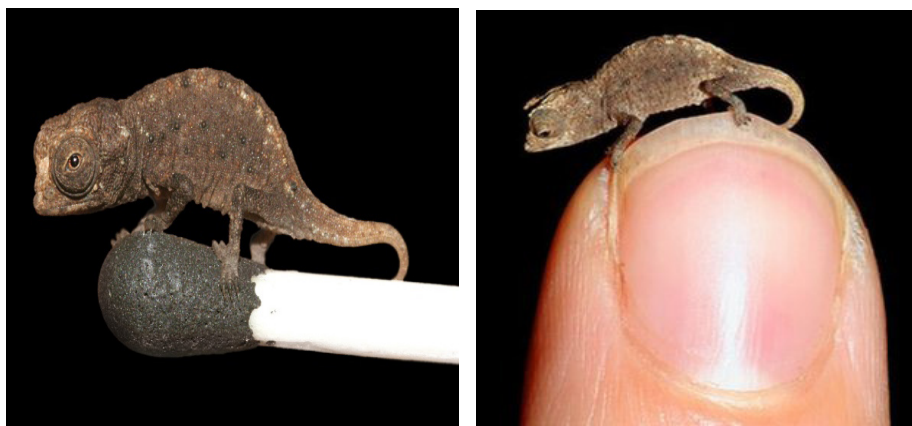
rápidas ficam mais lentas e as lentas mais rápidas”. A ciência precisa de ser lenta o suficiente para que possamos perceber os fenómenos, mas rápida para poder contar uma história em apenas uma hora. Quanto a esta questão, será útil pensar que o público que assiste à ciência através da televisão também procura um enredo, quer saber, por exemplo, como se extinguiram os dinossauros, qual a finalidade de determinado aparelho, ver a superfície de Marte e descobrir se aí existe água. Terá menos apetência para visualizar imagens microscópicas de um vírus por mais do que alguns segundos ou uma discussão sobre os esforços para atingir a cura para o cancro sem esse potencial espetacular das imagens (Gregory & Miller, 1998).

Aprendemos a reconhecer e ler as imagens na infância, ao mesmo tempo (ou ainda antes) que aprendemos a falar e as próprias imagens servem de suporte à aprendizagem (Joly, 1994). O contacto com a ciência ocorre, num primeiro nível, durante a aprendizagem escolar, mas mantém-se ao longo da vida através dos meios de comunicação. Interessa-nos aqui descrever a imagem como elemento que desencadeia o processo de interpretação das mensagens científicas. O cidadão comum consegue distinguir uma mensagem com conteúdo científico graças à capacidade adquirida através dos hábitos e das convicções desenvolvidas ao longo do período de contato com mensagens mediatizadas. Habitualmente, a mensagem visual é inserida no corpo de um texto, ou surge acompanhada de texto, permitindo assim ao recetor perceber melhor aquilo que está a ver, desde que essa mensagem seja também transmitida de forma clara e concisa, adaptada ao consumidor médio (Gregory & Miller, 1998).

Uma das áreas que mais se interessa pela descodificação das imagens é a da análise da imagem, que estuda, entre outras coisas, o “bom ou mau funcionamento” das imagens, a sua eficácia (Joly, 1994; Gervereau, 1997, Rose, 2007). A leitura de uma imagem não é universalmente igual, pois depende dos arquétipos associados à experiência de cada pessoa. A semiótica, paralelamente, interessa-se pela seguinte questão: “como é que as imagens produzem significado?”. Ao mesmo tempo, oferece-nos ferramentas para determinar como as imagens funcionam relativamente a “sistemas amplos de significação” (Rose, 2007).

Saussure definiu o signo como verbal. Peirce (1990) define-o a um nível geral, não tendo uma espécie, já que este pode ser táctil, olfativo, visual, auditivo. Em Peirce, o signo é qualquer coisa que representa algo para alguém. Um signo é-o efetivamente quando exprime ideias. De acordo com essa definição, pode dizer-se que tudo é signo pois a partir do momento em que somos seres socializados aprendemos a interpretar o que nos rodeia. Para este tema específico, aborda-se principalmente o signo icónico, pela questão da semelhança com o real, pela analogia com o referente. O significante representa algo por semelhança a outra coisa qualquer quando é icónico.



Fig. 1 e 2: Camaleão anão (*Brookesia micra*), Frank Glaw & Jörn Köhler<sup>1</sup>

A fotografia de um camaleão (fig. 1 e 2) é um signo icónico do camaleão. Com base na Teoria Geral dos Signos de Peirce centrariámos a questão da representação dos fenómenos científicos da seguinte forma: a imagem científica remete para o signo não verbal (é visual) icónico, porque representa a realidade, por exemplo, através de uma fotografia. A imagem científica (signo ou conjunto de signos) contém potencialidade significativa e desencadeia o processo de interpretação. É necessário também referir a relação dos signos com outros signos, como é o caso dos sintagmáticos e paradigmáticos, em que um determinado signo ganha significado através de outros signos.

Fig.3 – Cientista em laboratório<sup>2</sup>

Como se pode ver na figura 3, para se perceber que se trata de uma experiência científica, torna-se útil ver os vários signos presentes na imagem: o cientista prepara uma experiência no laboratório, onde se pode ver equipamento e utensílios associados à prática científica. É o exemplo de signos sintagmáticos (Rose, 2007) muito presentes na imagem animada, no cinema. No caso observado nas figuras 1 e 2, torna-se perceptível a dimensão reduzida do camaleão, mostrado em cima da cabeça

1 Fonte: *Nature* - <http://www.nature.com/news/366-days-images-of-the-year-1.11996>, acesso em 25/08/13; Fonte: *The Scientist* - <http://www.the-scientist.com/?articles.view/articleNo/33704/title/2012-s-Noteworthy-Species>, acesso em 25/08/13

2 Fonte: *Australian Nuclear Science and Technology Organization* [http://www2.ansto.gov.au/discovering\\_ansto/publications\\_audio\\_video\\_and\\_images/images\\_of\\_ansto/ansto\\_scientists\\_in\\_the\\_laboratory](http://www2.ansto.gov.au/discovering_ansto/publications_audio_video_and_images/images_of_ansto/ansto_scientists_in_the_laboratory), acesso em 25/08/13



de um fósforo ou na ponta de um dedo. Neste caso trata-se de signos paradigmáticos: funcionam em contraste com outros signos (Rose, 2007).

Os signos também se podem definir consoante a sua simbologia. Barthes (1964) menciona os signos denotativos, que, isolados, surgem numa primeira observação, e os diegéticos, que correspondem à soma dos signos denotativos. Quando reunidos, permitem compreender uma imagem. No sentido de esclarecer as funções icónicas da imagem, no que diz respeito à relação entre a imagem e o seu objeto de representação, Villafañe (2006) insere a imagem científica na categoria de imagem representativa, já que é uma cópia fiel da realidade que representa. Ao nível da realidade, trata-se de uma imagem natural, estabelece todas as propriedades do objeto e da sua identidade.

O processo de ver implica mecanismos básicos automáticos no sistema nervoso. A partir de um estímulo mínimo recebemos uma grande quantidade de informação. A informação visual tem um carácter direto, aproxima-nos do real. Dondis (1991:7) indica o seguinte exemplo:

“Quando a nave espacial Apollo alunou e os primeiros e vacilantes passos dos astronautas tocaram a superfície da Lua, quantos, de entre os telespetadores do mundo inteiro que acompanhavam a transmissão do acontecimento ao vivo, momento a momento, teriam preferido acompanhá-lo através de uma reportagem escrita ou falada, por mais detalhada ou eloquente que fosse?” (prossegue Dondis) “Ver é uma experiência direta, e a utilização de dados visuais para transmitir informações representa a máxima aproximação que podemos obter com relação à verdadeira natureza da realidade”

Damásio (1995:105) explica que todo o pensamento humano está dependente das imagens “o conhecimento factual que é necessário para o raciocínio e para a tomada de decisões chega à mente sob a forma de imagens”. Refere-se às imagens perceptivas, que são portadoras de informações do mundo exterior.

Para Gervereau (1997), aquilo que é importante reside no sentido da imagem, aquilo que o autor quis exprimir, de que se símbolos se serviu. No trabalho de análise, o semiólogo vai tratar de perceber o que acontece quando se passa do significante ao significado. “Observar uma imagem, ao invés da simples finalidade de consumo fugaz, é colocar-lhe questões” (Gervereau, 1997: 36). Estabelecendo um paralelismo com a análise da imagem artística, sugere uma grelha de análise, em que cada tarefa está tradicionalmente associada a um especialista. A descrição ao historiador de arte, a evocação do contexto ao historiador e a interpretação ao semiólogo. Se a exploração da temática de determinada imagem provém de uma primeira análise, a interpretação virá depois. Ainda de acordo com a conceção de Gervereau (1997: 49), importa destacar na análise da temática, a relação entre a imagem e o texto: o título ou a legenda constituem elementos fundamentais na produção de sentido. Barthes (1964), a este respeito, refere a função de ancoragem: a legenda ou o título, o texto escrito associado à imagem permitem à audiência escolher entre um conjunto de significados denotativos. Jean-Luc Godard, citado por Joly (1994: 135), afirma que “palavra e imagem é como cadeira e mesa, para estar à mesa precisamos das duas”.

Joly refere-se à importância do texto na descodificação. No caso da imagem científica verifica-se quase sempre a necessidade de uma informação ou contextualização sob a forma de legendagem ou texto informativo, comentário, já que esta precisa regularmente de uma explicação que descreva o que é representado - para demonstrar uma teoria ou situação, ou para fornecer informação sobre o autor, a data, etc. “Uma imagem é, com efeito, considerada verdadeira ou falsa não por causa daquilo que representa mas por causa daquilo que nos é dito acerca daquilo que ela representa” (Joly, 1994:136).

Ainda segundo Gervereau (1997), a inventariação permite-nos enumerar e organizar os elementos da imagem. Importa reunir os elementos perceptíveis. Posteriormente, tentaremos perceber que símbolos existem. É neste momento que o espetador regista e assimila os elementos que lhe parecem emblemáticos, para posterior descodificação, aplicada ao conjunto. Neste momento percebe-se o sentido primeiro. O significante (denotado), o significado (conotado) devem ser tidos em conta antes da fase de interpretação.

Vários autores atribuem às imagens um papel central na construção da vida social e esta tem sido objeto de intensa análise nos últimos anos. É o caso de Van Leeuwen e Gunther Kress (1998), responsáveis pela noção de “gramática visual”, Martine Joly (1994) ou Gillian Rose (2007). Interessam-se sobretudo pela análise do poder e dos efeitos dos materiais visuais. Os diversos modelos de análise provêm, contudo, de várias áreas, como a psicologia social, a semiótica, a semiótica social, as metodologias visuais e a linguística. Centremo-nos na perspetiva da semiótica social. Não podemos definir “público” sem ter em conta a identidade individual, mas sim considerar os recetores ativos e não passivos. Quando se estuda os efeitos de uma mensagem, é necessário ter em conta que a comunicação de massas não é um processo linear, como sugere a teoria behaviorista da “agulha hipodérmica” (Mcquail, 2003). Os estudos recentes dos meios de comunicação indicam que os públicos dos meios de comunicação são simultaneamente intérpretes desses meios de comunicação. Pessoas reais, com vidas, histórias e redes sociais. Esta noção de público ativo baseia-se nas crenças, ideologias e autonomia dos indivíduos. A interpretação das mensagens inicia-se cada vez que acedemos a um meio de comunicação, na condição de público interpretativo. Os produtores dos meios de comunicação constroem mensagens por vezes complexas, elas já têm um significado prévio, mas não podem ser “despejadas” num recetor passivo. Em vez disso, os recetores interpretam as mensagens, atribuindo-lhes significados socialmente partilhados. Esta partilha social dos meios de comunicação faz-se no quotidiano, quando falamos com alguém sobre algo que vimos na imprensa, na televisão, no cinema ou na internet, é através do retorno que os outros interlocutores nos dão sobre esses assuntos que vamos formando as nossas ideias, confirmando ou refutando assim as nossas induções (Hodge & Kress, 1999; Halliday, 1987) É também a polissemia constante nos signos que permite que uma mesma mensagem tenha vários significados para diferentes pessoas. Aquilo a que Fiske (1986) se referia como excesso de significado: uma

mensagem pode ter um significado relativamente unificado para a maior parte dos recetores mas também conter elementos que possam ser interpretados de forma diferente por cada pessoa. Este tipo de perspectiva contraria as noções de “significado dado” e “significado aberto” na medida em que o público não é um recetáculo sem massa crítica e o mesmo quadro interpretativo não é partilhado por todos de forma igual. Alguns significados vão ser mais facilmente construídos porque derivam de valores culturais largamente partilhados, outros (como no caso da informação científica) requerem um reenquadramento e o uso de fontes de informação alternativas.

Um código é entendido como um conjunto de modos de significação que são específicos de determinados grupos de pessoas. No contexto da ciência, diferentes tipos de públicos partilham diferentes códigos. Os produtores de conhecimento, utilizadores de um mesmo código, dependem dos códigos da audiência. A eficácia de uma mensagem visual científica depende do grau de conhecimento sobre aquilo que é retratado, do conhecimento específico do tema, da situação em que se insere, da especificidade da imagem, do significado atribuído pelos recetores. Isso vai depender, em todos os casos, do contexto da audiência, a sua cultura, cognição, ideologia (Joly, 1994). A isto está também associada a noção de expectativa, que condiciona a interpretação da mensagem, já que o espetador espera que aquilo que está a ver seja verosímil de acordo com aquilo que conhece ou desconhece.

Hall (1980) sugere que o público traz consigo os seus próprios conhecimentos e interpretações para lidar com os produtos dos meios de comunicação. O processo de codificar acontece quando um determinado código se incorpora na estrutura semiótica de uma imagem. O estudo de Hall (1980) dá relevância às mensagens e a sua interpretação pelo público e sugere que as mensagens são produzidas pelos meios de comunicação em função de certos códigos. Compreender esses códigos requer conhecimento das convenções do meio utilizado e o funcionamento da cultura, como refere também Aumont:

“Na nossa relação com a imagem, mobilizam-se vários códigos, alguns quase universais que nada têm a ver com a percepção, outro definitivamente naturais, mas já mais socialmente formados (os códigos de analogia, por exemplo), outros ainda totalmente determinados pelo contexto social. O domínio desses diferentes níveis de códigos será, logicamente, desigual, segundo os sujeitos e a sua situação histórica, e as suas interpretações resultantes irão diferir proporcionalmente” (Aumont, 2005:184).

Pode-se também colocar a tónica na cultura, nomeadamente a classe social, idade, género, raça. As mensagens são recebidas de forma diferente consoante estas especificidades. No caso da imagem científica, pode-se discutir se uma pessoa de classe média, que não partilha os mesmos recursos ou acesso à informação, tem o mesmo entendimento acerca de uma mesma imagem que uma pessoa de classe baixa. Será que um indivíduo de raça caucasiana interpreta a imagem de uma tribo africana da mesma forma que um indivíduo de raça negra?

Também de acordo com Hall (1980), as imagens não contêm ideias fixas mas dependem da negociação. Se por um lado uma fotografia pode ter um carácter

perfeitamente convencional para quem tem familiaridade com aqueles códigos e signos, por outro lado, os espetadores podem não aceitar tudo o que veem. É possível que, ao verem a fotografia do camaleão anão (figs. 1 e 2) alguns questionem a sua veracidade. A imagem pode ter, portanto, uma leitura preferida, ou dominante, em que os espetadores aceitam aquilo que veem de acordo com as suas convicções ou experiência. Se por outro lado há um questionamento, trata-se de uma leitura negociada. Finalmente, pode ser opositiva quando aquilo que veem na imagem é rejeitado.

Recorrendo à análise iconográfica proposta por Panofsky (1991), o confronto do ser humano com as representações ocorre em três níveis: o pré iconográfico ou primário, em que existe uma descrição e identificação mais elementar; o iconográfico ou secundário, que requer identificação e classificação e o iconológico ou intrínseco, que envolve a atribuição de significados.

Na receção da imagem informativa forma-se uma relação entre o espetador e a realidade, interposta pela imagem. A imagem científica é normalmente menos abstrata, mas é necessário um grau de conhecimento maior consoante aquilo que é representado, já que ela carrega significados mais ou menos abstratos consoante o espetador. A semiótica social interessa-se por essa questão (Hodge & Kress, 1999), o contexto – as circunstâncias sociais e culturais – em que esta transmissão de informação ocorre:

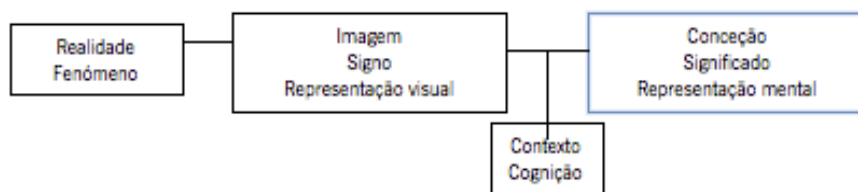


Fig. 4: Descodificação de mensagem visual em contexto

Podemos descrever nesta relação (fig. 4) os seus componentes: em primeiro lugar, a existência de um fenómeno, algo pertencente ao mundo observável, o conteúdo científico. Através da visualização, temos acesso à imagem epistémica que consiste em desenhos, pinturas, fotografias, imagens cinematográficas, imagens televisivas ou infográficas, os objetos materiais. Esta ganha significado através de esquemas, modelos, e estes tornam-se conceções, consistem em objetos imateriais. A semiótica social interessa-se pelo contexto e os modos de produção de sentido através da cognição, crenças, atitudes. Ao mesmo tempo, a própria designação de signo altera-se. Falamos antes em recursos semióticos, ações ou artefactos que usamos para comunicar, dos quais a imagem é um exemplo. Um recurso é um significante, uma ação observável e um objeto que foi concebido no domínio da comunicação em sociedade. Van Leewen (2005) afirma que assim que definimos um recurso (no nosso caso, a imagem científica), torna-se possível descrever o seu potencial semiótico, a potencialidade para fornecer significado. Por exemplo: que imagens científicas podemos observar? E que significados podemos obter dessas imagens? Tomando o termo "possibilidades" sugerido por Gibson (citado por Van Leewen, 2005: 4),

podemos referir as várias possibilidades de um determinado recurso. Elas advêm diretamente das propriedades observáveis. Contudo, diferentes observadores podem conceber diferentes possibilidades, dependendo dos seus interesses e da especificidade da situação em que encontram. A preocupação da semiótica social, prossegue Van Leeuwen (2005), é estudar o potencial semiótico de um recurso, a forma como esse recurso tem sido e pode ser usado com a finalidade de comunicar e traçar um inventário do passado, do presente e talvez do futuro dos recursos e dos seus usos. Kress (2001:76) afirma que:

“O social está no signo: não é uma correlação entre um signo autonomamente existente e uma realidade social exterior, de um contexto à volta dos signos ou à volta do texto, como signo complexo. O signo é plenamente social, é o trabalho do agente semiótico ao expressar o seu sentido no mundo social num determinado momento e das respostas afetivas nele incluídas. O signo carrega a história da sua produção e nisso carrega a história e os significados do grupo social em que ele é produzido”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens podem ser combinações de signos com significados sociais múltiplos. Estes significados derivam de códigos culturais socialmente construídos. Na progressão da imagem, desde a representação pictórica mais elementar, o desenho, em que assistíamos a uma quase livre (e estetizada) representação dos fenómenos naturais, passando pelo advento da fotografia, que permite representar com exatidão, realismo e objetividade, a comunicação de ciência desenvolve-se no sentido de uma institucionalização coadjuvada pelo crescimento dos meios de comunicação de massas, havendo um maior esforço de comunicar eficazmente com o público. Esse esforço de aproximação faz-se valer dos meios e técnicas de representação visual, sendo que as imagens preenchem o nosso quotidiano e é através destas que recebemos grande parte da informação. Trata-se de falar a “linguagem do público”.

Uma vez que a polissemia é fundamental nos signos, o significado de uma imagem nunca tem uma única origem ou destino final, envolve sempre uma negociação e é gerida de forma diferente por diferentes grupos de espetadores. Estas ações não são isoladas, existem já num mundo em que os significados são já formas de fazer coisas. A relação entre imagem e texto fica sempre em aberto, sendo considerada por vários autores como essencial para perspetivar o fenómeno da compreensão de informação, especialmente informação científica. Será interessante perceber qual o grau de “dependência” do visual face ao escrito ou qual o grau de complementaridade no que diz respeito à transmissão de informação. O potencial semiótico de que depende a eficácia da imagem científica e a forma como entendemos uma mensagem visual com informação científica vai depender essencialmente do contexto, no que diz respeito às nossas convicções, experiência, aprendizagem, uma vez que é essencial que a imagem científica possa ter uma leitura preferida – e esclarecedora, assim se possa retirar do mundo a informação correta

**REFERÊNCIAS**

- Abrantes, J. C. (1999) *Breves Contributos para uma Ecologia da Imagem* [disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/abrantes-jc-ecologia-imagem.html>, acessado em 28/01/2013].
- Arnheim, R. (1974) *Art and Visual Perception*, Londres: University of California Press.
- Aumont, J. (2005) *A Imagem*, Lisboa: Edições Texto&Grafia.
- Barthes, R. (1964) 'A Retórica da Imagem', *Communications*, 4: 40-51.
- Bártolo, J. M. (2011) 'A Imagem Luminosa, a Imagem Sombria. Claridade, Mediação e Revelação na Cultura Visual Moderna', in M. Martins et al. (eds.) *Imagem e Pensamento*, Coimbra: Grácio Editor, 47-54.
- Bucchi, M. (2004) *Science in Society*, Nova Iorque: Routledge.
- Burri, V. & Dumit, J. (2008) *Social studies of scientific images and visualization*, [Disponível em [http://dumit.net/wp-content/uploads/2004/12/Burri\\_Dumit-2007-Social-studies-of-scientific-imaging-visualization.pdf](http://dumit.net/wp-content/uploads/2004/12/Burri_Dumit-2007-Social-studies-of-scientific-imaging-visualization.pdf), acessado em 20/08/13]
- Carvalho, A. & Cabecinhas, R. (2004) 'Comunicação da Ciência: Perspectivas e Desafios', in Carvalho, A., Cabecinhas, R. (eds.) (2004) *Comunicação e Sociedade*, 6: 5-10
- Damásio, A. (1995) *O Erro de Descartes*, Lisboa: Publicações Europa América.
- Dondis, D. A. (1991) *Sintaxe da Linguagem Visual*, São Paulo: Martins Fontes.
- Eriksson, T & Sorensen, I. (2011) *Reflections on Academic Video*, [Disponível em [http://www.seminar.net/images/stories/vol8-issue1/Eriksson\\_Sorensen-article.pdf](http://www.seminar.net/images/stories/vol8-issue1/Eriksson_Sorensen-article.pdf), acessado em 20/08/13]
- Fiske, J. (1986) 'Television, Polisemy and Popularity', *Critical Studies in Mass Communication*, 4: 391-408.
- Gardies, R. (2007) *Compreender o Cinema e as Imagens*, Lisboa: Edições Texto&Grafia.
- Gervereau, L. (1997), *Voir, Comprendre, Analyser les Images*, Paris: Éditions Découverte.
- Gombrich, E.H. (2000) *Art and Illusion: Studies in the Psychology of Pictorial Representation*, Woodstock: Princeton University Press
- Gregory, J. & Miller, S. (1998) *Science in Public: Communication, Culture and Credibility*, Nova Iorque: Plenum Press.
- Gregory, J. & Miller, S. (1998) 'The Public Understanding of Science', in Wilson, A. (ed)(1998) *Handbook of Science Communication*, Bristol: Institute of Physics: 3-16
- Gross, A; Harmon, J.E.; Reidy, M.(2002) *Communicating Science : The scientific Article from the 17th Century to the Present*, Oxford: Oxford University Press
- Hall, S. (1980) 'Encoding/Decoding', *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural Studies*, Londres: Hutchinson, 128-138.
- Halliday, M.A.K.(1987) *Language as Social Semiotic : The Social Interpretation of Language and Meaning*, Londres: Edward Arnold
- Hodge, R. & Kress, G. (1999) *Social Semiotics*, Cambridge: Polity Press



- Joly, M. (1994) *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa: Edições 70.
- Kress, G. (2001) 'Semiotics and Sociolinguistics', in P. Cobley (ed) (2001), *Routledge Companion of Semiotics and Sociolinguistics*, Londres: Routledge, 66-83.
- Kress, G. & Van Leeuwen, T. (1998) *Reading Images: The Grammar of Visual Design*, Londres: Routledge
- McQuail, Denis (2003) *Modelos de Comunicação de Massas*, Lisboa: Notícias Editorial
- Mattelart, A. (1994) *A Invenção da Comunicação*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Panofsky, E. (1994) *Estudios sobre Iconologia*, Madrid: Alianza Editorial.
- Peirce, C. S. (1990) *Semiótica*, São Paulo: Perspectiva.
- Platão (S/D) *A República*, Lisboa: Europa América
- Ribeiro, J. (2001) *Passagem dos Rituais do Festival do Filme Científico ao Desenvolvimento da Cultura Científica, Cinematográfica e Tecnológica na Escola* [Disponível em [http://recil.grupo-lusofona.pt/bitstream/handle/10437/615/ribeiro\\_passagemrituaisfestival\\_%231de1.pdf?sequence=1](http://recil.grupo-lusofona.pt/bitstream/handle/10437/615/ribeiro_passagemrituaisfestival_%231de1.pdf?sequence=1), acedido em 02/02/13].
- Rose, G. (2007) *Visual Vethodologies : An Introduction to the Interpretation of Visual Materials*, Londres: Sage Publications.
- Sicard, M. (2006) *A Fábrica do Olhar: Imagens da Ciência e Aparelhos de Visão (séc. XV-XX)*, Lisboa: Edições 70.
- Van Leeuwen, T. (2005) *Introducing Social Semiotics*, Londres: Routledge.
- Villafañe, J. (2006) *Introducción a la Teoria de la Imagen*, Madrid: Ediciones Pirámide.

## Universidades e empresas em processo de transferência de conhecimento: uma visão geral sobre a comunicação interorganizacional

### *Universities and companies in process of knowledge transfer: an overview on interorganizational communication*

PAULA RIBEIRO<sup>1</sup> & TERESA RUÃO<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Este artigo visa apresentar uma parte das conclusões preliminares acerca da Comunicação Interorganizacional entre as universidades e as empresas no processo de transferência de conhecimento e, também, mostrar de que forma as políticas europeias para o ensino superior e a necessidade de diversificação das fontes de financiamento do ensino superior público intensificam estes relacionamentos, quer no quadro atual, quer no próximo Programa-Quadro Horizonte 2020.

Utilizamos como método de análise o estudo de caso de uma universidade e do interface universidade/empresa. Utilizámos a análise documental da legislação europeia, a realização de entrevistas semi-estruturadas e a observação participante. A investigação está ancorada na teoria geral das Ciências Sociais de Castells (2007). Podemos concluir deste estudo que as empresas vêm adquirindo dimensão estratégica nas universidades, tornando-se em stakeholders, estabelecendo relações de cooperação e de natureza comercial.

**Palavras-chave:** Comunicação Interorganizacional; universidades; empresas; transferência conhecimento

---

#### **Abstract**

This article aims to present some of the preliminary findings of research conducted around the interorganizational communication networks created between universities and companies in the process of transfer of knowledge and technology, and also how european policies for higher education and the need to diversify sources of funding of public higher education intensify these relationships. This communication also foresees as the new political strategy for Research and Innovation, stated in the next Framework Programme Horizon 2020.

Used as a method of analyzing the case study of a university, and the interface University / Company connected to this organization. We used document analysis and conducting semi-structured interviews. We can conclude from this study that the companies have been acquiring a strategic dimension in universities, whether spin-offs and start-ups or local companies, national and international, becoming stakeholders in establishing cooperative relationships with them and for commercial.

The research is anchored in the general theory of the Social Sciences Castells (2007).

**Keywords:** Interorganizational Communication; universities; companies; knowledge transfer

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / id3301@alunos.uminho.pt

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / trua0@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa realizada no âmbito de uma tese de doutoramento intitulada: “A Comunicação Interorganizacional em Transferência de Conhecimento: A abertura das universidades para as empresas”, em curso na Universidade do Minho, Braga, Portugal, sob orientação da professora Teresa Ruão. O objetivo é estudar a comunicação estabelecida nas relações interorganizacionais no processo de transferência de conhecimentos entre universidades e empresas, a fim de testar a tese inicial de que as empresas irão tornar-se num stakeholder das universidades, com as quais estabelecem uma comunicação estratégica.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira parte versa sobre o enquadramento sociológico do estudo. Aqui desenvolvem-se as duas variáveis principais: a Sociedade do Conhecimento e a Sociedade em Rede. Na segunda parte, aprofundamos os estudos de Comunicação Interorganizacional como um tipo dos estudos de Comunicação Organizacional. Na terceira parte, vamos verificar como a política europeia afeta as relações entre empresas e universidades e como o Sétimo Programa-Quadro e o novo Horizonte 2020 têm influência na intensificação destes fenómenos complexos de comunicação. E, na quarta parte deste estudo, apresentamos algumas técnicas de comunicação interorganizacional entre universidades e empresas no processo de transferência de conhecimento, assim como algumas conclusões preliminares. Esta investigação segue os resultados da pesquisa realizada na tese de doutoramento da professora Teresa Ruão, sobre a Comunicação Organizacional numa universidade pública (Ruão, 2008), onde, no mapa dos públicos da Universidade do Minho, no período 2002-2006, as empresas aparecem numa posição longe do núcleo, inseridas no público externo terciário, ocupando uma posição de pouca relevância. No entanto, apesar de ocuparem uma posição menos importante na Comunicação Organizacional da Universidade, a sua presença já é um prenúncio de um braço que se estende para a comunidade empresarial, local, nacional e internacional, evidenciando a abertura da universidade à sociedade. De acordo com o mesmo estudo, antes de 2002, as empresas não são considerados como partes interessadas da instituição, o que está a indiciar uma mudança estratégica.

“Nas últimas décadas do séc. XX deu-se a mudança ao modelo de universidade que vinha do século XIX e, a par da missão primogénita de ensino e detentora do conhecimento, as universidades vieram, devido às alterações das políticas para o financiamento das universidades, na década de 80, a repensar e orientar para novas formas organizacionais e novas missões na sociedade” (Ruão, 2008: 157).

O tópico da comunicação universidade-empresa não é novo. Na última década, os relacionamentos entre os centros de investigação, laboratórios e a indústria têm vindo a intensificar-se como consequência das exigências da sociedade do conhecimento, da alteração dos modelos de gestão e das políticas para o ensino superior. As organizações / universidades orientam-se cada vez mais para fora, num modelo de comunicação em rede. As empresas vêm adquirindo dimensão estratégica, podendo tornar-se num *stakeholder* das universidades, estabelecendo com elas

relacionamentos de cooperação, ou de outras naturezas, como de natureza comercial. As universidades, os centros tecnológicos, os núcleos de investigação são organizações intensivas em conhecimento.

A universidade nos tempos contemporâneos tem vindo a assumir cada vez mais o diálogo com as empresas. Esta abertura das universidades à sociedade, na qual se inclui o tecido empresarial, aparece como um vetor recente de orientação, a acrescentar aos seus papéis tradicionais, de ensino e de investigação científica. Para tal também têm contribuído as políticas públicas europeias para o ensino superior, as directrizes nacionais e a diminuição do peso das transferências dos Orçamentos dos Estados para financiamento das universidades, levando-as, também, criativamente a procurar novas formas de financiamento e de sustentabilidade.

## 2. ENQUADRAMENTO SOCIOLÓGICO

Castells (2000), utilizando uma metodologia indutiva, verificou que a Sociedade em Rede é uma estrutura social específica da “Idade da Informação”<sup>1</sup>; apresenta os fundamentos para uma Teoria da Sociedade em Rede, partindo da análise dos relacionamentos e das interações na morfologia da rede. Esta alteração na estrutura social aconteceu nos últimos vinte anos do século XX, à escala mundial, dando lugar a um *novo paradigma tecnológico*, baseado no conhecimento, onde as tecnologias de informação estão ao serviço do aumento e da aceleração do conhecimento e da informação, e onde “a Internet [tornou-se] no meio universal da comunicação interativa, mudando das tecnologias baseadas no computador para as tecnologias difundidas na rede (...), onde o processamento da informação está na origem da vida e da ação social” (Castells, 2000: 10). Vivemos numa *nova economia* baseada, segundo o modelo de Castells, nos três pilares: informacional, global e *networked* (trabalhada em rede). No centro da conectividade da economia global e da flexibilidade da produção da informação está uma nova forma de organização económica, a empresa em rede. Isto não é uma rede de empresas. É uma rede feita entre firmas ou segmentos de firmas, e/ou da segmentação interna das firmas. Grandes empresas são descentralizadas internamente como redes. Estas redes conectam-se entre elas em projetos empresariais específicos, e mudam para outra rede quando os projetos terminam. “O processo do trabalho está interconectado entre firmas, regiões e países, numa divisão espacial do trabalho onde as localizações das redes são mais importantes do que as hierarquias dos locais” (Castells, 2000: 12).

O espaço dos fluxos refere-se à possibilidade tecnológica e organizacional sem contiguidade territorial. As funções mais dominantes da nossa sociedade são organizadas em torno do espaço dos fluxos (...) dando origem a redes de interação pessoal. Este espaço requer uma infraestrutura tecnológica que opera a partir de uma determinada localização e é ela que conecta as pessoas localizadas em locais específicos (Castells, 2000: 14).

<sup>1</sup> “Por Idade da Informação refiro-me a um período histórico no qual as sociedades humanas realizam as suas atividades num paradigma tecnológico baseado na micro-eletrónica, tecnologias de informação/comunicação e engenharia genética.” (Castells, 2000: 05-06).

Desde os últimos 20 anos do século XX que os teóricos e os académicos falam da estrutura organizacional mais importante e emergente, a da metáfora da rede (Fulk, 2001). De acordo com Fisher (2007: 15), a metáfora da rede é o termo usado para se referir à complexa teia de relações entre as pessoas, departamentos e divisões, tanto no exterior como numa única organização. O objectivo da rede é a organização criar sinergia. Organizações em rede que têm diferentes estratégias e capacidades podem produzir um valor acrescentado que nenhuma outra organização possuiria sozinha (Fisher, 2007: 101-103). As organizações estão a tornar-se mais abertas e interligadas com o ambiente, onde as fronteiras se tornam difusas e novas formas de comunicação são feitas nestes novos cenários. As Ciências da Comunicação revelam que as novas configurações organizacionais são particularmente interessantes, porque os novos modelos organizacionais dependem fundamentalmente das formas de comunicação que trazem mudanças nas relações entre comunicação e estrutura organizacional (McPhee, 2001: 108).

Dos contributos sociológicos surge-nos a questão da Sociedade do Conhecimento, característica nuclear da sociedade contemporânea dos países desenvolvidos. Designação inicialmente utilizada pelo sociólogo espanhol Manuel Castells inspirador de uma corrente de autores que se debruçam sobre a sociedade e a economia baseada no conhecimento. No contexto das sociedades baseadas no conhecimento inserem-se também as organizações e os colaboradores baseados no conhecimento (Canary & McPhee, 2009, 2011; Grant, 1996), organizações que trabalham intensivamente com o conhecimento, como é o caso das universidades e centros tecnológicos, e os investigadores/docentes que desenvolvem investigação para produção de novo conhecimento. As universidades são organizações de conhecimento intensivo e pesquisadores trabalhadores do conhecimento intensivo.

### **3. A COMUNICAÇÃO INTERORGANIZACIONAL NOS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL**

Os estudos das redes de comunicação interorganizacionais adquiriram relevo com a mudança de paradigma das sociedades baseadas no conhecimento e nas redes. Entre esses estudos encontram-se os da difusão da inovação, que significa estudar como e porquê as pessoas decidem usar novas ideias, técnicas e tecnologias, sendo a transferência de tecnologia, um tipo especializado de difusão, à escala global, entre laboratórios e centros tecnológicos nacionais, universidades e parceiros empresariais (Singhal & Dearing, 2006).

“Difusão denota a propagação ao longo do tempo e do espaço de itens, ideias ou práticas. Dentro de estudos organizacionais, a pesquisa foi olhando para a difusão de inovações administrativas e tecnológicas dentro e entre populações, campos organizacionais e organizações individuais” (Rüling, 2008).

Assim, e apesar de muitas vezes a noção originalmente utilizada por muitos autores ser “transferência de tecnologia”, optou-se por utilizar a expressão “transferência de conhecimento”, conceito que engloba dimensões plurais e que parece mais

adaptado à dificuldade de separar os mundos de ciência, da tecnologia e da inovação (Latour 1987, 2005). A transferência de conhecimento é um tipo especializado de difusão entre laboratórios, universidades e as empresas. As perspectivas de comunicação organizacional contemporânea indicam uma mudança para modelos alternativos na hierarquia. Dentro do que é comum destacar a necessidade de fluidez das organizações, maximizando a participação e a descentralização. As universidades têm sido um dos atores mais ligados à produção e à transferência de conhecimento e assumem uma função enquanto nós das redes científicas e tecnológicas globais (Comissão Europeia, 2003).

O foco da teoria e da pesquisa a partir da perspectiva dos Sistemas Abertos mudou-se para as interações e interdependências entre as organizações e o meio. Consideram-se relações interorganizacionais “as transações de recursos relativamente duradouros, fluxos e ligações que ocorrem entre duas ou mais organizações” (Daft & Armstrong, 2009: 595). Cheney identifica os seguintes tipos de relações interorganizacionais ou parcerias estratégicas: aliança estratégica, *cluster* industrial, cartel, conglomerado, *joint venture*, licenciamento, franquia, consórcio de pesquisa, organizações em rede (2011: 555). Destacamos, para efeitos deste artigo, os consórcios de pesquisa, “uma associação ou uma combinação (por exemplo, empresas, instituições financeiras ou investidores) para efeitos da prática de investigação de interesse comum” (Cheney, 2011: 555), por termos feito a observação participante na criação de um consórcio. Estas são algumas das estruturas organizacionais emergentes para efeitos de pesquisa da Comunicação Interorganizacional (COI).

O tema da COI tem sido estudado por diversas Ciências Sociais e também pelas Ciências de Gestão e da Administração das empresas. Da escola de gestão e de negócios a colaboração estratégica entre empresas surge como um dos fatores críticos de sucesso (Paulraj, Lado, & Chen, 2008) e a Comunicação Interorganizacional como uma competência relacional crucial para a competitividade das empresas (Powell, Koput, & Smith-Doerr, 1996).

A Comunicação Interorganizacional ultrapassa os limites e a fronteira da própria organização, mudando o paradigma de perspectiva da organização face ao ambiente. Esta alteração da perspectiva moderna geocêntrica, na qual o ambiente gravita em torno da organização, para uma perspectiva pós-moderna, contemporânea, em que as fronteiras organizacionais são difusas, leva-nos a questionar como devemos designar as organizações que estão na teia dos relacionamentos interorganizacionais, como as alianças, consórcios, participações, *interfaces*, etc.

Como a comunicação é a “essência da vida organizacional”, seguindo o pensamento de Taylor, também a comunicação interorganizacional é o substrato dos relacionamentos entre organizações. A comunicação nas contemporâneas formas organizacionais só é possível graças à ligação virtual suportada pelas tecnologias de informação e comunicação, sendo o correio eletrónico ainda o suporte mais utilizado para as pessoas do conjunto heterogéneo se comunicarem. Os sistemas de informação são cada vez mais aplicados para dar suporte às ligações fora da organização,



donde que a atenção sobre estes públicos, designados por usuários/utilizadores externos, seja crucial para a gestão (Boonstra & Vries, 2005). Os sistemas interorganizacionais “são Tecnologia de Informação e de Comunicação (TIC) – baseada em sistemas, que permitem às organizações partilhar informação e realizar negócios eletronicamente em fronteiras organizacionais” (Boonstra & Vries, 2005: 485).

#### **4. DESIGN DA PESQUISA**

Os dados recolhidos para esta análise foram retirados da pesquisa documental das orientações da União Europeia referentes aos programas estratégicos, programas-quadro comunitários de apoio, em matérias de incentivo à investigação e à inovação, nos quais podemos avaliar o impacto das políticas públicas para transferência de conhecimento das universidades para as empresas. Também procedemos à mesma análise na legislação nacional, utilizando as seguintes variáveis de análise: o conhecimento, a rede, a relação e a transferência do conhecimento.

Para além da análise documental, fizemos uma entrevista exploratória ao responsável pela área de Transferência e Comercialização de Tecnologia, da TecMinho, o interface universidade/empresa, da Universidade do Minho, assim como efetuámos a observação participante na constituição de consórcios entre *spin-offs* da Universidade e parceiros estratégicos nacionais e estrangeiros.

#### **5. POLÍTICAS PÚBLICAS EUROPEIAS: COMO REFLETEM A ABERTURA DAS UNIVERSIDADES ÀS EMPRESAS — PRINCIPAIS DADOS ENCONTRADOS**

As fontes utilizadas para esta pesquisa foram: 1. Da Comissão Europeia – O Papel das Universidades na Europa do Conhecimento (2003); *The Governance of Higher Education in Europe* (2008); O Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia em matéria de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007-2013); Horizonte 2020 – Programa-Quadro para a Pesquisa e Inovação (2014-2020). 2. Da Organização de Comércio e Desenvolvimento Económico (OCDE) – *Policies for Education - Tertiary Education in Portugal* (OECD, 2006);

Passando em revista o campo das políticas públicas europeias e nacionais para o ensino superior, verificámos que se encontram manifestamente presentes, desde o ano 2000, os seguintes paradigmas e as seguintes orientações estratégicas: o paradigma da sociedade do conhecimento; o paradigma da sociedade em rede; a relação das universidades com as empresas; e a transferência e divulgação do conhecimento.

O princípio norteador da política europeia é a de uma Europa do Conhecimento, sendo que a orientação estratégica para o conhecimento, investigação e inovação promove os relacionamentos da comunidade de países europeus e a sustentabilidade económica da própria Europa. Este é o modelo de desenvolvimento em curso, que se intensifica para os próximos anos, conforme veremos, mais à frente, com a Nova Estratégia 2020.

“A economia e a sociedade do conhecimento nascem da combinação de quatro elementos interdependentes: a produção do conhecimento, essencialmente pela investigação científica; a sua transmissão através da educação e da formação; a sua divulgação com as tecnologias da informação e da comunicação; e a sua exploração através da inovação tecnológica” (Comissão Europeia, 2003: 5).

A Comissão Europeia, no *Conselho Europeu da Primavera de 2003*, apresentou a comunicação *O Papel das Universidades na Europa do Conhecimento*, onde expressa já estarem a surgir modos diferentes de produção, transmissão e exploração dos conhecimentos, aos quais se associam mais e novos atores, normalmente interligados em redes e num contexto global. A mudança de paradigma das universidades europeias e, por conseguinte, das universidades portuguesas, é o resultado de mudanças estruturais já identificadas pela Comissão Europeia em 2003, que assentaram em cinco grandes categorias: 1) No crescimento da procura de formação superior; 2) Na internacionalização da educação e da investigação; 3) No estabelecimento de uma cooperação estreita e eficaz entre universidades e empresas; 4) Na multiplicação dos lugares de produção dos conhecimentos; 5) Na reorganização do conhecimento. De entre estas cinco grandes áreas, a nossa investigação direciona-se sobretudo para o ponto três: para o estreitamento das relações entre as universidades e as empresas. Existe uma convergência estratégica das políticas da Comissão Europeia e das políticas nacionais para a relação das universidades com as empresas e para a transferência e divulgação dos conhecimentos:

“A cooperação entre as universidades e a indústria deve ser intensificada a nível nacional e regional. Deve também ser orientada com mais eficácia para a inovação, a criação de novas empresas, em termos mais gerais, para a transferência e divulgação de conhecimentos. Do ponto de vista da competitividade, é fundamental que os conhecimentos circulem livremente entre as universidades, as empresas e a sociedade. O registo da propriedade intelectual das universidades e a criação de novas empresas (*spin-offs* e *start-ups*) constituem os dois principais mecanismos através dos quais as competências especializadas e os conhecimentos adquiridos pelas universidades são transmitidos diretamente à indústria” (Comissão Europeia, 2003: 8).

Segundo a mesma fonte de informação, existiam poucos dados sobre esta transferência de conhecimento. Relativamente às empresas, um *Inquérito Comunitário à Investigação*, concluiu que apenas 5% das empresas considera a informação proveniente das instituições de ensino superior e das unidades de investigação uma fonte importante de informação em Investigação & Desenvolvimento (I&D). Desde 2003 até à data, a realidade foi alterada. Vamos investigar como se está a dar essa mudança. Segundo a mesma comissão,

“[a] divulgação do saber entre as empresas da UE, incluindo as PME dos sectores tradicionais, seria facilitada se as universidades promovessem activamente uma conexão universidade-indústria eficaz e explorassem de modo mais adequado os resultados do seu saber através das relações com a indústria. Os critérios de avaliação do desempenho das universidades poderiam ter em conta este desafio” (Comissão Europeia, 2003: 8).

Desde o Conselho Europeu de Lisboa, no ano 2000, que o papel da investigação como motor de desenvolvimento passou a ser um objetivo estratégico para toda a União Europeia. A política de investigação e de desenvolvimento tecnológico tem sido fomentada através de programas-quadro plurianuais que procuram responder às necessidades das seguintes organizações: empresas, incluindo as pequenas e médias empresas (PME), centros de investigação e universidades, em termos de investigação e de conhecimento, para além de visarem dar uma resposta às necessidades das políticas europeias, em termos mais gerais.

Contribuir para uma sociedade do conhecimento e para o desenvolvimento sustentável, através do aumento da competitividade da indústria e da excelência da investigação, são os princípios subjacentes às políticas europeias do *Sétimo Programa-Quadro em matéria de Investigação e de Desenvolvimento Tecnológico para o quadriénio 2007 a 2013*<sup>2</sup> (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 7). Para os próximos anos, na agenda europeia está a Decisão do Conselho que estabelece o *Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação, de 2014 a 2020*, que veremos mais à frente. De acordo com Maria da Graça Carvalho, eurodeputada e autora do *Relatório do Programa Específico de Execução do Horizonte 2020*, “o problema da Europa não é a falta de investigação científica de qualidade, mas a debilidade da sua transferência para a economia e da sua concretização no mercado” (Fórum dos Bolseiros, 2012).

No contexto atual da economia global, a investigação surge como um dos vértices do *triângulo do conhecimento*. Este triângulo comporta as *políticas de investigação*, as *políticas de educação* e as *políticas da inovação*, e a base assenta na importância fulcral do conhecimento para a promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental (União Europeia, 2010). Nesta triangulação desenha-se estrategicamente todo o crescimento e o emprego da União Europeia (UE). A aplicação prática do conhecimento desenvolve-se em três vertentes: (1) A investigação e a exploração dos resultados, com os subtópicos da Cooperação Industrial e das novas empresas nascidas da investigação (*spin-offs*); (2) Educação e formação dos investigadores; (3) Desenvolvimento regional e local (União Europeia, 2010).

A teia de relacionamentos neste universo da inovação e da investigação estende-se por vários campos. A nossa pesquisa privilegia apenas os relacionamentos que dizem respeito à difusão e à transferência de conhecimento das universidades e dos centros de investigação para a indústria/empresas, considerados, no contexto do sétimo programa-quadro, como um valor acrescentado essencial às ações de investigação europeias e a necessidade de serem adotadas medidas para promover a utilização dos seus resultados pela indústria, pelos decisores políticos e pela sociedade. Os direitos de propriedade intelectual devem também ser salvaguardados, inclusive no contexto do apoio ao combate à contrafação.

<sup>2</sup> Jornal Oficial da União Europeia (2006) ‘Decisão nº 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2003)’ - JO L 412 de 30.12.2006).

A difusão será considerada uma tarefa integral para todas as áreas temáticas, com restrições adequadas no caso do tema da segurança, em virtude dos aspetos confidenciais das atividades, nomeadamente através do financiamento de iniciativas de ligação em rede, seminários e eventos, assistência de peritos externos e serviços eletrónicos e de informação, em especial o CORDIS” (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 08).

“A mobilidade dos investigadores é essencial não só para a respetiva progressão na carreira mas também para garantir a difusão e transferência de conhecimentos entre países e sectores e assegurar que a investigação inovadora e de ponta nas várias disciplinas, beneficie de investigadores dedicados e competentes, bem como de recursos financeiros acrescidos” (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 02).

## **6. PROGRAMAS DE APOIO À INVESTIGAÇÃO, À INOVAÇÃO E À TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

### *6.1. O SÉTIMO PROGRAMA-QUADRO DA COMUNIDADE EUROPEIA DE ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DEMONSTRAÇÃO (2007-2013)*

Este programa engloba um conjunto de quatro programas específicos: “Programa Cooperação”; “Programa Ideias”; “Programa Pessoas”; “Programa Capacidades”. Estes programas correspondem aos objetivos particulares da política de investigação europeia. A vertente de investigação engloba: a investigação; a tecnologia; a educação; e a inovação. São as quatro áreas-chave. Daí que exista um programa-quadro de investigação e que existam outros programas comunitários. “A difusão e a transferência de conhecimento são um valor acrescentado essencial das ações de investigação europeias e serão adotadas medidas para promover a utilização dos seus resultados pela indústria, decisores políticos e sociedade.” (Conselho da União Europeia, 2006)

Este programa está dividido em quatro programas específicos: *Cooperação*, *Ideias*, *Pessoas* e *Capacidades*. Este programa-quadro está vocacionado para melhorar a qualidade e o impacto da investigação europeia e a sua relação com o mercado. O programa *Cooperação* tem por objetivo incentivar a cooperação e reforçar as relações entre a indústria e a investigação num contexto transnacional<sup>3</sup>; O programa *Ideias* destina-se a reforçar a “investigação de fronteira” na Europa, ou seja, a descoberta de novos conhecimentos que alterem fundamentalmente a nossa visão do mundo e o nosso modo de vida<sup>4</sup>; O programa *Pessoas* está vocacionado para o potencial

<sup>3</sup> Comunidade Europeia, ‘Decisão n.º 2006/971/CE, Decisão do Conselho, de 19 de Dezembro de 2006, relativa ao programa específico Cooperação de execução do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013)’ (Texto relevante para efeitos do EEE) - J.O. n.º 400/2006, Série L, de 30 de Dezembro. Acedido a 19.11.2012, em: [http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis971\\_2006.pdf](http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis971_2006.pdf).

<sup>4</sup> Comunidade Europeia, ‘Decisão n.º 2006/972/CE, Decisão do Conselho, de 19 de Dezembro de 2006, relativa ao programa específico Ideias de execução do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013) (Texto relevante para efeitos do EEE)’, in, J.O. n.º 400/2006, Série L, de 30 de Dezembro. Acedido a 19.11.2012, [http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis972\\_2006.pdf](http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis972_2006.pdf)

humano em investigação, incentivando as pessoas a enveredarem pela profissão de investigador, encorajando os investigadores europeus a permanecerem na Europa e atraindo investigadores de todo o mundo<sup>5</sup>. Uma das atividades do programa visa precisamente fomentar a capacitação dos investigadores para desenvolverem para além das competências científicas, as competências genéricas de *transferência de conhecimento e tecnologias e de relacionamento com as empresas, promovendo o espírito empresarial*. O apoio abrangerá o recrutamento de investigadores em início de carreira e a organização de ações de formação abertas também a investigadores que não pertençam à rede, bem como cátedras e/ou postos de alto nível na indústria para fins de transferência de conhecimentos e de supervisão (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 29).

#### 6.1.1. O PROGRAMA CAPACIDADES

O programa específico *Capacidades* promoverá a nível europeu as capacidades de investigação e inovação através das seguintes linhas orientadoras: (1) Otimização da utilização e desenvolvimento de infraestruturas de investigação; (2) Reforço das capacidades inovadoras das PME e da sua aptidão para tirar benefícios da investigação; (3) Apoio ao desenvolvimento de agregados regionais centrados na investigação; (4) Libertação de todo o potencial de investigação nas regiões de convergência e ultraperiféricas da UE; (5) Aproximação entre ciência e sociedade para uma integração harmoniosa da ciência e tecnologia na sociedade europeia; (6) Apoio ao desenvolvimento coerente de políticas de investigação; e (7) Ações e medidas de apoio à cooperação internacional (Conselho da União Europeia, 2006: 313).

No ponto 2 das grandes linhas orientadoras, remete para a ligação da investigação feita nas entidades de I&D, universidades, centros de investigação, com as pequenas e médias empresas (PME) europeias, com o objetivo do reforço da capacidade de inovação das PME, contribuindo para o desenvolvimento de novos mercados e de produtos de base tecnológica, promovendo a internacionalização da investigação, o alargamento das redes, a aquisição de *know-how* tecnológico, estreitando os elos de relacionamentos entre a investigação e a inovação (Conselho da União Europeia, 2006: 328).

A *Investigação em Benefício das PME*<sup>6</sup> no programa *Capacidades* pretende reforçar a capacidade inovadora das PME europeias. As PME's são consideradas fundamentais no setor industrial da Europa e na "cadeia de transformação dos conhecimentos em novos produtos, processos e serviços". A inovação contribui para o desenvolvimento de novos produtos e produtos de base tecnológica, ajudando as empresas a

<sup>5</sup> Comunidade Europeia, 'Decisão n.º 2006/973/CE, Decisão do Conselho, de 19 de Dezembro de 2006, relativa ao programa específico Pessoas de execução do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de actividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013) (Texto relevante para efeitos do EEE)'; in, J.O. n.º 400/2006, Série L, de 30 de Dezembro. Acedido a 19.11.2012, [http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis973\\_2006.pdf](http://www.qca.pt/pac/downloads/7PQ/Decis973_2006.pdf).

<sup>6</sup> Segundo a definição as empresas são consideradas micro, pequenas e médias empresas (PME) se cumprirem os critérios estabelecidos na Recomendação 2003/361/CE relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2005, nomeadamente, uma organização que não empregue mais do que 250 pessoas e que tenha um volume de negócios que não exceda os 50 milhões de euros. Mais informação: [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/sme-definition/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/sme-definition/index_en.htm).

internacionalizar a investigação, a aumentar as atividades de investigação, a alargar as redes, a explorar melhor os resultados da investigação e a adquirir saber-fazer tecnológico, colmatando o fosso entre investigação e inovação (Parlamento Europeu e Conselho, 2006) (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 32).

Face a uma concorrência crescente no mercado interno e a nível global, as PME europeias necessitam de aumentar a sua intensidade de conhecimentos e investigação, reforçar a exploração da investigação, expandir as suas atividades comerciais em mercados mais vastos e internacionalizar as suas redes de conhecimentos. A maior parte das ações dos Estados-Membros relevantes para as PME não incentivam nem apoiam a cooperação transnacional em investigação ou a transferência de tecnologias. São necessárias ações a nível da UE para complementar e promover o impacto das ações realizadas a nível nacional e regional (Parlamento Europeu e Conselho, 2006: 42).

#### 6.1.2. OS CONSÓRCIOS

A criação de consórcios entre as universidades, os centros de investigação e as pequenas e médias empresas, englobando PME's de, pelo menos, três países diferentes, maioritariamente e preferencialmente, países da União Europeia ou países associados, e *RTD (Research and Technological Development) performers* – universidades, organizações de pesquisa e empresas industriais, incluindo *research performing SMEs*, pelo menos dois dos quais devem ser independentes de todos os participantes e provenientes de qualquer país. Adicionalmente, outras empresas e utilizadores finais podem participar com pequenas contribuições para o projeto e também independentes de todos os participantes. Um consórcio tem no mínimo cinco elementos e no máximo dez. A questão da coordenação é atribuída ao participante que tiver mais conhecimento para as complexas funções de gestão e é aqui que as questões de comunicação inter-relacional se colocam. Com o objetivo de criar valor adicional para cada uma das organizações envolvidas foi desenvolvida uma atividade ao abrigo das linhas orientadoras do Programa específico “Capacidades”<sup>7</sup>, do Sétimo Programa-Quadro (2007-2013) da Comunidade Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (Parlamento Europeu e Conselho, 2006)<sup>8</sup>.

A pesquisa para Pequenas e Médias Empresas visa pequenos grupos de PME'S inovadoras que se juntam para resolver problemas tecnológicos e adquirem conhecimento tecnológico. O relacionamento entre a PME e o *RTD (Resercher Technological Developer)* neste programa caracteriza-se por uma relação (cliente-vendedor). A ideia

<sup>7</sup> Jornal Oficial da União Europeia (2006) ‘Decisão N.º 2006/974/CE do Conselho da União Europeia, de 18 de dezembro de 2006, relativa ao programa específico “Capacidades” de execução do Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013)’ L. 400 de 16.12.2006.

<sup>8</sup> Jornal Oficial da União Europeia (2006) ‘Decisão N.º 1982/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 18 de dezembro de 2006, relativa ao Sétimo Programa-Quadro da Comunidade Europeia de atividades em matéria de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração (2007 a 2013); L. 412 de 30.12.2006.



subjacente é permitir às PME's incrementar as suas atividades, comprando conhecimento às organizações de RTD. Este programa é um instrumento que permite às empresas adquirirem *know-how* e acederem a redes internacionais, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade empresarial a médio e longo prazo. De salientar ainda que a pesquisa para PMEs é um esquema *bottom-up*, o que significa que os projetos podem abordar qualquer tema de pesquisa em todo o campo da ciência e da tecnologia (*European Commission, Research for SMEs and Research for SME Associations at a glance, 2007*<sup>9</sup>).

Quanto às regras da propriedade intelectual, na fase de proposta, o consórcio tem de fornecer uma descrição clara e adequada de como os participantes organizam entre si os Direitos de Propriedade Intelectual (por exemplo, licenças, *royalties*).

No âmbito da preparação dos projetos das *start-up*, este programa possibilita, claramente, na prática, fazer a transferência de conhecimento dos centros de investigação para as empresas; observar, compreender e medir a comunicação interorganizacional entre as universidades, as associações universidade-empresas e as empresas, e medir, no futuro, os benefícios económicos e sociais que advêm da participação destas organizações nos consórcios.

Entre as atividades que visam desenvolver o “potencial da investigação” está previsto a organização de *workshops* e conferências a fim de facilitar a transferência de conhecimentos; assim como, para a difusão e transferência dos resultados da investigação devem ser levadas a cabo um conjunto de atividades e iniciativas de divulgação e promoção para os mercados internos e para os mercados internacionais. O conjunto de políticas e programas específicos visa, em última análise, a consolidação das bases do Espaço Europeu de Investigação (EEI).

## 6.2. O HORIZONTE 2020 E AS TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS EUROPEIAS PARA A INVESTIGAÇÃO

O próximo Programa-Quadro, Horizonte 2020 (2014-2020), o oitavo programa desde a constituição da União Europeia, em vigor a partir do dia 01 de janeiro de 2014, insere-se na estratégia global, Estratégia Europa 2020, para todos os estados membros da União Europeia. O programa promete alterar a paisagem da investigação na Europa afastando as dificuldades à entrada nas redes europeias, alargando-as a um maior número de participantes, independentemente da sua dimensão ou peso no mercado. Para tal será imprescindível melhorar a transferência das mesmas. Esta é uma questão de grande importância para as PME, as universidades e os centros de investigação, sobretudo os de menor dimensão.

O Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) é o instrumento financeiro para implementar a iniciativa emblemática da “União da Inovação”, o que em termos estratégicos promoverá o aumento da competitividade

<sup>9</sup> European Commission (2007). Research for SMEs and Research for SME Associations at a glance. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities. Acedido a 11.12.2012, em [http://ec.europa.eu/research/sme-techweb/pdf/sme\\_funding\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/sme-techweb/pdf/sme_funding_en.pdf)

da Europa, do emprego, da qualidade de vida<sup>10</sup>. Através da Investigação e da Inovação geram-se as descobertas científicas e tecnológicas necessárias para enfrentar os desafios atuais. A Comissária para a Investigação, Inovação e Ciência, Máire Geoghegan-Quinn declarou:

“Necessitamos de uma nova visão para a investigação e inovação europeias num contexto económico profundamente alterado. O Programa-Quadro Horizonte 2020 estimula diretamente a economia e garante a nossa base científica e tecnológica e a nossa competitividade industrial para o futuro, oferecendo a promessa de uma sociedade mais inteligente, mais sustentável e mais inclusiva” (Panteli & Sockalingam, 2005. Comunicado de imprensa, 30/11/2011).

A área da Investigação e da Inovação revela-se prioritária e fundamental, dependendo dela todo o crescimento da Europa. Em termos gerais, haverá uma aposta maior nesta área, sendo que o investimento nacional de cada país, nesta área, deverá, em 2020, atingir a meta correspondente a 3% do PIB. O Horizonte 2020 congrega todo o financiamento da EU para esta área, incluindo as atividades ligadas à inovação do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação e o Instituto de Inovação e Tecnologia (EIT)<sup>11</sup> e pauta-se pela simplicidade dos procedimentos, pela abertura dos investimentos aos investigadores, jovens investigadores e inovadores, pelo apoio à inovação e às atividades próximas do mercado, pela forte aposta na criação de soluções empresariais, dispostas em três prioridades chave, que correspondem também às prioridades da Estratégia Europa 2020 e à União da Inovação: *Excelência Científica*; *Liderança Industrial*; e *Desafios Societais*. A primeira prioridade vai para os investigadores, para as organizações onde se desenvolve a investigação e para as *infraestruturas de investigação*. A prioridade da *Liderança Industrial* “proporcionará grandes investimentos em tecnologias industriais essenciais e maximizará o potencial de crescimento das empresas europeias ao dotá-las dos níveis adequados de financiamento e ao contribuir para que as PME inovadoras se desenvolvam e transformem em empresas líderes a nível mundial”. Quanto aos grandes *Desafios Societais*, entre outras áreas, destacamos a forte aposta nas Ciências Sociais e Humanas e em “atividades relacionadas com a inovação”, como ações piloto e de demonstração e ainda a promoção das *Parcerias Europeias de Inovação*.

Verifica-se a tendência para a intensificação dos relacionamentos universidade-empresas, investigação científica e inovação.

### 6.3. O CASO PORTUGUÊS

O relatório da OCDE (2006) para Portugal refere os seguintes programas orientados para o desenvolvimento das relações universidade-indústria: o programa de Inserção de Doutores e Mestres nas Empresas; IDEIA Aplicada I & D nas Empresas;

<sup>10</sup> Comissão Europeia (2012). Research&Innovation: Horizon 2020. Acedido a 01.11.2012, em [http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm).

<sup>11</sup> “O EIT desempenhará um papel importante ao combinar investigação, educação e inovação de nível excelente, integrando assim o triângulo do conhecimento. O EIT atingirá este objetivo principalmente mediante as Comunidades do Conhecimento e Inovação (KIC). Além disso a Comissão Europeia velará por que as experiências sejam partilhadas para além das KIC através de medidas orientadas de difusão e partilha de conhecimentos”.

Centros de Excelência; NEST Novas Empresas de Base Tecnológica; a Iniciativa NEOTEC. Neste relatório encontra-se uma breve informação descritiva de cada uma das iniciativas, e constatamos que não existe qualquer análise das mesmas. Para o quadriénio 2010-2014, a orientação política para o ensino superior em Portugal, fica marcada apenas com esta informação, muito lata, visando somente as grandes empresas, não atendendo às empresas PME, como seria desejável pela Comissão Europeia:

“Em estreita colaboração com empresas e outras instituições nacionais, estão hoje em curso redes temáticas de pós-graduação e investigação de elevado reconhecimento internacional, com impacto na formação especializada de quadros superiores em Portugal e no desenvolvimento de núcleos de investigação, envolvendo as maiores empresas a operarem em Portugal. Exemplos incluem as áreas dos sistemas sustentáveis de energia e transportes, da bioengenharia, do desenvolvimento de produto e sistemas avançados de produção, da engenharia de *software*, das redes e segurança de informação e comunicação e do desenvolvimento de conteúdos digitais interativos, assim como da formação de gestores de topo para o sector empresarial” (Ministério da Ciência, 2010).

De acordo com o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (2007), aprovado pela Lei nº 62/2007, no artigo 2º, o diploma indica cinco orientações acerca da missão do ensino superior: 1) a qualificação de alto nível dos portugueses, a produção e difusão do conhecimento, bem como a formação cultural, artística, tecnológica e científica dos estudantes, num quadro de referência internacional; 2) valorização da atividade dos investigadores, docentes e funcionários; 3) promoção da mobilidade efetiva de estudantes e diplomados, tanto a nível nacional como internacional, designadamente no espaço europeu de ensino superior; 4) o direito e o dever de participar, isoladamente ou através das suas unidades orgânicas, em atividades de ligação à sociedade, designadamente de difusão e transferência de conhecimento, assim como de valorização económica do conhecimento científico; 5) o dever de contribuir para a compreensão pública das humanidades, das artes, da ciência e da tecnologia, promovendo e organizando ações de apoio à difusão da cultura humanística, artística, científica e tecnológica e disponibilizando os recursos necessários a esses fins.

É curioso notar que o esforço europeu de aproximação das universidades às empresas não se traduz da mesma forma no esforço nacional para atingir as metas propostas. Pautamo-nos pela atual *Contrato de Confiança no Ensino Superior para o Futuro de Portugal, Evolução do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, 2010-2014*, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, datado de setembro de 2010, onde a única referência que temos é:

“uma estreita colaboração com empresas e outras instituições nacionais, estão hoje em curso redes temáticas de pós-graduação e investigação de elevado reconhecimento internacional, com impacto na formação especializada de quadros superiores em Portugal e no desenvolvimento de núcleos de investigação, envolvendo as maiores empresas a operarem em Portugal” (Ministério da Ciência, 2010).

A política nacional para o ensino superior, quer para o sistema universitário quer para o sistema politécnico, está muito mais voltada para o alcance de metas numéricas, para objetivos de incremento da quantidade de diplomados, meta dos 40% de licenciados na faixa etária dos 30 aos 34 anos, quer para o aumento de alunos inscritos com mais de 23 anos, para o ensino à distância, ou ainda o aumento de alunos em pós-graduação e em doutorados. O foco centra-se apenas nas variáveis formação e ensino, sendo que, como vimos, o triângulo estratégico do conhecimento é composto pelos vértices do ensino, investigação e inovação, tópicos que não são contemplados neste programa de desenvolvimento nacional.

#### 6.4. ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM PORTUGAL

Ao nível do Ensino Superior Politécnico também é função dos docentes participar em tarefas, designadas como *tarefas de extensão*, que englobam a divulgação científica e tecnológica e a valorização económica e social do conhecimento<sup>12</sup>. Estas são as disposições manifestas no *Estatuto de Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico*<sup>13</sup>.

Prevê-se também, em termos de orientação para a ação, promover a “colaboração entre os institutos politécnicos e outras instituições, designadamente através da dispensa de serviço docente para a participação, por períodos determinados, em projetos de investigação ou extensão” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Estatuto de Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico* (5765).

E ainda, “cooperar interessadamente nas atividades de extensão da instituição de ensino superior, como forma de apoio ao desenvolvimento da sociedade em que essa ação se projeta” (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Estatuto de Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico*, 2009: 5768).

Os conceitos de transferência de conhecimento ou tecnologia e de difusão não são utilizados neste estatuto, optando-se pelo termo “extensão”. Consideramos que o termo “extensão” designa o que vai para além dos limites da organização. Neste ir além dos limites, enquadram-se então os conceitos: Divulgação científica/tecnológica; Valorização do conhecimento, quer em termos sociais, quer em termos económicos; Colaboração entre os institutos e outras organizações.

#### 6.5. A PROPRIEDADE INTELECTUAL NA LEGISLAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR EM PORTUGAL

O *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior* [JRIES], no artigo 115.º, estabelece que os rendimentos provenientes da propriedade intelectual são uma das formas de financiamento das instituições de ensino superior, enquadrando-os

<sup>12</sup> De acordo com o exposto no artigo 2.º -A, do Estatuto de Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), Decreto Lei n.º 207/2009 de 31 de agosto, para além destas atividades, fazem também parte das funções dos docentes do ensino superior politécnico: a prestação do serviço docente, a orientação dos alunos, a realização de atividades de criação cultural ou de desenvolvimento experimental e a participação na gestão das instituições.

<sup>13</sup> Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de agosto. Diário da República n.º 168/2009 - Série I. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa.

na rubrica das 'receitas'<sup>14</sup>. Não se encontra mais nenhuma referência à propriedade intelectual nas normas jurídicas que regulam todas as instituições de ensino superior, quer públicas, quer privadas, em Portugal (Ribeiro, 2012).

No caso específico do ensino superior politécnico, regulado pelo *Estatuto de carreira do pessoal docente do ensino superior politécnico*, a propriedade intelectual significa a defesa do material pedagógico produzido pelos docentes. “É especialmente garantida aos docentes a propriedade intelectual dos materiais pedagógicos produzidos no exercício das suas funções, sem prejuízo das utilizações lícitas (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Estatuto de Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico*: 5780).

## **7. A COMUNICAÇÃO INTERORGANIZACIONAL ENTRE UNIVERSIDADES E EMPRESAS NO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

Este ecossistema engloba muitas organizações diferentes: (1) as universidades, (2) centros de pesquisa (3) *interfaces* de transferência de tecnologia e registo de propriedade intelectual (escritórios ou departamentos de Transferência de Tecnologia), (4) as incubadoras de empresas, (5) parques tecnológicos (6), *spin-offs* (7), *start-ups* (8); empresas; (9) as associações empresariais; (10) as agências dos programas europeus de financiamento; (11) outros.

Observamos algumas comunicações interorganizacionais no *interface* universidade/indústria, da Universidade do Minho, através da criação de consórcios entre *spin-offs* da universidade, centros de investigação e PME's, dentro das atividades do programa *Capacidades*.

Como se estabeleceu a comunicação na fase de pesquisa e construção dos consórcios? A comunicação presencial é o ponto de partida para o desenvolvimento do projeto. A comunicação dialógica, em reuniões presenciais da equipa – composta por dez estagiários e pelo coordenador, responsável pela divisão de Comercialização de Tecnologia, permite transmitir as informações acerca do projeto, a definição das primeiras tarefas e respetivos prazos de execução, bem como, o esclarecimento de dúvidas. Cada um tem tarefas específicas, independentes, e com base na pesquisa de informação disponível na Web a equipa tem de selecionar parceiros que reúnam as melhores condições para cada consórcio. Os documentos escritos são o ponto de partida. O correio eletrónico entre cada elemento da equipa e o coordenador foi a forma privilegiada de comunicação, quer para receber a indicação de tarefas, quer para solicitação de informações específicas, agendamento de reuniões ou envio dos trabalhos em formato eletrónico. Os documentos finais e contratos de consórcio são documentos formais, onde os detalhes são explicados. Entre cada organização envolvida não houve comunicação. Compete ao Gabinete de Transferência de Tecnologia comunicar e coordenar com as diversas partes.

<sup>14</sup> Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro. Diário da República n.º 174/2007 - Série I. Assembleia da República. Lisboa.

### 7.1. A VIDEOCONFERÊNCIA COMO MEIO DIGITAL NA COMUNICAÇÃO INTERORGANIZACIONAL

A videoconferência é um recurso tecnológico e um meio de comunicação cada vez mais utilizado pelas universidades e materializa a Comunicação Interorganizacional entre as universidades, os centros tecnológicos e as empresas, quer nos *relacionamentos* com *stakeholders* nacionais, quer na interligação com empresas internacionais, devolvendo a esta atividade o cariz global.

Em 30 de janeiro de 2013 realizou-se a primeira videoconferência do ciclo *Start me up to Sweden*, realizada pela TecMinho e pela Universidade do Minho. Envolvidos neste evento de divulgação, com vista a promover a internacionalização das *start-ups* portuguesas e para enquadrar Portugal como um país com recursos humanos altamente qualificados, estão os organizadores do evento, a nível governamental, a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e, em termos diplomáticos e de relações externas com outros países, esteve envolvido o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o embaixador de Portugal na Suécia, Embaixador Manuel Marcelo Curto.

Estiveram envolvidas quatro universidades portuguesas e quatro *start-ups* pertencentes a cada uma das universidades, e um interface de transferência de tecnologia, a TecMinho. Concretamente, estiveram presentes nesta videoconferência, a EXVA – *Experts in Video Analysis*, da Universidade do Minho; a *Shipperline*, do Instituto Superior Técnico de Lisboa; a *Tomorrow Options*, da Universidade do Porto; e a *Waydip*, da Universidade da Beira Interior.

Por parte das entidades suecas participaram as empresas de capitais de risco e de investimento interessadas em conhecer as *start-ups* portuguesas. Estiveram presentes: Magnus Rehn – Business Coach na STING<sup>15</sup>; Marie Reinus – CEO da Swedish Private Equity and Venture Capital Association (SVCA)<sup>16</sup>; Lars-Eric Larsson – Deputy Enterprise Manager na UU Innovation (Universidade de Uppsala)<sup>17</sup>; Siimon Vaske – Business Development Coach na KTH Innovation (Universidade KTH)<sup>18</sup>.

O motor dos relacionamentos dos intervenientes envolvidos nesta ação foi a AICEP em articulação com a embaixada de Portugal no país. Depois a embaixada estabeleceu os contactos com potenciais interessados no país. A comunicação estabelece-se de uma forma bidirecional. Primeiro as empresas apresentam os seus serviços e depois existe uma parte de diálogo através de perguntas e respostas.

O segundo ciclo de conferências, no âmbito do programa *Start me up to Sweden*, teve como objetivo promover a implantação em Portugal de empresas *start-up* suecas para dinamização do mercado português e criação de novos postos de trabalho de recursos humanos altamente qualificados. A segunda videoconferência do ciclo *Start me up to Sweden* decorreu no Biocant Park, em Cantanhede. O evento, organizado a 6 de março pela AICEP, e o embaixador de Portugal na Suécia, Manuel

<sup>15</sup> <http://www.stockholminnovation.com/EN/11/start>

<sup>16</sup> <http://www.svca.se/en/>

<sup>17</sup> <http://www.uuinnovation.uu.se/>

<sup>18</sup> <http://www.kth.se/en/innovation>



Marcelo Monteiro Curto, em colaboração com entidades portuguesas de apoio ao empreendedorismo e inovação que incluem a TecMinho, abarcaram um primeiro momento, em que as *start-up's* suecas apresentaram os seus serviços a espaços de incubação e interfaces universitários e entidades de capitais de risco portuguesas.

Seguiu-se a apresentação conjunta das entidades de apoio ao empreendedorismo e incubação do Norte e Centro de Portugal, efetuada por Brigita Jurisic (TecMinho), para além da apresentação do Madan Park (Universidade Nova de Lisboa), a Portugal Ventures e EDP Ventures, do lado das entidades portuguesas.

A videoconferência teve lugar no KIC InnoEnergy em Estocolmo (Suécia) e em Portugal, no *Biocant Park* em Cantanhede, com ligação online à Universidade Nova de Lisboa. Com cada videoconferência realizada no ciclo *Start me up to Sweden*, pretende-se que os ecossistemas de inovação e empreendedorismo português e suecos se tornem mais próximos, fomentando a colaboração das *start-ups* e entidades que as apoiam em ambos países.

## 8. CONCLUSÕES PRELIMINARES

Podemos concluir com este estudo que as empresas têm vindo a adquirir uma dimensão estratégica nas universidades, quer sejam as *spin-off's* e *start-up's* ou empresas locais, nacionais e internacionais, bem como que a orientação estratégica das políticas europeias converge no mesmo sentido. As políticas públicas nacionais e europeias promovem a abertura das universidades às empresas. Algumas receitas provenientes de *royalties* e da transferência e comercialização de tecnologia são recursos para financiar as necessidades orçamentais das universidades. Por exemplo, na universidade estudada, no ano de 2012, as receitas provenientes da transferência de tecnologia representaram o maior montante desde sempre.

Outras conclusões a retirar: há problemas de diálogo, e muitas PME's ainda vêem as universidades como algo inacessível; competências em comunicação são necessárias, assim como comunicadores. O número de contratos tem aumentado nos últimos anos, assim como o número de relacionamentos interorganizacionais que envolvem a pesquisadores, *spin-off's*, *start-up's* e empresas tem sido intensificado. Nos próximos anos, haverá uma intensificação dos relacionamentos, pesquisa científica e inovação.

## FINANCIAMENTO



**REFERÊNCIAS**

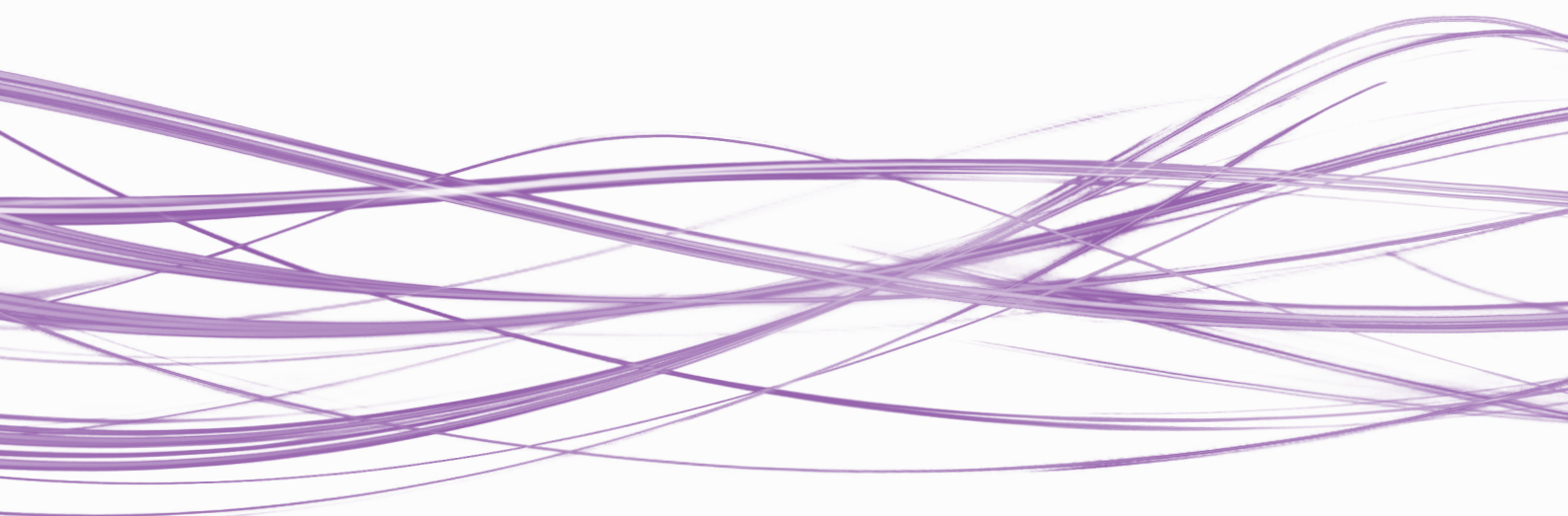
- Boonstra, A. & Vries, J. (2005) 'Analyzing Inter-Organizational Systems From a Power and Interest Perspective', *International Journal of Information Management*, 25(6): 485-501.
- Canary, H. & McPhee, R. (2009) 'The Mediation of Policy Knowledge: An interpretive analysis of intersecting activity systems', *Management Communication Quarterly*, 23(2): 147-187.
- Canary, H. & McPhee, R. (eds) (2011) *Communication and Organizational Knowledge: Contemporary Issues for Theory and Practice*, New York: Routledge.
- Castells, M. (2000) 'Materials for an Exploratory Theory of the Network Society', *British Journal of Sociology*, 51(1): 05-24.
- Castells, M. (2007) *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cheney, G.; Christensen, L.; Zorn, T. & Ganesh, S. (2011) *Organizational Communication in an Age of Globalization: Issues, Reflections, Practices*, Long Grove: Waveland Press.
- Comissão Europeia (2003) 'O Papel das Universidades na Europa do Conhecimento', *Comissão Europeia*, Bruxelas: *Comissão das Comunidades Europeias* [Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0058:FIN:PT:PDF>, acessado em 16/05/2011].
- Daft, R. & Armstrong, A. (2009) *Organization Theory and Design*, Toronto: Nelson Education.
- Deetz, S. (1997) 'The Business Concept and Managerial Control in Knowledge-Intensive Work: A case study of discursive power' in Beverly Sypher (Ed.) *Case Studies in Organizational Communication: Perspectives on contemporary work life*, New York: The Guilford Press, pp. 183-243.
- European Commission (2007) 'Research for SMEs and Research for SME Associations at a glance', Luxembourg: *Office for Official Publications of the European Communities* [Disponível em [http://ec.europa.eu/research/sme-techweb/pdf/sme\\_funding\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/sme-techweb/pdf/sme_funding_en.pdf), acessado a 11/12/2012].
- European Commission (2012) 'Research & Innovation: Horizon 2020' [Disponível em [http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index\\_en.cfm](http://ec.europa.eu/research/horizon2020/index_en.cfm), acessado a 01/11/2012].
- Fisher, D. (2007) *Communication in Organizations*, Mumbai: Jaico.
- McPhee, R. & Poole, M. (2001) 'Organizational Structures and configurations' in
- Fredric Jablin & Linda Putnam (eds) (2001) *The New Handbook of Organizational Communication: Advances in Theory, Research, and Methods*, Thousand Oaks: Sage Publications, pp 503-43.
- Fórum dos Bolseiros (2012) 'Horizonte 2020 / Oitavo Programa-Quadro', [Disponível em <http://forum.bolseiros.org/viewtopic.php?f=8&t=4924>, acessado a 20/11/2012].
- Fulk, J. (2001) 'Global Network Organizations: Emergence and future prospects', *Human Relations*, 54(1): 91-9.
- Grant, M. (1996) 'Prospering in Dynamically-Competitive Environments: Organizational capability as knowledge integration', *Organization Science*, 7(4): 375-87.

- OECD (2006) 'Reviews of National Policies for Education – Tertiary Education in Portugal. Background Report', *Organização Económica de Cooperação e Desenvolvimento*, Lisboa: Centro Cultural de Belém [Disponível em [http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MCTES/OCDE\\_Rel\\_Ens\\_Sup.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MCTES/OCDE_Rel_Ens_Sup.pdf), acessado em 19/05/2011].
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010) 'Evolução do Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior, 2010-2014' Lisboa: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, pp 1-21.
- Panteli, N. & Sockalingam, S. (2005) 'Trust and Conflict Within Virtual Inter-Organizational Alliances: A framework for facilitating knowledge sharing', *Decision Support Systems*, 39(4): 599-617.
- Paulraj, A., Lado, A. & Chen, I. (2008) 'Inter-organizational Communication as a Relational Competency: Antecedents and performance outcomes in collaborative buyer-supplier relationships', *Journal of Operations Management*, 26(1): 45-64.
- Powell, W.; Koput, K. & Smith-Doerr, L. (1996) 'Interorganizational Collaboration and the Locus of Innovation: Networks of learning in biotechnology', *Administrative Science Quarterly*, 41: 116-45.
- Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, Lei nº 62/2007 C.F.R. (2007) [Disponível em [http://www.crup.pt/images/documentos/legislacao/regime\\_juridico/Lei\\_n.\\_62.2007\\_de\\_10\\_de\\_Setembro.pdf](http://www.crup.pt/images/documentos/legislacao/regime_juridico/Lei_n._62.2007_de_10_de_Setembro.pdf), acessado em 19/05/2011].
- Ribeiro, P. (2012) 'A Organização em Rede e as Redes de Comunicação Interorganizacional no Ensino Superior: Consequências das políticas públicas de abertura das universidades às empresas', Comunicação apresentada ao *Seminário Internacional Empreendedorismo e Políticas Públicas*, 22 e 23 de novembro 2012, Braga.
- Ruão, T. (2008) 'A Comunicação Organizacional e os Fenómenos de Identidade: A aventura comunicativa da formação da Universidade do Minho, 1974-2006', Tese de Doutoramento, Braga: Universidade do Minho, [Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/8841>, acessado em 16/10/2010].
- Ribeiro, P. (2013) 'As Redes de Comunicação Interorganizacional na Transferência de Conhecimento entre as Universidades e as Empresas'. *XIII Congresso Internacional IBERCOM – Comunicação, Cultura e Esferas de Poder*, 29 a 31 de maio 2013, Santiago de Compostela.
- Rüling, C. (2008) 'Diffusion' In Bailey (ed), *International Encyclopedia of Organization Studies*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications, [Disponível em <http://dx.doi.org/10.4135/9781412956246>, acessado a 26.05.2013].
- Singhal, A. & Dearing, J. (eds) (2006) *Communication of Innovations*, Nova Deli: Sage.
- União Europeia (2010) 'Sétimo Programa-Quadro (2007-2013)' [Disponível em [http://europa.eu/legislation\\_summaries/energy/european\\_energy\\_policy/i23022\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/energy/european_energy_policy/i23022_pt.htm), acessado a 15.11.2012].

V.



## Uso dos Média, Literacia e Cidadania



## **A tessitura do processo de mediação: a interação entre juventude, mídia e escola**

### ***The weaving of the mediatization process: the interaction between youth, media and school***

CIRLENE SOUSA<sup>1</sup>, GERALDO LEÃO<sup>2</sup> & MANUEL PINTO<sup>3</sup>

#### **Resumo**

O presente artigo faz parte da pesquisa de doutorado, intitulada A tessitura do processo de mediação da cultura contemporânea: a relação entre dispositivos midiáticos, juventudes e modos de ser aluno. Neste trabalho específico, buscamos dar visibilidade para nosso percurso metodológico e como aí se costuram teorias e campos de observação. Para tanto, apresentamos: primeiro, o duplo enfrentamento entre a relação jovens/sociedade e escola/sociedade; segundo, a configuração do olhar paradigmático relacional sobre nosso objeto; terceiro, inscrevemos o conceito basilar da pesquisa, a mediação; como quarto ponto, esboçamos um pequeno sumário de análise do objeto.

**Palavras-chave:** “Questão do aprender”; Escola; Rede Social Facebook; Jovens Alunos

---

#### **Abstract**

This article is part of the doctoral research, entitled The tessitura Process mediatization of contemporary culture: the relationship between media devices, youths and ways of being a student. In this particular work, we seek to give visibility to our methodological approach and how there were related theories and field observation. Therefore, we present: first, the relationship between youth / society and school / society; secondly, the setting looking over our object relational paradigm and its methodology; third, the basic concept of research, media coverage, and finally as a fourth point, we outline a short summary analysis of the object.

**Keywords:** “Issues of learning”; School; Social Network Facebook; Young Learners

---

<sup>1</sup> Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais / cirlenesousa@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais / gleao2001@gmail.com

<sup>3</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / mpinto@ics.uminho.pt

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de inteligibilidade da sociedade contemporânea é em si mesmo complexo e pede algumas ponderações<sup>1</sup>. Primeiro, sabemos que habitar uma sociedade em pleno e profundo processo de transformação e de mudanças sociais é afetar-se e ser afetado pelo jogo de questões aí construídas e em debate. Segundo, ser contemporâneo de uma determinada transição é viver os desafios do que nela se coloca como incompletude, tais como: a conexão e as lacunas entre “novas” e “velhas” questões, entre normas e valores, moral e ética. Campos estes que, ao longo do processo, vão sofrendo negociações e ajustes.

É isto que Braga (2007) diz ao destacar a incompletude do processo de midiaticização da cultura contemporânea, que se faz pelo constante processo de restabelecimento de fronteiras e de preenchimento de lacunas. Tomamos esta noção de incompletude como chave de interpretação do nosso objeto de pesquisa, tanto no seu sentido teórico, quanto no seu sentido metodológico-interpretativo. A interface do nosso objeto com esta incompletude se faz no campo de um duplo enfrentamento: por um lado, enfrentam-se as trajetórias dos sujeitos que vivem de forma mais intensa essa transição – aqui, os jovens e suas identidades de alunos(as). Por outro lado, enfrentam-se as respostas institucionais que são dadas a esse processo – no caso do nosso estudo, as respostas da instituição escolar. A seguir, apontamos alguns elementos deste duplo enfrentamento entre jovens e escola, no contexto contemporâneo.

## 2. ENFRENTAR SUJEITOS E INSTITUIÇÕES

Primeiramente, pensando no enfrentamento entre os jovens e a sociedade atual, é fato que nas últimas décadas temos convivido com o que alguns autores denominam de “questão juvenil”. Segundo Carrano (2010), a ideia de uma “questão juvenil” vem ocupando um lugar de significativa relevância num universo maior que é o das mudanças e inquietações da sociedade contemporânea. Para esse autor, tais questões se referem tanto às preocupações de âmbito mais gerais no que tange à inserção dos jovens na vida adulta, quanto às preocupações de âmbitos específicos da socialização juvenil, tais como: relações familiares e educacionais, o mundo do trabalho, a sexualidade, novas tecnologias, droga e violência dentre outros.

Ainda segundo Carrano (2010), é no palco das dinâmicas e mutabilidades sociais vividas na contemporaneidade que os jovens se colocam em interações, por vezes “como protagonistas e beneficiários das mudanças e por outras vezes sofrem os prejuízos de processos de ‘modernização’, produtores de novas contradições e desigualdades sociais” (Carrano, 2010: 1). Ainda no dizer deste autor, tais contradições e desigualdades são visíveis e manipuladas no que se tem destacado como as “preocupações” com a juventude. Estas se orientam, em grande medida,

<sup>1</sup> Para Castells (2013), a princípio, a Sociedade em Redes seria aquela que sofre um processo de revolução tecnológica de informação e tem um poder de penetrabilidade nas várias esferas da atividade humana (nova economia, sociedade e cultura em formação). Nesse sentido, para esse autor, qualquer análise dessa sociedade atual será sempre povoada de contradições e possibilidades.



“pela preocupação de que as próprias sociedades se inviabilizam com a interdição do futuro das gerações mais jovens. Sobre esta *juventude ameaçada* se depositam também as esperanças da renovação, muitas vezes se idealizando uma natural capacidade dos jovens para a transformação e a mudança” (Carrano, 2008: 66)

Melucci (1997) vai questionar a existência dessa “questão juvenil”. Devido ao fato, de a categoria juventude aí se colocar num plano muito abstrato. No dizer desse autor, as atuais tendências emergentes no âmbito da vida juvenil, de sua cultura e de sua ação, devem ser entendidas em uma dupla perspectiva: uma no plano macro-sociológico e outra no plano das experiências individuais. Segundo tal autor “pessoas jovens, e particularmente adolescentes, são atores-chaves do ponto de vista da questão do tempo em sociedades complexas”. (Melucci, 1997: 5).

Para tal entendimento é preciso compreender que as mudanças em torno da vida contemporânea atingem de modo especial os processos de sociabilidades: “O que foi considerado no passado como transmissão básica de regras e valores da sociedade é agora visto como possibilidade de redefinição e invenção das capacidades “formais” de aprendizado, habilidades cognitivas, criatividade” (Melucci, 1997: 5-6). Dentro deste campo de possibilidades, segundo Melucci, os indivíduos capturam, por um lado, possibilidades de ampliação, de potencialização e mesmo de orientação de suas ações. Mas em concomitante, os indivíduos sofrem “uma *regulação capilar* de suas capacidades de ação, que afeta suas raízes motivacionais e suas formas de comunicação” (Melucci, 1997: 6).

A síntese de Melucci é a de que a sociedade presente é um jogo de possibilidades, os fios que a costura são complexos, reticulados e densos de informação. Portanto, “sem o desenvolvimento das capacidades formais de aprender e agir (aprendendo a aprender), indivíduos e grupos não poderiam funcionar como terminais de redes de informação, as quais têm que ser confiáveis e capazes de auto-regulação” (Melucci, 1997: 6). E nestes fios reticulados, os jovens são a ponta de um iceberg, que se bem compreendia pode nos ajudar a elucidar fios, linhas de forças que costuram esta sociedade complexa e em rede.

No campo das pesquisas juvenis, um dos fios em debate é a relação entre vidas juvenis e o processo de midiaticização. Para Baccega (2002), a mídia tem se alimentado das linguagens juvenis expressas na cultura contemporânea, devolvendo-as sob a forma da linguagem midiática e exercendo, assim, poder de influência na formação de valores, sensibilidades, hábitos e atitudes entre os jovens.

Apontando à mesma direção, Fischer (2006) destaca que a mídia tem participado de forma singular na constituição dos sujeitos e das suas subjetividades ao produzir imagens, significações, saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, “propondo-lhes modos de ser e estar na cultura” (Fischer, 2006: 7). No que se refere aos jovens, Schwerther & Fischer (2012) observam que a ocupação cotidiana desses jovens (em termos de dias e horas) com televisão, computador e internet “vai se acentuando de tal forma que pode ser tida como um ‘amor à conectividade’ acompanhado pelo instigante modo de ver a si mesmo como alguém que passa, que some no tempo, numa velocidade incontrolável” (Fischer, 2012: 415).

Ainda nessa direção, Lopes (2011) percebe que as novas tecnologias não devem ser tomadas como meros instrumentos, mas como efetivos dispositivos de relação, tanto em sentido informacional quanto em sentido comunicacional. Tais dispositivos, no dizer do autor, compõem-se de ferramentas que colaboram afetacionalmente no que diz respeito às construções identitárias dos sujeitos e, em especial, os jovens.

No conjunto deste debate, a instituição escolar também enfrenta a sociedade posta em mudança. Podemos dizer que, nos últimos anos, o sistema escolar tem sido bastante solicitado a fornecer conhecimentos e competências para o enfrentamento da “questão juvenil”, principalmente no que diz respeito à relação jovens/novas tecnologias. A escola enfrentaria questões como: a presença dos meios de comunicação nos processos formais de ensino presencial e a distância; a urgência da passagem de uma concepção inicial de recursos como auxiliares de ensino para uma compreensão mais sutil de qualidades próprias às imagens (com seu valor polissêmico); as possibilidades múltiplas de interpretação do jovem-aluno diante de produtos culturais com lógicas (e dimensões) distintas dos procedimentos escolares apoiados na linguagem verbal. Outra questão importante a se compreender é que a sociedade – hoje caracterizada como “midiaticizada” – tem seu funcionamento alargado através de processos de aprendizagens sociais diferidas e difusas (Braga, 2008).

Na opinião de Lopes (2011), hoje se faz notório que a escola perde o monopólio sobre a construção dos *gostos estudantis*. Para tal autor, tais questões acabam por expor um processo conflituoso de desescolarização das práticas juvenis em contexto escolar. Lopes (2011) enfatiza que essa desescolarização não se esgota no que diz respeito ao debate curricular, mas é sentida numa pluralidade ainda maior, num jogo relacional de variadas prevalências. Prevalências estas sentidas ora no campo da relação aprendizagem/entretenimento, ora por dimensões utilitárias e instrumentais de paradigmas mais generalistas e/ou das diretrizes em si mais ascéticas, na visão de Lopes.. E, por fim, acrescenta: “Em boa medida os estudantes transitam entre os vários mundos (curricular e extracurricular; escolar e extra-escolar) sem sentimentos agudos de esquizofrenia, porque, de facto, a crença no monopólio da ‘cultura cultivada’ desmoronou-se” (Lopes, 2011: 245).

Para dar corpo aos enfrentamentos acima esboçados, nossa metodologia de pesquisa não pode se contentar com respostas instrumentais, rápidas e lineares. Para tanto, apoiamos-nos em autores que pudessem nos ajudar a construir um olhar mais complexo e/ou relacional sobre o problema abordado. Inserimos-nos, assim, na perspectiva educativa relacional de Freire (1983) e na perspectiva *relacional* de França (2003).

### **3. A CONFIGURAÇÃO DE UM OLHAR**

Freire (1983) nos alerta para o fato de que a vida das pessoas não pode ser compreendida fora de suas relações com o mundo, uma vez que todos e cada um de nós somos um “ser em situação”. O homem é um ser da “praxis”, que ocupa o tempo

e o espaço com ação e reflexão. Quando o homem atua, transforma; e “transformado, cria uma realidade que, por sua vez, envolvendo-o, condiciona o homem no mundo, pois que não existe um sem o outro” (Freire, 1983: 28).

Nesta construção entre homens e mundo efetua-se quadros específicos de interações e de situações comunicativas que deverão ser adequadamente consideradas, dado que é nesta situação de interação e de comunicação que os sujeitos se constituem na e pela presença do outro. Contudo, focando explicitamente a situação da educação juvenil contemporânea, Freire (1983) nos “ilumina” ao propor que o que fazer educativo é uma prática que se concretiza no mundo histórico, cultural e comunicacional. Neste que fazer educacional, os homens estabelecem suas relações com o mundo em que estão situados. Essas relações são envolvidas por jogos de mútuas negociações, mútuas aprendizagens, entre os sujeitos e os objetos implicados na interação – o que faz da educação uma prática comunicativa. Ademais, não podemos perder de vista que uma situação de afetação entre os sujeitos em comunicação é sempre atravessada pela materialização das formas simbólicas. É por meio desta materialização que a educação comunicativa se concretiza. A comunicação imbricada neste processo educativo é em si mesma uma relação intersubjetiva mediada pela linguagem.

Portanto o conceito de *educação comunicativa* que propomos em nossa tese se insere e dialoga diretamente com a perspectiva atual da concepção de comunicação relacional, construída pelo chamado *paradigma relacional* (França, 2003). A premissa básica deste paradigma é a comunicação como interação complexa – além da aparente linearidade emissor/receptor – operacionalizando uma dinâmica de mão dupla ritmada pela reciprocidade entre os indivíduos e a sociedade. Para dar conta dessa abordagem marcadamente relacional do nosso objeto, inscrevemos ainda nossa metodologia no campo das pesquisas de abordagem qualitativa. Esta se justifica exatamente pela tradição compreensiva e interpretativa dos objetos de estudo sob o olhar qualitativo. Por meio deste viés, buscamos compreender nossas questões de estudo a partir da vivência escolar dos jovens aqui pesquisados no ambiente de suas escolas<sup>2</sup>. Nossa investigação se procedeu a partir de fontes de coleta de dados variadas: questionários, entrevistas e roteiros de observação. Depois de colhidos os materiais, partimos para a sistematização dos dados. Para tanto, utilizamos os procedimentos da *Análise de conteúdo* (AC) e da *Análise de discurso* (AD).

Deste modo, a perspectiva interacional da comunicação e, por conseguinte, nossa proposta de uma *educação comunicativa* é nossa via de acesso – com suas passagens e encontros, vieses e saídas – por onde inscrevemos o objeto de pesquisa, com sujeitos e questões a povoar os palcos e os bastidores de suas experiências escolares e midiáticas, naqueles contextos em que os sujeitos jovens – movendo-se nessas ambiências – se colocam como *jovens-alunos*. Considerá-los na sua dupla

<sup>2</sup> Trabalhamos com duas escolas, uma pública (Escola Estadual Madre Carmelita) e outra particular (Instituto Sagrada Família) localizadas na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (Brasil).

condição de *jovens* e *alunos* em processos de interação no espaço escolar implicou, ainda, em analisar tal interação num diálogo direto com o chamado processo de midiaticização da cultura contemporânea. A seguir, pontuamos o significado desse processo para o nosso objeto de pesquisa.

#### 4. A MIDIATIZAÇÃO COMO PROCESSO INTERACIONAL DE REFERÊNCIA

A midiaticização é uma questão que vem sendo debatida nos últimos anos, principalmente no campo da Comunicação e da Sociologia de mídias. Braga (2006) interpreta a grande incidência e potência da midiaticização da cultura contemporânea como *processo interacional de referência* para as pessoas e a sociedade, por seu status privilegiado e preferencial na vida contemporânea. Como pondera tal autor, a cada época ou desenvolvimento, a sociedade traz em si uma dinâmica que é inerente à vida social, configurando “processos interacionais”. Neste contexto, segundo Braga (2006), as novas tecnologias de mídia vão ganhando uma participação mais efetiva na construção social da realidade e conquistando espaços de intervenção, não apenas nas subjetividades, mas na vida das instituições sociais.

Para outros autores, nesta nova ambiência midiaticizada se instalaria uma nova ecologia comunicacional – o *bios* virtual: “Entendo que, mais do que uma tecnologia, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela midiaticização da sociedade” (Gomes, 2008: 19-20). Este mesmo processo implicaria um modelo e uma atividade de operação de inteligibilidade social, superando a mera funcionalidade das mídias e trazendo a midiaticização à esfera dos sentidos, valores e relações sociais. “Noutras palavras, a midiaticização é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade” (Gomes, 2008: 21).

O que ocorre nesta realidade – e eis aqui o fato novo – é que a comunicação centralizada, unidirecional (unilinear) ou vertical tem sido transformada, especialmente pela ambiência proporcionada pelas redes digitais. Nesse contexto, a mídia deixa de ser um campo fechado em si, delineado pelos *meios* instrumentais e suas mensagens, e passa cada vez mais à condição de *produtora de sentidos sociais* com apelo subjetivo. Desta forma, os estudos da midiaticização não focam apenas os produtos midiáticos ou as tecnologias que permitem a sua produção (ou seja, os *meios/mídia*), mas especialmente os processos sociais que estão à base dessas interações, com seus sujeitos, sentidos e suas novas formas.

A partir deste percurso metodológico e teórico, acabamos por evidenciar ao longo da tese que a afetação entre ser jovem e ser aluno na ambiência das escolas analisadas estava imbricada no atravessamento que os jovens inscreviam entre suas vidas escolarizadas e virtualizadas no *Facebook*<sup>3</sup>. Nesta imbricação se inscreveu mais

<sup>3</sup> O *Facebook* é uma rede social. Um site onde cada pessoa pode ter o seu perfil composto por dados pessoais, fotos, vídeos, links, notas etc. Os componentes desta rede social, como aliás de todas as outras, interagem entre si, visitando perfis, fazendo amigos, estabelecendo contatos e deixando comentário. Recuero (2011) descreve de forma mais simples que a ideia de rede social está no seu poder de conexão. Portanto, se há uma ligação de uma rede de computadores conectada a uma rede de pessoas e organizações, tem-se aí uma rede social. Estas redes provocam mudanças importantes e complexas nas formas de organização sociais, das identidades, das conversações humanas e das mobilizações sociais.

detidamente a relação dos jovens com a “questão do aprender”, e como esta mobilizava a interface entre ser jovem e ser aluno no contexto da cultura midiaticizada contemporânea. Este é o ponto a partir do qual construímos o nosso eixo de análise, como exposto a seguir.

## **5. ESBOÇO DE ANÁLISE: ENTRE A ESCOLA E A REDE *FACEBOOK***

Dentre o conjunto das interações midiáticas juvenis, as redes sociais têm alcançado um lugar bastante especial. Entre os jovens com os quais trabalhamos, o *Facebook* se destaca como o site de rede social preferido. Tal preferência decorre diretamente das características e possibilidades de uso, muito apreciadas pelos jovens, tais como: manter conversas com o grupo de pares; participar de comunidades e grupos fechados; quebrar a fronteira espaço-tempo das relações; fazer pesquisa escolar e acessar conhecimentos diversos.

Um elemento que tem se mostrado relevante nesta interação dos jovens com a rede social *Facebook* se relaciona com o “aprender”. Diversas falas colhidas em nossa investigação configuram especificamente esta percepção. A frase “eu aprendo muito no face[book]” que, a princípio, nos parecia solta e/ou retórica, ao longo da pesquisa foi tomando outros sentidos e ampliando alcances.

De uma forma geral, a questão do “aprender” aparece nas falas e nas relações dos jovens no face de modo diferido e difuso. Por exemplo: “aprendo inglês no jogo”; “aprendi a tocar guitarra numa página do face”; “aprendi a respeitar a opinião dos outros”; “aprendo muito crítica de filme”; ou a negativa “face é só entretenimento, lá eu não aprendo nada de útil”. Além disso, os jovens fazem uma tentativa de relacionar experiências de aprendizagens nas redes com suas experiências escolares, acenando aí um processo de aproximação e afastamento do aprender nestes dois espaços de experiência. No presente trabalho, elencamos alguns elementos desse entre experiências.

Sabemos que para dar visibilidade à relação dos jovens com o aprender é preciso um esforço para operacionalizar de forma teórica e metodológica este conceito – tarefa que supera as páginas deste artigo. Podemos, contudo, de um modo sucinto, nos remeter às considerações de Charlot (2000), de quem tomamos muitas noções. Tal autor coloca a questão do aprender como um movimento que se estabelece em um número variado de proposições. A primeira delas: aprender é um movimento interior do sujeito, mas que em si mesmo não existe sem o exterior. A aprendizagem é uma “construção de si” simultaneamente e diretamente ligada à intervenção do outro, sem a qual ela mesma não seria possível. Dessa forma e em continuidade, o aprender só se realiza numa relação entre um sujeito consigo mesmo, com a alteridade, com um objeto e numa situação específica. Charlot (2000) enfatiza ainda que a aprendizagem é uma relação entre duas atividades: a atividade humana que produziu aquilo que se deve aprender; e a atividade na qual o sujeito que aprende se engaja.

Nas várias falas juvenis, notamos três grandes instâncias de aprendizagens: a primeira, ligada ao domínio de objetos/conteúdos; a segunda, ligada ao processo relacional/comunicacional midiático ou não; a terceira, aprendizagens via processos de socialização com suas respectivas sociabilidades. Estas instâncias de aprendizagens se faziam no jogo tenso de cisão e aproximação entre a escola e as redes sociais, um jogo entre o formal e o não formal das aprendizagens

Outro elemento de observação importante de ser notado na relação dos jovens com a “questão do aprender” é que esta relação é, por si mesma, indicadora de possibilidades e de conflitos que se fazem presentes no entre escola e redes sociais. Os jovens destacam: “minha vida escolar piorou muito devido ao meu vício com esta coisa de face”; “se não fosse as páginas de Física que eu curto no facebook, meu nome seria reprovado na escola”; “a escola me prepara para o vestibular; lá no meu face, eu aprendo mais o que eu gosto”; “eu quero ser cientista político: no meu face o que tem mais é isso, política”.

Outro elemento que consideramos importante, quanto às aprendizagens, é a ausência mais sistemática de tópicos da “educação para a diversidade”, especialmente: raça, gênero e relações afetivas. Observamos que, apesar de a relação comunicativa com o outro – aberta a multi-relações – ser uma instância do aprendizado contemporâneo, as relações e os enfrentamentos em torno do *aprender para a diversidade* mostram-se tênues ou insuficientes. Mesmo que alguns jovens destaquem a importância de aprender a respeitar o outro e a aceitar as diferenças, há pouco enfrentamento dessas questões na escola e em suas relações virtuais. Os jovens ainda lidam com estas questões em meio a piadas, brincadeiras e charges, seja no face, seja na escola. E o que nos parece mais grave: há um intenso processo de naturalização do preconceito nos dois espaços, denotando quão complexa seja a relação dos jovens com a diversidade enquanto aprendizagem nas suas interações midiáticas e escolares. Retomaremos esta questão mais adiante. A seguir, elencamos alguns elementos da relação jovens e *Facebook*.

## 6. UM PEQUENO SUMÁRIO DA REDE *FACEBOOK*

Do conjunto da relação dos jovens com a rede social *Facebook*, colhemos alguns “fios” que costuram a relação específica deles com a “questão do aprender”. Estes fios, ao mesmo tempo, tecem um olhar caracterizador dos jovens sobre a rede *Facebook* e indicam tópicos significativos de aprendizagem. Vejamos, então, como se dá esta tessitura.

### 6.1 *TECENDO FIOS*

Os fios que costuram e/ou enredam a vida juvenil no *Facebook* estão ligados por questões de apreciação e apropriação do formato da própria rede e o que ela possibilita em termos de acesso, conversação e troca de informações, conhecimentos e tantas outras questões. Constatamos que esta rede social está diretamente



incluída no processo de individuação e socialização da vida dos jovens; e que nestes processos estão conjugados modos próprios de ser, de viver, de agir, de aprender, numa constante interação com a sociedade. De modo geral, a rede social *Facebook* é tomada como uma ambiência de virtualização e atualização das interações cotidianas. Alguns fios condutores da relação dos jovens nessas redes nos ajudam a evidenciar como o contexto de remodelagem das interações juvenis se fazem na contemporaneidade e como estas configuram relações com o aprender. Vejamos a seguir:

#### *PROTOSCOLOS DE COMUNICAÇÃO*

Este fio das interações via *Facebook* se caracteriza por sua capacidade de singularizar protocolos de comunicação em rede. “Protocolos” no sentido de inscrição e projeção de formas de interações sociais, tais como: intensificação de contatos e conversas cotidianas; possibilidades de continuidades de contatos sem co-presença física; aproximação de parentes e amigos distantes; construção de espaços para amigos e relações culturais mundializadas.

#### *LINGUAGEM HIPERTEXTUAL*

A página do site da rede social *Facebook* disponibiliza uma convergência de elementos, como: variedades de linguagens (fotográficas, sonoras, escritas, humorísticas); variedades de diálogos entre redes (*Twitter*, *Youtube*, *Ask*); conexões entre páginas, sites e links, grupos e empresas; diversidade de dispositivos midiáticos (jornais, rádio, aparelhos móveis, televisão).

#### *“ARENA” DE INSCRIÇÕES PARTICIPATIVAS*

Ao frequentarem esta rede, os jovens se mostram entusiasmados pela possibilidade de participar em debates e grupos de discussão, e de inscrever suas posturas e opiniões no campo da política (repúdio à corrupção, debates eleitorais, manifestações sociais), no campo das atividades sociais (importância das questões ambientais, necessidade de cura do câncer infantil, assinatura em listas de protestos), no campo escolar (humorização e críticas à escola), e no campo dos acontecimentos mais gerais (eventos esportivos, novelas, desastres naturais). Há também significativa participação em grupos fechados e/ou comunidades de interesse (jogos, literatura, cinema, religião) e inscrições de opiniões em blogs com temas variados.

#### *JOGO DO EU: EXPOSIÇÃO DE UMA AUTOIMAGEM*

O *Facebook* é tomado como espaço de exposição da autoimagem, processos de identificação, de comunicação e visibilização de si frente ao outro. Para tal exposição são usados recursos variados: imagéticos, como fotografias e charges; escritos, como frases de autores e letras de músicas; vídeos do *Youtube*; pessoas que inspiram valores e atitudes (“Jesus”, pais e personagens memoráveis). Esta exposição é continuamente

atualizada a partir de informações das mais diversas, tais como: troca das Fotos do perfil; administração do “Sobre” (amorosa, inteligente, humilde, sincera, forte); “Gerais” como: minha família, minha religião, status de relacionamento, preferências (mulher, homem); indicações “psico-sentimentais” (felicidade, amor, amizade, tristeza, tempo, frustração, vícios); “Gostos” (música, cantores, esportes, livros, blogs, acessórios, comunidades, jogos, eventos). A possibilidade de construção/exposição de uma autoimagem no Facebook se faz, portanto, por meio de objetos vinculantes/identitários.

#### *ACESSAR INFORMAÇÕES GERAIS*

As informações acessadas pelos jovens em links, páginas, sites, blogs e comunidades fazem do *Facebook* um site de informações diversas. Os jovens buscam informações que abarcam desde questões práticas ou ordinárias (como cozinhar determinado prato; como formatar o computador; certificar-se de um endereço; construir e enviar currículos) até atualidades e peculiaridades do mundo das Ciências (como informação sobre experimentos humanos, cura de doenças, culturas exóticas, estudo dos animais, inovações tecnológicas), além de fatos históricos recentes ou remotos, dados geográficos e novidades cinematográficas.

#### *O GOSTO COMO ELEMENTO TRANSVERSAL DO “FACE”*

Uma das falas mais recorrentes e expressivas nas relações do jovem com o *Facebook* se dá em torno da percepção ou configuração de *gostos*. Observamos, porém, que não se trata de retórica ou expressão limitada ao apreço. Pois falam do “gosto” ao compor perfis, afirmar escolhas, administrar curtidas e compartilhar “coisas”, de modo que as “curtidas”, os “perfis” e os vários “posts” exprimem sua identidade, reações e expectativas. Os jovens se valem desses mecanismos e potencialidades técnicas para imprimir dinâmicas nas interações ali tecidas, para reafirmar seu posicionamento no mundo e para reforçar suas ligações com sua comunidade de pares. Por exemplo, ao perguntar para os jovens qual o sentido que eles davam ao curtir, eles logo vinculavam a “algo que eu gostei”, “algo que eu aprovei” ou “uma ideia que está circulando”. Os posicionamentos em rede também indicam contatos com o mundo profissional e cultural de que participam ou aspiram participar. Exemplos verificados: ler e participar de grupos fechados sobre Literatura pode estar associado ao sonho de ser escritora; curtir jogos ambientados na Idade Média pode exprimir uma expectativa quanto à História como direcionamento profissional. Além disso, o gosto acompanha os complementos da educação formal, direciona contatos desterritorializados, e filtra as trocas de referência sobre livros, jogos, idéias e ideais. Dessa forma, o gosto pode ser pensado com um dos elementos fundantes da relação dos jovens com a questão das aprendizagens. Constatamos que as expressões “gosto mais”, “depende do gosto” ou “o que mais gosto” – no contexto dinâmico das interações – vão além de um modo trivial de expressar preferências, mas manifesta pendores naturais, potencialidades a desenvolver, leituras de mundo e expectativas de futuro.

## 7. OS FIOS ESCOLARES: MOBILIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO *ENTRE ESCOLA E FACEBOOK*

Eu fiquei sabendo que o diretor orientou os professores a não se relacionar muito com os alunos pelo facebook. Eu acho que seria mais interessante, se a escola buscasse ter algum proveito para sua vida de aluno. Deveria tá olhando pra quê isso vai servir para as aulas, para o nosso futuro. (Jovem Clarisse)

A fala da jovem Clarisse nos remete à relação dos jovens com o aprender, sinalizando para os atravessamentos que aí se dão entre escola e redes sociais. A seguir, tentamos sumariar alguns elementos explicitados pelos jovens, neste sentido. Para tanto, damos visibilidade a algumas situações do cotidiano escolar e das páginas individuais dos alunos no Facebook. Este sumário foi revelador de três campos discursivos e singnificativos para começarmos a pensar a relação dos jovens com a “a questão do aprender”. Num primeiro discurso, os jovens falam *COM* a escola; num segundo discurso, os jovens falam *SOBRE* a escola; e num terceiro discurso, os jovens falam *COM* e *SOBRE* a escola, simultaneamente. Como compreender essas formas de discursividade? Vejamos:

### 7.1 PRIMEIRO DISCURSO: OS JOVENS FALANDO *COM* A ESCOLA

Neste campo discursivo, em que os jovens falam *com* a escola no *Facebook*, inscreve-se um movimento de aproximação entre escola e rede. Os jovens se comunicam com o padrão escolar, mas fazendo interagir também nesta comunicação seus mundos, gostos pessoais e tópicos de seus projetos de futuro. Nesta tentativa de aproximação verificamos esferas de autonomia e de reflexividade. O falar *com* a escola é uma instância em que os jovens parecem fazer escolhas, aproximações e críticas dos seus processos de escolarização, mas em conversa com o conhecimento escolar. De um lado, este *falar com* a escola se efetua acessando o que seria próprio do formato escolar: aprender conteúdos de disciplinas, estudar, pesquisar. De outro lado, se dá acessando modos de aprender menos formalizadas pela escola: a sociabilidade com a turma, os eventos extraclasse e as festas. Dentre estes podemos destacar:

#### *UM ELO(S) DE SOCIALIZAÇÕES*

Um dos modos de *falar com* a escola, na rede, são as postagens e a interações com os processos de socialização vividos nas relações escolares. São formas de acessar aprendizagens situadas no campo das sociabilidades. Nas páginas pessoais dos alunos no Facebook encontramos muita interação com os colegas da turma a partir de eventos esportivos na escola, vídeos da turma e criação de eventos: ir ao cinema, a parques, a shows e a restaurantes. Eis aqui um modo muito próprio de os jovens se relacionar na escola e na rede via sociabilidade, via entretenimento com os pares.

### *RELAÇÃO COM PROFESSORES*

No espaço das páginas individuais, constatamos também vínculos com os professores que fazem parte de sua rede de amigos. Esta amizade com o professor pode proporcionar desde relações mais escolarizadas (como tirar dúvidas sobre conteúdos escolares, acessar aulas dos professores, trocar materiais, conversar sobre trabalhos escolares) até a efetivação de vínculos mais esporádicos (como comentários sobre um determinado acontecimento político, sobre um problema mais particular da vida ou da educação). Em alguns poucos casos, a relação pode atingir níveis mais profundos. É o caso de uma estudante que disse: “Hoje eu sou muito amiga da professora de História do ano passado; é a pessoa que mais me ensina nesta vida. Eu tô ali precisando tomar alguma decisão, chamo ela no face . Isto foi bom, porque agora tomo mais cuidado pra falar de um professor, pois ele não é só aquela pessoa ali da Escola”. Certamente este é um caso muito singular. Porém, não podemos negar o fato de que a interação professor/aluno em rede pode mobilizar elementos interessantes na relação com o aprender

### *ACESSAR PÁGINAS VOLTADAS PARA ESTUDANTES OU INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS*

Este tipo de acesso dos jovens está ligado diretamente às “coisas” e ou “informações” do universo escolarizado da vida juvenil: páginas que informam sobre vestibulares, sobre provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio no Brasil), que disponibilizam materiais e conteúdos para pesquisas e ou que mediam intercâmbios escolares. Contatamos também os acessos a sites de instituições como Universidades, Secretarias de Educação e sites escolares.

### *FORMAS DE ESTUDAR*

Em rede, os jovens-alunos participam de grupos de estudos *online*, como grupo de vestibulandos (que se preparam para exames de admissão às universidades). Eles fazem pesquisas escolares a partir de sites e entram em blogs e páginas de professores. Há também uma prática de entrar em páginas de disciplinas escolares como de História e/ou comprar acesso às páginas que disponibilizam aulas e materiais para estudo. É interessante notar que nestas páginas há um amplo acervo de materiais disponíveis aos internautas: aulas, exercícios, vídeos, filmes, charges, músicas, animações, bibliotecas.

### *ACESSAR CONHECIMENTOS GERAIS*

Os jovens se relacionam também com portais de atualidades gerais (sobre corpo humano, doenças, invenções tecnológicas, arqueologia), de curiosidades (do mundo animal, de culturas exóticas, do espaço geográfico), bem como de entrevistas com especialistas no campo da História (sobre guerras, invenções, personalidades históricas) e do estudo de catástrofes naturais (terremotos, irrupções vulcânicas, tsunamis, etc.).

### VINCULAÇÃO DE ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE FUTURO

Tanto nos discursos e práticas cotidianas dos jovens na escola, quanto em suas relações no facebook, notamos pequenos elementos do traçado de seus projetos de futuro. Elementos como: a escolha profissional, a inserção no mercado de trabalho, demanda por formação escolar, o atualizar e ou almejar a uma universidade. Esta relação dos jovens com projetos de futuro é algo que se faz de forma transversal entre a escola e o *Facebook*, com traços singulares de cada um dos jovens pesquisados. Alguns criam estratégias mais explícitas, são mais ágeis e vão acessando nestes dois lugares (escola e rede) aqueles recursos que lhes possibilitam ir construindo seus projetos. Estes são jovens-alunos que já fizeram um discernimento de sua área de atuação profissional; querem entrar na universidade e ou almejam cursos valorizados no mercado econômico. Mas há outros que não têm estas estratégias tão construídas e outros, ainda, que se recusam a pensar o futuro. Esta forma de se relacionar com o projeto de futuro marca também uma forma de se relacionar com a escola e/ou de acessar aprendizagens no *Facebook*. Por exemplo: os jovens que têm definido qual Curso universitário almejam com o exame do vestibular, criam estratégias mais claras. É o caso da jovem Cristina que pretende cursar Relações Internacionais: em vistas disso, ela estuda línguas estrangeiras em cursinhos, reforça estes conhecimentos linguísticos em páginas na rede, pratica a leitura de revistas e acessa jornais online, valoriza disciplinas mais voltadas para a área de Ciências Humanas e quer fazer intercâmbio estudantil internacional. Assim, tanto na escola quanto nas estratégias de acesso criadas no facebook, constatamos que a relação mais ou menos intensa com os projetos de futuro é um indicador bastante individual da relação dos jovens com o processo de aprendizagem entre a escola e a rede – embora seja um indicador entre outros, já que na história de vida de cada um dos jovens há outros elementos que incidem em suas escolhas. O fato é que a própria ideia de aprendizagem para um possível futuro não é algo apenas funcional ou estático, mas um processo que vai inserindo o jovem num determinado campo, que o ajuda a registrar possibilidades de modo dinâmico como, por exemplo, selecionando tópicos de aprendizagem na internet.

### 7.2 SEGUNDO DISCURSO: OS JOVENS FALAM SOBRE A ESCOLA

Neste discurso do falar *sobre* a escola, o que se objetiva de forma mais concreta é uma exposição crítica sobre o formato escolar e que estão diretamente ligadas às características de interatividade/autonomia dos jovens na rede. Exposições que também se dão na fronteira entre a escola e o *Facebook*. Tanto em um espaço quanto no outro é perceptível o lugar deste segundo tipo de discurso. A diferença é que, na escola, o campo para atualizar, manifestar e ou expor estas críticas são menores, devido ao próprio fato de como o processo escolar se efetua. Neste é evidente a pouca autonomia dos alunos em inscrever opiniões que possam levar a mudanças das relações e/ou da organização dos processos. Porém, nas entrevistas, suas

opiniões sobre a escola ficam muito evidenciadas, tais como: “Eu não sei se é certo dizer... Eu não quero passar a minha adolescência na escola, fazendo prova. A escola conecta muito nossa vida a resultados de prova, de atividade. Eu não quero fechar a escola nisso, sabe?!” (aluna Maria).

No *Facebook* este modo de crítica à escola também vai aparecer. O que se nota, como na fala anterior, é a exposição de um discurso crítico sobre o formato escolar. Detectamos, por exemplo, muitas críticas sobre o formato das aulas: quadro, autoridade do professor, provas, conteúdos, linearidade do tempo e do espaço (sala de aula). Essas críticas vem frequentemente acompanhadas por tópicos de exposição de crise escolar: desvalorização profissional do professor, descuido da relação jovem/mídia, deficiência dos conteúdos escolares. Ainda nesta modalidade, os recursos utilizados para falar sobre a escola são basicamente: imagéticos (no modo de charges) e/ou, alguns casos, o uso de redes como twitter.

### 7.3 TERCEIRO DISCUSO: FALANDO COM E SOBRE A ESCOLA

Um elemento muito presente na vida escolar de crianças, adolescentes e jovens hoje é o hábito de criar o grupo fechado no site da rede social *Facebook*. Neste grupo, os jovens falam, ao mesmo tempo, *com* e *sobre* a escola. Observamos também que, neste espaço, os jovens têm por primeiro objetivo facilitar a vida escolar da “turma” (colegas de classe). A “turma” é o lugar onde se pergunta e se responde de forma mais livre sobre atividades escolares; onde se informa sobre matérias, provas, tarefas a se cumprir em casa e, por fim, onde se postam fotos do quadro, organizam-se trabalhos, noticiam eventos, festas.

Os jovens avaliam este espaço *online* de forma positiva, no sentido de que ele possibilita respostas de forma rápida e ainda diminui o peso e a obrigação de concentração deles na aula. Eles destacam ainda o ganho em termos de autonomia e independência como alunos: sentem-se mais livres para tirar dúvidas, comentar sobre o professor e sobre a escola. Um dado importante para eles: este grupo seria dirigido pelos alunos, sem a necessidade da intervenção dos adultos. E, por fim, os jovens alunos destacam que o grupo ainda estaria favorecendo suas relações de “turma” na sala de aula, quebrando alguns vícios e dinamizando vínculos<sup>4</sup>.

Nesta “sala de aula” online notamos quatro formas de interação entre os jovens alunos. A primeira, caracterizamos como *ordinária* por ser a mais recorrente. Nesta, o elemento da interação são as perguntas sobre as atividades escolares: provas, datas, trabalhos, exercícios. A segunda forma de interação, caracterizamos como *cooperativa*. Nesta, os alunos interagem entre si ao resolver dúvidas sobre os conteúdos e ou sobre um tópico da matéria que não foi bem entendido durante a aula. Eles também organizam grupos de estudo pelo skype, a fim de estudar para a

<sup>4</sup> Este é um ponto que merece atenção. Percebe-se, a partir de vivências no campo de pesquisa, que esta experiência de autonomia e mesmo da quebra de vícios e padrões na relação com a turma está recheada de contradições: bullying, preconceitos, formação de pequenos grupos, isolamento de colegas e tantos outros. Mas, não temos como tratá-las dentro dos limites desse artigo.



prova ou para realizar trabalhos. A terceira interação, denominamos de vínculos de sociabilidade: os alunos organizam festas, passeios, idas a shows, visitas a parques, participação em eventos da cidade, fazem brincadeiras com os colegas e recordam aniversários, além de postar vídeos e fotos engraçadas da turma. A quarta forma de interação denominamos de extraordinária: nesta, os alunos se posicionam sobre algumas regras escolares, sobre decisões da coordenação ou direção, comentam de professores positiva ou negativamente. É dita extraordinária devido ao fato de se fazer mais raramente. Acessando esse grupo, tem-se disponível: videoaula, links de sites educativos, resumos de conteúdo ensinado, filmes, charges, vídeos da turma, trabalhos produzidos, resumo de textos literários.

### **8. COR, GÊNERO E RELAÇÕES HETERONORMATIVAS : UM TÓPICO À PARTE**

Apesar das muitas potencialidades de aprendizagens juvenis no contexto da cultura midiaticizada, sentimos em meio a este processo certa ausência, não enfrentamento e normatização das *questões de gênero, raça e comportamentos heteronormativos*. Quando presentes, tais questões são acessadas via humor, brincadeiras e frases curtas. Mas são ao mesmo tempo silenciadas, pela carência de uma reflexão mais profunda por parte dos alunos e ou da escola. Ainda que a educação para a diversidade seja contemplada nos projetos escolares e citadas em documentos do Ensino Médio com referência a raça e gênero – recortando intensamente as socializações juvenis – esses temas ganham pouco espaço reflexivo nas relações e nas aprendizagens dos jovens nos dois espaços pesquisados: o facebook e a escola. Durante o campo de pesquisa, acompanhamos muitos ditos que reforçam preconceitos, como: “esse cara é feio, pretinho, mas é inteligente”; “eu faço academia porque se não, eu não arrumo namorado: preta e gorda, sem chance”; “eu não adiciono cara gay no face, não... pega mal”; “eu só não adiciono menina feia... olho ali o corpito, o cabelinho, essas coisas”.

Além dessas falas colhidas no cotidiano escolar, observamos também um grande processo de naturalização das mesmas questões nas páginas que circulam no *Facebook*. Principalmente no que diz respeito às páginas inscritas como femininas, blogs pessoais (maquiagem, cabelo, estilo), empresas de customização (vestuários), páginas de humor, e de grupos religiosos. Por meio do acesso a estas páginas e das falas juvenis notamos, por exemplo, a normatização de um padrão de beleza tanto feminino (branca, magra, olhos claros, cabelos compridos e lisos), quanto masculino (branco, olhos claros e físico “sarado”). A padronização da beleza em si já é caracterizadora de preconceitos e da valorização de tipos socialmente construídos e preferidos. Em uma das páginas onde encontramos manequins negras ou com um corpo fora da estética normatizada, o preconceito vai desta a nomeação da páginas como: “O feio na moda”, acompanhadas de comentários como: “com este cabelo, agora ela ficou bonita”. Notamos que a ideia de feio nesta página é evidenciada, principalmente, pelos quesitos cabelo e tipo de corpo. Encontramos também uma página denominada “vou te roubar”, em que há um processo de humorização da malandragem, do roubo, do assaltado. Nesta, a presença de jovens negros é abertamente maximizada.

É interessante notar que nesta página também aparecem crianças negras, raramente vistas em páginas voltadas para a customização (páginas de moda e ou beleza). E, por fim, a normatividade fixa-se também nos tipos de relacionamentos. As comunidades acessadas pelos(as) jovens da pesquisa revelam o curtir de páginas em torno da relação afetiva/namoros apenas de casais héteros e também brancos. Não encontramos em nenhuma das páginas ou comunidades de relacionamentos juvenis uma foto do perfil que não fossem relacionadas a tal padrão e cujo ideal de namoro não fosse o hétero. Isto também observa-se em sala de aula e em brincadeiras com os colegas. Há algumas exceções, mas são raras. Portanto, este item apresentado a parte diz de um grande desafio da aprendizagem social no quesito diversidade, no contexto das redes sociais e dos cotidianos escolares dos jovens pesquisados. Desafios que não cancelam a potencialidade no que se refere ao acesso às múltiplas aprendizagens juvenis no contexto da Sociedade em Redes, mas que se somam a outros desafios ainda a enfrentar no que se refere ao “aprender” na Escola e na Rede.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento da relação dos jovens com a “questão do aprender”, deixa-nos muitos desafios e perguntas para serem debatidas e sintetizadas em nossa tese. Mas, delineamos aqui, algumas enfrentamentos.

Primeiro é preciso demarcar que nosso campo vai indicando que de fato há marcas e fortes elementos na condição juvenil contemporânea que está diretamente ligada ao processo de mútua-afetação entre a midiaticização e suas vidas cotidianas. Podemos citar: virtualização, interatividade, flexibilidade do aprender, relações fluidas pessoais e institucionais. Estas características *online* operam sentidos em suas vidas estudantis, tais como: tendência a uma relação mais colaborativa no que se refere a aprender virtualmente, maior diversidade e materialidade em suas formas de estudo.

Para a escola de forma mais direta é urgente intensificar e/ou mesmo iniciar, mais institucionalmente, seu processo de virtualização em redes. Esta virtualidade seria um dos modos da escola enfrentar mais diretamente alguns limites de sua “forma escolar” no contexto contemporâneo. Como, por exemplo, o conflito entre atemporalidade de vidas juvenis e a linearidade das atividades e propostas escolares.

Outro ponto importante a destacar é a necessidade de compreender mais detidamente os percursos e as trajetórias individuais neste processo de relação entre sujeitos, a vida contemporânea e os modos de aprender.

## FINANCIAMENTO

Este trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil).

## REFERÊNCIAS

- Baccega, M. A. (2002) "Televisão e escola: aproximações e distanciamentos" *XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1 a 5 de Setembro, Salvador.
- Braga, J. L. (2008) "Processos de aprendizagem: para uma sociedade de interação midiática" in F. Neto, et al, *Midiáticação e processos sociais na América Latina*,. Porto Alegre: Sulina, 147-162.
- Braga, J. L. (2007) "Midiáticação como processo interacional" de referência in A. S. Médola, et al. *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática*. Porto Alegre: Sulina, 141-167.
- Carrano, Paulo (2010) "Jovens, escolas e cidades: entre diversidades, desigualdades e desafios à convivência" *II Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação*, 8 a 10 de setembro, Porto Alegre.
- Carrano, Paulo (2008) "Jovens pobres: modos de vida, percursos urbanos e transições para a vida adulta", *Ciências Humanidades e Sociedade em Revista*. 30 (2): 62-70.
- Castells, M. (2013) *O Poder da Comunicação*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Charlot, B. (2000) *Da Relação com o Saber: Elementos para uma Teoria*, Porto Alegre: Artemed Editora.
- Fischer, R. M. B. (2006) *Televisão & Educação: Fruir e Pensar a TV*, Belo Horizonte: Autêntica.
- França, V. (2003) "Louis Quéré: dos modelos da comunicação", *Revista Fronteiras*, (2): 37-51.
- Freire, P. (1983) *Extensão ou Comunicação?* São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra., 12.ed..
- Gomes, Pedro Gilberto (2008). O processo de midiáticação da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião in A. N, Fausto *Midiáticação e Processos Sociais na América Latina*. São Paulo: Paulus, 17-30.
- Lopes, J. T. (2011) "Modos de comunicar: viagens entre o real-virtual e o real-real" In Pais, J. Machado, et al. *Jovens e Rumos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 243-253.
- Melucci, A. (1997) "Juventude, tempo e movimentos sociais", *Revista Brasileira de Educação* (5 e 6): 05-14.
- Recuero, R. (2.ed) (2011) *Redes Sociais na Internet*, Porto Alegre, Sulina.
- Schewertner, S. F. & Fischer, R. M. B. Juventudes, conectividades, múltiplas e novas temporalidades, *Educação em Revista*, 28 (1): 395-420.

## **A investigação ação em um estudo sobre estereótipos sociais: desenhos, contextos e aplicações**

### ***The action research on a study about social stereotypes: designs, contexts and applications***

GISELE FONSECA<sup>1</sup> & ROSA CABECINHAS<sup>2</sup>

#### **Resumo**

Em um contexto escolar com adolescentes portugueses e brasileiros, propomo-nos a avaliar a aplicabilidade e relevância de algumas atividades do site canadiano Media Smarts, sobretudo as que possuem conceitos relativos aos estereótipos veiculados pelos media. Pretendemos perceber através das atividades de que forma os estereótipos estão presentes nos discursos dos jovens, quais os estereótipos mais evidenciados e avaliar se as atividades serviram como ferramentas para uma educação para os media tal como proposto numa discussão que tem por objetivo a leitura crítica destes estereótipos. A investigação-ação por seu caráter intervencionista coaduna com uma prática investigativa que objetiva a mudança no contexto pesquisado. Esperamos estabelecer um diálogo entre a sala de aula e o mundo social, a fim de contribuir para ampliar a visão de pluralidade social e heterogeneidade identitária ao relacionar temas da contemporaneidade com uma perspectiva multimodal que contemple o repertório de crenças que os alunos possuem.

**Palavras-chave:** investigação ação; educação para os media; estereótipos sociais

---

#### **Abstract**

In a school context with Brazilian and Portuguese teenagers, our purpose is to evaluate the relevance and applicability of some activities from the Canadian website MediaSmarts, mainly the ones related to media stereotypes. We intend through the activities to perceive how stereotypes are presented in the discourses of those youngsters, which stereotypes appear more often and also check if the activities worked as tools for media education such as intended in a discussion aiming the critical reading of those stereotypes. Action-research for its interventionist quality complies with an investigative practice that aims changing the researched context. We hope to build a dialogue between the classroom and the social world in order to broaden social diversity and identity heterogeneity when relating contemporary themes to a multimodal perspective that contemplates students' beliefs repertoire.

**Keywords:** action research; media education; social stereotypes

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. CEFET/RJ / gis.fonseca@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho / cabecinhas@ics.uminho.pt

## 1. SUJEITO, CONHECIMENTO, DISCURSO E PRÁTICA SOCIAL

Primeiramente, convém posicionarmos quanto à nossa visão de sujeito que descarta o papel determinista de atuação do indivíduo na constituição de sua história, porque se não o fizéssemos jogaríamos por terra o fio condutor deste trabalho e de toda nossa prática pedagógica: a *colaboração* na construção de um sujeito que age no mundo social, modificando este mundo e sendo modificado por ele (Fairclough, 1992). Igualmente acreditamos no caráter mutável e transformador da sociedade e das relações advindas desta transformação, principalmente no âmbito educacional, arena explorada em nosso estudo. Esta visão de sujeito sociohistórico coaduna com a visão sociointeracionista de conhecimento na qual o conhecimento seria co-construído através das interações *intra* e intersubjetivas definidas nos e pelos discursos. Esta concepção discursiva desconsidera o aspecto imutável do conhecimento (que pode se manter fixo por algum tempo devido ao grau de naturalidade que certos conceitos adquirem com o uso) e contempla o viés dinâmico, múltiplo e contraditório do sujeito pós-moderno construtor deste saber (Moita Lopes, 2003; Fabrício, 2002). Como exemplo, podemos citar uma mudança cada vez mais presente na concepção de ser humano branco, anglo-saxão e protestante, WASP, como norma nos *media* que cada vez mais veiculam modelos de miscigenação e diversidade. Esta pode ser considerada a principal razão para a discussão de estereótipos sociais, pois compartilhamos do pressuposto de que o conhecimento seja co-construído, mutável e transformador, assim como os conceitos mediáticos ou de qualquer outra natureza.

Fabrício (2002), com base em Fairclough (1992), acrescenta que o discurso seria, além de construtor do mundo social, também construído por ele e contribuiria tanto para a continuidade social quanto para a mudança social, fazendo ecoar Bakhtin e sua ideia de discurso como tendo um caráter vivencial, ideológico. A intersecção entre linguagem e gênero social como colocada por Figueiredo (2009) é interessante, por explorar “o papel da linguagem e do discurso na construção de representações, relações, papéis e identidades de gênero em distintos contextos socioculturais onde a linguagem é utilizada e produzida” (Figueiredo, 2009: 732). O suporte teórico mais adotado para o estudo do discurso como prática social e ao qual nos subscrevemos é a Análise Crítica do Discurso (ACD). Para a ACD a linguagem constitui-se de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Chegamos, assim, à visão socioconstrucionista de discurso que concebe a linguagem como totalmente imbricada com a questão da alteridade (Bakhtin, 2003) e com a questão contextual, ou seja, com o espaço de interação no qual este discurso está agindo (Moita Lopes, 2003). A aplicação desta visão deve ser entendida como pertencente a um momento histórico específico agindo em práticas discursivas específicas e permeadas por relações de poder que produzem discursos que, se socialmente legitimados, passam a ser entendidos como regimes de verdade (Foucault, 1979). Desta forma, parece justificado convocar esta perspectiva para nossa investigação, uma vez que os estereótipos sociais podem ser entendidos em nosso momento histórico como investidos de uma força estabilizadora que estão sendo, com base nas ideias de Foucault (1979),

socialmente legitimadas. Vale ressaltar que esta legitimação não é de forma alguma estática e, por isso, apresenta nichos de atuação, seja através de contra discursos (Foucault, 1979), seja através de discursos alternativos (Lindstrom, 1992).

## 2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, IDENTIDADE E ESTEREÓTIPOS

Pensaremos representações sociais “como uma modalidade de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, contribuindo para a percepção de uma realidade comum a um determinado grupo” (Cabecinhas, 2009: 52). Estas representações também fundamentam o que os indivíduos apreendem do mundo e como agem nele. Apesar da possível leitura que se possa fazer de perceber este processo como rígido, não é isso o que ocorre. Este processo é apenas estável na medida em que passa a convencionalizar a realidade do sujeito. Uma vez esta realidade modificada, as representações também se modificam, configurando um processo contínuo e dinâmico. Por outro lado, este processo não é neutro, pois a partir do momento que classificamos algo dentro do sistema de ancoragem<sup>1</sup>, “cada objeto e ser devem possuir um valor positivo ou negativo e assumir um determinado lugar em uma clara escala hierárquica” (Moscovici, 2010: 62). Esta via das representações sociais nos leva às construções identitárias que se estabelecem pelo discurso. Aprofundando mais os aspectos expostos, veremos identidade como formulada por Tajfel na sua teoria da identidade social que trata de grupos psicossociais, ou seja, “a percepção de pertença a um grupo e de não pertença a outro” (Paiva, 2007: 79). Ao nos identificarmos como negros, homens ou jovens estamos nos identificando dizendo que não somos brancos, mulheres ou idosos, por exemplo, o que Tadeu da Silva (2000) classifica como ‘uma extensa cadeia de “negações”’. Esta afirmação desconsidera, todavia, a hibridização e a multiplicidade identitária como, por exemplo, marcadores de gênero, classe social e raça, tais como as identidades religiosas, profissionais e culturais apenas para citar algumas. Através destas marcas identitárias, entendidas como representações sociais, nos dizemos e, além disso, nos diferenciamos e nos distinguimos muitas vezes nos afastando do *outro* que dependendo de nossa marca identitária torna-se nosso oposto imediato. Uma dessas oposições é a distinção negro/branco. Segundo Cabecinhas (2007) “esta distinção entre *nós* e *outros* implica o reconhecimento de uma diferença e essa diferença nunca é neutra” (Cabecinhas, 2007: 21).

Ao utilizarmos binários como negro/branco, heterossexual/homossexual, ricos/pobres estamos segundo Azevedo (2010) naturalizando identidades que apenas supostamente nos descreveriam essencialmente. É-nos possível ampliar a distinção negro/branco para a ideia de *raça* que “continua a estruturar a percepção que se tem dos outros e a operar o discurso de exclusão (...)” (Cabecinhas, 2007: 37). Se essas marcas se dão através do discurso é também através dele que existiria a

<sup>1</sup> Ancoragem – “classificar e dar nome a alguma coisa” (Moscovici, 2010: 61), este processo segundo Arruda (2002: 136) daria sentido ao objeto que se apresenta à nossa compreensão. A partir daí, criamos uma categoria, representação, que estará ancorada numa leitura de mundo própria em relação ao objeto classificado. Este objeto passa de não-familiar a familiar.



possibilidade de desnaturalização. É possível segundo Cabecinhas (2009) utilizar-se dos *media* para dar visibilidade às ditas minorias a fim de difundir representações polêmicas e contribuir para a mudança social, ou como diz Moita Lopes (2008) possibilitar “performances de identidades sociais alternativas para enfrentar o mundo como se apresenta” (Moita Lopes, 2008: 323). A assimetria advinda desta eleição de identidades e marcação de diferenças é ainda muito presente na contemporaneidade e traz, como consequência, marcas de visibilidade e de invisibilidade para diversos grupos. Os estereótipos sociais instrumentalizam essa organização (Cabecinhas, 2007; Amâncio, 2000), pois são definidas como “*representações subjetivas e socialmente partilhadas, sobre as características e os comportamentos de grupos humanos, estratificados segundo critérios socialmente valorizados, e traduzindo uma determinada ordem nas relações intergrupais*” (Tajfel, 1981/1983). É notória a influência dos *media* na criação e estabilização de estereótipos que acabam por serem reforçados pelos próprios indivíduos na tentativa de pertencimento a um grupo social. Uma vez reconhecido neste grupo, o sujeito tentará manter-se nele lutando por um autoconceito positivo e caso isso não ocorra tentará filiar-se a um grupo que possua uma avaliação mais positiva ou ainda tentará melhorar a avaliação de seu próprio grupo. Estas estratégias de valorização e desvalorização traduzidas numa identidade social podem ser entendidas como o capital simbólico do grupo que instauram as relações de poder, pois aqueles chancelados como dominadores quererão preservar esta condição (Cabecinhas, 2007). Interessante ressaltar que os estereótipos não estão relacionados a experiências vividas concretamente pelos indivíduos. Por serem generalizações podem e são aprendidas através de outras pessoas ou dos *media* (Mota-Ribeiro, 2005: 22).

### 3. LEITURA E LITERACIA IDEOLÓGICA

Por advogarmos uma visão de sujeito e de linguagem em dialogia, também contemplamos uma visão mais dialógica quanto ao ato de ler. A dimensão dialógica de leitura percebe o processo de leitura como um ato comunicativo que engloba o texto e o sujeito que comunica algo; o propósito deste ato comunicativo; o sujeito para o qual este ato é direcionado e o contexto em que ambos se situam (Santos, 2003). Podemos, então, deduzir que o significado não está apenas no texto ou apenas na mente do leitor, e, sim, na interação leitor-texto (Moita Lopes, 1996: 149). O fluxo de informação ocorreria de forma bidirecional, isto é, tanto ascendente quanto descendente (Nunes, 1997: 7). Subjaz a este conceito de leitura a visão bakhtiniana e wittgensteiniana de linguagem como prática social, na qual os significados serão sempre diferentes, visto que os sujeitos fazem parte de uma determinada sociedade e cultura que os identificam como tal, seja como brasileiros, negros, brancos, pobres, homens, mulheres, etc. Estes sujeitos (inter)agem a partir dessas identidades e (re)constroem sua compreensão do mundo também desta forma (Santos, 2003). Como atuante em um contexto de literacia ideológica, percebemos que ensinar a

ler um texto é ensinar a ler o mundo em sintonia com esta concepção que nos levaria (alunos e professores) ao questionamento deste mundo, nos autorizando a reconstruí-lo na medida em que nos posicionamos histórica e ideologicamente no processo de entendimento deste mundo, seguindo assim os preceitos *bakhtinianos* e *freirianos*. A literacia ideológica mostra-se então como a possibilidade mais abrangente de atuação no contexto pedagógico no qual estamos inseridos. Por entendermos os eventos de literacia como apresentando marcas contextuais, culturais e sociais, concebemos este ato como social.

#### 4. DISCURSO DOS MEDIA E LITERACIA MEDIÁTICA

Através de seus diversos meios, os *media* propagam um discurso que se apresenta composto de vozes sociais que são reforçadas pelos consumidores de seus produtos os quais se tornam veiculadores das ideologias subjacentes ou explícitas deste discurso. O discurso publicitário, exemplificando, ‘fornece padrões de comportamento socialmente desejáveis para cada um dos sexos’ e influencia sobremaneira as construções identitárias de nossos jovens, meninos e meninas (Mota-Ribeiro, 2005: 20). Como consequência, os discursos dos alunos ecoam essas ideologias naturalizadoras que chegam até o ambiente escolar despido de criticismo, pois entendemos que “a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica” (Rajagopalan, 1998: 42). Em Portugal, no livro de actas do 1º Congresso Nacional sobre Literacia, Media e Cidadania (Pereira, 2011) consta a Declaração de Braga, um documento que manifesta as preocupações, objetivos e propostas daqueles engajados na promoção de uma literacia dos media. O ponto em comum é “suscitar uma cidadania mais esclarecida e participativa que possa prevenir e combater os riscos de exclusão”. Muitos trabalhos vêm sendo realizados em diferentes esferas sociais, tais como: bibliotecas, salas de cinema, jornais escolares e ciberespaço. A UNESCO, por sua vez, prioriza abordar dois principais aspectos na educação para *os media*: o uso dos *media* como ferramenta pedagógica incorporada a metodologias e áreas específicas e; assegurar que os consumidores estejam bem informados sobre a ética dos *media* para que possam desconstruir os produtos e julgar seu valor com objetividade (Khan, 2008:17). Em outros termos, integrar as ações educativas já existentes com as ações de literacia como atuação diária para a cidadania ativa e dissolução de barreiras de exclusão<sup>2</sup>. Segundo Khan (2008), o pluralismo *nos media*, principalmente no ciberespaço, é pré-requisito para a participação dos jovens na vida social, pois assim lhes será permitido expressar e trocar opiniões com membros de outras culturas e comunidades linguísticas. Percebemos esta abordagem como uma oportunidade para que as crianças e os jovens desenvolvam capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (Tadeu da Silva, 2000: 92). Em nosso trabalho de investigação fizemos uso

<sup>2</sup> Posicionamento reforçado pelo representante da UNESCO, Alton Grizzle, no 2º Congresso de Literacia, Media e Cidadania ocorrido em Maio de 2013 em Lisboa.

do material disponibilizado no site *MediaSmarts*. O material fundamenta-se numa visão de literacia mais ideológica, pois fornece aos pais e professores uma visão multidimensional do processo pedagógico, disponibilizando ferramentas que englobam estas diferentes possibilidades de literacia em relação aos conteúdos mediáticos, seja em relação a estereótipos, imagem corporal, ou quaisquer outros assuntos que circulem pelos *media*.

## 5. METODOLOGIA E CONTEXTO

Nossa base metodológica foi a investigação-ação, *action-research*, pois a mesma objetiva intervir no contexto pesquisado que acreditamos ser essencial em um projeto que visa a literacia mediática de um público adolescente. Em termos de definição, Elliot (1991: 69) diz que a investigação-ação é o estudo de uma situação social para melhorar a ação. Cohen & Manion (1994: 186), por sua vez, a entende como uma intervenção de pequena escala no mundo real e o exame dos efeitos dessa intervenção. Carr & Kemis (1986), compreendem-na como uma autorreflexão crítica para aprimorar a prática. No *Handbook of Action Research*, a investigação-ação é descrita como “a participatory, democratic process concerned with developing practical knowing (...)” (Reason & Bradbury, 2001: 1). Os editores deste *Handbook* propõem a passagem de uma *action* para uma *reflexive research* ao estabelecer novas relações entre ideias e práticas investigativas nas áreas de linguagem e pensamento crítico (Reason & Bradbury, 2001: p.xxi). Burns (2010) acrescenta que a investigação-ação pode ser uma valiosa ferramenta para os professores/pesquisadores desenvolverem suas habilidades e se entenderem melhor como professores, entenderem melhor seus alunos e também a sala de aula. Como dito por van Lier, a investigação-ação seria uma “small scale intervention in the functioning of the real world and a close examination of the effects of such intervention” (VanLier, 1996: 32). O planeamento teve como referência o processo chamado de *ciclo de pesquisa reflexiva* comumente usada na investigação-ação e que é composto das seguintes etapas: *planejamento, ação, observação e reflexão*. Este plano (e suas etapas) também é chamado de *processo de investigação em espiral* (Riding, Fowley & Levy, 1995). Burns (2010) expõe algumas críticas ao *processo de investigação em espiral* tais como a não consideração das dimensões quando se entrelaçam como também o rigor da sequência dos passos. Ressaltamos que o uso deste modelo como referência justifica-se pela abrangência dos aspectos principais necessários para a realização de nosso trabalho e não representa nenhuma estrutura rígida quanto à sequência das etapas.

O estudo aqui exposto teve lugar em um contexto escolar português com jovens entre 15 e 19 anos cujas atividades foram feitas nas aulas de Filosofia por alunos<sup>3</sup> do 10º ano dos cursos de Artes, Ciências & Tecnologia e Humanidades. No Brasil, alunos do 3º ano do Ensino Médio<sup>4</sup> dos cursos de Informática, Telecomunicações,

<sup>3</sup> Escola secundária na cidade de Barcelos no total de 68 participantes.

<sup>4</sup> Equivalente ao 12º ano em Portugal.

Enfermagem e Eletromecânica responderam a um questionário de sondagem sobre o tema estereótipos. Como categoria de análise optou-se pela *análise de conteúdo* (Bardin, 1977). Norton (2009) explica que em uma investigação-ação a análise de conteúdo mostra-se muito eficaz “to carry out some rigorous analysis on the content of students’ written assignments” (2009: 123).

### 5.1 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente, trazemos as definições de estereótipos expostas pelos alunos brasileiros. Dos 55 participantes, 42 conferem um efeito negativo aos estereótipos, 9 consideram que o efeito não é nem negativo nem positivo, 3 dizem que o efeito pode ser tanto positivo quanto negativo e 1 participante atribui um efeito positivo aos estereótipos. As definições, em sua maioria, manifestam um caráter de rótulo e pré-julgamento como percebidos nos fragmentos abaixo e nas palavras em destaque no quadro 1:

- “Conjunto ou características que **classificam** as pessoas, como beleza e etnia.”
- “Como uma forma de **padronizar** a aparência na sociedade.”
- “Como **uma imagem pré-definida** dada a uma pessoa.”
- “É **uma visão inicial** da aparência de alguém.”
- “Certos padrões de beleza, raça etc., que **rotulam** as pessoas de forma positiva ou não.”
- “Atribuição de características **concebidas antes** do real conhecimento da pessoa.”
- “Um **rótulo** imposto subliminarmente o qual modula as pessoas.”
- “**Rotular** alguém pela aparência.”
- “É um **tipo de rótulo** que a sociedade ou membro de uma sociedade empregam para pessoas com certas características.”
- “É a **imagem preconcebida** de uma pessoa ou de um grupo de pessoa relacionado à aparência.”
- “**Prejulgamentos** feitos a uma pessoa ou um grupo que procuram atribuir uma característica igual a eles.”
- “Um **rótulo** que segrega e separa.”
- “É algo que **caracteriza e rotula** uma pessoa.”
- “Uma forma de **rotular** de acordo com as características.”
- “**Preconceito** destinado a pessoas que são de um mesmo grupo.”
- “**Uma generalização, prejulgamento** de algo/alguém antes de realmente conhecer.”
- “Tipo de algo que é **pensado primeiramente** sem ser visto em seu todo completo.”
- “**Ideia preconcebida** acerca de alguém em virtude de parâmetros (religião, raça, aparência, etc.) que geralmente não condiz com a realidade (...)”
- “Seria um **pré-julgamento** de algo ou alguém devido a aparência e opinião de outros.”
- “São conjuntos de ações e escolhas que determinariam em qual grupo a pessoa seria incluída como um **juízo visual**.”
- “São modelos criados a partir de um grupo de indivíduos e que são **utilizados para pré julgar** pessoas parecidas com determinado grupo.”
- “É um padrão, **pré-julgamento** estabelecido a partir da aparência e modo de agir de alguém.”
- “**Rótulos que separam** pessoas em grupos de acordo com suas características.”
- “São as primeiras opiniões que você tem sobre algo. Ou até o que esse algo expõe **sem muito se aprofundar**.”
- “**Conceitos predefinidos** acerca de um grupo: roupa, cabelo, porte físico, idade, escolaridade.”
- “**Padrões preestabelecidos** por um ou mais grupos da sociedade que são utilizados **para classificar** demais indivíduos.”
- “É uma **imagem pré-definida** de um ser, isto é, a forma como vemos uma pessoa levando em consideração a aparência física.”

Quadro 1: definições de estereótipos pelos participantes brasileiros

Em Portugal, alguns associaram estereótipos à cultura, reforçando o caráter naturalizador dos estereótipos que acabam por ser entendidos como parte inerente a uma determinada cultura. Outros ainda veem o estereótipo como um *modelo* a ser seguido, um *ideal cultural* quando na verdade dados sobre violência doméstica, agressões a homossexuais e minorias étnicas mostram que os aspectos limitadores

e negativos dos estereótipos são mais recorrentes do que os positivos. Palavras como *rótulo, molde, exemplo, regra, ideal* foram recorrentes para algumas definições usadas. Os exemplos citados incluem estereótipos de raça e nacionalidade (quadro 2), gênero (quadro 3) e imagem corporal (quadro 4):

“Os brasileiros são conhecidos pela sua alegria.”  
“Os brasileiros em relação aos outros povos são mais festivos e divertidos.”  
“Os ingleses são altos e magros.”  
“Os ciganos são gente com intenções más e preguiçosa.”  
“O povo português é simpático com os estrangeiros.”  
“O povo alemão é um povo muito sério e por vezes um pouco fechado.”  
“Na Europa o povo é trabalhador.”  
“Os alentejanos são preguiçosos.”  
“Os pretos são traficantes ou assassinos.”  
“O africano tem um pênis maior do que o asiático.”  
“As pessoas de raça cigana são perigosas.”  
“Todos os muçulmanos são terroristas.”  
“Todos acham que os indivíduos de raça negra são todos criminosos existem até anedotas sobre isso.”  
“As pessoas de raças diferentes são discriminadas.”  
“Todos os negros jogam bem basquetebol.”  
“As pessoas de outros países pensam que nós portuguesas não fazemos a depilação.”

Quadro 2: raça e nacionalidade pelos participantes portugueses

“Os homens são todos iguais.”  
“Se um rapaz anda de calças justas e coloridas, dizemos que é gay.”  
“Ela anda de decote = é uma oferecida / Ele gosta de se arranjar = é gay.”  
“Rapaz que gosta de ouvir Justin Bieber é gay.”  
“Os homens que colocam creme são gays.”  
“Um rapaz que usa calças justas ou uma camisola cor de rosa é homossexual.”  
“Usa saia é oferecida.”

Quadro 3: gênero pelos participantes portugueses

“Os atletas costumam ser musculados.”  
“Aquele gordo não consegue correr.”  
“As loiras são burras.”  
“Uma pessoa ter tatuagens e *piercings* pode fazer os outros pensar que essa pessoa é drogada.”  
“Anda de preto e tem tatuagem é vagabundo ou gótico.”  
“Normalmente o estereótipo da beleza é a mulher magra, alta, de olhos claros.”

Quadro 4: imagem corporal pelos participantes portugueses

Interessante notar a hibridização das categorias de estereótipos que se conjugam muitas vezes. Por exemplo, a frase: “*As pessoas de outros países pensam que nós portuguesas não fazemos a depilação*” engloba tanto um estereótipo de gênero, quanto de imagem corporal e nacionalidade. É visível ainda uma clara associação entre o comportamento esperado de um jovem do sexo masculino e sua sexualidade. Quando este não corresponde, o mesmo é logo chamado de *gay*.

Em seguida, foi pedido que os alunos escrevessem atitudes/comportamentos associados aos títulos *agir como homem e agir como mulher*. Os questionamentos propostos pelo plano de aula a partir destas associações foram: 1) *Onde aprendemos*

*estes papéis masculinos e femininos? 2) Que pessoas nos ensinam estes estereótipos? 3) Que outras pessoas influenciam a aprendizagem dos papéis sexuais? 4) Que nomes são chamados aos homens que não se encaixam no modelo AGIR COMO HOMEM? 5) Que nomes são chamados às mulheres que não se encaixam no modelo AGIR COMO MULHER? 6) Como é que esses nomes reforçam os estereótipos? 7) Como se sente a pessoa que é chamada por esses nomes? 8) Como achas que se sente a pessoa que usa esses nomes para se referir a alguém?*

As respostas comprovam que não só *os media* que são responsáveis por ensinar os papéis masculinos e femininos, mas também a sociedade, os familiares, os amigos e a escola os quais foram majoritariamente citados. Uma aluna expõe: “é aprendido, com a sociedade, sobretudo, mas para mim como agir como uma mulher, aprendi com o exemplo de vida da minha mãe” (Rosa<sup>5</sup>, 16 anos). O fato de muitos citarem *os professores* como também responsáveis por esse aprendizado, fortalece a crença de que nossa presença em sala de aula transcende a questão da transmissão de conteúdos e chegamos aos valores, atitudes e representações sociais. Cabe a nós a tentativa de fazer este percurso de forma multicultural, agregadora e crítica. Quanto aos nomes utilizados para os que não se encaixam nos modelos de gênero, ressaltamos as expressões de baixo calão que se referem à sexualidade, no caso do *Agir como homem*: *maricas, bicha, paneleiros, larilas, panisga*. Além de palavras como *vagabundo, vadio, criminoso, cigano, parolo*. Outros exemplos remetem para um comportamento promíscuo no caso do distanciamento do *Agir como mulher*: *cabra, puta, vaca, pega*, etc. Os alunos salientaram o *empoderamento* dos que usam os nomes para reforçarem os estereótipos em combinação com expressões como: *sente-se bem, sente-se normal, sente-se superior, sente gozo*, etc. Por outro lado, alguns citaram a vitimização anterior pelo *Bullying* como causa para o comportamento das pessoas que agora utilizam esses nomes. Em relação aos que são chamados por esses nomes as expressões mais usadas foram: *sente-se humilhado, triste, desconfortável, com vergonha, rejeitada, sem autoestima*, etc.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta primeira atividade realizada nos foi possível perceber os estereótipos mais evidenciados e como estão presentes nos discursos dos jovens. Ainda foi possível constatar que os alunos tem noção das estruturas mediáticas tais como percebido na pergunta 1 do questionário: *Onde aprendemos estes papéis masculinos e femininos?* Porém, citam a sociedade, a família e a escola como fontes mais influenciáveis de aprendizado dos papéis masculinos e femininos. Além disso, os jovens tiveram dificuldade em definir estereótipos, mas sentiram-se à vontade na exemplificação do conceito sugerindo uma falta de clareza do processo de construção de um estereótipo uma vez que apenas o resultado parece tangível. Na pesquisa realizada, constatamos

<sup>5</sup> Nome fictício.



a possibilidade concreta de um passo para a literacia mediática que é entendida por nós tal como referida na Declaração de Braga, ou seja, como “uma educação para um uso esclarecido e crítico dos *media*”. Compreendemos que o processo é contínuo e transcende a dinâmica escolar visto que envolve também a participação da família e políticas públicas. Portanto, acreditamos, com veemência, nas possibilidades que podem surgir ao nos engajarmos em uma educação transformadora.

## REFERÊNCIAS

- Amâncio, L. (2000) 'Identidade Social e Relações Intergrupais' in J. Vala, *et al.* (eds.) *Psicologia Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulberkian, 387-409.
- Arruda, A. (2002) 'Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero', *Cadernos de Pesquisa*, (117): 127-147.
- Azevedo, A. (2010) *Reconstruindo Identidades Discursivas de Raça na Sala de Aula de Língua Estrangeira*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado.
- Bakhtin, M. (2003) *Estética da Criação Verbal*, São Paulo: Martins Fontes.
- Bardin, L. (1977) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Burns, A. (2010) *Doing Action Research in English Language Teaching: A Guide for Practitioners*, New York: Routledge.
- Cabecinhas, R. (2009) 'Investigar Representações Sociais: Metodologias e Níveis de Análise' in M.M. Baptista (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*, Lisboa: Ver o Verso Edições, 51-66.
- Cabecinhas, R. (2007) *Preto e Branco*, Porto: Campo das Letras.
- Carr, W. & Kemmis, S. (1986) *Becoming Critical*, London: Falmer.
- Cohen, L. & Manion, L. (1994) *Research Methods in Education*, London: Routledge.
- Elliot, J. (1991) *Action Research for Educational Change*, Buckingham: Open University Press.
- Fabricio, B. (2002) *Implementações de Mudanças no Contexto Educacional: Discursos, Identidades e Narrativas em Ação*, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem.
- Fairclough, N. (1992) *Discourse and Social Change*, Cambridge: Polity Press.
- Figueiredo, D. (2009) 'Linguagem e Gênero Social: Contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistemico-Funcional', *D.E.L.T.A.*, 25(Especial): 732-753.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Khan, A. (2008) 'Media Education, a Crucial Issue in the Building of an Inclusive Knowledge Society' in U. Carlsson, *et al.* (eds) *Empowerment through Media Education. An Intercultural Dialogue*, Goteborg: Nordicom, 15-18.
- Lindstrom, L. (1992) 'Context Contests: Debatable Truth statements on Tanna (Vanuatu)' in A. Duranti, *et al.* (eds.) *Rethinking Context*, Cambridge: CUP, 101-124.

- Moita Lopes, L. P. (2008) 'Inglês e Globalização em uma Epistemologia de Fronteira: Ideologia Linguística para Tempos Híbridos', *D.E.L.T.A.*, 24 (2): 309-340.
- Moita Lopes, L. P. (2003) *Discursos de Identidades: Discurso como Espaço de Construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na escola e na família*, Campinas: Mercado das Letras.
- Moita Lopes, L.P. (1996) *Oficina de Linguística Aplicada*, Campinas: Mercado das Letras.
- Moscovici, S. (2010) *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*, Petrópolis: Vozes.
- Mota-Ribeiro, S. (2005) *Retratos de Mulher*, Porto: Campo das Letras.
- Norton, L. (2009) *Action Research in Teaching & Learning*, New York: Routledge.
- Nunes, M. (1997) 'Redescobrimo o Papel de Leitura em Língua Estrangeira' in M.A. Celani (ed.) *Ensino de Segunda Língua: Redescobrimo as Origens*, São Paulo: PUC, 107-132.
- Paiva, G. (2007) 'Identidade Psicossocial e Pessoal como Questão Contemporânea', *Psico*, 38 (1): 77-84.
- Pereira, S. (2011) *Livro de Actas do 1º Congresso Nacional Literacia, Media e Cidadania*. Braga: UM.
- Rajagopalan, K. (1998) 'O Conceito de Identidade em Linguística: É Chegada a Hora para uma Reconsideração Radical?' in I. Signorini (ed.) *Lingua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado*, Campinas: Mercado de Letras, 21-45.
- Reason, P. (ed.) (2001) *Handbook of Action Research*, London: Sage.
- Riding, P. (ed.) (1995) 'An Action Research Approach to Curriculum Development', *Information Research*, UK, [disponível em <http://InformationR.net/ir/1-1/paper2.html>, Acedido em 07/05/2012].
- Santos, M. (2003) 'Mulheres e a Construção da Leitura em um Evento de Letramento: Intertextualidade e Identidade Social' in L.P. Moita Lopes (ed.) *Discursos de Identidades: Discurso como Espaço de Construção de Gênero, Sexualidade, Raça, Idade e Profissão na Escola e na Família*, Campinas: Mercado das Letras, 157-180.
- Tadeu da Silva, T. (2000) 'A Produção Social da Identidade e da Diferença' in T. Tadeu da Silva (ed.) *Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais*, Petrópolis: Vozes, 73-102.
- Tajfel, H. (1981/1983) *Grupos Humanos e Categorias Sociais* (vol.II), Lisboa: Livros Horizonte.
- van Lier, L. (1996) *Interaction in the Language Curriculum*, London: Longman.